

ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INGLESA EM TEMPOS DE PANDEMIA

uso de recursos tecnológicos em sala de aula



ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INGLESA EM TEMPOS DE PANDEMIA

uso de recursos tecnológicos em sala de aula



Conselho Editorial

Abas Rezaey

Izabel Ferreira de Miranda

Ana Maria Brandão

Leides Barroso Azevedo Moura

Fernado Ribeiro Bessa

Luiz Fernando Bessa

Filipe Lins dos Santos

Manuel Carlos Silva

Flor de María Sánchez Aguirre

Renísia Cristina Garcia Filice

Isabel Menacho Vargas

Rosana Boullosa

Projeto Gráfico, editoração, capa

Editora Acadêmica Periodicojs

Idioma

Português

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E59 Ensino aprendizagem da Língua inglesa em tempos de pandemia: 'Uso de recursos tecnológicos em sala de aula.' / Solange de Souza Duarte– João Pessoa: Periodicojs editora, 2025

E-book: il. color.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-6010-182-1

1. Língua inglesa. 2. Pandemia. I. Duarte, Solange de Souza. II. Título.

CDD 420.7

Elaborada por Dayse de França Barbosa CRB 15-553

Índice para catálogo sistemático:

1. Inglês: Gramática: 420.7



Filipe Lins dos Santos
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil

website: www.periodicojs.com.br

instagram: [@periodicojs](https://www.instagram.com/periodicojs)

Prefácio



A coleção de ebooks intitulada de Humanas em Perspectiva tem como propósito primordial a divulgação e publicação de trabalhos de qualidade nas áreas das ciências humanas que são avaliados no sistema duplo cego.

Foi pensando nisso que a coleção de ebooks destinou uma seção específica para dar ênfase e divulgação a trabalhos de professores, alunos, pesquisadores e estudiosos das áreas das ciências humanas. O objetivo dessa seção é unir o debate interdisciplinar com temas e debates específicos da área mencionada. Desse modo, em tempos que a produção científica requer cada vez mais qualidade e amplitude de abertura para diversos leitores se apropriarem dos estudos acadêmicos, criamos essa seção com o objetivo de metodologicamente democratizar o estudo, pesquisa e ensino na área das ciências humanas.



Esse novo ebook produzido apresenta uma discussão essencial sobre como a pandemia do Covid-19 influenciou a dinâmica de ensino da língua inglesa no ensino a distância.

Filipe Lins dos Santos

Editor Sênior da Editora Acadêmica Periodicojs



Sumário



INTRODUÇÃO

8

Capítulo 1

CENÁRIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO NO
BRASIL

19

Capítulo 2

MARCO EPISTEMOLÓGICO

172

Capítulo 3

MARCO REFERENCIAL

230



Capítulo 4
MARCO CONCEITUAL

277

Capítulo 5
MARCO METODOLÓGICO

487

Considerações finais
518

Referências bibliográficas

523



INTRODUÇÃO



Atualmente a sociedade passar por um período histórico de pandemia devido ao vírus da COVID-19, descoberto em 2019 e que vem se disseminando em todo o mundo. Ao final de maio, o Brasil chegou ao número de 411.821 casos de COVID-19 e 25.598 óbitos; assim como em outros locais do mundo, a pandemia tem caráter heterogêneo no que diz respeito ao contágio da população, por exemplo, no Sudeste o índice é de 26,7 óbitos por 100 mil habitantes já em Minas Gerais, a taxa é de 1,1, sendo uma das mais baixas (AFD, 2020).

O Brasil figura como o 2º país em número de casos; o 1º em novos casos; o 6º em total de mortes, portanto, os índices não são nada bons. É necessária movimentação tanto do Estado quanto da própria população para conter a disseminação do vírus a fim de minimizar os danos causados enquanto a vacina é desenvolvida (AFD, 2020).

Neste contexto, muitas mudanças foram realizadas a fim de minimizar os danos causados pela disseminação dos vírus, a principal medida adotada foi o isolamento social, responsável pelo fechamento de lojas, restaurantes,



empresas, instituições, entre outros. Assim, as instituições escolares também foram afetadas, as aulas presenciais se tornaram aulas via Ensino à Distância (EaD) o que mudou de forma significativa a rotina de alunos e professores, bem como alterou a relação entre estes e o processo de ensino e aprendizagem.

Neste sentido, cabe discorrer a respeito da evasão escolar no contexto da pandemia, já que este cenário acaba por intensificar o abandono de escola entre alunos, especialmente aqueles mais pobres. Muitos alunos acabam deixando de acompanhar as aulas pelos mais diversos motivos: pela necessidade de trabalhar durante todo o dia para auxiliar a família, pela falta de equipamento (computador, celular, webcam, entre outros), pela falta de acesso à Internet, e outros motivos (IDOETA, 2020).

Existem também relatos de diversos professores sobre a dificuldade em ministrar aulas online, e manter os alunos engajados no conteúdo que está sendo apresentado; nesta ótica, o que se tem é um cenário de crescente temor entre estudantes, professores e pais, que acabam enfrentando

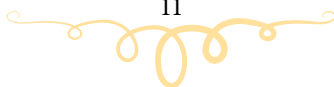
um aumento na evasão escolar (IDOETA, 2020).

A relevância do presente trabalho, se justifica pelas diversas transformações que ocorreram desde o início da pandemia, afetando a vida das pessoas e causando o isolamento delas dentro de suas casas, já que as aglomerações e quantidade elevada de indivíduos nos lugares, pode ser fatal e causar um aumento elevado na quantidade de mortes e doenças, trazendo impactos econômicos e sociais.

Problema

A pandemia de COVID-19 impôs desafios sem precedentes ao sistema educacional global, incluindo o ensino da língua inglesa. O distanciamento social, as restrições à presença física em escolas e o aumento do ensino remoto transformaram drasticamente a dinâmica da sala de aula. Nesse contexto, o uso de recursos tecnológicos tornou-se essencial para manter a continuidade do ensino e da aprendizagem de língua inglesa.

No entanto, o problema central desta pesquisa



reside na compreensão dos impactos desse rápido e obrigatório deslocamento para o ambiente online, no que diz respeito ao ensino/aprendizagem da língua inglesa. Portanto, o problema de pesquisa é definido da seguinte forma: De que forma alunos do ensino médio participaram de atividades propostas durante o período pandêmico nas aulas de língua inglesa?

Este problema de pesquisa busca uma análise abrangente e aprofundada dos efeitos da integração de tecnologia no ensino de língua inglesa durante a pandemia, considerando aspectos como a eficácia do ensino online, as barreiras enfrentadas pelos educadores e alunos, bem como as estratégias eficazes para otimizar o uso de recursos tecnológicos.

A pesquisa visa fornecer insights valiosos para educadores, pesquisadores e formuladores de políticas educacionais, com o objetivo de informar práticas pedagógicas mais eficazes e aprimorar a qualidade do ensino/aprendizagem da língua inglesa em tempos de pandemia.

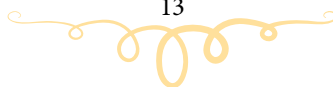
Problematização

A pandemia de COVID-19 desencadeou uma transformação sem precedentes no campo da educação, obrigando instituições de ensino em todo o mundo a adaptar suas práticas pedagógicas para acomodar o ensino remoto e o uso intensivo de recursos tecnológicos. No entanto, essa mudança drástica no cenário educacional levanta questões cruciais sobre o ensino e a aprendizagem da língua inglesa, uma disciplina amplamente ensinada e aprendida em todo o mundo.

A problematização desta tese reside no seguinte questionamento fundamental:

1. Quais foram as principais mudanças na abordagem pedagógica do ensino de Língua Inglesa com o surgimento da pandemia?

2. Quais recursos tecnológicos foram mais utilizados durante o ensino online durante o período de



pandemia?

3. Quais são os principais desafios encontrados na abordagem do ensino aprendizagem da Língua Inglesa?

4. Qual o impacto da pandemia no desenvolvimento do ensino aprendizagem da Língua Inglesa?

Esta pesquisa visa aprofundar a compreensão dessas questões, fornecendo uma análise abrangente dos efeitos do uso de tecnologia no ensino de língua inglesa em tempos de pandemia e contribuindo para a formulação de diretrizes e estratégias eficazes no campo da educação de idiomas em um mundo pós-pandemia.

Justificativa

A pesquisa proposta para a tese de Doutorado com o tema “O Ensino/Aprendizagem da Língua Inglesa em Tempos de Pandemia: Uso de Recursos Tecnológicos em Sala de Aula” é justificada por diversas razões que refletem sua importância e relevância no contexto educacional

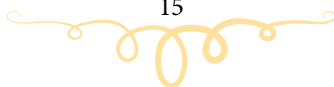


contemporâneo. A seguir, são apresentadas algumas dessas justificativas:

Impacto Profundo da Pandemia na Educação: A pandemia da COVID-19 causou rompimentos significativas nas instituições educacionais em todo o mundo, forçando uma rápida transição para o ensino remoto. Nesse contexto, o ensino de língua inglesa, uma disciplina fundamental em muitos currículos, enfrentou desafios únicos e demandas por adaptação.

Necessidade de Compreender e Aprimorar o Ensino Remoto: A pesquisa sobre o uso de recursos tecnológicos no ensino de inglês em tempos de pandemia é fundamental para entender como o ensino remoto afeta a aprendizagem dos alunos. Isso permitirá que educadores, instituições e formuladores de políticas desenvolvam estratégias eficazes para melhorar a qualidade do ensino em situações semelhantes no futuro.

Exploração das Potencialidades da Tecnologia: O uso de recursos tecnológicos em sala de aula apresenta uma série de oportunidades, como a disponibilidade de



ferramentas interativas, conteúdo multimídia e métodos de ensino personalizados. Esta pesquisa visa identificar as melhores práticas para a integração desses recursos no ensino de língua inglesa.

Inclusão e Acesso: A tecnologia pode potencialmente diminuir as barreiras geográficas e socioeconômicas ao acesso à educação. Investigar como o uso de recursos tecnológicos pode promover a inclusão de alunos de diversas origens e capacidades é fundamental para garantir uma educação equitativa.

Desafios Pedagógicos Únicos: O ensino de língua inglesa requer um foco especial em habilidades linguísticas específicas, como a compreensão auditiva e a expressão oral. Compreender como a tecnologia pode ser usada para abordar esses desafios específicos é crucial.

Relevância Duradoura: Embora a pesquisa se concentre em tempos de pandemia, suas descobertas provavelmente terão relevância a longo prazo, pois o uso de tecnologia na educação está se tornando cada vez mais comum e continuará desempenhando um papel importante

no ensino de línguas.

Contribuição para a Comunidade Educacional: Os resultados desta pesquisa podem fornecer diretrizes práticas para educadores e escolas, ajudando-os a aprimorar suas práticas de ensino de língua inglesa em qualquer cenário, seja presencial, remoto ou híbrido.

A tese proposta aborda uma questão fundamental no contexto educacional atual e futuro. Ela busca preencher lacunas de conhecimento, oferecer insights valiosos e contribuir para o desenvolvimento de estratégias eficazes de ensino de língua inglesa em tempos de pandemia e além, aproveitando ao máximo os recursos tecnológicos disponíveis.

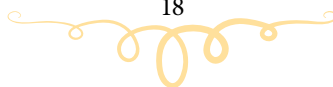
Objetivos

Geral

Analisar o efeito da pandemia no ensino aprendizagem da Língua Inglesa, com uso dos recursos tecnológicos no ensino remoto.

Específicos

- Verificar as práticas pedagógicas no ensino de Língua Inglesa no cenário da pandemia.
- Caracterizar o uso de recursos tecnológicos usados no ensino online durante o período de pandemia.
- Determinar as características de ensino aprendizagem da Língua Inglesa.
- Descrever o efeito pós pandemia no desenvolvimento do ensino aprendizagem da Língua Inglesa.



Capítulo

1

CENÁRIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL



A globalização trouxe para a universidades grandes desafios a serem vencidos. De acordo com Santos e Almeida Filho (2008, p.54-55), grandes falhas no campo acadêmico universitário surgem exatamente nessa evolução histórica. Dois desses desafios são evidenciados com mais ênfase. São eles o fato de que “a universidade só pode ser reformada pelos universitários e o de que a universidade nunca se autorreforma” e de que “ a própria universidade pública, ou seja, quem nela está interessado numa globalização alternativa”. Apresentam os autores um terceiro dado que merece reflexão. Trata-se da necessidade de o Estado nacional optar, sempre, no campo político, pela globalização considerada solidária nessas instituições.

Uma das soluções para se vencer a crise que claramente já existe no contexto universitário público advém da democratização do acesso a ele. Santos e Almeida Filho (2008) não são a favor do elitismo social na universidade, mas apontam a massificação como um dos fatores que podem desencadear, por exemplo, a desilusão discente. Os autores registram que , depois da massificação,



existe um processo de pós- massificação, com a desistência de grande volume dos egressos, principalmente porque o conteúdo ensinado nos ensinos fundamental e médio não foi suficiente para dar base ao o ensino superior. Os autores não discriminam se os egressos advêm de escolas públicas ou privadas, mas oferecem a inferência de que o problema é mais sério no ensino público.

No caso específico do Brasil, ainda segundo Santos e Almeida Filho (2008), as políticas afirmativas foram muito bem recebidas, mas nada foi feito para se melhorarem os ensinos fundamental e médio dos que têm acesso a elas. Esse talvez seja uma das variáveis que mais afasta o egresso da universidade, o que exige que o Estado ofereça às escolas de base parcerias e suporte técnico imprescindíveis para a melhoria do ensino.

Diante das repercussões e dos desafios no qual a sociedade vem passando nas últimas décadas, se faz necessário fazer algumas pesquisas e estudos acerca do contexto histórico-social no qual a educação está inserida. Essas mudanças ocorridas na sociedade fizeram também



com que o currículo escolar fosse modificado. Conteúdos, disciplinas, didática, metodologia, foram ajustados, adaptados e readaptados ao longo dos séculos para atender às novas necessidades imposta pela sociedade.

Entre os principais acontecimentos que marcaram a sociedade e transformaram a educação pode-se ser citado, por exemplo, o Iluminismo, a Revolução Francesa, a Revolução Industrial, a Crise de 1929, entre outros acontecimentos. O surgimento da História da Educação brasileira, por exemplo, esteve ligado diretamente a Igreja Católica. A colonização brasileira pelos portugueses se deu, entre outros aspectos, coma vinda da Companhia de Jesus. Os padres jesuítas, assim eram chamados os padres que participavam da Companhia de Jesus, foram responsáveis por influenciar a sociedade da época através dos ensinamentos transferidos por eles. Esses ensinamentos eram voltados para a elite, o que contribuiu para a ascensão da burguesia em detrimento do índio, do negro, que eram considerados seres incivilizados. O índio e o negro foram participantes de um processo de aculturação onde a educação estava ligado



ao processo de catequização do índio e do negro.

A partir do Brasil Império passa a ser dado ênfase no Ensino Superior no Brasil. Isso foi possível graças à vinda da família real ao Brasil. É nesse período também que é dada uma atenção especial ao ensino voltado para os surdos e cegos. É fundado o Instituto dos Meninos Cegos e o Instituto dos Surdos-mudos. No Brasil República ler e escrever ainda era algo voltado para a elite. Negros, mulheres, ex-escravos, não possuíam o privilégio de aprender algo. Somente a partir da Constituição de 1988 é que a educação passou a ser algo visando a todos.

Se esses e outros acontecimentos contribuíram para a educação, há alguns acontecimentos que marcaram a história da educação e que fez com a educação viesse a tomar novos rumos. Entre esses acontecimentos poderíamos destacar as pandemias e epidemias que assolaram e assolam a humanidade.

Diversas pestes assolaram a humanidade, mudando drasticamente o estilo de vida das pessoas, mudando o pensamento das pessoas, a forma como viam



a educação, enfim as pessoas criaram estratégias e novas alternativas para adaptar-se ao novo normal. Cólera, peste bubônica, sarampo, febre tifoide, entre outras doenças na qual ainda havia muito desconhecimento em torno delas, não havia vacina e foram doenças que se disseminava muito facilmente e rapidamente afetava milhares de pessoas.

Como medidas preventivas para que conter o avanço dessas doenças foram criadas alternativas como a quarentena e o distanciamento social. No entanto, essa alternativa impactaria diretamente a educação no sentido de como poderia ser ministrado as aulas sendo que os alunos não estariam em sala de aula. A forma possível seria através dos usos das tecnologias existente. Rádios, tv, internet, notebooks, tablets, entre outras ferramentas. É preciso levar em consideração que o conceito de tecnologia é muito amplo e diversificado, mesmo assim pode-se exemplificar o lápis e o giz com exemplo de tecnologia em dado momento.

Uma das pandemias que afetou drasticamente a humanidade, e continua afetando, é a pandemia ocasionada pelo novo coronavírus que começa a dar seus primeiros



sinais na China no final de 2019. A partir de então a vida das pessoas nunca mais foi a mesma, pois o vírus rapidamente se espalhou pelo mundo, mexendo com a economia, saúde, e a educação.

Com essas mudanças e transformações ocorridas na sociedade decorrente da pandemia foi trazido à tona conceitos como aulas online, ensino remoto emergencial e ensino híbrido. Ao longo desse trabalho serão apresentadas as diferenças entre ensino remoto e ensino híbrido. No período da pandemia, diversos autores se debruçaram nos estudos acerca do ensino híbrido e ensino remoto, tais como Bernardo (2021), Piloto (2021), Godinho (2020), Hodges (2020), Boz Kurt (2020), Moreira (2020), Ebert (2017), entre outros.

A perspectiva voltada para o contexto educacional brasileiro traz consigo uma evidência de que é possível relacionar educação e tecnologia. É possível observar que nas últimas décadas houve uma evolução das tecnologias, das redes de comunicação e dos aparelhos eletrônicos o que tem ocasionado mudanças significativas e acentuadas



na sociedade. O modo de pensar, agir e encarar a realidade foi sendo transformados e sociedade tornou-se mais competitiva, individualista, imediatista onde as pessoas não conseguem mais acompanhar as inúmeras transformações no qual a sociedade passa. Com o tempo novas atividades vão surgindo, e, conseqüentemente, novas ocupações a atribuições, e no que diz respeito à sala de aula, com o aparecimento de novas tecnologias surgem novas metodologias e didáticas.

É bem verdade que o EaD já era uma realidade de muitos estudantes e professores antes mesmo da pandemia. Mas era algo opcional, não como obrigatório. Com a pandemia ocasionada pelo novo coronavírus as pessoas se viram forçadas a conviver com um novo normal. Esse momento que a sociedade estava enfrentando foi um momento de muitos aprendizados e de novas perspectivas. Para que as aulas continuassem seria necessário criar ferramentas de aulas para que não houvesse um prejuízo com o ano letivo. Os professores tiveram de recorrer a aplicativos e novas modalidades que não eram muito usuais



do ensino básico

É evidente que nenhum educador estava preparado para esse momento. De imediato quando foram suspensas as aulas presenciais como forma de amenizar a propagação do vírus foi o distanciamento social e para isso ser possível foi preciso haver uma conciliação de forma que as aulas continuassem, porém de forma online. Esse processo se configura como um como o ensino remoto emergencial. Por ensino remoto emergencial entende-se um ensino que possui estratégias didáticas e pedagógicas que visam a continuidade das aulas em formato online devido a alguma impossibilidade de ser feita de maneira presencial. Isso nos mostra a relação presente entre educação e tecnologia

O autor nos mostra a relação presente entre a informática e o sistema educacional. É importante levar em consideração que tecnologia sempre existiu, a questão que se coloca é que as tecnologias vão se aperfeiçoando e mudando no decorrer do tempo. Dados da pesquisa TIC domicílios mostra que em 2020 28,8 milhões de domicílios tinham internet e computador enquanto 11,8 milhões de



domicílios não tinham nem computador, nem internet.

Uma das características relacionado ao atual cenário da educação no Brasil, diz respeito à figura do professor que mudou muito no decorrer do tempo. A figura do professor era como algo sagrado, perfeito, impecável, o próprio “dono do saber”. A figura que era passada do professor era de alguém ríspido, sisudo, acompanhando de muitos livros e que se fechava em seu mundo e que não era nenhum pouco íntimo dos alunos, ou seja, havia uma ponte que separava o professor do aluno. De acordo com Prado (2013), uma reflexão que precisa ser feita atualmente é qual o papel do professor em nossa sociedade e quais as implicações que essa profissão tem. Importante observar que o professor não é mais o “dono do saber”, não é mais o centro do ensino e aprendizagem. A profissão de professor hoje é um grande desafio, pois é uma profissão muito desvalorizada, não é reconhecida e mal remunerada. O professor precisa competir com a atenção ao celular do aluno em sala.

Como foi dito anteriormente, o fato de a sala de



aula ser o espaço da heterogeneidade, torna-se também um grande desafio quando a questão pode envolver a falta de respeito a opiniões divergentes, que muitas vezes geram agressões, violência em sala de aula e o desrespeito com o próximo, eis aí outro desafio do fazer pedagógico, lidar com tantas mentes com opiniões e caráter diferentes em uma mesma sala. Para Prado (2013, p.4) a figura do professor é figura central no processo de transformação e mudanças na sociedade.

Dessa forma, ao refletir sobre a função do professor como um profissional da educação que contribui para uma transformação qualitativa da sociedade, há de se considerar a presença da responsabilidade político-social na docência, haja vista que, a formação do cidadão perpassa pela dimensão da formação política, pois esta propicia formar cidadãos críticos e transformadores (PRADO, 2013, p.4).

Ser professor é ser também um agente político no sentido de que ele contribui para a formação crítica



e consciente dos cidadãos. Muitos têm a profissão de professor como vocação, outros como dom, outros como a simples formação pedagógica. Pode-se analisar que haja um conjunto desses e outros fatores que contribuem para que este seja um excelente profissional.

Um outro grande desafio que pode ser observado no fazer pedagógico em sala de aula é exclusão social no qual muitos alunos fazem parte. Essa exclusão social é reflexo da desigualdade social existente em nosso país no qual afeta diretamente a vida de muitos alunos. O reflexo da desigualdade social no Brasil faz muitas pessoas conviverem com uma triste realidade de baixa expectativa de vida, um alto índice de mortalidade infantil, muitos vivem em locais sem saneamento básico.

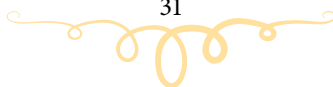
[...] transformar as escolas com suas práticas e culturas tradicionais e burocráticas que acentuam a exclusão social, em escolas que eduquem as crianças e os jovens superando os efeitos perversos das retenções e evasões, propiciando-lhes um desenvolvimento cultural, científico e tecnológico que lhes assegure



condições para fazerem frente às exigências do mundo contemporâneo, não é tarefa simples, nem para poucos. Requer esforço do coletivo de profissionais da educação, de alunos, de pais e governantes (PIMENTA, 1999, p. 7).

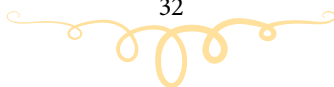
É preciso entender que todo aluno é um como se fosse uma pedra bruta a ser lapidada. O professor é a ponte para que o aluno seja inserido na escola trazendo consigo sua cultura, seus costumes, afinal de contas a escola é uma local onde deve ser resgatado a cultura e os costumes do aluno, essa peça fundamental da educação precisa ser resgatada. Em outras palavras, o professor precisa “entrar no universo do aluno” e fazer com que ele se sinta motivado a aprender. Aí está um grande desafio de todo educador: educar quem não quer aprender.

Provocar interesse, curiosidade, entusiasmo, vontade de pesquisa, estímulo, amor pelo conhecimento, problematização do conteúdo, são estratégias que contribuem neste processo e que deveriam ser mais



empregadas na prática docente. A motivação deve partir dessa prática docente, do interesse do aluno e da necessidade de conhecer, tendo o conteúdo obrigatoriamente significação e que a interação entre professor e aluno não sofra nenhum bloqueio ou outro tipo de interferência que funcione como inibidor da aprendizagem. (OLIVEIRA, 2014, p. 11).

Educar não consiste apenas em transmitir conhecimentos, mas sim em construí-lo. Mas como construir conhecimentos sendo que o aluno não tem esse interesse dentro dele? De acordo com Mendes (2007, p. 9) “a sociedade está cada vez mais se beneficiando dos progressos da tecnologia”. Esse progresso tecnológico tem beneficiado e favorecido o homem em diversos setores, não só no âmbito trabalhista como o educacional. Várias áreas do conhecimento têm sido beneficiadas graças aos avanços tecnológicos e tem aprimorado as pesquisas acadêmicas e científicas. Para Mendes (2007, p. 9) podemos ver o uso das tecnologias em diferentes áreas da nossa vida:



A sociedade de modo geral, está constantemente se beneficiando dos progressos da tecnologia. Em nossa vida cotidiana, podemos assistir há programação de televisão, um vídeo ou um filme em DVD, utilizar o telefone, viajar de ônibus ou de avião, fazer uso da calculadora, da câmera fotográfica, de caixas eletrônicos, são usos da tecnologia que fazem parte do dia a dia das pessoas de um modo geral (MENDES, 2007, p. 9).

Esses progressos tecnológicos chegam à Escola e faz com que as mudanças em relação a percepção sobre as TICs na escola mudem e, de acordo com Kenski (2012), o ambiente nas escolas passaram por algumas transformações a fim de se adaptar a esses novos recursos tecnológicos. Kenski (2012, p.91) comenta que o computador era apenas mais uma ferramenta auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, assim como outros aparelhos como o rádio, a tv, mas o que fez toda a diferença foi aliar o computador à internet e, de maneira sutil, vai, aos poucos, sendo inserido



no processo de ensino.

O computador, considerado como mais um equipamento- ao lado da televisão, do rádio, do retroprojetor e de outros “recursos” -, desde que se inseriu nas atividades pedagógicas nas escolas, gradualmente, passou a ser visto de maneira diferente. Com a internet, a interatividade entre computadores, o acesso irrestrito a bancos de dados localizados em qualquer lugar do mundo e a possibilidade de comunicação entre os usuários transformaram, ainda que de forma sutil, a maneira como professores e todo o pessoal das escolas passou a perceber os usos dessas máquinas e a integrá-los nos processos de ensino. (KENSKI,2012, p.91).

Percebe-se que o computador e a internet vieram para ajudar no trabalho dos professores e esses recursos precisam estar disponíveis e serem usados pela comunidade escolar. De acordo com Mendes (2007) a utilização de recursos tecnológicos contribui para a preparação e qualificação do sujeito em pleno exercício da sua cidadania.

As pessoas precisam estar conscientes dessa nova era tecnológica ao qual a sociedade contemporânea está inserida. Desde a digitação de um simples currículo até a elaboração de uma planilha no Excel, conhecer e dominar a tecnologia faz-se extremamente necessário para compreensão do seu lugar no mundo e da formação acadêmica e profissional de todo cidadão. Convém lembrar que um dos perigos da escola não estar inserida nesse novo processo é que o uso das tecnologias, na atualidade, deve ser considerado peça-chave no processo de educação na escola, principalmente se levarmos em consideração que o uso das tecnologias desperta o senso crítico do aluno, e, de acordo com Mendes (2007) a escola atual precisa estar voltada ao que acontece em sociedade. É preciso pensar no processo de educação a distância, mesmo tendo avanços significativos ao longo dos anos.

Outro tipo processual de fazer educação era a distância, na grande maioria das vezes, por correspondência. Essa modalidade surgiu no Brasil no início do século XX, pela iniciativa de instituições privadas que ofereciam iniciação profis-



sional em áreas técnicas, sem exigência de escolarização anterior. A banalização do uso de tecnologias de comunicação, como o rádio e a televisão, animou o governo e a iniciativa privada a oferecerem cursos supletivos e campanhas como a de alfabetização de adultos, por exemplo, usando essas mídias. Essas experiências se baseavam em um modelo tecnicista reprodutor, mais preocupado, com a certificação em massa do que com a qualidade da “formação” e da produção dos alunos. A maior parte das instituições, sobretudo de ensino superior, começou a se interessar pela educação a distância, depois do surgimento das capacidades de interação oferecidas pelas novas tecnologias de informação e comunicação [...] (KENSKI, 2012, p. 75).

É notório que houve avanços significativos no que diz respeito aos avanços tecnológicos em sala de aula, no entanto, ainda há um longo caminho a percorrer em muitas escolas.



CONTEXTUALIZANDO COVID-19

A COVID-19, é uma doença causada pelo vírus SARS-coV-2, no Brasil o ministério da saúde atuou de forma imediata a partir dos rumores que existiam em relação a doença que eram emergentes, no dia 22 de janeiro, o centro de operações de emergência foi acionado e coordenado pela secretaria de vigilância da saúde. A partir disso, houve a mobilização de diversos setores do governo e muitas ações começaram a ser implementadas, envolvendo a elaboração de um plano de contingência.

OMS, desde o início, adotou a informação e a comunicação para a população e a imprensa como estratégias fundamentais para o enfrentamento da epidemia. Os números de casos confirmados e óbitos passaram a ser disponibilizados diariamente. Boletins epidemiológicos foram publicados, contendo orientações para a atuação da vigilância no contexto da ESPIN. Além disso, entrevistas coletivas eram realizadas quase todos os dias, reforçando-se o compromisso do MS com a transparência na informação



e a agilidade na comunicação a respeito da situação epidemiológica e das ações de resposta (OLIVEIRA, 2020, p.2).

O Ministério da Saúde também começou a disponibilizar a partir daí novas formas de atender a população, reconhecendo que notícias falsas poderiam ser uma grande dificuldade no combate à doença, promovendo a desinformação e contribuindo para que a sua situação se agravasse cada vez mais. Por isso, as orientações passadas a todos os indivíduos pela OMS foi de que tomassem medidas de prevenção no sentido de conter os avanços da doença, entre as recomendações, algumas foram: a lavagem das mãos com água e sabão ou sua higienização com álcool em gel; a “etiqueta respiratória”, que consiste em cobrir o nariz e a boca ao espirrar ou tossir; o distanciamento social; o não compartilhamento de objetos de uso pessoal, como copos e talheres; o hábito de se manter a ventilação nos ambientes.

O primeiro caso no Brasil, foi confirmado no dia 26 de fevereiro de 2020, cuja vítima foi homem idoso residente em São Paulo, que havia retornado após uma viagem na



Itália. A partir daí a doença se propagou rapidamente, já havendo a transmissão comunitária em algumas cidades. Já no dia 17 de março houve o primeiro óbito por covid-19 no País, sendo de um homem idoso também em São Paulo, apresentando diabetes e hipertensão, sem histórico de viagem ao exterior.

A partir do dia 20 de março de 2020, a transmissão comunitária da COVID-19 foi reconhecida em todo o território nacional, os casos eram importados e a estratégia para o impedimento da propagação do vírus estava envolvido na busca e no isolamento dos casos e dos contatos, evitando também a transmissão do vírus de pessoa para pessoa.

A garantia da proteção dos profissionais de saúde também foi algo visto desde o início como uma prioridade, já que eles poderiam compor a linha de frente do combate ao COVID-19 tendo um papel de protagonismo no diagnóstico e no tratamento dos casos, o MS começou a dar atenção especial a produção, aquisição e distribuição dos equipamentos de proteção individual em relação aos trabalhadores de saúde em todo o território Nacional,



medidas de prevenção da infecção precisariam ser implementadas em todos os principais serviços de saúde, mas também nos seus veículos.

A ampliação da estrutura para atendimento dos casos graves e que requerem internação e/ou cuidados intensivos se dá por meio da aquisição de equipamentos e insumos, da construção de unidades hospitalares, da ampliação da capacidade das unidades existentes, da contratação de leitos em hospitais privados ou do setor suplementar, bem como do apoio à montagem de hospitais de campanha (OLIVEIRA, 2020, p.3).

A pandemia da COVID-19 veio alterar de forma inimaginável a dinâmica e o funcionamento da nossa sociedade a nível global. Os desafios são gigantescos, sobretudo porque colocam à prova os sistemas nacionais de saúde, nunca submetidos a um teste de estresse tão radical.

Além dos desafios na saúde e na economia do País, a pandemia trouxe importantes mudanças na educação, pois com o fechamento das instituições de ensino, as aulas de todos os níveis de ensino, passaram a ser ministradas via



Ensino à Distância (EaD); isso alterou também a relação entre alunos e professores, e o processo de ensino e aprendizagem.

O ano de 2020 exigiu da sociedade mundial um novo comportamento: o do isolamento social. Essa medida foi tomada pelas autoridades, para evitar a proliferação do COVID-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Com a prorrogação por tempo indeterminado do período de isolamento social, as instituições de ensino fundamental e médio foram obrigadas a adotar o modelo de ensino remoto com atividades emergenciais não presenciais.

De acordo com Idoeta (2020) as informações divulgadas pela UNESCO em relação a educação no período da pandemia demonstravam que, no dia 25 de março de 2020, 165 países as escolas foram fechadas por conta da pandemia, interrompendo o processo de aulas presenciais de 1,5 bilhões de estudantes e 63 milhões de professores que viram suas rotinas diárias de aprendizagem serem drasticamente afetadas.

Pensar o ensino remoto como uma realidade,



exigiu que começássemos a pensar em enfrentar diversos obstáculos sob pena, de a médio e longo prazo, intensificar a desigualdade educacional entre os ensinos público e privado.

A questão que se colocou foi: como dar aulas através de ferramentas online? De acordo com Valente (2020, p.4) “a portaria MEC 544 de 2020, estendeu as aulas remotas até o fim do ano, e autorizou o uso de recursos educacionais digitais, e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) ”. E foi assim que aconteceu nos anos de 2020 e 2021, os professores precisaram adaptar-se a esse novo modelo de lecionar e tentar fazer uma difícil tarefa: o dos alunos aprenderem.

Convém lembrar que muitos recursos tecnológicos já eram utilizados em sala de aula num período anterior à pandemia. Afinal de contas quem nunca ouviu falar em Ambiente Virtual de Aprendizagem? Power Point? Datashow?

Nenhuma mudança é fácil, a princípio todos têm de passar por uma fase de adaptação. Entender e compreender



o novo contexto no qual está sendo vivido. Diante de um distanciamento social, as aulas não podiam deixar de ocorrer, e é nesse ponto que entra a questão de como seria feito. Sem contar o desafio de que as aulas seriam para alunos do ensino superior, para adolescentes e crianças que usavam, até então, a internet para acessar as redes sociais, jogar, entreter-se, para estudar sim, mas sem a imposição obrigada pela pandemia e aulas remotas.

Nesse sentido, o ensino remoto transferiu o que já se fazia na sala de aula presencial e, em muitos casos, aflorou uma perspectiva de educação instrucionista, conteudista. Temos acompanhado crianças e adolescentes cansados por ficarem horas diante da tela do computador assistindo aulas e fazendo atividades. Neste tipo de ensino, que é utilizado em tempos de guerra, tragédias naturais ou emergência, o potencial das tecnologias digitais em rede é subutilizado, visto que as TIC prioritariamente, são utilizadas para transmitir as informações através de aulas expositivas via ferramentas de web conferência ou videoaulas (DE SOUZA, 2020, p. 4).



A sala de casa, o quarto, a cozinha, transformou-se em sala de aula, pais se tornaram tutores em casa, e um novo período de ensino estava a surgir. Muitas ferramentas que até então muitos professores não haviam tomado conhecimento, alguns conheciam de ouvir falar, mas não conheciam na prática. Google Meet, Google Class Room, Skype, Zoom, ferramentas que passaram a fazer parte com mais intensidade da vida de alunos e professores.

Importante destacar que o trabalho do professor sempre deve ser aperfeiçoado através de muitas leituras, estudos, e manter-se sempre atualizado. De acordo com De Souza (2020, p.113) “o ensino remoto tornou-se um desafio para esses profissionais que precisaram aprender na prática a usar as TIC para desenvolver as suas aulas”. Para Alves (2018) houve um grande desafio por parte dos educadores em participarem de um processo de mudança tão grande. Barbosa e Viegas et al. (2020) reforça que nas instituições de ensino superior a mudança ocorreu de imediato, reiterando o que já foi apresentado nesse artigo, que as aulas online



não procederam da mesma forma no nível superior e no nível médio e fundamental.

Muitos foram os desafios e as possibilidades encontradas durante as aulas online: avaliação da aprendizagem, e evasão escolar foi enorme, a falta de pontualidade, falta de assiduidade nas aulas, a pouca interação nas aulas, internet que caía o tempo todo, entre outros fatores. Não pretendemos afirmar categoricamente, mas com as exigências impostas pela pandemia, é possível inferir o quão importante foi o entendimento do quanto a tecnologia favorece o trabalho pedagógico quando bem compreendida e executada por todos os envolvidos. Entendemos que há ainda muito a estudar e colocar em prática para as gerações futuras.

O youtube é uma excelente ferramenta pedagógica. Ferramenta que trabalha com o visual e o auditivo. É importante observar que os avanços tecnológicos têm propiciado novas possibilidades, novas construções de conhecimento. O youtube é uma excelente ferramenta para aproxima o aluno do conteúdo do proposto. É uma forma

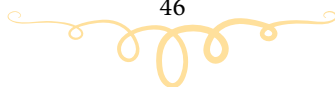


de verificar suas possibilidades, suas competências e suas habilidades.

Transformações provocadas pelo isolamento social

Desde que foi constatada a importância fundamental do isolamento social por medidas de respeito e segurança, este aspecto se tornou fundamental ao mesmo tempo em que também é preocupante por conta das consequências que ocasionar. A solidão se torna algo muito presente em um período como esse, já que a rotina de milhões de pessoas e o seu estilo de vida acaba mudando de uma hora para outra, além da falta de contato com o mundo e com as pessoas a sua volta, isso pode acarretar problemas psicológicos graves.

No caso da pandemia, a solidão social é muito presente por causa da falta de contato com as pessoas, mas também a solidão emocional onde motivos pessoais que geralmente costumam levar a insatisfação e se tornam ainda mais agravantes durante o isolamento. O trabalho e



a família também podem ser considerados dois aspectos que são muito presentes na vida humana, a ocorrência de qualquer transformação em algum deles, pode originar diversos problemas, sejam de âmbito instrumental, ou emocional, entre os quais, pode-se incluir o sentimento subjetivo de solidão.

A solidão também pode ser evidenciada após a ruptura com a atividade laboral, pois dá-se um declínio no padrão de vida e a perda de utilidade social. A reforma conduz a várias perdas, nomeadamente, perda de rendimento, de prestígio, do sentido de competência e utilidade, e muitas vezes, de alguns contatos sociais. É neste sentido que a reforma favorece o isolamento social, a inatividade e a depressão. A retirada do mundo do trabalho tem efeitos a nível econômico, gerando no idoso uma quebra no rendimento, e pode levar a um sentimento de falta de importância e utilidade que pode ter consequências ao nível da auto-estima e do bem-estar (NETO, 1999).

Agora, milhões de pessoas estão sofrendo perdas irreparáveis em relação ao mercado de trabalho, onde



indivíduos perdem o emprego ou precisam conviver com crises por conta dos lucros comerciais, outro motivo agravante que pode levar a problemas psicológicos e a solidão em relação ao distanciamento social.

A pandemia surgiu no mundo surgiu, provavelmente, em outubro de 2019, no entanto acredita-se que a epidemia tenha ganhado força a partir de dezembro, isso ocorreu na cidade de Wuhan na China e que rapidamente se espalhou por todo o mundo, até hoje ainda não se sabe a verdadeira origem do vírus, há apenas especulações.

A epidemia que logo se transformou em pandemia, se espalhou rapidamente no mundo, e em 26 de fevereiro chega ao Brasil. A vida de todas as pessoas mudou radicalmente, comércios fechados, igrejas, restrições em lugares públicos e privados, e um dos principais alvos foram as Escolas. Entende-se a Escola como um local de maior aglomeração com crianças e adolescentes, afinal de contas, é o único lugar onde a maioria das crianças passam uma parte do dia. É nesse período tão conturbado que



surtem as aulas online para servir como um paliativo para que os alunos não deixem de estudar. Foram grandes os desafios que pais, alunos, professores e toda a comunidade escolar tem passado em geral nesse período de pandemia. É necessário analisar as dificuldades e as possibilidades que se apresentaram diante das aulas online. Por essa razão é necessário pensar acerca do ensino EaD e as dificuldades enfrentadas por muitas pessoas, na verdade o ensino EaD é um divisor de águas em relação à desigualdade social brasileira.

A pandemia ocasionada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), cuja nomenclatura foi mudada a partir de 31 de Maio do ano em curso, mudou nossa concepção de ver e encarar o mundo. Milhões de pessoas passaram meses em isolamento social. Era a chegada de um vírus muito semelhante ao da Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars) em 2013. É importante lembrar que o primeiro caso de covid no Brasil foi registrado em São Paulo no Hospital Israelita Albert Einstein. Era um homem de 61 anos que contraiu a doença em uma viagem que fez à Itália, desde então nossas



vidas não têm sido mais a mesma. A pandemia trouxe um caos sem precedentes; pessoas ficaram desempregadas, outras tendo que trabalhar em casa, sendo que não há menor condições, para algumas pessoas, o trabalho em casa, crianças deixaram de ir presencialmente às Escolas e passaram a ficar em casa, não tem mais parques, jardins, cinemas, clubes... O clima de desesperança toma conta das pessoas.

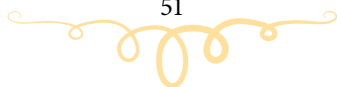
A pandemia trouxe uma crise em muitos países desenvolvidos e desencadeou as que já era existente nos países em desenvolvimento, a título de exemplo, o Brasil. Essa crise se configura na esfera política, econômica, sanitária e a educação, que possivelmente seja uma das mais afetadas, sendo que já se passaram dois anos letivos e em muitos municípios ainda não voltaram as aulas presenciais. O que importa agora, não é “nem vencer o caos nem fugir dele, mas conviver com ele e dele tirar possibilidades criativas” (GALLO, 2008, p. 49). A pergunta que não quer calar, é como que fica a educação num período de pandemia? Quais os impactos que trarão sobre as crianças,



adolescentes e jovens ficarem tanto tempo longe da Escola?

Conforme Wilder-Smith e Freedman (2020), o distanciamento social é utilizado para reduzir as interações entre pessoas em uma comunidade, as quais podem estar infectadas, mas ainda não foram identificadas com a doença. Quando o surto da pandemia chega ao Brasil, deixou inúmeras pessoas preocupadas. Aos longos dos meses o que pudemos observar foi um aumento considerável da procura por atendimento clínico, inclusive a distância, passaram a surgir as lives, os deliverys acentuou-se de uma forma em que só se falava em delivery, algumas pessoas tinham medo de sair de casa, outras não deram a mínima preocupação, a pandemia mostrou um lado de algumas pessoas que talvez até ela mesmo ainda não conhecia.

O desafio de ser professor em tempos de pandemia é exercer com afinco a arte de se reinventar, e durante a pandemia foram diversos os desafios e as possibilidades que os professores tivera em relação às aulas online no contexto da pandemia do novo coronavírus. Entre os objetivos específicos desse artigo destaca-se descrever a importância



das aulas online, ilustrar os desafios que os profissionais da educação, pais e alunos tem enfrentado durante a pandemia com as aulas online, refletir sobre os efeitos da pandemia na educação e compreender as inúmeras dificuldades impostas pelo sistema educacional fragilizado por um distanciamento social em crianças e adolescentes.

São os inúmeros desafios que os profissionais da educação encontram diariamente desde que surgiram esses modelos de aula remota, que para muitos pais e alunos são estressantes e desestimulantes, para os profissionais da educação o são em dobro. Levando em conta as pesquisas feitas através dos profissionais da educação, do Google Acadêmico, Scielo, achou-se mais apropriado falar sobre a formação e a profissionalização docente, entendendo que a sociedade atual exige um novo perfil de educador. O educador da atualidade precisa ser comprometido, competente, crítico, aberto às mudanças, e no contexto atual, um profissional que tenha bastante conhecimento das novas tecnologias.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: UM PEQUENO APANHADO

A mudança do método tradicional de ensino em decorrência urgente trouxe instabilidade ao sistema educacional. Além do declínio da qualidade de vida associado a este período, professores e alunos tiveram que se reabilitar em termos de utilização do ensino prático. Aplicativos e redes sociais são considerados ferramentas para educação a distância (EAD), mas este modelo de tutorial tem dimensões próprias relacionadas ao acesso a indicadores sociais (PATTO, 2013).

Em carta técnica da Secretaria de Educação, a discussão entre “notas” e “não assistir às aulas” foi esclarecida com o argumento de que a falta de salas de aula devido às distâncias do ensino continuará a agravar a desigualdade social. Dessa forma, Estados e Municípios buscarão oportunidades de capacitação local e realização de aulas a distância nas categorias de Ensino Fundamental e Médio (BRASIL, 2020). Existe uma grande preocupação



com a possível suspensão total do processo de ensino e aprendizagem e com a redução da motivação que requer o crescimento e o desenvolvimento emocional do aluno, razão pela qual a promoção de aulas presenciais é considerada uma opção viável.

No entanto, quando usado em uma escala na Educação Básica, as evidências mostram que os alunos em tempo integral têm muito menos probabilidade de aprender com experiências presenciais nas escolas e até mesmo de considerar outros fatores que podem afetar o desempenho acadêmico (BARRERA -OSARIO; LINDEN, 2009).

A sociedade se vê diante um despreparo de escolas, alunos e professores, pois a pandemia foi um acontecimento inesperado, especialmente quanto ao distanciamento social. Portanto a educação teve que se adaptar com o uso das Tecnologias da Informação (TIC's) para dar continuidade às suas atividades, pois se trata da ferramenta que melhor atende as necessidades atuais.

Apesar disso, a maioria das escolas não tem um suporte necessário para poder oferecer um ensino a



distância de qualidade. Mesmo antes da pandemia, as plataformas digitais eram utilizadas no ensino superior e uma pequena porcentagem de alunos da Educação Básica fazia uso; então, devido à pandemia, rapidamente as escolas tiveram que adotar o uso destas tecnologias (SILVA, 2020).

Além disso tudo, poucos são os professores que tem uma formação adequada para o ensino à distância. A preparação de uma aula online é muito diferente do que a de uma aula presencial, pois existe uma grande diferença na relação que se estabelece entre professor e aluno (SILVA, 2020).

Os alunos também não estavam preparados para todas estas mudanças na estrutura do ensino, especialmente no que diz respeito a ter que lidar com a autonomia necessária para lidar com o ensino à distância. Muitas são as dificuldades deste cenário causadas pelo distanciamento, e é importante saber reconhecer as falhas e se dedicar para poder corrigi-las (SILVA, 2020).

A educação a distância levou os alunos a estudarem em casa mostrando que, em diversos casos, as famílias



estavam afastadas da escola e do processo de aprendizagem do jovem pois, com a necessidade de acompanhar os filhos no processo EaD, os pais perceberam as dificuldades de se aproximar e se conectar com o processo educativo.

Tal situação é desgastante para todos e familiares que acabam se sobrecarregando com a nova demanda, agora percebem a necessidade e a importância do papel da escola e do professor. Por outro lado, escolas estão sendo muito mais cobradas pelos familiares quando a este novo formato de ensino. Apesar das turbulências, a situação acaba por aproximar família e escola.

Desta forma, mesmo com seus importantes impactos, o distanciamento social pode ser visto por um olhar positivo. Pois a sociedade se mobiliza para buscar o melhor do ensino para os estudantes.

Publicado por uma forma impressa, os materiais didáticos eles têm que ser organizados por volumes, apostilas guias e roteiros de estudo, em sentido de poder apoiar o aluno em sua aprendizagem EAD. A linguagem que é usada nestes materiais didáticos se mostra como



um elemento importante para o processo de mediar os percursos da aprendizagem dos estudantes. Desta forma, toda a linguagem tem que ser clara, icônica, persuasiva, além de poder se fundamentar em um bom diálogo junto com os alunos leitores, esses que necessitam de desenvolver uma metodologia de estudo boa na área do EAD (ROCHA, 2020).

Porém, levando em consideração a experiência com a didática, no ensino EAD, um dos principais desafios para poder elaborar um material didático e de poder tentar se ajustar a todas as características de guias e volumes de estudo para o público. Na área do EAD, o público ele é heterogêneo e muito diversificado, e isso é o que se mostra como um desafio para os autores dos materiais didáticos.

A educação à distância é uma modalidade de estudo de extrema importância para a formação profissional na atualidade. De modo a permitir que o aluno estude onde e quando quiser, essa modalidade de ensino permite uma maior comodidade além de ampliar o acesso à educação e permitir a um público que, por motivos como trabalho por



exemplo, não podiam frequentar o ensino presencial por falta de tempo. A metodologia da educação a distância tenta ofertar um ensino, sem riscos de diminuir a qualidade do ensino pelo fato de a presença do professor ser remota, na grande maioria das vezes. (SILVA, 2010)

Entre os estudiosos, não se tem uma definição conceitual de Educação à Distância, visto que os estudantes que se propõem a utilizá-la em como um método de aprendizagem, a veem de diferentes formas e pontos de vistas, fazendo com que cada um tenha uma visão diferente. Contudo, ao se analisar algumas definições já feitas, pode-se notar alguns aspectos em comum. Na visão de Dohmen (1967) citado por Alves (2011, p. 85):

Educação a distância é uma forma sistematicamente organizada de auto-estudo, onde o aluno se instrui a partir do material que lhe é apresentado; onde o acompanhamento e a supervisão do sucesso do aluno são levados a cabo por um grupo de professores. Isto é possível a distância, através da aplicação de meios de comunicação capazes de vencer essa distância, mesmo que



seja grande. O oposto da educação a distância é a educação direta ou educação face-a-face: um tipo de educação que tem lugar com o contato direto entre professores e alunos. (DOHMEN, 1967, apud ALVES, 2011, p. 85.)

Na visão de Chaves (1999) citado por Alves (2011, p. 85), tem-se ainda que:

[...] é o ensino que ocorre quando o aluno e o professor estão separados (no tempo ou no espaço). No sentido que a expressão assume hoje, enfatiza-se mais a distância no espaço e se propõe que ela seja contornada através do uso de tecnologias de telecomunicação e de transmissão de dados, voz e imagens (incluindo dinâmicas, isto é, televisão ou vídeo). Não sendo necessário ressaltar que todas essas tecnologias, hoje, convergem para o computador. (CHAVES, 1999 apud ALVES, 2011, p.85).

Pelo menos nos dois casos analisados, pode-se perceber claramente dois aspectos em comum. Professor e



aluno não realizam suas atividades, exercícios e tarefas no mesmo espaço físico e tempo. Não há sala de aula, pelo menos não no modelo tradicional já moldado, ou seja, não há o aluno assistindo uma aula ministrada pelo professor durante um pequeno período, como funciona no ensino presencial. Outro ponto fundamental em comum, a prática pedagógica é mediada, é necessário que se tenha recursos sejam eles impressos, eletrônicos e mecânicos, para que a distância entre aluno e professor seja sanada, sem que haja prejuízo para o processo de ensino aprendizagem.

Para complementar o conceito de Educação a distância, deve-se ainda verificar como Ministério da Educação e da Cultura – MEC, sobre o regimento do Decreto de Lei N° 9.057 de 25 de maio de 2017).

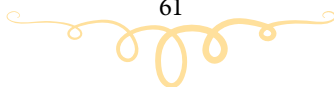
A Educação a Distância (EAD) é uma modalidade educacional que permite ao aluno acessar conteúdos educacionais, atividades e recursos diversos, mediante o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs), independentemente de tempo e lugar, com o suporte de professores ou tutores, de forma



que sejam desenvolvidas atividades de ensino, aprendizagem e avaliação, com o objetivo de promover o desenvolvimento educacional, cultural, social e profissional.” (Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017).

Como visto, o processo de educação a distância tem como característica fundamental a ligação entre professores e alunos através das tecnologias de ensino. Essas formas de tecnologia podem se manifestar de diversas formas, tais quais impressas, eletrônicas e mecânicas, como já mencionado. Atualmente, os meios mais comuns de interação entre aprendizes e professores, são os computadores, Tablets e celulares, já que a grande maioria dos cursos à distância, disponibilizam as tarefas e atividades no AVA, Ambiente Virtual de Aprendizagem. Acerca dos AVAs, segundo Pereira (2009), citando Facundes e Alves (2014, p.31) tem-se que:

[...] são mídias que, no ambiente digital da internet, estão organizados para veicular conteúdo e permitir interação entre os autores do pro-



cesso educativo. Nesses ambientes, a qualidade do processo educativo depende do envolvimento do aluno aprendiz, da proposta pedagógica, dos materiais didáticos, da estrutura e da qualidade de professores, tutores e equipe técnica, assim, como das ferramentas e recursos tecnológicos utilizados. (PEREIRA, 2009 apud FACUNDES & ALVES, 2014, p. 31)

É através do Ambiente Virtual de Aprendizagem que se pode vencer muitas barreiras que impediam alguns alunos de frequentar um curso superior, pois permite a interação entre eles, apesar da distância. Vale ressaltar ainda que “a flexibilidade dos horários, a não obrigatoriedade da frequência diária, a utilização do computador como ferramenta, entre outros elementos, amplia consideravelmente o leque de pessoas que podem incluir-se em um processo de formação institucional”. (CARVALHO, 2007, p. 02).

Segundo Lopes et al. (2007), o ensino a distância é algo antigo, que vem evoluindo com as tecnologias



disponíveis de cada época e, sua origem data por volta do século XVIII, “quando um curso por correspondência foi oferecido por uma instituição de Boston (EUA) ”, tendo essa prática se disseminado no século XIX, na “Europa, [...] Suécia, Reino Unido e Espanha”.

Já por volta do século XX, este conceito se alastrou, levando conhecimento por correspondências para “países como Austrália, Alemanha, Noruega, Canadá, França e África do Sul”, de forma que neste mesmo século, com a constante aderência deste sistema por correspondência, a educação a distância passou a ser considerada e reconhecida como uma “modalidade de ensino”. (LOPES ET AL., 2007).

A Inglaterra por volta de 1969 com a “British Open University”, foi a primeira universidade pioneira no ensino superior a distância, pois trouxe, segundo Lopes et al. (2007), “inovações nos instrumentos de comunicação entre professores e alunos”, principalmente diante dos modos de enviar os materiais, bem como, de recebê-los de volta para correção e demais.

Esta universidade se beneficiou da tecnologia



existente, utilizando-se de “meios impressos, televisão e cursos intensivos [...] em períodos de recesso de outras universidades convencionais”, para efetivar o modelo de EAD a estudantes de graduação.

A Espanha por sua vez, seguida por “Costa Rica, Venezuela, El Salvador, México, Chile, Argentina, Bolívia e Equador”, a partir de 1972, agregaram tais ideias da Open University e visaram completar o estudo a distância, para graduandos e para pós-graduações. (LOPES ET AL., 2007).

No Brasil, o EAD começou a ser vinculado pelas ondas de rádio, por volta do 1920, mesmo sendo considerado revolucionário para este período, segundo site Matheus soluções, “A fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, [...] teve grande papel no ensino a distância [...] pois acreditava na educação da população brasileira mais humilde através de um sistema de ensino pouco comum, que prezava ensinar o que acontecia no Brasil” naquela determinada época, sendo assim, a precursora no ensino a distância. (MATHEUS SOLUÇÕES, 2010).

Para Costa e Faria (2008), o ensino a distância é



configurado como “uma atividade de ensino e aprendizado sem que haja proximidade entre professor e alunos”, sendo o ensino e a aprendizagem realizados somente através da comunicação, entre algum dos vários, recursos tecnológicos existentes.

Ainda segundo Costa e Faria (2008), o EAD pode ser considerado “uma estratégia educativa baseada na aplicação da tecnologia à aprendizagem”, não necessitando de lugar ou ocupação definidos, bastando assim, somente a vontade de aprender. (COSTA E FARIA, 2008).

Costa e Faria (2008), ainda destacam outros pontos importantes em relação a evolução do ensino a distância, pois este método visa uma:

“Quebra” da barreira espaço/tempo e a democratização do acesso. Qualquer pessoa, independentemente de idade, ocupação tempo e lugar pode fazer uso dessa estratégia. [...] de forma que, a atividade de ensino coaduna com políticas que vem sendo implementadas no Brasil e no mundo que visam a universalização da educação. (COSTA E FARIA, 2008).



Até pouco tempo, as maiores ofertas de cursos educacionais a distância eram voltadas a estudantes de graduação e pós-graduação, embora com a chegada repentina de uma pandemia mundial em 2020, todo o sistema privado e público das redes escolares, precisou ser paralisado, no tocante presencial, de forma repentina e imediata, mas desta forma com o auxílio da tecnologia e da internet, O EAD, tornou-se fundamental para a continuidade do processo de ensino e aprendizagem. (BALDEZ, 2020)

Segundo Castro (2020), em reportagem de G1 notícias, nesse período de mudanças, os que mais enfrentam dificuldades de adaptação foram os alunos do “ensino fundamental e médio”, bem como os professores, pois a medida de quarentena imediatizou situações que antes só envolviam o ensino a distância, afetando assim “quase 480 mil alunos da rede pública e mais de 170 mil da rede privada”.

O EAD foi a forma encontrada de manter parte da rotina destes indivíduos, tendo em vista que, docentes e



alunos precisaram aprender a conviver a distância e se fazer uso da tecnologia disponível para suprir este momento. (CASTRO, 2020).

A nível internacional, Faria & Salvadori (2010), apresenta uma linha de tempo resumida do processo de início da educação a distância na Inglaterra e nos Estados Unidos, neste último, apresenta-se ainda a importância do serviço de correios para propagar uma educação às pessoas em suas próprias casas.

No Brasil, a educação à distância também passou pela fase da correspondência, veiculada no meio impresso, mais tarde se utilizando do rádio e da televisão. Com o tempo, meios de comunicação foram interligados até chegar aos padrões multimídias que se tem atualmente. Vale ressaltar que, o uso de multimídia só foi possível graças ao desenvolvimento da internet e dos computadores modernos que proporcionaram velocidade a essas interações.

Para Costa e Albornoz (2011) o processo de educação a distância no Brasil passou por fases que ambos chamaram de gerações. Cada geração, segundo os autores,



é marcada por uma ou mais características ao qual está relacionado ao tipo de tecnologia utilizada e a forma como os estudantes se interagiam.

Como resumo da linha de tempo feita por Costa e Albornoz (2011) tem-se a 1ª geração, que foi de 1850 até 1960, predominou o uso do papel, rádio e TV; a 2ª geração, de 1960 até 1985, caracterizou-se pelo uso do computador; a 3ª geração, de 1985 até 1995, já se fazia uso de tecnologias como internet e videoconferência; a 4ª geração, de 1995 a 2005, já se usava transmissões via satélite com interação em tempo real, e por fim, a 5ª geração, de 2005 até os dias de hoje, já se tem apoio dos agentes inteligentes e da internet sem fio.

Assim como no mundo, o Brasil passou por fortes processo e modificação da forma como a educação à distância era ministrada e como ela chegava à residência de seus aprendizes. Como visto, os Correios, tanto no mundo quanto no Brasil exerceu papel fundamental para a propagação da educação a distância. Sem dúvida, em nenhum momento da história da educação à distância se



teve tanto aparato tecnológico que contribuisse de forma tão magnífica para a comunicação e interação como se tem hoje. Com o avanço da informática, da telemática e de outras formas de tecnologia, a EAD também deu um enorme passo, como observam Pereira e Moraes (2006):

Falar em EaD não é uma tarefa fácil. É importante lembrar que nem sempre o EaD foi visto com bons olhos, havia muito preconceito e desconhecimento em relação ao Ensino à Distância. Com a pandemia, houve um alavancamento do EaD e as crianças, adolescentes e jovens vivenciaram um novo momento, um novo perfil de aulas estava a surgir, as aulas online. Todo profissional precisou-se ajustar-se a esse momento, afinal de contas, preparado ninguém estava, nenhuma Escola estava, mas foi preciso paciência e tempo para as coisas começarem a se encaixar. Reconhecer que nossa sociedade está cada vez mais tecnológica, e isso já vem ocorrendo desde antes da pandemia, deve ser acompanhado da conscientização da necessidade de ser incluído nos currículos escolares. Belloni (2002) afirma que o conceito de educação a distância tende a se transformar, pois uma



das macrotendências que se pode vislumbrar, no futuro próximo do campo educacional, é uma “convergência de paradigmas”, que unificará o ensino presencial e à distância em formas de novas e diversificadas que incluirão um uso muito mais intensificado das Tecnologias da Informação e Comunicação.

De acordo com Keegan (1996) alguns autores se debruçaram no estudo do conceito de Educação a Distância tais como Dohmen (1967), Peters (1973), Morre (1973), Holmberg (1977) e Chaves (1999). Destaca-se nesse trabalho a formação e profissionalização docente que sempre foi tema de discussão e debates no âmbito pedagógico e nesse momento que estamos vivendo, faz-se ainda mais necessário. Falar sobre os desafios e possibilidades no EaD na Educação Básica, faz-se necessário, pois é uma ferramenta para aprimorar o trabalho docente em sala de aula. É bem verdade que todo profissional da educação deve investir tempos seus recursos para a formação continuada.

É importante observar que por muito tempo, seguindo uma perspectiva tradicional, com base em teoria



de Bobbit e Tyler, a eficiência do trabalho docente era sinônimo de controle e centralidade da autoridade por parte do professor. O trabalho do professor era um trabalho pouco efetivo, engessado, não havia espaço para improvisos, ludicidade. A partir da década de 70, as coisas começam a tomar um novo rumo, e é a partir daí que começa a se falar em educação inicial para os docentes. Vale ressaltar que durante um bom tempo a educação não era promovida nas Escolas. A educação era através do método oral, ou seja, a criança era ensinada pelos pais, avós, tios, conhecimento que, alguns ainda até hoje, fazem parte, principalmente, do senso comum, e que foram passados de geração para geração. Muito importante lembrar que a Escola também passou por um longo período no qual a pedagogia era extremamente religiosa, onde o clero eram os professores.

Em 17 de março de 2020, foi publicado no Diário Oficial da União, por meio da portaria nº 343 a substituição de aulas presenciais no período de 30 ou enquanto ocorrer a pandemia. De acordo com o Art 1º, o MEC resolve:

Autorizar, em caráter excepcional,

a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2020, p.01).

As novas tecnologias podem ter um impacto significativo da vida dos profissionais da educação, bem como pais e alunos. A internet é rica em materiais, conteúdos, ferramentas que devem e podem ser utilizadas para aprimorar nossas aulas. Uma das características dos alunos EaD é a autonomia e independência. Essa independência e autonomia que é proporcionado pelo EaD torna-se um obstáculo quando o assunto é crianças e adolescentes. As crianças fazem parte do grupo dos nativos digitais, enquanto os pais, avós, tios, fazem parte do grupo dos imigrantes digitais. No entanto, percebe-se a desmotivação e a falta de interesse em muitos alunos



quanto a participarem das aulas online. Quando se trata de Educação a Distância alguns pontos devem ser levados em consideração. Sobre isso o Guia do Estudante (2017, s.p.), são cinco as características necessárias:

- (1) Disciplina: É a primeira condição para seguir um curso de EAD. Conseguir dedicar-se aos estudos com seriedade e regularidade é essencial. “O aluno deve respeitar horários fixos para estudar e fazer as atividades. Por isso, é importante ficar longe de distrações como internet e programas de TV. Não pode perder o foco nem a concentração.
- (2) Organização: Outra característica importante é a organização. “O estudante tem que fazer um planejamento, criar uma rotina de estudos, estabelecer metas diárias, priorizar as tarefas mais urgentes e organizar o material a ser estudado”, aconselha Longo. Todo curso EAD tem uma programação e um cronograma para a entrega de trabalhos e provas presenciais. Uma dica é ter uma agenda exclusiva para isso. Vale lembrar que, além das atividades virtuais, há também as aulas nos polos de apoio. É preciso conciliar tudo.



(3) **Motivação e proatividade:** O próprio aluno deve se motivar para estudar, ou seja, estar estimulado a dominar o conteúdo do curso. E isso só depende dele mesmo na modalidade a distância – diferente do presencial, em que o estudante é mais passivo, pois o professor está lá à disposição dele durante as aulas. Para Longo, a automotivação e a proatividade andam juntas. São pontos importantes: ter iniciativa para mergulhar a fundo nos assuntos das aulas, pesquisar fontes complementares, participar de fóruns e chats. Para que tudo isso dê certo, tem de ter também persistência.

(4) **Curiosidade e autonomia:** Mais duas características fortes para um perfil de aluno EAD. “O estudante precisa ser investigativo. Sempre ter o desafio de correr atrás de conhecimento, pesquisar muito em diversas fontes, rever as videoaulas, ler e reler o material, formular suas perguntas e buscar respostas com professores, tutores e colegas de turma”, afirma Longo. Se as dúvidas se acumularem, o aluno terá dificuldade de acompanhar os tópicos seguintes das aulas, pois geralmente eles obedecem a uma sequência.

(5) **Familiaridade com a tecnologia:**



O estudante de EAD precisa conhecer o universo virtual e saber navegar com facilidade em sites e portais. Também é necessário ter acesso à tecnologia: um computador com boa capacidade de memória, acesso à internet por banda larga, webcam e aplicativos confiáveis. Na hora de escolher a instituição de ensino, é importante verificar se o aparelho é compatível com a plataforma utilizada no curso. E, é claro, também é fundamental ter familiaridade com todas as ferramentas tecnológicas que serão utilizadas ao longo da graduação.

E quando se trata de crianças como fica? Para o educador e pesquisador Marc Prensky (2001), a educação e a tecnologia devem trabalhar em conjunto. O escritor dialoga que os alunos de hoje, são muito diferentes de um tempo atrás. Para o autor, “nossos estudantes de hoje são todos “falantes nativos” da linguagem digital dos computadores, vídeo games e internet” (p. 1). Ora, as crianças fazem parte do mundo dos nativos digitais, e a internet pode e deve ser utilizada para meios educativos. Por meio da inserção das



novas ferramentas e tecnologias encontra-se a Educação a Distância. É bem verdade que as aulas online não substituem as aulas presenciais. No entanto, essa nova modalidade de ensino traz consigo as tecnologias da informação e demonstra como as pessoas podem aprender de formas diferentes. Interessante observar que a desenvoltura do aluno diante das aulas online fará um grande diferencial no desenvolvimento de sua aprendizagem.

Um dos grandes desafios das aulas online é se elas têm tido efeito ou não, algumas Escolas inclusive já falam em começar o Ano Letivo de 2022 com um Nivelamento. Segundo o CNE, Conselho Nacional de Educação, nivelamento é uma avaliação diagnóstica e formativa dos alunos. Essa avaliação visa observar as dificuldades de aprendizagem, resultantes do ano letivo anterior. Existe uma desigualdade social muito grande em nosso país e essa desigualdade foi mais acentuada através da pandemia. Os alunos da Educação Infantil ainda não precisam saber ler e escrever, mas os alunos do que estão entrando na fase pré-silábica é que terão, possivelmente, muita dificuldade.



O período pré-silábico que, segundo Piaget, é caracterizado pelo realismo nominal, período em que a criança ainda não sabe diferenciar letras e sons, nem ao menos classificá-los, é a fase que será o pontapé inicial para a alfabetização. O fato é que a pandemia veio num período em que muitas crianças estavam adentrando a fase pré-silábica, para outras crianças a pandemia veio justo quando ela seria alfabetizada. E agora, como alfabetizar a distância? Uma das coisas essenciais é o professor ser muito paciente e aberto a estudar e analisar novas ferramentas tecnológicas, algumas delas que sempre estiveram à disposição do educador, porém se acentuou através da pandemia. Numa sociedade marcada pelo uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), Rose e Meyer (2002, apud ALBA, 2006, p. 148) nos revelam que

As tecnologias trazem para os educadores um imenso leque de recursos didáticos para lhes dar oportunidade de responder às diferenças individuais e às múltiplas facetas de sua aprendizagem, proporcionando meios variados, ferramentas e métodos, graças à flexibilidade que têm as tecnologias para se adaptar



às diferentes necessidades dos estudantes, ajudando a superar as dificuldades e apoiando-se nos aspectos com maior potencial.

De uma maneira geral as aulas online deixaram um déficit de aprendizagem em alguns alunos, em outros nem tanto. Nesse cenário de pandemia foi criado o Ensino Remoto Emergencial que tem sido um paliativo durante o período da pandemia do novo coronavírus. Nos termos definidos pelo Parecer CNE/CP nº 5, de 28 de abril de 2020, recomenda-se que os sistemas e organizações educacionais desenvolvam planos para a continuidade da implementação do calendário escolar de 2020- 2021, de forma a retomar gradualmente as atividades. Muitos fatores podem ser desfavoráveis ao ensino remoto, tais como internet de má qualidade, aparelhos tecnológicos que não suprem as necessidades dos alunos e não ter muito conhecimento de como utilizar as ferramentas tecnológicas.

É bem verdade que existem hoje no Brasil uma variedade de cursos online. Esses cursos têm duração,



valores, diferenciados. Uma gama de cursos para todas as faixas etárias e regiões do país. No entanto, há alguns aspectos a serem levados em consideração, como a conexão com a internet, o aparelho tecnológico, por exemplo. É importante destacar a importância das aulas online em períodos de pandemia, é possível sim fazer um aprendizado online, e pôde-se constatar-se como alguns alunos de 3,4 anos aprenderam a formar sílabas e até mesmo escrever seu próprio nome. Através de algumas ferramentas como o Google Maps, alguns alunos ainda utilizaram o Rei da Matemática para potencializar suas aulas de Matemática e aprimorar os conhecimentos, algumas ferramentas interativas que favoreceram à Alfabetização como o Tux Paint.

Observou-se, porém durante as aulas online que muitos alunos estão a cada dia mais estressados, mais ansiosos, mais desmotivados pela “frieza” das aulas online. São inúmeros os desafios enfrentados. Muitos pais não podem acompanhar seus filhos, alguns ainda são muito pequenos e precisam de alguém que esteja ali com eles,



sendo que muitos pais trabalham e não tempo para ficar com a criança. Algumas crianças já está com 1 ou 2 anos, no mínimo, de atraso, esses impactos serão sentidos no próximo ano letivo, onde a Escola onde foi feito o Estágio já se fala em fazer um Nivelamento no próximo ano assim que se iniciarem as aulas.

Os efeitos da pandemia na educação estão sendo sentidos e, possivelmente, ainda nos seguirão durante alguns anos. A readaptação da realidade da sala de aula física para a sala de aula virtual trouxe mudanças para além da linguagem, mas como a forma de se relacionar mudou em vista da qual normalmente era utilizada. Segundo Kenski (2004)

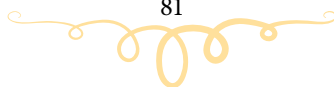
Estudantes e professores tornam-se desincorporados nas escolas virtuais. Suas presenças precisam ser recuperadas por meio de novas linguagens, que os representem e os identifiquem para todos os demais. Linguagens que harmonizem as propostas disciplinares, reincorporem virtualmente seus autores e criem um clima de comunicação, sintonia e agregação entre os parti-



cipantes de um mesmo curso. (KENSKI, 2004, p. 67).

Acredita-se que as aulas online, tenha sido um grande diferencial, um grande desafio. Muitos alunos nunca tinham imaginado um dia assistir aulas dessa maneira. Para amenizar essa situação, percebe-se as tentativas dos professores de dinamizar as aulas. Ser professor não é uma tarefa fácil, ainda mais em tempos de pandemia. Para a execução desse estágio foi preciso estudar bastante e ter muitos conhecimentos na área de tecnologia da informação e comunicação, aprender alguns conhecimentos relacionados a área de power point, word, excel. Estudou-se bastante acerca da oratória, como apresentar-se em público, foram feitas diversas leituras sobre os teóricos da Pedagogia de Projetos, tais como Prado (2005), Dewey (1979), Hernández (1998), Kilpatrick (1978), Di Giorgi (1992), entre outros. A experiência com o estágio foi primária, no entanto, serviu como uma ferramenta prática para dar início à docência.

Algumas das maiores dificuldades que os professores tiveram em relação ao EaD é que muitos



professores no período da pandemia não tinha um aparelho celular muito bom, mas tiveram de comprar, alguns professores se mostraram relutantes logo no início das aulas online de mostrarem o próprio rosto, alguns não se sentiam bem consigo mesmo. Essa foi uma das grandes dificuldades durante as aulas online, muitos alunos e até mesmo professores, não queriam ativar as câmeras, seja as aulas pelo aplicativo ZOOM ou Google Meet. Essa experiência ficará marcada para sempre na memória de todos. Um período em que parecia que as incertezas tomavam conta de nosso ser, no entanto, parece que vemos uma luz brilhar além do horizonte. A educação é transformadora, é libertadora. Para que a educação aconteça é preciso que todos estejam envolvidos com ela. Esse estágio e observação virtual foi uma experiência incrível, e de acordo com Shakespeare, “tudo vai quando termina bem”.

Entendemos que os termos remotos e híbrido não são recentes, mas foram ainda mais utilizados por conta da pandemia que atingiu o mundo nos anos de 2020, 2021 e parte de 2022 com exigências sociais de distanciamento e



isolamento sociais.

Pontuamos que não será possível uma discussão mais extensa em função de não serem esses temas amplamente discutidos na comunidade acadêmica.

É preciso entender que ensino remoto não é sinônimo de ensino EaD. De acordo com Bernardo (2021, p.1) “a modalidade remota de ensino é emergencial, pode fazer uso de tecnologia e ocorre no ambiente doméstico, mas é importante não confundir os conceitos que tratam de modalidades distintas”. O aluno tirará suas dúvidas com o professor e aprenderá, mesmo de forma online, os conteúdos passados, diferente do EaD, que muitas vezes as aulas são gravadas, a vantagem é que o aluno poderá assistir quando quiser. Também é importante ressaltar que, “O conceito de Educação a Distância não está relacionado apenas à utilização de computadores ligados à internet, pois, muito antes desta, já existiam iniciativas de educação por meio de cartas, telégrafos, rádios, cinemas e televisão.” (PILOTO, 2021, p.26).

Muito se tem discutido acerca do ensino remoto e

do ensino híbrido. No entanto, se faz necessário conceituá-los para poder diferenciá-los. O ensino remoto pode ser entendido como um sistema de aulas online ao vivo, ou seja, em tempo real. O ensino remoto valoriza a interação entre professor e aluno, mesmo que as aulas sejam online. De acordo com Godinho (2020) o ensino remoto pode ser caracterizado de algumas formas

[...] evidente que este modelo é uma solução pontual para um problema único, cuja implementação é urgente e que não dispõe de orientações de base ou informação sobre as características específicas dos seus destinatários. Em síntese, podemos apontar as seguintes características:

- Separação espacial entre professor e alunos;
- Comunicação bidirecional, maioritariamente, síncrona;
- centrado no processo de ensinar e na figura do professor;
- Falta de planeamento no que diz respeito ao modelo implementado;
- não consideração das características e recursos dos alunos (GODINHO, 2020, p.198).



O ensino remoto faz parte de um contexto em que se precisa ensinar em contextos extremos, muitas vezes onde precisa ter certa distância entre professor e aluno, é um espaço onde a sala de aula pode ser recriada através de uma ferramenta online. O processo de transformação muitas vezes pode ser árduo e doloroso, afinal de contas nem todas as mudanças são fáceis. Pode-se imaginar o quão difícil foi para educadores, pais e alunos mudarem seus hábitos de estudo presencial para o virtual, mesmo assim foi preciso.

Compreendendo a urgência do ensino remoto – diante de uma realidade social adversa – e sua especificidade no que tange às características já apresentadas anteriormente, há uma tendência em confundi-lo com a modalidade de ensino à distância, então é importante diferenciar ensino remoto de ensino a distância. Uma das principais diferenças básicas entre o EaD e o ensino remoto é que enquanto o EaD é uma modalidade de ensino, o ensino remoto não. O ensino remoto se configura como uma solução rápida, imediata e acessível em algumas instituições. No ensino a distância há toda uma preparação, estrutura e metodologias



aplicadas para ministrar as aulas.

De acordo com alguns autores (HODGES et al., 2020; BOZKURT; SHARMA, 2020) o ensino remoto também pode ser chamado de ensino remoto emergencial (ERE). O termo emergencial se aplica muito em função de um contexto social em que se obriga o distanciamento e o isolamento social, que no caso do Brasil nos anos de 2020, 2021 e parte de 2022, foi ocasionado pela pandemia. Acrescentamos que no contexto da necessidade do ensino remoto, educadores e estudantes precisaram discutir conceitos – além dos conteúdos obrigatórios das disciplinas – a partir de palavras que passaram a fazer parte do vocabulário das pessoas, com mais intensidade. Entre essas palavras podemos destacar aglomeração, pandemia, vírus, assintomático, colapso, confinamento, distanciamento social, higienização, entre outras palavras, que foram associadas ao ensino remoto e ao ensino híbrido em função do que a pandemia provocou. Nesse contexto, Sunde (et al., 2020), define ensino remoto, como:

[...] uma modalidade de ensino cuja



atividades ocorrem em ambientes virtuais, com ajuda de meios tecnológicos, permitindo a interação entre o professor e alunos mesmo estando afastados da escola. Este processo exige uma crescente demanda por formação continuada, na transformação da concepção sobre interação professor-aluno; na preparação adequada dos professores, além das mudanças estruturais nas instituições de ensino, tanto no domínio organizacional como no domínio do ensino e da investigação (SUNDE et al.,2020, p.4).

Um dos fatores a serem levado em consideração no que diz respeito ao ensino remoto é a utilização das tecnologias na era digital na qual a sociedade contemporânea está inserida, é preciso atualizar-se e estar ciente que as tecnologias mudam no decorrer do tempo e espaço, entretanto não desconhecemos que uma parcela da sociedade não tem acesso às tecnologias e não necessariamente sabem como utilizá-la. Para solucionar uma parte do problema, todos os atores das instituições educacionais precisam se atualizar, participar de capacitações, fazer formação



continuada constantemente visando melhorar e contribuir para a construção da educação.

Para impedir os avanços e a disseminação da covid-19 a medida inicial para combater os avanços da covid foi ficar em casa e distanciar-se das pessoas. Diante dessa situação uma das possíveis alternativas seria os alunos aprenderem em casa, a fim de se proteger do novo coronavírus e porque o processo de ensino e aprendizagem não poderia parar. De acordo com Campos (2022) diante da declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) de pandemia mundial, as instituições de Nível Superior tiveram de aderir a novas formas para ministrar as aulas.

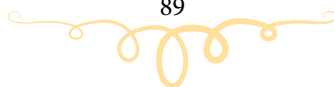
A tecnologia, sempre muito presente na sociedade, precisou ser ainda mais utilizada para que o ensino e a aprendizagem não “sofressem” por conta do distanciamento social, sendo assim, a tecnologia contribuiu em diversas áreas, não apenas na educação, celulares, tablets, smartphones, computadores, televisão, entre outras ferramentas tecnológicas contribuíram para a comunicação entre as pessoas que se encontravam distantes uma das



outras. O trabalho em *home-office*, por exemplo, que já existia, ganhou uma proeminência através da pandemia, pois esse estilo de trabalho passou a fazer parte da vida de muitas pessoas.

Provando o quanto a tecnologia poderia ser utilizada para romper barreiras, facilitando e auxiliando no processo da comunicação, diversos apps, ferramentas e softwares foram utilizados e passaram a fazer parte ainda mais do cotidiano de muitos alunos. Professores utilizaram diversas ferramentas como o Youtube, Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), o google classroom, entre outras ferramentas.

A utilização da tecnologia para agir sobre a informação é um caminho que se estabelece na criação, desenvolvimento e utilização dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Essa mudança de paradigma se refere a uma organização pedagógica em AVAs que busca por novas metodologias que sejam eficazes nesse ambiente (PEREIRA, 2016, p. 2).



Uma outra ferramenta que também passou a ser utilizada em algumas Instituições foi o Teams. O Teams é um exemplo clássico de uma ferramenta que muitas pessoas não ouviam falar, mas que, no entanto, passou a fazer parte da vida de muitos acadêmicos. O uso dessas ferramentas foi justamente visando que os alunos não ficassem prejudicados e que o ano letivo fosse perdido.

É importante ressaltar que apesar dos alunos fazerem parte da geração Z, ainda havia muitos que não tinham acesso e um pouco de desconhecimento das novas tecnologias acentuando ainda mais a desigualdade social existente no Brasil, o que dificultou em muito que o ensino remoto ocorresse de forma satisfatória em todas as “escolas” e para todos/as os alunos/as.

Costa (2020) reforça que em tempos de pandemia onde as medidas de prevenção pedem o distanciamento social o ensino passou a ser virtual e muitos alunos se viram diante de um desafio nunca visto antes. A desigualdade social existente em nosso país foi acentuada assustadoramente graças a pandemia, pois muitas crianças e adolescentes não



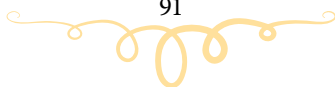
tinham ao menos um aparelho celular, alguns nem tinham o básico e essencial para as aulas online: acesso à internet.

Cumprindo o que foi sinalizado no início desse capítulo, passaremos a discutir o ensino híbrido, pontuando características e questões afins.

Sobre o ensino híbrido é importante ressaltar o quanto pode ser importante para os professores utilizarem novas práticas metodológicas em sala de aula.

No modelo híbrido, a ideia é que educadores e estudantes ensinem e aprendam em tempos e locais variados. Principalmente no Ensino Superior, esse modelo de ensino está atrelado a uma metodologia de ensino a distância (EaD), semipresencial, em que o modelo tradicional, presencial, se mistura com o ensino a distância e, em alguns casos, algumas disciplinas são ministradas na forma presencial e, outras, ministradas apenas a distância (BACICH, 2016, p. 4).

Pode-se entender que o ensino híbrido é a unificação entre ensino presencial e ensino online. As



formas desse ensino ocorrer são diversificadas podendo ser alguns dias em casa assistindo as aulas online e outros dias em sala de aula, pode ser também através de fóruns virtuais de discussão e ainda existe a opção de alunos/as poderem assistir na escola aulas que são gravadas e/ou transmitidas ao vivo por um professor em um outro ambiente. A partir do contexto imposto pelo período mais perigoso da pandemia, Salas (2021, p.1) afirma que, “o ensino híbrido ganhou força entre os docentes do segundo semestre de 2020”.

O ensino híbrido é uma junção do ensino presencial com o online, isto se configura dentro ou fora da sala de aula. O ensino híbrido é uma “nova forma de ressignificar os processos de ensino e aprendizagem numa ambiência escolar que está imersa na cultura digital” (COSTA 2020, p.34). O ensino híbrido pode ser considerado como um modelo de aprendizagem ativa onde o estudante ganha mais autonomia, liberdade e disciplina no processo de aprendizagem. No ensino híbrido, diferente do ensino remoto que acontece apenas de forma online, esse ensino é uma confluência do ensino presencial e online. Até



mesmo o ensino EaD presente em algumas Universidades e Instituições Particulares há alguns encontros presenciais. BOTH & SPINARDI (2018, p.5) destacam alguns benefícios do ensino híbrido

O ensino híbrido proporciona ao aluno maior autonomia, disciplina, flexibilidade de horários em grande parte das atividades, mas, também, a interação com o grupo nos momentos presenciais. Dessa forma, esse modelo permite aliar inúmeros recursos relacionados à aprendizagem, proporcionando a cada aluno a chance de aproveitar mais os momentos on-line e presenciais.

O ensino híbrido permite que tanto o aluno estude de casa, como permite também a interatividade entre o professor e seus colegas. É importante observar que para que exista o ensino híbrido é necessário é preciso ter toda uma estrutura, preparação, didáticas e metodologias. Vemos por exemplo os modelos semipresenciais existentes onde é frequente os ambientes virtuais de aprendizagem (AVA).

O ensino emergencial remoto e o ensino híbrido



constituíram-se como desafio “trazendo” consigo ferramentas digitais que auxiliaram no processo de ensinar e aprender. O que se percebeu nos anos de 2020 e 2021 foi uma busca constante e intensiva por parte dos profissionais de educação em continuar com as aulas mesmo sendo a distância. Diversos profissionais da educação precisaram se reinventar adquirindo novos aparelhos celulares, comprando notebooks, aumentando os megas da internet em suas casas, tentando fazer o possível para continuar com a vida “normal” de um professor.

Todo esse percurso trouxe à tona a reflexão sobre as teorias acerca da aprendizagem. Diversos estudos foram feitos acerca do desenvolvimento da aprendizagem que são estudados pela Psicologia da Educação. De acordo com Pilleti (1994) as contribuições abrangem dois aspectos: compreensão do aluno e compreensão do processo ensino-aprendizagem. Importante observar que, para que a aprendizagem ocorra é preciso que haja dois tipos de motivações, a motivação intrínseca e extrínseca. Essas motivações fazem com que o aluno aprenda, interaja e



participe das aulas.

Entende-se que a construção da aprendizagem se dá num meio cultural e quanto é importante observar as particularidades e especificidades de cada indivíduo. Há um tempo acreditava-se que a aprendizagem só poderia ser construída na escola, dentro de quatro paredes, mas inúmeras discussões já davam conta de que o ensino e aprendizagem não poderia/deveria restringir-se à sala de aula formal e física e estes debates provocaram o entendimento – mesmo que possa não ser um consenso – de que a sala de aula é todo local onde se possa aprender e onde se possa construir conhecimento. O período da pandemia em que as aulas precisaram ser remotas, num primeiro momento, e/ou híbrida (após flexibilização do distanciamento social), colocou holofote na “certeza” de aulas poderiam ser – ou não – exclusivamente nas escolas formais. A necessidade do cuidado com a saúde da população, de certa forma, provocou o “olhar” para observar que existem diversas formas para se ensinar e aprender e que existem um processo para ensinar e aprender.

DESIGUALDADE SOCIAL E OBSTRUÇÃO AO ACESSO IGUALITÁRIO NO ENSINO REMOTO

Devido à desigualdade social no Brasil, é possível identificar quem pode acessar as aulas por meio de seus dispositivos de tecnologia e da rede de internet e quem é totalmente inútil. Além disso, a paisagem natural da escola foi substituída por telas que se limitavam aos espaços domésticos, muitas vezes inadequados para isso. Portanto, aqueles alunos com alto poder aquisitivo se saem melhor em seus estudos e muitas vezes se beneficiam das soluções de tecnologia (DIAS., PINTO, 2020). Também é possível perceber a falta de aprendizagem digital, que não cabe a todos os professores utilizarem as tecnologias de informação e comunicação de forma eficaz e eficiente e eficaz para a organização discente (ARAÚJO, 2012). A falta de preparação para esses sistemas de informação compromete a eficácia da educação a distância.

Portanto, a falta de treinamento e equipamentos



dificulta a continuidade do ensino. É importante destacar também que nesta epidemia existe uma estreita relação entre cuidadores e jovens do setor educação. A falta de motivação em casa pode levar a problemas relacionados ao declínio do desempenho acadêmico e à perda de desenvolvimento mental. Essas condições podem aumentar o abandono escolar no período pós-epidemia (PALU; SCHÜTZ; IMAYER, 2020).

O corpo docente é desafiado a ensinar o uso de técnicas didáticas que amenizem o momento atual, visto que os agentes de saúde temem uma possível eclosão da COVID-19 com o retorno das classes humanas (BRASIL, 2020). Isso poderia aumentar ainda mais a detenção pública e reduzir a educação. Portanto, você precisa ter expectativas realistas sobre as várias soluções que estão disponíveis, sabendo que são os métodos mais importantes disponíveis atualmente, mas que não atenderão a todos os requisitos de curso esperados e previsíveis no curso.

Diante do estado atual da epidemia de infectados pela corona vírus (COVID-19), onde uma escola é ocupada



à mercê do vírus que ameaça a saúde pública, repensar sua função e buscar novas estratégias é fundamental para que a instituição aplique seu verdadeiro significado - criar a possibilidade, o aluno aprende, entende seu papel e transforma o mundo ao seu redor (UMFIRE, 2008). Portanto, para que essa função seja eficaz, é necessário que o professor consiga se reorganizar para atender às mudanças ocasionadas pela epidemia global.

No início de 2020, todas as escolas seguiram seus planos, como costumam fazer no início do ano, para se preparar para seus programas anuais, mas esses programas tiveram que ser “encerrados” devido ao novo corona vírus, onde as escolas em todo o Brasil foram fechadas para salvar vidas de alunos e funcionários.

A Organização Mundial de Saúde classificou a doença como uma pandemia devido à magnitude da propagação e, no momento, nenhum tratamento específico ou tratamento para COVID-19. A epidemia representa um desafio de saúde pública que requer esforço urgente por conta das perdas de vidas humanas. Como medidas preventivas,



foi estabelecido o afastamento social e, em decorrência, as atividades escolares foram suspensas (OMS, 2020).

Essa medida teve um grande impacto, pois as autoridades estavam despreparadas para tais mudanças. Na incerteza quanto ao retorno às aulas, secretários municipais de educação de todo o país discutiram alternativas ao calendário escolar para 2020 para que as famílias pudessem dar continuidade ao conteúdo em programas de aprendizagem com Educação em Emergências Remotas (FIOCRUZ, 2020).

No que diz respeito aos acadêmicos do curso de Graduação em Letras, muitas preocupações surgem sobre como ensinar um determinado conteúdo, ou seja, quaisquer ferramentas e métodos técnicos a serem usados, o que os alunos podem acessar, preocupações com o idioma, então há muitas preocupações e desafios no qual eles estiveram presentes e participaram do processo.

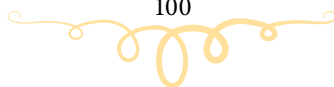
Com o ensino a distância, é importante reverter a abordagem irracional do ensino, pois a situação mudou e, tanto professores quanto alunos saíram de suas “zonas



de conforto” para os espaços digitais. O mundo visual abriu as portas para esses novos tópicos que, até então, que achavam que sabiam manusear uma determinada máquina e/ou pouquíssimos sistemas que encontravam na palma da mão. Para que o processo de aprendizagem fosse legível, os professores tiveram que aprender novas habilidades em um curto período.

Neste modelo instrucional de educação à distância, as aulas ocorrem durante a sincronização (de acordo com os princípios do ensino presencial), com vídeo da aula ministrada, discussão do programa estabelecido pela instituição, agora desenvolvido na web, há espaço para o recreio, onde os professores se reúnem para uma variedade de atividades utilizando ferramentas de ensino disponibilizadas pelo Google For Education. Além disso, há diversas plataformas que podem ser utilizadas para o desenvolvimento da Educação à Distância, como o Google Classroom, que permite que as aulas sejam organizadas de maneira a facilitar a inserção do aluno nesse novo ambiente.

Como já foi referido, a Língua engloba um vasto



leque de conteúdos pedagógicos que, em muitos casos, o professor hesita em saber por onde começar. Entre esses conteúdos estão a produção de textos, leitura, compreensão de textos, tipos de textos, regras gramaticais, conteúdos desafiadores para trabalhar na educação a distância, haja vista que os alunos não se sentem mais à vontade trabalhando juntos, pois a escola priorizou o texto, deixando de lado o trabalho oral tão necessário para o desenvolvimento dos alunos.

Conforme Oliveira, Martins e Carvalho (2020), “a presença dos recursos digitais no processo de ensino e de aprendizagem é cada vez mais necessária para que ocorra uma melhor organização do ambiente de aprendizagem e permita ao professor e ao aluno interagirem de forma mais ativa” (p. 93).

A escrita pode criar uma variedade de mudanças, sejam elas sociais, culturais, econômicas ou linguísticas, cujo desenvolvimento torna o tema parte de outros grupos sociais. Portanto, a distribuição adequada pode significar inclusão do humano na sociedade e pode significar que

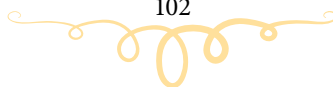


ele o usa e controla em seus vários níveis, desde a simples nota ao texto científico. Essas mudanças, aparentemente, eram políticas, sociais, econômicas e, mais importante, mudanças de linguagem, afetando também o processo de aprendizagem.

Por causa dessas circunstâncias, tem sido um grande desafio adaptar o currículo para atender a essas necessidades. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), publicados em 1998, e, mais recentemente, a Base Curricular Comum Nacional (BNCC) em 2018, são diretrizes nacionais desenvolvidas com o objetivo de nortear as práticas de ensino em sala de aula.

É importante notar que algumas das representações de Martins (1994, p. 23) enfatizam a natureza e os níveis de aprendizagem, pois se pode ler com o propósito de entreter, informar e / ou ensinar. Dentre os três tipos de leitura, um não é livre para se envolver com o texto, mantendo uma relação conversacional com ele.

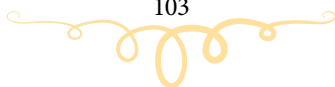
Aprender significa interromper a passagem do aluno e lidar com a situação, mas, como resultado, ele deve



abandonar o processo de nomear e recriar um conhecimento novo e básico das necessidades sociais e da escrita.

O ensino da Língua se estrutura como uma divisão da leitura e é uma forma de escrita, pois sua finalidade é o texto e, nele, visa desenvolver o leitor / escritor independente, que possa compreender diferentes tipos de textos e expressar ideias para melhorar seu processo social, conforme previsto nos documentos.

A videoconferência (no contexto da educação), por exemplo, é um gênero relativamente popular. Esse recurso é semelhante a conversas com convidados, mas tem um tema consistente e um horário claro para trabalhar com parceiros definidos. As videoconferências são compatíveis com as aulas presenciais e, na verdade, são métodos utilizados para fins profissionais ou educacionais e são baseadas em tecnologia avançada, já que hodiernamente podemos nos comunicar em tempo real. Como pode ser visto nos casos em que este novo tipo de aula é colocado em prática, a escrita é usada com moderação e as chamadas de aproximação com uma imagem de circuito fechado são importantíssimas para



a comunicação entre as partes.

Pode-se dizer que as videoconferências são um precursor da vida: a apresentação de conteúdos lúdicos, educacionais ou para qualquer outro fim, via streaming ao vivo, exibidos nas redes sociais. Seja uma das ferramentas utilizadas para aulas em local remoto ou ensino a distância.

Mesmo antes da pandemia, as plataformas de EAD receberam pouco espaço e aceitação do público em geral. Trata-se de cursos em vários níveis oferecidos em ambiente de sala de aula, cujo conteúdo é apresentado de forma coerente ou consistente, ministrado por professores ou tutores. Técnicas de comunicação como debates, fóruns, questionamentos, leituras ou reprodução de vídeos ou arquivos de áudio (podcasts).

OS IMPACTOS NOS ALUNOS: A EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar pode ser relacionada com diversas situações como a retenção ou repetência do aluno



na escola, a saída do aluno da instituição, a saída do aluno do sistema de ensino, a não-conclusão de um nível de ensino, o abandono escolar e o não ingresso no sistema de ensino, conforme apontam Figueiredo e Salles (2017).

Portanto, é possível afirmar que a evasão escolar pode partir de fatores intrínsecos ou extrínsecos ao ambiente escolar. Dore, Sales e Castro (2014) citam também a dificuldade não apenas no letramento, mas nas disciplinas em geral, o que pode influenciar na percepção individual de capacitação e formação intelectual, produzindo sentimentos de fracasso e desmotivação, que podem escalar para uma situação de repetência e abandono. E um contexto familiar precário, no sentido de “dificuldades financeiras e familiares; afastamento da família; problemas de saúde (pessoal ou familiar); gravidez; uso de drogas. ” (DORE; SALES; CASTRO, 2014, p. 384).

Em suma, de acordo com Figueiredo e Salles (2017), o ponto principal identificável em todas as situações de evasão é o abandono do curso, o que não significa necessariamente que o vínculo jurídico com a instituição



de ensino seja rompido pelo aluno, justamente por se tratar de um contexto de abandono sem previsão de volta. O documento produzido em 1996 pela Comissão Especial de Estudos Sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras caracteriza a evasão em três formas distintas: a evasão de curso: quando o estudante afastar-se do curso superior em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou remoção (mudança de curso), exclusão por norma institucional; a evasão da instituição: quando o estudante afasta-se da instituição na qual está matriculado; e a evasão do sistema: quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior (COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS, 1996, p. 20).

Em se tratando especificamente das causas relacionadas ao contexto institucional das escolas, uma delas é a baixa qualidade do ensino fundamental, cujos impactos podem ser sentidos a médio e longo prazo na forma de um descompasso entre o ritmo de internalização dos conhecimentos do aluno em relação aos seus colegas,



situação que também se refletirá conseqüentemente durante o curso técnico.

Nesse sentido, é possível concluir que o dano não se apresentará somente na dinâmica cognitiva do aluno, visto que este descompasso pode até mesmo se tornar motivo de bullying por parte dos colegas, resultando em desânimo e vontade de não frequentar mais a instituição de ensino, portanto este fator deve ser observado com atenção. Este pode ou não estar relacionado apresenta de maneira bem sucinta o conceito de evasão como “um fenômeno social complexo, definido como interrupção no ciclo de estudos” (FIGUEIREDO; SALLES, 2017, p.4).

Como forma de evitar a evasão escolar e combater este problema, é importante que as escolas se adaptem e mudem suas estratégias de forma a tender as novas necessidades da população. Assim, o ensino precisa se tornar atrativo, a escola precisa motivar o aluno a se tornar participativo, mesmo em casa. O professor precisa ser um agente motivador, é preciso cativar os alunos. Para que isso ocorra, é importante acolher, compreender quais são as



necessidades daquele aluno, quais são suas características frente a esta realidade, e de que forma a escola pode contribuir (NOGUEIRA, 2020).

As questões relacionadas ao isolamento, falta de contato com amigos, familiares, o aumento de problemas relacionados à saúde mental são questões que precisam ser consideradas; não é possível dar continuidade a um processo de ensino ignorando todos os fenômenos causados pela pandemia (NOGUEIRA, 2020).

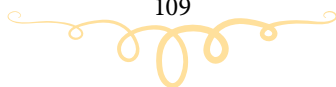
A gestão escolar tem um papel fundamental neste cenário, e precisa atuar de forma a promover o acolhimento e minimizar esta evasão, além disso, é preciso considerar mudanças estruturais como a postergação do calendário escolar visando minimizar os prejuízos aos alunos (NOGUEIRA, 2020).

Em debate realizado por participantes de audiência que acompanha políticas públicas adotadas durante a pandemia, foi salientada a necessidade de ampliar o acesso à internet, banda larga e as estratégias pedagógicas que podem promover o acolhimento (BAPTISTA, 2020).



Neste contexto, Cezar Miola, conselho do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul apontou a necessidade de se agilizar a implementação de umas das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) que prevê a universalização do acesso à internet com alta velocidade como uma ferramenta importante do processo de educação e comunicação. O conteúdo das aulas Lead não pode ser acessado facilmente com serviços de internet muito lentos ou básicos, pois se baseiam no acesso à portais, fóruns, download de apostilas, atividades, e, especialmente, o acesso às videoaulas; assim, existe a necessidade de oferecer acesso universalizado à internet de alta velocidade (BAPTISTA, 2020).

Para diminuir os impactos por conta do distanciamento social, a França e a China, estão orientando os professores e alunos a manterem a interação por meio de diversas plataformas virtuais e de ensino a distância. Escolas do Japão tem utilizado diversas plataformas online para oferecer exercícios e vídeos para os alunos; o Irã mudou a programação televisiva para poder apresentar aulas; na Itália, professores organizaram grupos em redes

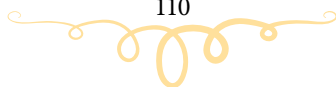


como Facebook e Whatsapp com os seus alunos para poder ter um contato durante o período (SILVA, 2020).

No Brasil, observa-se a cada semana anúncios de páginas de plataformas educacionais junto com guias de professores e alunos para o uso. Em meio a tantas mudanças e tantas informações é importante avaliar o que é realmente considerável.

A escola, tem o seu papel dentro da sociedade, ela é a responsável por promover educação, socialização e cuidar de crianças e jovens enquanto os pais estão fora, trabalhando. Assim, as escolas precisam utilizar todos os recursos disponíveis para promover esse cuidado durante o período da pandemia, independentemente da situação do isolamento social (SILVA, 2020).

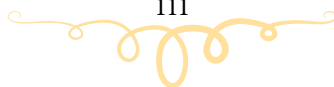
Durante este período é importante continuar com a interação humana, não só por um conteúdo escolar, mas também para poder criar uma plataforma de apoio psicossocial devido as diversas consequências que o isolamento social pode causar nos jovens. Com a criação de grupos no Whatsapp ou Facebook, é possível promover a



manutenção do contato social de forma eficiente e simples, entretanto, é preciso resolver a questão do acesso. Assim, todas estas questões estão atreladas (ROCHA, 2020).

De forma prática, para escolher uma plataforma online para assim poder organizar as atividades é importante que os professores conheçam as melhores opções para cada finalidade. O Google Classroom é uma ótima ferramenta de ensino e educação, gratuita e de fácil uso, bem como Moodle (ROCHA, 2020).

Os professores precisam buscar formas de atrair a atenção dos alunos e mantê-los motivados com os conteúdos EaD, assim, a seleção de conteúdo online de acordo com a disciplina é essencial. Existem muitas opções de conteúdo na internet com boa qualidade e de acesso gratuito, assim, é importante que o professor possa fazer uma pesquisa para estruturar o que pretende oferecer para os alunos. O Youtube mesmo tem milhares de vídeos de canais excelentes de educação do Brasil. A Khan Academy é uma boa plataforma de educação e está alinhado em todos os conteúdos do currículo escolar, além disso, ela dispõe

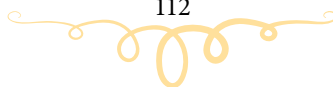


um grupo de orientações para os professores e para os pais para poder auxiliar dentro desse distanciamento social (ROCHA, 2020).

Ensinar tudo a distância na maioria das vezes pode ser algo muito diferente e desafiador para diversos estudantes. Pois é necessário considerar que nem todos os alunos vão poder estar online no mesmo tempo, e que vão ter algumas dificuldades com o computador ou então com a conexão com a internet; além disso, por se tratar de uma “escola em casa” os alunos podem estar distraídos, não prestar a devida atenção, e é bem mais difícil de saber que estão com alguma dificuldade. Envolver toda a família é muito importante, e esse é um período que precisa da união de todos da sociedade.

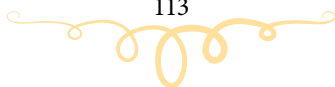
O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO E AS MUDANÇAS ENFRENTADAS PELOS PROFESSORES NA PANDEMIA DE COVID-19

É de conhecimento geral, que os professores



(de todos os níveis e etapas de ensino) devem se adaptar sempre, sobretudo, em meio a uma nova realidade de ensino que não mais se restringe a perspectiva presencial. Há, atualmente, no Brasil, um crescimento exponencial da educação a distância (EAD), principalmente, no ensino superior, dados do INEP (BRASIL, 2010) corroboram para este fato apontando que o percentual de matrículas em cursos de EaD passou de 0,2%, em 2001, para 14,1% em 2009, o que demonstra um crescimento de percentual 6.950% desta modalidade de ensino.

Seguindo este raciocínio, será salientada a contribuição do intelectual Moran (2001), de que, atualmente, podem ser consideradas as seguintes modalidades de Educação: presencial e a distância, além de modelos híbridos de ensino, chamados de Blended Learning, que seria uma junção das possibilidades do EaD com a modalidade presencial, por exemplo, algumas universidades federais utilizam moodle ou AVA (que são plataformas de ensino e abordagem online) para o desenvolvimento de atividades nos cursos presenciais.



A modalidade presencial é a comumente utilizada nos cursos regulares, onde professores e alunos encontram-se sempre em um mesmo local físico, chamado sala de aula, e esses encontros se dão ao mesmo tempo: é o denominado ensino convencional. Na modalidade à distância, professores e alunos estão separados fisicamente no espaço e/ou no tempo. Esta modalidade de educação é efetivada através do intenso uso das tecnologias da informação e comunicação, podendo ou não apresentar momentos presenciais.

Em conformidade com as disposições de Nunes (1994), a Educação a Distância se configura enquanto um recurso de valor e importância incalculável no sentido de atender o maior número de alunos, de maneira mais abrangente e efetiva do que outras modalidades, sem reduzir a qualidade dos serviços oferecidos em decorrência da ampliação da clientela atendida, possibilitando, assim, a formação de cada vez mais alunos, tornando a educação mais acessível. Situação que só encontra viabilidade pelo fato do desenvolvimento de novas tecnologias nas áreas de informação e comunicação que passam, cada dia mais,



a abrir uma grande diversidade de novas possibilidades e perspectivas para os processos de ensino-aprendizagem à distância e no que diz respeito às modalidades híbridas.

Desta forma, novas abordagens têm surgido em decorrência da utilização crescente em multimídias e ferramentas de interação a distância no processo de produção de cursos, pois com avanço das mídias digitais e da expansão da internet, torna-se possível o acesso a muitas informações, permitindo a interação e a colaboração entre pessoas distantes geograficamente ou inseridas em contextos diferenciados.

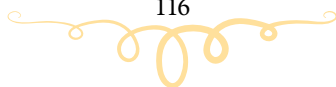
Segundo Valente (2014), o blended learning ou ensino híbrido vem sendo usado no Ensino Básico e no Ensino Superior, sobretudo, em países como Estados Unidos e Canadá. Ainda em conformidade com o autor citado, esta combinação da dimensão on-line com a da sala de aula presencial pode vir a beneficiar substancialmente o ensino-aprendizagem dos alunos sob diversos aspectos. Sobre esta tendência de ensino no Brasil, Moran (2014) acredita que essa modalidade que pode trazer uma grande



diversidade de transformações no ensino presencial e nas disciplinas ou cursos realizados a distância. O autor ainda aponta que “As instituições utilizarão o blended como o modelo predominante de educação, que unirá o presencial e o EaD. Os cursos presenciais se tornarão semipresenciais, principalmente na fase mais adulta da formação, como a universitária.” (MORAN, 2014).

Somando-se a isso, a metodologia a educação a distância possui uma relevância social muito importante, pois permite o acesso ao sistema àqueles que vêm sendo excluídos no processo educacional superior público por morarem longe das universidades ou por indisponibilidade de tempo nos horários tradicionais de aula, uma vez que a modalidade de Educação a Distância contribui para a formação de profissionais sem deslocá-los de seus municípios, como salientados por Preti (1996):

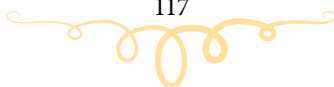
A crescente demanda por educação, devido não somente à expansão populacional como, sobretudo às lutas das classes trabalhadoras por acesso à educação, ao saber socialmente produzido concomitantemente



com a evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos está exigindo mudanças em nível da função e da estrutura da escola e da universidade. (PRETI, 1996, p. 34).

Visto as considerações que tivemos a oportunidade de compartilhar ao longo do desenvolvimento da nossa ideia central, constitui-se como de extrema importância, a partir do presente momento, salientarmos a necessidade do debate de que muitos professores ainda não estão preparados intelectual, pedagógica e tecnicamente para esse novo paradigma educacional que emerge no cenário educacional contemporâneo na figura da educação a distância.

Há necessidade do governo nas suas diferentes esferas, da academia e das empresas educacionais promoverem cursos de formação e atualização profissional direcionados aos professores que irão atuar diretamente com essa modalidade de ensino. Nesse contexto, as novas tecnologias da informação e da comunicação aplicadas a essa modalidade de ensino, devem ser muito bem utilizadas pelos profissionais da educação para que possam promover

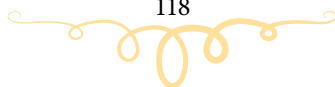


um processo de ensino-aprendizagem significativo para todos os educandos envolvidos nesse processo.

Outro ponto a se discutir é o da inclusão educacional promovido pela EAD aos jovens trabalhadores e aos profissionais que já se encontram vinculados ao mercado de trabalho. Buscamos afirmar que a educação por si só já tem um papel de inclusão social inquestionável por parte de qualquer pessoa, mas a educação a distância se destaca ainda mais pelo fato de romper com a necessidade do educando estar presente fisicamente em uma sala de aula em um determinado horário.

Os atuais recursos tecnológicos oferecidos pelo mercado na atualidade, especialmente o celular, favorecem a educação a distância, uma vez que pode vir a ser utilizado para fins educacionais, além de oportunizar ao educando a mobilidade nos seus estudos. Isso representa um rompimento da relação espaço-tempo no cenário educacional.

Em meio a este espaço contextual, a Educação a Distância tornou-se um instrumento fundamental de promoção de oportunidades, visto que muitos indivíduos,

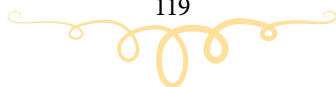


apropriando-se deste tipo de ensino, podem concluir um curso superior de qualidade e abraçar novas oportunidades profissionais (PORTAL DO CONSÓRCIO CEDERJ/FUNDAÇÃO CECIERJ, 2010).

Maia & Mattar (2007) ressaltam a Educação a Distância atualmente é praticada nos mais variados setores. Ela é usada na Educação Básica, no Ensino Superior, em universidades abertas, universidades virtuais, treinamentos governamentais, cursos abertos, livres etc.

Sobre a Educação a Distância, o Art. 80 da Lei 9.394/96 (LDB, 1996) a determina como sendo a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas, em lugares ou tempos diversos.

Conforme o ensino a distância tem evoluído, vários termos têm sido usados para descrever a técnica particular utilizada. Adicionalmente, estas técnicas de ensino a distância têm se tornado mais amplamente



difundidas nos sistemas educacionais e organizacionais, criando terminologias e definições ainda mais únicas. Antes de discutir a avaliação de programas de ensino a distância, é necessário delinear as principais formas de ensino normalmente descritas na literatura especializada.

Ensino a distância é o treinamento que ocorre sincronicamente, ou seja, o material é entregue a todos os participantes ao mesmo tempo embora eles estejam geograficamente distantes. Segundo Sanchez (2007), ele é definido como a entrega do treinamento através de instrução eletronicamente mediada, incluindo satélite, vídeo, áudio, computador audiográfico e tecnologia multimídia.

Entre os tipos de tecnologia utilizados, tem-se por exemplo interações usando voz (como fitas de áudio, correio de voz, audioconferência), dados (baseados em computadores ou na internet), vídeo (fitas de vídeo, mensagens de vídeo ou transmissões) e combinações dos três (programas ou mensagens de multimídia).

Alguns autores separam o ensino a distância do conceito mais amplo de ensino virtual, que é o treinamento

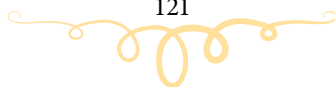


que se baseia nas variedades de novas tecnologias na internet. Embora qualquer forma de ensino virtual possa ser útil para públicos geograficamente dispersos, ele também pode ocorrer em um local específico, em um ritmo individual.

Para Freire (1985), todo conhecimento é um ato profundamente dinâmico e que exige uma ação transformadora sobre a realidade cognoscível. Conforme o autor, todo verdadeiro conhecimento:

Demanda uma busca constante, implicando em invenção e reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato de conhecer, pelo qual se reconhece, conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. (FREIRE, 1985, p. 16).

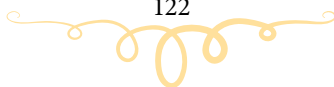
A comunicação em rede e o mundo virtual são uma realidade com a qual se convive todos os dias. Os professores que resistem às mudanças propiciadas pela comunicação em rede criam uma situação que tem aprofundado as



dificuldades de comunicação entre docentes e discentes, repercutindo em desinteresse referente às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's). Tal modelo de ensino estagnado, imerso na cultura oral e visual, fomenta cada vez mais o afastamento entre uns e outros. Desta forma, levanta-se, como problema do estudo, o seguinte questionamento: como o uso crescente e contínuo das novas TIC's promovem mudanças nas práxis docentes na formação continuada de professores, gerando a aquisição dos saberes?

Tanto em âmbito teórico quanto prático, diversas são as produções acadêmicas que antecederam esta que agora se pretende empreender, no que diz respeito à análise conjunta e interdisciplinar da tecnologia e da docência. Seja sob o viés da formação de professores, do Ensino à Distância (EaD), de propostas de análise descritiva e/ou melhorias no que se refere à presença de aparato tecnológico em escolas e universidades, o campo de estudos da interação entre tecnologia e educação apresenta resultados promissores apesar de ainda estar longe do esgotamento.

No âmbito educacional, destaca-se a consciência



de que a nova dinâmica educacional para o ensino e a aprendizagem deve dar subsídios para uma melhor absorção dos conteúdos, contribuindo, portanto, para diminuir e/ou extinguir, por completo, as causas e os efeitos da falta de interesse pelas aulas ministradas.

É imprescindível a qualquer indivíduo analisar os efeitos dos recursos tecnológicos (rádio, televisão, cinema, imprensa) que vêm crescendo exponencialmente nos últimos dois séculos, inclusive no contexto educacional. Contudo, o avanço da internet foi algo que revolucionou o modo de utilizar os recursos tecnológicos no ambiente educacional e na divulgação científica, visto que todos convergem para uma transmissão de conhecimento cada vez mais presente na sociedade. Sobre o uso da Internet e a convergência das mídias digitais podemos afirmar segundo Bueno (2009, p. 15) que:

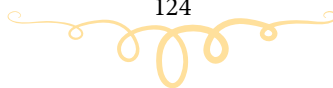
O universo da comunicação tem sofrido mudanças profundas nas duas últimas décadas, sobretudo com o advento da web e a convergência das mídias. Com isso, o processo de interação especialmente com as no-



vas gerações exige qualificação das estruturas de comunicação para dar conta das novas demandas oriundas da explosão das novas tecnologias e da emergência de formas múltiplas e criativas de circulação de dados e informações (BUENO, 2009, p. 15).

As Tecnologias de Comunicação e Informação trouxeram diversas contribuições tais como, maior velocidade no processamento de dados, transmissão de mensagens (vídeos ou textos), além de aquisição de conteúdos didáticos. As TICs podem ser usadas como ferramentas influenciadoras no processo de ensino da matemática, em peculiar quando refere-se ao uso do computador e seus recursos tecnológicos tais como softwares (gratuitos) voltados para o ambiente escolar, constituindo-se como um fator crucial para que o professor consiga tornar os diversos conteúdos matemáticos como, por exemplo, funções e gráficos, mais dinâmicos e interessantes sob o ponto de vista dos alunos.

Os softwares gratuitos (open source) são programas



de computador que você pode usá-lo sem pagar, ou seja, são aqueles que estão sob uma licença livre e que seu uso e distribuição são permitidos a todos. No entanto, um software pode ser gratuito e livre, por outro lado, pode ser também gratuito e fechado. Os softwares pagos são aqueles que têm um dono, o uso de sua licença é comercial e na maioria das vezes é paga para utilizá-la. Outra modalidade de software muito utilizado no contexto educacional são os que se enquadram na categoria de softwares educativos.

Os softwares educacionais são programas de computador que nomeiam um conjunto de instruções ordenadas que são entendidas e executadas pelo computador, como por exemplo, jogos educativos. Partindo desse pressuposto, um dos pontos positivos em relação à utilização dos softwares educacionais no meio educacional é que são ferramentas onde possibilita os professores a inovar nas metodologias educacionais. Apesar disso, devem-se analisar ainda os efeitos que esses meios desempenham na sociedade, pois nem só de avanços positivos eles são formados. Sabe-se de alguns pontos negativos que podem

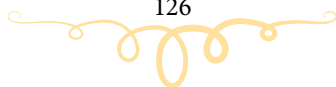


ocorrer nos softwares educacionais, tais como: erros de sintaxe local (Uma janela de erro aparecer na tela) e erros de inicialização podem ocorrer algumas vezes.

As TICs, sem sobra de dúvidas, fortalecem o papel de imersão da educação no mundo cada vez mais globalizado. O constante e inovador uso desses meios de tecnologias e informação abre um leque de novas possibilidades de construção de conhecimento e divulgação científica, fazendo com que o conhecimento chegue cada vez mais longe e a um maior número de pessoas como a maior velocidade possível.

Segundo Delores (2001, p.66) [...] “a utilização das tecnologias na educação pode revestir formas variáveis” [...].

Contudo, deve se manter sempre o princípio da igualdade de oportunidades. Trata-se de fazer com que os que têm mais necessidades, por serem mais desfavorecidos, possam beneficiar-se destes novos instrumentos de compreensão do mundo. Deste modo, os sistemas educativos, ao mesmo tempo em que fornecem os indispensáveis modos de socialização, conferem, igualmente, as bases de uma



cidadania adaptada às sociedades de informação.

Quando tudo está correto, o uso feito de maneira adequada dos recursos tecnológicos, bem como uma preparação adequada dos professores e tutores é feita e repassada aos alunos, o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação podem ser bem utilizadas em sala de aula. Para os alunos será uma imersão em um ambiente novo, onde eles podem se utilizar dos próprios métodos e andar com os próprios pés a caminho de seu aprendizado, ou com os dedos dependendo do recurso tecnológico.

Para o desenvolvimento do presente trabalho será feito uso de uma pesquisa bibliográfica e documental. A primeira, será feito uso de trabalhos acadêmicos tais quais livros, periódicos, artigos dentre outros, escritos sobre a mesma temática em questão, a fim de se embasar teoricamente aquilo defendido e proposto no desenvolvimento desta pesquisa. Conforme Boccato (2006, p. 266):

Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado



na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (BOCCATO, 2006, p. 266).

Já a pesquisa documental será usada para trabalhar conceitos técnicos de alguns conceitos técnicos sobre dispositivos de hardwares, plataformas educacionais bem como outros termos que possam vir a necessitar de conceituação. Este tipo de pesquisa segundo Cellard (2008) utiliza-se de fontes primárias, ou seja, dados e informações que ainda não foram tratadas de forma científica.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

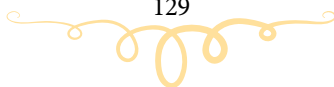
A Educação Especial, enquanto campo de direitos e de disputas históricas, reflete os movimentos sociais, políticos e educacionais que atravessaram o Brasil nas últimas décadas. Sua trajetória é marcada por tensões entre



perspectivas assistencialistas, medicalizantes e inclusivas, que influenciaram as formas de atendimento às pessoas com deficiência no sistema educacional. Nesta seção, analisa-se a constituição histórica da Educação Especial com base nos estudos de Sousa (2020) e Mendes (2017), que contribuem com leituras críticas sobre as políticas, os discursos e os desafios que envolvem a inclusão escolar no país.

Com base no estudo de Sousa (2020), observa-se que a história da Educação Especial no Brasil está fortemente ligada às práticas de exclusão, institucionalização e segregação de pessoas com deficiência. Durante muito tempo, a presença desses sujeitos foi negada nos espaços escolares, sendo sua educação relegada a instituições filantrópicas ou às famílias, quase sempre sem acompanhamento pedagógico qualificado. Essa invisibilidade histórica contribuiu para o atraso na formulação de políticas públicas que reconhecessem as pessoas com deficiência como sujeitos de direito à educação.

Segundo a autora, os primeiros registros sistematizados sobre a educação de pessoas com deficiência



no Brasil datam do século XIX, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854) e do Instituto dos Surdos-Mudos (1857). Tais iniciativas, embora pioneiras, reforçavam uma abordagem médica e assistencial, com foco na reabilitação e na adaptação social, e não na aprendizagem em sentido amplo. Para Sousa (2020, p. 161), “as ações voltadas à educação da pessoa com deficiência surgem como resposta a demandas sociais específicas, mas não questionam a lógica excludente do sistema educacional”.

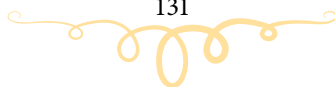
A partir do século XX, com o crescimento dos movimentos sociais e a influência das convenções internacionais, a pauta da inclusão escolar começa a ganhar visibilidade, especialmente a partir da década de 1990. Sousa (2020) destaca que esse processo esteve diretamente ligado às mudanças nas concepções de deficiência, que passaram a ser entendidas também em seus aspectos sociais e não apenas clínicos. Essa mudança de paradigma influenciou as diretrizes legais brasileiras, como a LDB de 1996 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, lançada em 2008.



No entanto, a autora ressalta que a presença de marcos legais não significa a efetivação automática de práticas inclusivas. Muitos desafios permanecem, como a ausência de acessibilidade física e pedagógica, a resistência de parte do corpo docente e a escassez de políticas públicas integradas. A história da Educação Especial, segundo Sousa (2020), deve ser compreendida como processo contínuo, permeado por conquistas, retrocessos e disputas por sentidos sobre o que é “educar” na diversidade.

Um ponto central abordado no estudo é a importância de se construir uma memória crítica da Educação Especial, que reconheça tanto os avanços quanto os limites das experiências passadas. Essa memória deve servir de referência para os educadores e formuladores de políticas públicas, permitindo a construção de práticas mais justas, acolhedoras e comprometidas com a inclusão plena. A história, como lembra Sousa (2020, p. 165), “não é apenas relato do passado, mas fundamento para a ação presente e horizonte para o futuro”.

A autora conclui que o desafio contemporâneo é



consolidar a Educação Especial como parte integrante do sistema educacional, e não como política à parte. Isso exige a superação do modelo dualista que ainda persiste em muitas redes de ensino, onde a educação comum e a educação especial seguem caminhos paralelos e pouco articulados. A construção de uma escola inclusiva passa pela valorização da diferença como elemento constitutivo da aprendizagem e pela formação crítica dos profissionais da educação.

No estudo de Mendes (2017), a análise recai sobre a implementação da Educação Especial nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, espaços que têm ganhado centralidade na política educacional brasileira por seu compromisso com a formação técnica e a inclusão social. A autora parte da constatação de que, mesmo sendo instituições de referência, os Institutos Federais enfrentam contradições e desafios significativos para garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes com deficiência.

Mendes (2017) observa que os Institutos Federais, por sua natureza multicurricular e organizacional, demandam práticas pedagógicas diversificadas e inovadoras, o que



poderia favorecer a inclusão. No entanto, ela identifica uma série de entraves, entre eles a falta de preparo dos docentes, a precariedade na oferta de recursos de acessibilidade e a ausência de políticas institucionais claras voltadas à Educação Especial. Tais dificuldades revelam a distância entre o discurso oficial e a realidade das práticas.

Um dos principais achados da pesquisa diz respeito à invisibilidade dos estudantes com deficiência nas políticas institucionais dos Institutos Federais. A autora mostra que, muitas vezes, não há dados sistematizados sobre esse público, o que impede o planejamento de ações pedagógicas específicas. Para Mendes (2017, p. 103), “a ausência de diagnóstico institucional fragiliza as iniciativas inclusivas e dificulta a construção de uma política educacional efetiva”.

Outro aspecto importante da análise é o impacto das avaliações padronizadas nos processos de inclusão. A lógica meritocrática presente nas formas de ingresso e avaliação acadêmica nos Institutos Federais pode representar uma barreira adicional para os estudantes com deficiência, que muitas vezes não têm suas especificidades



consideradas nesses processos. Isso gera experiências de exclusão e desmotivação, comprometendo o sentido da inclusão como princípio.

A autora também discute a formação docente como eixo estruturante das práticas inclusivas. Mendes (2017) defende que os professores dos Institutos Federais precisam ser preparados não apenas em termos técnicos, mas também éticos e políticos, para compreenderem a inclusão como um direito e um compromisso institucional. A formação inicial ainda carece de conteúdos sobre diversidade, deficiência e práticas pedagógicas inclusivas, o que se reflete em insegurança e resistência nas salas de aula.

Apesar das dificuldades identificadas, Mendes (2017) destaca experiências exitosas em algumas unidades dos Institutos Federais, especialmente aquelas que articulam ações pedagógicas com a escuta ativa dos estudantes e a cooperação entre os setores administrativos e pedagógicos. Essas experiências mostram que é possível construir práticas inclusivas mesmo em contextos adversos, desde que haja vontade política e engajamento coletivo.



Por fim, a autora propõe que a inclusão nos Institutos Federais seja pensada como política transversal, articulada ao projeto pedagógico institucional e sustentada por diretrizes claras de acompanhamento e avaliação. A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva exige o enfrentamento das desigualdades estruturais e o reconhecimento da diversidade como valor central na formação profissional e cidadã.

Com base nos estudos de Sousa (2020) e Mendes (2017), é possível afirmar que a Educação Especial no Brasil percorre um caminho complexo, marcado por avanços normativos e desafios práticos. Ambos os trabalhos apontam que, apesar da presença de políticas inclusivas, a efetivação dessas diretrizes ainda enfrenta barreiras históricas, culturais e estruturais. O reconhecimento da diversidade como princípio educativo exige mudanças profundas na organização escolar, na formação docente e nas concepções de aprendizagem.

Assim, a história da Educação Especial deve ser compreendida não como trajetória linear de progresso, mas



como campo de disputas e reconstruções. A luta por uma escola inclusiva demanda a articulação entre memória crítica, compromisso ético e ação pedagógica transformadora. A inclusão não é uma meta a ser alcançada, mas um processo contínuo que exige engajamento político, institucional e humano por parte de todos os que atuam na educação.

Assim, salienta-se que a discussão sobre a constituição histórica da Educação Especial no Brasil, como desenvolvida nos estudos de Sousa (2020) e Mendes (2017), revela-se fundamental para compreender as raízes das práticas educacionais excludentes ainda presentes nas escolas e, sobretudo, para identificar as rupturas necessárias rumo à consolidação de um sistema inclusivo. Refletir sobre esse percurso histórico permite não apenas reconhecer os avanços normativos conquistados nas últimas décadas, mas também explicitar os limites das políticas públicas que, muitas vezes, permanecem presas a uma lógica dualista entre ensino comum e ensino especial. Nesse sentido, revisitar essa trajetória sob uma perspectiva crítica é um exercício essencial para desnaturalizar práticas que, embora



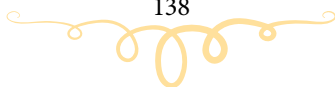
legalmente superadas, continuam sendo reproduzidas no cotidiano escolar.

Além disso, os estudos analisados reforçam a importância de reconhecer que a inclusão escolar não pode ser entendida como um conjunto de ações pontuais, mas como um processo político e pedagógico contínuo, que exige revisão constante das estruturas institucionais e das concepções de educação. Ao evidenciar os entraves enfrentados pelos Institutos Federais e a permanência de abordagens assistencialistas nas políticas públicas, Sousa (2020) e Mendes (2017) contribuem para o fortalecimento de uma consciência educacional comprometida com a equidade e com o direito de todos os estudantes à aprendizagem. Assim, essa discussão se coloca como um eixo estruturante não apenas da Educação Especial, mas da própria ideia de educação democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada.

Marcos Legais e Diretrizes Nacionais para a Educação Especial

A construção da Educação Especial no Brasil foi sendo delineada por meio de políticas públicas e normativas legais que buscaram garantir o direito à aprendizagem e à inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. O presente capítulo tem como objetivo discutir os principais marcos legais e as diretrizes nacionais que sustentam esse campo, com base em documentos e autores que analisam os fundamentos, os desafios e as implicações dessas políticas. A abordagem considera tanto o percurso histórico quanto as interpretações acadêmicas que têm contribuído para consolidar uma compreensão crítica sobre os avanços e limites da inclusão educacional no país.

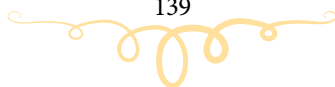
A Política Nacional de Educação Especial, publicada em 1994, representou um importante marco na consolidação de uma proposta educacional voltada às especificidades dos alunos com deficiência. O documento estabeleceu diretrizes



que priorizavam o atendimento educacional especializado em salas e instituições específicas, ainda sob forte influência de uma concepção integradora e não plenamente inclusiva. Nesse sentido, o texto reconhecia a necessidade de recursos didáticos, curriculares e humanos adaptados, mas sem romper definitivamente com o modelo segregador então predominante. Essa política, embora pioneira em termos de sistematização nacional, ainda mantinha como eixo central a dualidade entre ensino comum e especial.

Ao delimitar o atendimento especializado como complementar ao ensino regular, a política de 1994 enfatizou a importância de professores com formação específica, bem como o papel das escolas especiais como suporte à inclusão. No entanto, essa proposta não indicava mudanças estruturais no sistema educacional, limitando-se a propor adaptações pontuais. Assim, embora tenha representado um avanço em relação à ausência de diretrizes anteriores, a política carecia de mecanismos efetivos para romper com as barreiras históricas à inclusão plena.

Outro aspecto relevante desse documento é a



forma como define a clientela da Educação Especial, com base em critérios clínicos e diagnósticos biomédicos. Essa perspectiva reforça a medicalização do processo educativo, afastando-se de uma visão pedagógica mais ampla e crítica da inclusão. Como resultado, a política acaba por consolidar práticas classificatórias e restritivas, que dificultam a superação de paradigmas excludentes.

É importante observar também que a Política Nacional de 1994 não considerava, à época, os sujeitos com transtornos de aprendizagem ou dificuldades específicas como pertencentes ao público da Educação Especial. Isso evidencia um entendimento ainda limitado sobre a diversidade das necessidades educacionais, o que exigiria revisões e atualizações posteriores para ampliar a cobertura e a efetividade do atendimento especializado no Brasil.

Em síntese, a Política Nacional de Educação Especial de 1994 foi um ponto de partida importante para a regulamentação da área, mas não rompeu com a lógica da integração parcial, tampouco propôs uma transformação estrutural no sistema educacional. Suas diretrizes indicavam



um esforço inicial de institucionalização, ainda preso a concepções tradicionais de deficiência e atendimento escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituída pela Lei nº 9.394/96, constituiu um marco fundamental na organização do sistema educacional brasileiro e trouxe avanços importantes para a consolidação do direito à Educação Especial. No artigo 58, a LDB reconhece que a Educação Especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, princípio que contribuiu para fortalecer a ideia de inclusão como um direito e não como uma concessão.

O reconhecimento legal da Educação Especial como uma modalidade transversal, que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da educação, foi essencial para dar visibilidade ao público-alvo dessa política. Essa definição estabelecida pela LDB de 1996 fundamentou legalmente a atuação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), promovendo a articulação entre ensino comum e práticas específicas, com vistas a garantir o acesso, a permanência e

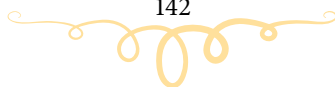


a aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Contudo, mesmo reconhecendo os direitos da população atendida pela Educação Especial, a LDB manteve certa ambiguidade quanto às responsabilidades institucionais para a efetivação desses direitos. A ausência de dispositivos claros sobre financiamento, formação docente e adequação das estruturas escolares revelou os limites do alcance prático da lei, exigindo regulamentações complementares nos anos seguintes.

Outro ponto importante da LDB é a exigência de professores com formação especializada, o que evidenciou a necessidade de políticas públicas voltadas à qualificação dos profissionais da educação. Essa exigência legal, apesar de positiva, enfrentou obstáculos históricos relacionados à precarização do trabalho docente e à escassez de programas formativos com foco na inclusão educacional.

Portanto, a LDB de 1996 avançou ao institucionalizar a Educação Especial como direito legalmente constituído, mas seu impacto concreto dependeu de políticas complementares, investimentos públicos e compromissos



político-institucionais efetivos. Sua importância está no reconhecimento formal da inclusão como princípio do sistema educacional brasileiro.

Na perspectiva de Prieto (2010), os significados atribuídos à inclusão nas políticas públicas educacionais brasileiras têm sido múltiplos e, por vezes, contraditórios. A autora argumenta que o discurso da inclusão foi progressivamente incorporado aos documentos normativos sem necessariamente produzir rupturas estruturais com práticas excludentes. Em suas palavras, “a inclusão virou palavra de ordem nas políticas educacionais, mas sua concretização exige mudanças profundas que ainda estão em curso” (Prieto, 2010, p. 57).

Segundo a autora, essa ambiguidade decorre da forma como os marcos legais muitas vezes conciliaram diretrizes inclusivas com estruturas escolares excludentes, sem questionar os pressupostos organizacionais da escola tradicional. Prieto (2010) analisa a tensão entre o discurso legal e a prática pedagógica, destacando que a legislação, embora necessária, não é suficiente para transformar as



relações escolares e sociais que produzem exclusão.

Para além da dimensão normativa, Prieto (2010) propõe que a inclusão deve ser pensada a partir da valorização das diferenças como constitutivas do processo educacional. Isso implica um redimensionamento do currículo, das estratégias pedagógicas e dos modelos de avaliação, de modo a acolher a pluralidade dos sujeitos escolares em sua integralidade.

Outro ponto enfatizado pela autora é a importância da escuta dos sujeitos da inclusão – alunos, professores, famílias – como condição para a construção de políticas públicas mais sensíveis às realidades escolares. Essa perspectiva amplia o olhar sobre a inclusão, deslocando-o do campo técnico-normativo para o campo político e ético.

A contribuição de Prieto (2010) permanece na crítica à superficialidade com que, muitas vezes, se tem tratado a inclusão nas políticas educacionais. Sua análise convoca os educadores e gestores a pensar a inclusão como um projeto coletivo, sustentado por práticas democráticas, reflexivas e emancipatórias.

Na obra de Perinni (2018), a análise do direito à educação sob a ótica da inclusão parte do reconhecimento das desigualdades estruturais que atravessam a sociedade brasileira. O autor afirma que garantir o direito à educação requer ações afirmativas, normativas e pedagógicas que enfrentem as barreiras de acesso, permanência e aprendizagem que ainda persistem nas escolas. Para Perinni (2018, p. 43), “o direito à educação inclusiva deve ser entendido como compromisso do Estado com a justiça social e não como favor concedido”.

O autor critica o distanciamento entre os marcos legais e a realidade das escolas públicas, indicando que o cumprimento da legislação depende de financiamento adequado, formação de professores e políticas integradas entre os diferentes níveis de governo. A perspectiva de Perinni (2018) dialoga com uma concepção ampliada de inclusão, que envolve não apenas alunos com deficiência, mas todos os que se encontram em situação de vulnerabilidade educacional.

Além disso, Perinni (2018) destaca a necessidade



de consolidar a Educação Especial como parte orgânica do projeto pedagógico da escola, e não como prática paralela. Essa visão aponta para a urgência de integrar os princípios da inclusão ao planejamento institucional, garantindo que todas as ações escolares estejam orientadas para a superação das desigualdades.

O autor também problematiza a atuação das redes de ensino, que muitas vezes implementam políticas de inclusão apenas de forma burocrática, sem promover mudanças significativas na cultura escolar. Para enfrentar esse desafio, Perinni (2018) propõe a adoção de indicadores de qualidade que considerem a diversidade como critério de avaliação das práticas escolares.

Por fim, a obra contribui ao propor que o direito à educação seja pensado não apenas em termos legais, mas como prática efetiva de cidadania, o que exige o engajamento ativo de toda a comunidade escolar na construção de ambientes inclusivos, democráticos e acolhedores.

Diante da análise dos documentos legais e das contribuições teóricas apresentadas, é possível perceber que



os avanços na legislação brasileira foram fundamentais para institucionalizar o direito à Educação Especial. No entanto, a efetivação desse direito ainda depende da superação de lacunas históricas que envolvem a cultura escolar, a formação docente e o financiamento das políticas públicas. A legislação, por si só, não garante a inclusão, mas pode servir de base para transformações estruturais se articulada com práticas pedagógicas comprometidas com a equidade.

Os autores aqui discutidos sustentam leituras críticas dos marcos normativos e reafirmam a centralidade da escola como espaço de acolhimento, participação e aprendizagem para todos. Assim, compreender os marcos legais da Educação Especial requer, antes de tudo, interpretá-los em sua complexidade, considerando suas contradições e potencialidades, e reconhecendo que sua eficácia se concretiza apenas quando ressignificados na prática cotidiana dos educadores.

A leitura dos documentos e autores discutidos neste capítulo evidencia que os marcos legais da Educação Especial no Brasil foram fundamentais para garantir



visibilidade e institucionalização dos direitos educacionais das pessoas com deficiência. A Política Nacional de Educação Especial de 1994 representa uma tentativa inicial de organizar esse campo, embora ainda ancorada em uma lógica integradora, limitada por modelos classificatórios e estruturada na dualidade entre educação comum e especial.

Sua contribuição reside na sistematização das diretrizes e na formalização de um atendimento que, embora excludente em certa medida, abriu espaço para avanços posteriores. Já a LDB nº 9.394/96 reforçou a inclusão como princípio, ampliando o alcance da Educação Especial como modalidade transversal, ainda que tenha deixado lacunas em termos de financiamento, infraestrutura e formação docente, aspectos que, com o tempo, se tornaram centrais no debate sobre sua efetivação.

A contribuição de Prieto (2010) oferece uma perspectiva crítica sobre o uso recorrente do discurso da inclusão nas políticas públicas, sem a ruptura com estruturas escolares excludentes. Ao enfatizar a necessidade de mudanças profundas e a valorização das diferenças como



constitutivas do processo educativo, sua análise se destaca por deslocar o foco do campo normativo para o ético e político, revelando a importância da escuta e da construção coletiva das práticas inclusivas.

Já Perinni (2018), ao tratar da inclusão como prática cidadã e não como concessão, ressalta que o direito à educação requer a articulação de políticas afirmativas e estruturais, que considerem as múltiplas formas de desigualdade que atravessam a escola pública brasileira. Sua crítica ao distanciamento entre a letra da lei e a realidade escolar destaca a urgência de integrar a inclusão ao projeto pedagógico das instituições, fortalecendo a dimensão transformadora da escola.

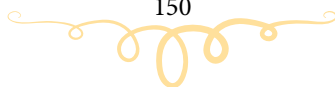
Portanto, os autores e documentos discutidos neste capítulo contribuem para uma compreensão aprofundada dos fundamentos legais e políticos da Educação Especial. Eles mostram que, embora o Brasil possua um arcabouço jurídico relativamente avançado, a efetivação da inclusão escolar depende da superação de resistências culturais, da consolidação de políticas intersetoriais e da valorização



de práticas pedagógicas coletivas. Compreender os marcos legais da Educação Especial requer interpretá-los criticamente, reconhecendo suas limitações e potencialidades, e articulando-os com as experiências concretas dos profissionais da educação comprometidos com a equidade e a justiça social.

Embates Atuais e Redirecionamentos das Políticas de Inclusão

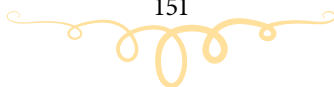
As políticas públicas de Educação Especial no Brasil têm atravessado um período de intensos embates ideológicos e redirecionamentos normativos, marcados por disputas em torno do conceito de inclusão, do papel das instituições especializadas e da organização dos sistemas de ensino. Embora a legislação vigente, como a LDB de 1996, siga afirmando o direito à educação para todos, a emergência de novas diretrizes tem tensionado as conquistas históricas da inclusão escolar. Esta seção examina as controvérsias recentes com base em autores que analisam o cenário



contemporâneo da Educação Especial, abordando desde a disputa política por sentidos da inclusão até os desafios da implementação nas salas de aula.

Segundo Kassar e Rebelo (2018), a trajetória da Educação Especial no Brasil é marcada por fases distintas, que vão da segregação à proposta de inclusão plena. As autoras demonstram que, apesar dos avanços normativos, a inclusão permanece como um campo de disputa, em que diferentes concepções pedagógicas e políticas se confrontam. Para elas, “o processo de construção da inclusão escolar no Brasil reflete tensões entre perspectivas que valorizam a convivência entre os diferentes e aquelas que buscam preservar espaços separados” (Kassar & Rebelo, 2018, p. 27).

Ainda conforme Kassar e Rebelo (2018), uma das principais tensões está na tentativa de reintroduzir modelos baseados na especialização do atendimento, que acabam por reforçar práticas de exclusão. Elas analisam como determinadas políticas públicas, ao defenderem o retorno a instituições especializadas, desconsideram os



princípios da educação comum como espaço legítimo de aprendizagem para todos. A disputa, nesse caso, não é apenas conceitual, mas atravessa decisões orçamentárias, estratégias formativas e a estruturação das redes de ensino.

As autoras também apontam para a insuficiência das políticas de formação docente como um obstáculo à consolidação de práticas inclusivas. Muitas vezes, os professores não recebem o suporte necessário para atender a diversidade presente nas salas regulares, o que acaba contribuindo para o descrédito das propostas de inclusão. Essa ausência de apoio fortalece argumentos favoráveis à manutenção de espaços separados, dificultando a consolidação de uma cultura escolar inclusiva.

Outro aspecto relevante levantado por Kassar e Rebelo (2018) é a fragilidade dos dados estatísticos sobre o público-alvo da Educação Especial, o que compromete a formulação de políticas públicas efetivas. A ausência de informações precisas sobre as condições de atendimento nas escolas comuns e nas instituições especializadas dificulta a avaliação crítica das ações implementadas,



alimentando discursos que deslegitimam a inclusão como projeto político-pedagógico.

Em sua análise, as autoras sustentam que a inclusão não pode ser pensada como processo homogêneo ou linear. Ao contrário, é marcada por avanços e retrocessos, disputas simbólicas e enfrentamentos institucionais. Essa leitura reforça a importância de compreender a inclusão escolar como construção coletiva, situada historicamente e atravessada por interesses diversos.

Assim, a contribuição de Kassar e Rebelo (2018) se encontra na articulação entre uma perspectiva histórica e uma crítica política das políticas educacionais, evidenciando que a defesa da inclusão exige vigilância constante diante dos movimentos de regressão institucional e ideológica que ainda ameaçam o direito à educação para todos.

No ano seguinte, Kassar, Rebelo e Oliveira (2019) aprofundaram a análise das disputas em torno da política nacional de inclusão, apontando os riscos de retrocesso presentes nas propostas governamentais recentes. Os autores destacam que a criação de novas diretrizes para



a Educação Especial, como as anunciadas em 2020, representam uma inflexão política, pois retomam a lógica da separação institucional em nome da suposta “especificidade do atendimento”.

Para os autores, esse redirecionamento revela um movimento conservador no campo educacional, que busca deslegitimar os princípios da inclusão escolar e revalorizar modelos segregadores. Tal movimento, segundo Kassar, Rebelo e Oliveira (2019), “ocorre sob o discurso da proteção e do direito à diferença, mas esconde interesses de manutenção das estruturas de poder excludentes” (p. 33). A crítica aqui se dirige não apenas às propostas em si, mas à forma como são construídas sem escuta das comunidades escolares.

Os autores também analisam a retórica do “atendimento adequado”, utilizada para justificar o retorno das escolas e classes especiais, demonstrando que essa retórica mascara práticas de exclusão e reforça estigmas. Para os autores, a expressão ‘adequado’ serve como argumento político para disfarçar a negação do direito à convivência e



ao pertencimento no ambiente escolar comum.

Outro ponto abordado por Kassar, Rebelo e Oliveira (2019) é a forma como as diretrizes atuais desconsideram o papel do Atendimento Educacional Especializado como parte integrante da escola regular. Ao propor a centralidade das instituições especializadas, o discurso oficial ignora os avanços promovidos pelas salas de recursos multifuncionais e pelo trabalho colaborativo entre professores.

A pesquisa desses autores contribui ainda ao evidenciar que as disputas em torno da política de inclusão não ocorrem apenas em nível técnico, mas são expressões de um embate político mais amplo sobre os rumos da educação pública brasileira. A defesa da inclusão, nesse sentido, deve ser também uma defesa da democracia, da diversidade e dos direitos sociais.

Com base em sua análise crítica, os autores reafirmam a importância de fortalecer as práticas de inclusão por meio de políticas públicas participativas, formativas e integradas. A inclusão não é uma escolha entre modelos, mas uma exigência ética e legal, que deve guiar



toda a organização da educação básica.

No mesmo campo de discussão, Mendes (2019) discute a tensão entre a defesa da inclusão e a permanência das instituições especializadas. A autora parte da análise dos marcos legais para mostrar como, mesmo com o avanço das políticas inclusivas, as escolas especiais seguem sendo vistas como espaços legítimos e, por vezes, preferenciais por famílias e gestores.

Mendes (2019) argumenta que essa tensão revela uma contradição estrutural nas políticas educacionais brasileiras. Por um lado, a legislação garante o direito à inclusão em classes comuns; por outro, a oferta institucional ainda favorece a manutenção de estruturas paralelas, sem articulação com a rede regular de ensino. Para ela, “a coexistência entre modelos reforça a ideia de que certos alunos não pertencem à escola comum” (Mendes, 2019, p. 46).

A autora aponta que essa permanência se sustenta, muitas vezes, pela ausência de condições reais de inclusão nas escolas regulares. A falta de acessibilidade física,



materiais adaptados e formação de professores contribui para o reforço da lógica de separação. Assim, a defesa das instituições especializadas acaba sendo apresentada como alternativa mais “diligente”, mesmo que contrarie os princípios legais da educação inclusiva.

Além disso, Mendes (2019) discute o papel das famílias na escolha por escolas especiais. Muitas vezes, essa escolha se dá por frustração diante das experiências de exclusão vividas na escola comum, o que evidencia a falência das políticas públicas em garantir uma inclusão de fato. A autora propõe, nesse sentido, uma política de transição articulada, que permita construir redes de apoio à inclusão e evitar retrocessos.

Ao final de sua análise, Mendes (2019) defende que a inclusão escolar precisa ser vista como processo, e não como ponto de chegada. Isso exige políticas contínuas, investimentos estruturais e mudança na cultura escolar, que acolha verdadeiramente a diversidade.

Com base nas contribuições de Kassar, Rebelo, Oliveira e Mendes, observa-se um movimento articulado de



resistência às propostas de segregação e defesa de uma escola pública verdadeiramente inclusiva, laica e democrática. No próximo segmento, serão examinados os desafios concretos da prática inclusiva com base em pesquisas recentes sobre tecnologia, relações interpessoais e normativas em disputa.

Na pesquisa de Faria, Vieira e Martins (2021), a ênfase recai sobre os recursos tecnológicos utilizados nas salas de recursos multifuncionais e os desafios enfrentados por professores no uso pedagógico dessas ferramentas. Os autores apontam que, embora as salas estejam previstas legalmente como parte do Atendimento Educacional Especializado, sua implementação nas escolas revela desigualdades significativas em termos de estrutura, formação docente e acesso aos recursos. Essa constatação evidencia um descompasso entre a legislação e a realidade cotidiana das redes públicas.

Segundo os autores, muitos professores ainda não recebem formação adequada para utilizar os recursos digitais de forma articulada ao currículo escolar, o que compromete o potencial inclusivo das tecnologias. Para



Faria, Vieira e Martins (2021), “as tecnologias assistivas não se realizam como instrumentos de inclusão quando dissociadas de uma prática pedagógica crítica e reflexiva” (p. 91). Essa crítica desloca o foco da simples disponibilização dos equipamentos para a efetividade do uso em contextos concretos de aprendizagem.

A análise mostra que há um processo de burocratização das políticas de inclusão, no qual a presença física da sala multifuncional é considerada suficiente para caracterizar uma escola como inclusiva. No entanto, os autores alertam que a inclusão não se resume à infraestrutura, sendo preciso garantir condições de uso pedagógico dos recursos, o que envolve formação continuada, planejamento e acompanhamento do trabalho docente.

Outro aspecto enfatizado pelos autores é a fragmentação do atendimento, muitas vezes concentrado exclusivamente no professor do AEE, sem articulação com os demais docentes. Essa fragmentação reproduz uma lógica de isolamento, na qual os estudantes com deficiência são acompanhados por um único profissional, sem que a escola



assuma coletivamente a responsabilidade pela inclusão.

Além disso, Faria, Vieira e Martins (2021) observam que a presença das tecnologias não tem gerado, por si só, mudanças significativas nas práticas escolares. Há uma tendência de reprodução de modelos tradicionais de ensino, mesmo com o uso de ferramentas digitais, o que limita o impacto das políticas de inclusão. Nesse sentido, a tecnologia, embora promissora, não substitui a necessidade de transformação das práticas pedagógicas.

A pesquisa também indica que, em muitas escolas, os equipamentos tecnológicos ficam subutilizados ou não são atualizados, tornando-se obsoletos rapidamente. Essa realidade compromete a continuidade das ações inclusivas e frustra as expectativas de professores, alunos e famílias. A ausência de uma política de manutenção e acompanhamento técnico é apontada como fator crítico nesse processo.

Por fim, os autores defendem que as salas de recursos multifuncionais devem ser espaços de construção coletiva de saberes e práticas inclusivas, e não apenas ambientes de reforço escolar individualizado. Para isso,



é necessário garantir políticas públicas integradas, que articulem tecnologia, formação docente e valorização do trabalho pedagógico.

No estudo de Ferrari (2021), o foco recai sobre as relações interpessoais no contexto da inclusão de alunos com deficiência no 1º ano do Ensino Fundamental. A autora investiga como se configuram as interações entre crianças, professores e famílias, analisando os efeitos dessas relações na construção de ambientes escolares mais acolhedores. Os dados mostram que a inclusão efetiva depende de vínculos afetivos e da escuta ativa por parte dos profissionais.

Ferrari (2021) destaca que o ingresso no 1º ano é um momento de transição que exige atenção especial, pois envolve a adaptação a um novo espaço, novas regras e diferentes formas de mediação. Quando esse processo não é conduzido com sensibilidade, os alunos com deficiência podem experimentar sentimentos de rejeição ou inadequação, o que compromete seu desenvolvimento escolar e emocional.

A autora observa que muitos professores, embora



bem-intencionados, não possuem preparo para lidar com as especificidades da inclusão, o que gera insegurança e resistência. Ela defende que a formação inicial e continuada deve incluir discussões sobre relações interpessoais, escuta ativa e estratégias de mediação afetiva, pois são esses elementos que sustentam o pertencimento e o engajamento dos alunos na vida escolar.

Além disso, Ferrari (2021) problematiza a ausência das famílias nas decisões pedagógicas que envolvem seus filhos. A escola, em muitos casos, adota uma postura de autoridade técnica que desconsidera o conhecimento das famílias sobre as necessidades e potencialidades das crianças. Essa ruptura entre escola e família enfraquece o processo de inclusão e dificulta o acompanhamento adequado.

Outro ponto abordado pela autora é a importância do brincar como forma de aproximação entre os pares e como estratégia pedagógica. O brincar, especialmente no 1º ano, pode ser um espaço de socialização, expressão e aprendizagem, desde que seja planejado com



intencionalidade inclusiva. A ausência dessa perspectiva reduz a experiência escolar a atividades repetitivas e pouco significativas.

Ferrari (2021) conclui que o sucesso da inclusão no 1º ano do Ensino Fundamental depende da construção de uma cultura de acolhimento e respeito à diferença. Essa cultura não se institui apenas por normas ou políticas, mas pelo cotidiano da escola, nas interações que se constroem e nos valores que orientam a ação pedagógica.

A autora propõe que a inclusão seja vista como um processo relacional e coletivo, que exige a participação de toda a comunidade escolar. Professores, gestores, alunos e famílias devem compartilhar responsabilidades e compromissos, para que a escola se torne, de fato, um espaço de todos.

A repercussão da nova Política Nacional de Educação Especial, anunciada pelo governo federal em 2020, foi um dos momentos mais tensos e polêmicos do debate educacional brasileiro nos últimos anos. O vídeo oficial de lançamento, divulgado pelo Ministério da



Educação, provocou reações intensas de pesquisadores, movimentos sociais, entidades científicas e organismos internacionais, que viram na proposta um retrocesso em relação aos princípios da inclusão.

O conteúdo apresentado no lançamento defendia explicitamente o retorno a escolas e classes especiais, sob o argumento de que a inclusão “indiscriminada” prejudicaria o desenvolvimento dos estudantes com deficiência. Essa argumentação desconsidera as evidências acumuladas por pesquisas nacionais e internacionais que demonstram os benefícios da convivência escolar inclusiva para todos os alunos.

Além disso, a nova política foi elaborada sem consulta pública ampla e sem participação das entidades representativas da área da Educação Especial. A ausência de diálogo foi criticada por diversos setores, que denunciaram a falta de legitimidade democrática do processo. Essa exclusão das vozes da sociedade civil enfraqueceu ainda mais a credibilidade do documento.

A proposta também foi alvo de ações judiciais,



sendo suspensa pelo Supremo Tribunal Federal por ferir princípios constitucionais de igualdade e universalidade da educação. A decisão judicial considerou que a política feria tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada com status de emenda constitucional.

A polêmica em torno da nova política revelou o quanto o campo da Educação Especial segue sendo disputado por projetos com visões radicalmente distintas. De um lado, defensores da inclusão plena argumentam que a escola comum deve se transformar para acolher a todos; de outro, há setores que insistem em modelos separados, sob o discurso da “especificidade” e do “direito de escolha”.

O episódio também revelou como decisões políticas podem impactar diretamente as práticas escolares, criando insegurança entre professores, gestores e famílias. A instabilidade normativa afeta o planejamento pedagógico e o sentimento de pertencimento dos alunos público-alvo da Educação Especial.

Assim, a nova Política Nacional de Educação



Especial de 2020 tornou-se símbolo de uma disputa maior, que extrapola o campo educacional e se inscreve nas batalhas em torno da democracia, da equidade e da justiça social no Brasil contemporâneo.

A análise dos autores e documentos discutidos nesta seção evidencia que os embates atuais em torno da Educação Especial não se limitam a interpretações técnicas, mas envolvem disputas ideológicas, tensões institucionais e movimentos contraditórios nas políticas públicas. Enquanto alguns setores defendem a ampliação da inclusão escolar como direito fundamental, outros propõem o retorno a práticas segregadoras, sob justificativas aparentemente pedagógicas, mas que negam os avanços conquistados.

Nesse cenário, torna-se urgente reafirmar o compromisso com uma educação pública inclusiva, democrática e plural. A superação dos desafios depende do fortalecimento das políticas intersetoriais, da escuta das comunidades escolares e do reconhecimento das diferenças como elementos constitutivos do ambiente escolar. A inclusão não é apenas uma diretriz legal, mas um projeto



ético e político que deve orientar toda e qualquer proposta de educação no país.

A contribuição dos autores analisados ao longo deste subcapítulo oferece uma leitura crítica e aprofundada sobre os rumos atuais da Educação Especial no Brasil, destacando os dilemas enfrentados por educadores, gestores e formuladores de políticas públicas em meio a cenários de disputa ideológica e retrocessos normativos. Kassar e Rebelo (2018), ao revisitarem a trajetória histórica da Educação Especial, sustentam que a inclusão no país nunca foi uma conquista plenamente consolidada, mas sim um campo de permanente tensão entre modelos excludentes e propostas emancipatórias. Sua análise aponta que a permanência de estruturas segregadoras está vinculada tanto a interesses institucionais quanto à fragilidade na formação docente e à ausência de dados precisos sobre o público-alvo, o que dificulta o planejamento de políticas eficazes.

No aprofundamento realizado por Kassar, Rebelo e Oliveira (2019), essa tensão ganha contornos ainda mais marcantes com a crítica às diretrizes recentes, como a



proposta de 2020, que, sob a justificativa da “especificidade do atendimento”, tenta reabilitar institucionalmente modelos que negam a convivência e a diversidade como fundamentos da escola comum. Ao denunciarem o uso estratégico de termos como “atendimento adequado” e a ausência de participação social no processo de formulação da nova política, os autores demonstram que essas medidas representam um projeto político de retrocesso, comprometendo os avanços legais construídos desde a década de 1990.

A perspectiva trazida por Mendes (2019) complementa esse diagnóstico ao evidenciar como, na prática cotidiana, as famílias e os profissionais da educação ainda são pressionados a optar pelas instituições especializadas devido à precariedade das condições inclusivas nas escolas regulares. Sua defesa de uma política de transição e de redes de apoio reafirma que a inclusão não é um evento isolado, mas um processo contínuo, que exige compromissos coletivos, políticas permanentes e uma cultura escolar sensível às múltiplas formas de aprender.



Faria, Vieira e Martins (2021), ao investigarem o uso das tecnologias nas salas de recursos multifuncionais, revelam que a presença de equipamentos por si só não assegura práticas inclusivas, sobretudo quando não há formação adequada, planejamento coletivo ou suporte técnico. Sua crítica ao uso burocrático das tecnologias mostra como a inclusão pode ser esvaziada de sentido quando reduzida à infraestrutura. Eles propõem uma concepção de sala multifuncional como espaço de articulação pedagógica e de construção compartilhada do conhecimento, rompendo com a lógica do atendimento isolado.

Por sua vez, Ferrari (2021) oferece uma contribuição significativa ao trazer o olhar das relações interpessoais como base do processo inclusivo, especialmente no 1º ano do Ensino Fundamental.

Sua defesa do brincar, da escuta ativa e do envolvimento das famílias aponta para dimensões muitas vezes negligenciadas nas políticas públicas, como o acolhimento afetivo e o respeito às singularidades. Sua análise evidencia que a inclusão só se concretiza quando



a escola assume sua dimensão humana e relacional, indo além das normativas e dos recursos materiais.

Por fim, a repercussão da nova Política Nacional de Educação Especial de 2020, como documentada nos relatos oficiais e reações públicas, marca um ponto de inflexão no debate contemporâneo. Ao retomar ideias de separação institucional e excluir os movimentos sociais do processo de elaboração, o governo federal deu início a uma disputa que extrapola o campo educacional e atinge valores centrais da democracia. A suspensão da política pelo STF reforça a relevância do controle social sobre as decisões educacionais e a importância de se garantir que as políticas estejam alinhadas aos princípios constitucionais e às convenções internacionais de direitos humanos.

Esses autores, cada qual com seu enfoque específico, convergem ao apontar que a inclusão escolar exige não apenas garantias legais, mas, sobretudo, práticas efetivas, formação continuada, escuta das comunidades envolvidas e ruptura com modelos historicamente excludentes. Suas contribuições ajudam a construir um entendimento mais



profundo das contradições do presente e oferecem caminhos para que a Educação Especial se fortaleça como um projeto coletivo, democrático e transformador.



Capítulo

2

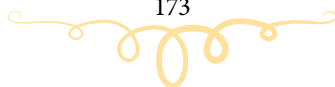
MARCO EPISTEMOLÓGICO



SURGIMENTO DAS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

Segundo Araújo et al. (2017), o termo tecnologia é algo bem abrangente, que não se limita somente aos maquinários desenvolvidos, mas que por sua vez, “engloba a totalidade de coisas que a engenhosidade do cérebro humano conseguiu criar em todas as épocas, suas formas de uso e, suas aplicações”, normalmente com finalidades de gerir e diminuir o tempo das atividades realizadas, ou até mesmo, “transpor barreiras impostas pela natureza, estabelecer uma vantagem, diferenciar-se dos demais seres irracionais”, conseqüentemente, levando a muitos avanços, tais como o desenvolvimento da própria escrita, do raciocínio crítico, de equações, da leitura e tantos outros avanços que vão se aprimorando com o passar dos anos. (ARAÚJO et al., 2017).

De acordo com Ramos (2012), a palavra tecnologia é originária do grego “tekne e significa “arte, técnica ou ofício [...] já a palavra logos significa “conjunto de saberes””,



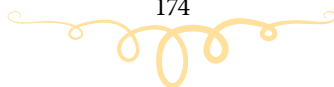
derivando assim, de informações e saberes que são capazes de criar e transformas o determinado meio a que estão inseridas, sanando as demandas criadas pelas necessidades humanas.

Segundo este autor, também pode ser considerada um “conjunto de técnicas, métodos e processos específicos de uma ciência, ofício ou indústria”. (RAMOS, 2012)

Já de acordo com Altoé e Silva (2005), no setor de educação, as tecnologias começaram a se desenvolver por volta do ano de 1940 nos Estados Unidos, com intuito militar diante da segunda guerra mundial e as ferramentas audiovisuais.

Estas ferramentas arguiram complemento escolar na “Universidade de Indiana, em 1946” e são motivos recorrentes de evolução, pesquisas e inserção até os dias atuais.

Por volta de 1960, os meios de comunicação se alastraram e ganharam corpo mundial, sendo que, foi nesta época também, que ocorreu a “revolução eletrônica”, ou seja, desenvolvimento de rádio e televisão, sendo os percursos



desta revolução, o Canadá e os Estados Unidos. E por volta de 1970, a tecnologia evoluiu e surgindo assim, os envoltos da informática, já sendo pesquisados e relacionados com finalidade educativa. (ALTOÉ E SILVA, 2005)

Tal concepção de tecnologia educativa produziu uma ausência de identidade, desorientação profissional e falta de utilização desse campo de conhecimento. A literatura sobre a evolução histórica da introdução do computador na vida humana revela elementos contraditórios para compreender a sua inserção na escola, cujos limites são evidenciados em termos de uma preocupação apenas técnico-administrativa e econômico-determinística. (CONTE E MARTINI, 2015)

No Brasil a tecnologia voltada a educação, foi implementada por volta de 1939, ligada a educação a distância promovido pelo “Instituto Radio-Monitor” e “Instituto Universal Brasileiro”, cujos experimentos primários era transmitir o conhecimento por ondas de rádio.

O “Movimento de Educação de Base (MEB)”, utilizou-se deste conceito das ondas de rádio e propôs alfabetizar “jovens e adultos por meio das escolas



radiofônicas, principalmente das regiões norte e nordeste”, do país.

Outro destaque para a educação tecnológica do Brasil, foi o “projeto Minerva”, desenvolvido pelo rádio MEC de forma experimental, que visava “usar o satélite doméstico, utilizando rádio e a televisão como meios de transmissões”, para os fins educacionais, buscando canalizar duas etapas, uma que primava pelo treinamento dos docentes e o outro buscava levar conhecimento as “três primeiras series do ensino fundamental”, sendo desativado no ano de 1976. (ALTOÉ E SILVA, 2005).

Percebe-se que há uma forte relação entre tecnologia e educação. Essa relação se percebe não é de agora, mas como já fora apresentado nesse trabalho, o conceito de tecnologia varia no tempo e no espaço, porque até mesmo o giz já foi um exemplo de tecnologia que atualmente foi substituído pelo pincel. Acredita-se que a tecnologia veio para modificar o conceito de didática e metodologia em sala de aula, afinal de contas a utilização de instrumentos e aparelhos tecnológicos e, principalmente, ferramentas



lúdicas, trazem momentos de prazer e entretenimento entre os alunos.

Através desse trabalho se pôde inferir que a tecnologia atua no campo pedagógico em diversas formas, uma delas é na dinâmica da sala de aula, o professor pode realizar suas aulas de forma mais atrativa. Muitos professores hoje em dia, não se veem mais, por exemplo, dando aulas sem utilizar o Power Point. Essa ferramenta transformou a sala de aula por ser fácil de usar, não tem um custo tão alto podendo ser adquiridos juntamente a outras ferramentas com o Word, Excel.

Atualmente tem havido muitas discussões acerca da inclusão digital. Esse é um termo não muito antigo, mas através dessas discussões é que se tem analisado as possibilidades de adotar ambientes virtuais, ferramentas de comunicação, algumas escolas têm até adotado lousas digitais. Uma outra discussão a ser levada em consideração são as políticas de inclusão digital, para que essas ferramentas estejam disponíveis e acessíveis a todos.

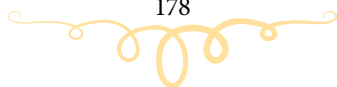
O conceito de tecnologia pode ser entendido



como o conceito de técnicas. O conceito de tecnologia vem mudando conforme o tempo e o espaço no qual está inserido. Nos encontramos na geração Z, a geração que é conhecida também como “nativos digitais”, a geração que está sempre conectada a internet, geração marcada pela instantaneidade e pela ansiedade. Para se entender a aplicabilidade das tecnologias em sala de aula, é preciso entender a sociedade na qual estamos inseridos para podermos analisar de que forma se darão essas aplicações.

Com a leitura é impossível não constatar as inúmeras inovações trazidas às sociedades, graças a tecnologia. O que dizer dos aparelhos celulares de antigamente e os de hoje, bem como os computadores que logo quando surgiram eram enormes, espaçosos; hoje temos a internet na palma de nossas mãos.

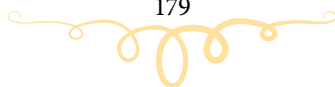
Há, porém, alguns aspectos negativos a serem considerados em relação à tecnologia. O uso excessivo dela leva algumas pessoas ao isolamento, algumas pessoas ficam extremamente antissociais; sem falar da indústria armamentista que tem destruído e acabado com muitas



nações, ou seja, é a tecnologia e a serviço das indústrias de armas e guerras.

São discussões que provocam bons debates entre vários segmentos da sociedade e a escola, como instituição necessária e relevante, não pode se esquivar das análises que estão diretamente relacionadas à tecnologia. Pesquisas de diversos autores e autoras tem acentuado o valor pedagógico da tecnologia, através de softwares, sites, aplicativos, entretanto, não se desconecta a análise de quem usa a tecnologia e como a usa no processo ensino aprendizagem.

Não é de hoje que o professor compete com instrumentos tecnológicos em sala de aula. Se para a educação tradicional, os recursos tecnológicos são o giz ou piloto, quadro branco e o retroprojeto, atualmente temos diversos recursos disponíveis não só para os professores como também para os alunos. Vivemos na sociedade da informação e do conhecimento, onde por questões de segundos podemos perder informações importantíssimas para construção acadêmica, como por outro lado pode se



adquirir informações valiosíssimas que serão levadas para toda uma vida. No entanto há de se observar que não é o fato de se ter inúmeros recursos tecnológicos que fará um diferencial no método de ensino e na qualidade de ensino.

O fato de se treinar professores em cursos intensivos e de se colocar equipamentos nas escolas não significa que as novas tecnologias serão usadas para melhoria da qualidade do ensino. Em escolas informatizadas, tanto públicas como particulares, tenho observado formas de uso que chamo de inovação conservadora, quando uma ferramenta cara é utilizada para realizar tarefas que poderiam ser feitas, de modo satisfatório, por equipamentos mais simples (atualmente, usos do computador para tarefas que poderiam ser feitas por gravadores, retroprojetores, copiadoras, livros, até mesmo lápis e papel). São aplicações da tecnologia que não exploram os recursos únicos da ferramenta e não mexem qualitati-



vamente com a rotina da escola, do professor ou do aluno, aparentando mudanças substantivas, quando na realidade apenas mudam-se aparências. (Cysneiros, 1999, p. 15)

O desafio de estar na sala de aula, para alguns, é um obstáculo a ser superado. É notório que um dos principais desafios enfrentados pelos docentes são os inúmeros atrativos tecnológicos que estão à disposição dos alunos hoje em dia. Esta é a geração Z, que de acordo com Neto (2015), pode ser definida pelas seguintes características: geração digital, geração online, geração internet e geração conectada. A Geração Z é também conhecida como os nativos digitais, é a geração da tecnologia, é a geração que tem uma forte relação com a internet e diversos aparelhos tecnológicos.

Estes, pouco tem o hábito de pesquisar em dicionários, mas pesquisam o significado das palavras em sites como o GOOGLE, e muito menos, o hábito de passar horas e horas numa biblioteca para fazer um trabalho ou



simples pesquisa. De acordo com Schley, Morell e Offial (2016), é “o desafio que a didática atravessa diante de tecnologias atuais”.

Pode-se observar que são inúmeros os artefatos que compõem as tecnologias digitais que vão desde o computador aos jogos eletrônicos. De acordo com Guevarra (2008) é papel do professor descobrir qual é o aparelho que mais se encaixa ao perfil dos estudantes e aplicar em sala, entendendo que os recursos que são conhecidos como “recursos educacionais” ou “ferramentas educacionais” vão sendo adaptados, modificados e até mesmo extintos ao longo do tempo.

Convém lembrar que muitos desses recursos hoje foram substituídos por outros, mais modernos e arrojados. Isso é algo natural no que diz respeito às tecnologias. O fato é que os recursos tecnológicos em sala, sempre tiveram como propósito primordial aproximar os alunos do conhecimento. A busca pela construção do conhecimento é algo que deve ir além do método tradicional, engessado e estático no qual muitas escolas se encontram. Não só as



escolas, mas os professores precisam usar da criatividade e utilizar recursos que façam parte do dia a dia dos alunos de forma a chamar atenção dos alunos.

É importante destacar que ferramentas tecnológicas não devem ser utilizadas em sala para passar o tempo, ou jogar por jogar, se divertir, descontraír. O objetivo do uso de tecnologias em sala de aula é e sempre será aproximar o aluno do conhecimento. Toda a qualquer ferramenta tecnológica que for utilizada em sala de aula deve possuir objetivos e ser atividades didáticas que sigam uma metodologia contemporânea centrada no aluno.

TECNOLOGIAS PRESENTES NAS SALAS DE AULA

O processo de aprendizagem atualmente é composto por formas de tecnologias, principalmente as tecnologias digitais, que acabam favorecendo as informações e as comunicações relativas aos processos lúdicos, a processos audiovisuais, textuais, musicais entre outros.

De acordo com Otto (2016), “a televisão, o vídeo,



o computador, a internet, resinnificam a educação” e que por sua vez, agregam no processo de aprendizagem de ambos os lados, docentes e educandos. (OTTO, 2016).

Segundo Ramos (2012), as tecnologias encontradas “dentro da sala de aula” são variadas, indo “da mais simples como o giz, até as mais evoluídas como o Datashow” e atualmente margeando tablets e computadores.

Desta forma a “tecnologia educacional”, visa compreender o adjacente de técnicas, artifícios e métodos que se beneficiam destes meios digitais, formando um elo de apoio aos docentes, que se bem utilizados, auxiliam e muito no desenvolvimento educacional, no rendimento de aprendizagem e na forma criativa de resolução dos problemas. (RAMOS, 2012)

[...] A tecnologia é mais poderosa, quando utilizada com abordagens construtivistas de ensino, que enfatizam mais a solução de problemas, o desenvolvimento de conceitos e o raciocínio crítico do que a simples aquisição de conhecimento factual.
[...] A tecnologia não é uma panaceia para a reforma de ensino, mas



ela pode ser um catalisador significativo para a mudança e uma ferramenta para apoiar a indagação, composição, colaboração e comunicação dos alunos. [...] O professor, [...] deverá estar lado a lado de seus alunos como aprendiz levando também seus alunos a criarem e fazerem crescer seus próprios conhecimentos. [...] (DINIZ, 2001).

A forma como a educação se relaciona com fatos tecnológicos, é algo induzido recentemente no âmbito escolar, algo que vem se adequando de acordo com as transformações globais e fundamenta muito do desenvolvido arguido na formação dos professores e na forma como estes conseguem ajustar o “o processo ensino-aprendizagem”.

Desta forma a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), presente nas estruturas escolares e nas salas de aula, compreendidos como aparelhos eletrônicos, computadores e até mesmo os aparelhos celulares, precisam de orientação e supervisão clara dos professores, para que seu uso se destine a utilização correta e vise o resultado do aprendizado. (RAMOS, 2012)



A TV é outro aparato tecnológico inserido nas escolas, que se difunde a algum tempo trazendo benefícios aos docentes e aos alunos. Através deste meio é possível reproduzir um filme, um documentário e até mesmo uma aula com mais dinâmica, através de imagens, sons etc. (RAMOS, 2012).

Segundo Segantini (2014), as “ferramentas tecnológicas como Tablets, lousas interativas e aplicativos, estão mudando o cenário educacional em nosso país” e vem inserindo etapas para um efetivo diagnóstico de mudanças, tais como, a funcionalidade da “digitalização de documentos”, que por sua vez, acelera e otimiza muitos dos processos realizados na base escolar.

Outra mudança a ser destacada é em relação aos laboratórios de informática escolares, que atualmente já são conectados diretamente a internet, agilizando assim, novas pesquisas e novos campos de aprendizagem.

E desta forma, ainda vale a compreensão da mudança relativa ao “plano pedagógico”, que mesmo enfrentando algumas barreiras, procura cada vez mais



realizar “atividades online adaptadas com as presenciais”.
(SEGANTINI, 2014)

Atualmente segundo Otto (2016) a maior parte das escolas do Brasil, sejam elas municipais, estaduais ou particulares, convivem com o acesso das tecnologias, seja através de um laboratório de informática, ou através do próprio celular que se disseminou socialmente a praticamente todas as idades, ‘sendo os mais comuns diante de seus acessos, “A TV, o vídeo, a telefonia celular”’.

Otto (2016), entende que “computadores (hardware) estão cada vez mais poderosos permitindo o surgimento de ferramentas (software) de apoio ao processo de ensino aprendizagem”.

A compreensão de que as formas de tecnologia já estão inseridas no cotidiano, demandam uma preparação de seus receptores, buscando assim, demonstrar como “à educação tem dimensões mais profundas”, e que a sociedade como um todo, é marcada pela “diversidade de linguagens, na busca de tecnologias”, tudo para acompanhar as evoluções e a “qualidade na educação”, de forma que, os assuntos



tratados em sala de aula, possam a vir ser correlatos com o dia a dia dos indivíduos. (OTTO, 2016).

Considera-se importante antes de discutir a importância da tecnologia na sala de aula, entender o que é esse espaço, identificando-o como o local onde se dá a interação entre aluno e professor, reforçando que é onde se constrói conhecimento e aprendizados e isso pode ser feito, por exemplo, quando vemos crianças, muitas que ainda nem tiveram o primeiro contato com a escola, já mexendo em celulares, tablets e outros aparelhos tecnológicos sem nem ao menos alguém os ter ensinado.

O ensino pode ser feito também através de visitar a museus, centros culturais, parques, asilos, bibliotecas municipais, entre outros locais. Isso significa dizer que a sala de aula é um local onde se constrói aprendizados e conhecimentos e isso não é só possível em sala de aula tradicional em uma escola. Ao longo deste tópico discutiremos sobre a evolução que a escola teve ao longo dos anos e, conseqüentemente, mudaram-se a visão sobre educação e sala de aula. Achava-se, por exemplo, que só



era possível aprender se estivesse em sala de aula, num ambiente entre quatro paredes, o giz de cera, o quadro verde, a palmatória, o B-A BA, as cartilhas, memorização de tabuada e castigos como escrever um nome nos cadernos diversas vezes linha por linha. Ao longo desse tópico, faremos uma distinção entre a escola tradicional e a escola nos tempos atuais, bem como destacar o papel da escola e as suas funções na sociedade bem como será feita uma discussão, com base em alguns teóricos, acerca da importância da tecnologia em sala de aula.

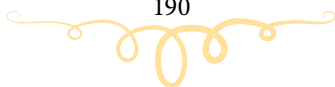
A sala de aula pode ser entendida como um espaço onde há a interação entre professor e aluno, como já dito anteriormente. Esse é um espaço de construção de aprendizado, de saber, e de construção de conhecimentos. Na concepção construtivista, o professor é o mediador do conhecimento enquanto o aluno passa a ser o centro e protagonista principal na construção da aprendizagem e é em sala de aula que esse conhecimento é construído. Para Boiko e Zamberlan (2001, p.1) o sócio construtivismo é uma teoria que está em desenvolvimento, criada com base nos



estudos de Vygotsky, ela trouxe muitas contribuições não apenas para a Psicologia, mas também à Pedagogia:

O sócio construtivismo é uma teoria que vem se desenvolvendo, com base nos estudos de Vygotsky e seus seguidores, sobre o efeito da interação social, da linguagem e da cultura na origem e na evolução do psiquismo humano. Segundo este referencial, o conhecimento não é uma representação da realidade, mas um mapeamento das ações e operações conceituais que provaram ser viáveis na experiência do indivíduo. Portanto, a aprendizagem é um resultado adaptativo que tem natureza social, histórica e cultural (BOIKO E ZAMBERLAN 2001, p. 1).

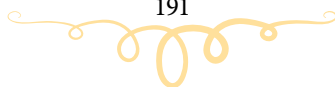
Para Vygotsky, o conhecimento pode ser entendido como uma construção social e essa construção se dá por meio da interação entre os indivíduos. O autor defendia que o professor é um mediador de conhecimento e não como detentor do conhecimento. Sendo assim, o aluno é o centro da aprendizagem. Seguindo a linha de



pensamento socioconstrutivista, de acordo com Vygotsky (2009), a escola não é só o espaço para o aprendizado de um indivíduo, mas também para seu desenvolvimento. Para os socioconstrutivistas, a criança deve desenvolver um conhecimento próprio dela e do mundo e é na escola, geralmente, onde esse conhecimento é construído.

O que se discutia anteriormente com relação à sala de aula, chamada de tradicional que tinha uma perspectiva conteudista, excesso de avaliações, a clara hierarquia entre professor e aluno vai de encontro à teoria socioconstrutivista. De acordo com Moran (2014) a sala de aula era vista como asfixiante para todos. Além disso, esse método de ensino é caracterizado como um modelo “ultrapassado, centralizador, autoritário, com professores mal pagos” (Moran, 2014, p.01). Esse era o modelo de sala de aula tradicional, não havia ampliação da sala de aula, essa ampliação não diz respeito apenas no sentido físico, mas envolve a questão dos conhecimentos e saberes, da liberdade de expressão e opinião.

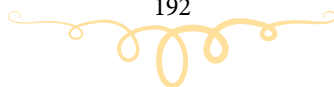
Convém lembrar que na sala de aula tradicional o



professor sempre era o mestre e detentor do conhecimento, e o aluno, era não era visto como um ponto central do saber. Este era o único lugar onde se construía o aprendizado, diferente do pensamento que se constrói atualmente.

A sala de aula também tem a função interativa, não só a interação entre professor e aluno, mas também a interação entre aluno e aluno. Muitos alunos vêm de um histórico familiar conturbado onde há brigas, discussões dentro de casa, pais separados, famílias destruídas, e é na sala de aula, muitas vezes, onde o aluno encontrará alguns momentos de prazer e alegria ao lado de professores e alunos, é exatamente nesse ponto de entra a questão da afetividade, outra importante função da sala de aula, a afetividade que é criada entre professor e aluno é uma mola mestra para o desenvolvimento da aprendizagem. Um teórico que trouxe grandes contribuições para as teorias da aprendizagem foi Henri Wallon.

Outro estudioso que trouxe grandes contribuições para as teorias de aprendizagem foi Henri Wallon. Sob certos aspectos, sua teoria tam-

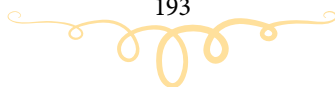


bém se apoia no interacionismo, ampliando seu significado. Segundo este pensador, a escolar deveria fornecer uma formação integral ao indivíduo, isto é, desenvolver os aspectos intelectuais, afetivos e sociais da criança. (OLIVEIRA, 2015, p.36).

Pode-se inferir que a afetividade que é construída em sala de aula favorece ao aprendizado para o aluno. A sala de aula exerce a função também de ser um local onde todo e qualquer conflito ou até mesmo possíveis desavenças entre alunos sejam solucionados. Sala de aula não é lugar de ser geradora de conflitos e sim de apaziguar as desavenças criadas pelos alunos.

A sala de aula deve ser um local onde oportuniza uma nova visão para os alunos onde o professor além de ser um educador, torna-se um incentivador da autoestima dos alunos. Mas afinal de contas, por que a sala de aula mudou tanto?

O conhecimento geral que temos delas [as salas de aula] é um refe-



rencial inadequado para compreender o que se passa em cenas cotidianas particulares que ocorrem em salas de aulas particulares. Nossa crença de que já conhecemos as salas de aula - como futuros professores, professores experientes, administradores e técnicos educacionais – chegamos para as nuances da particularidade na construção local da interação cotidiana como ambiente de aprendizagem. (Erickson, 2001, p. 10).

Tomando como referência o que foi dito na citação, torna-se ainda mais importante entender a complexidade da sala de aula. Um dado relevante é reconhecer o quanto a interação é um dos pilares da construção do aprendizado em sala. De acordo com Erickson (2001), a sala de aula é heterogênea; na escola encontramos pessoas com diferentes pensamentos, religião, classes sociais nas mais diversas. Se tem uma palavra que define bem uma sala de aula é sua heterogeneidade. Importante destacar que o professor precisa ter uma afetividade com o aluno, criar vínculos com seu alunado e criar, na sala de aula, um ambiente propício



ao aprendizado.

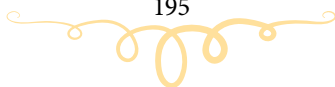
TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E PANDEMIA EM 2020

Em 2020, por volta do fim de fevereiro, início de março, o mundo passou a sentir uma ameaça infectológica chamada Coronavírus, também conhecida como COVID/19.

Este vírus assola o mundo, afetando principalmente pessoas que sofrem com síndromes respiratórias, agravando-as muito e em muitos casos levando a morte, mesmo se assemelhando a um resfriado comum, o Coronavírus é altamente contagioso, através do toque, aperto de mão ou contato com pessoas infectadas.

Esta doença, induziu um novo cenário as rotinas diárias dos indivíduos a nível de mundo, colocando em quarentena de isolamento, em casa, vários indivíduos classificados nas faixas de risco, inclusive toda e qualquer escola, áreas de lazer e segmentos não essenciais a sobrevivência humana. (SANTOS, 2020).

Com estas mudanças inseridas, o cotidiano mudou



e muitos alunos e docentes estão em suas casas. Allan (2020) compreende que com o progresso do COVID, muitas “escolas e universidades passaram a rever suas metodologias de ensino” e a tecnologia passou a ser item essencial.

Como tudo ocorreu muito rápido, não houve uma adaptação e sim uma imposição de adaptação em relação as aulas e atividades, que antes ocorriam de forma presencial e agora só ocorrem de forma virtual, uma mudança significativa aos “milhares de professores e milhões de estudantes”, que precisaram “encontrar novas formas de lecionar e aprender”. (ALLAN, 2020).

Mesmo para um mundo em plena ascensão tecnológica, com as gerações atuais cada vez mais conectadas e habituadas a utilizar processos tecnológicos, a transição de momentos presenciais para momentos de educação a distância, é dificultosa e limitadora, tanto para docentes quanto para alunos.

Siqueira (2020) induz ao pensamento crítico, uma vez que, “a tecnologia está proporcionando novos jeitos de aprender e ensinar, com diferentes recursos didáticos que



ampliam o acesso à informação, algo anteriormente não tão utilizado presencialmente”, desta forma, a tecnologia está possibilitando uma conexão de distancias entre as pessoas, tornando-as mais próximas.

PLATAFORMAS E TECNOLOGIAS UTILIZADAS

Com a imediaticidade, ligada ao momento delicado de pandemia, escolas, professores e educandos, necessitaram se adaptar aos novos meios de ensino – aprendizagem, ligados a métodos de educação a distância e a tecnologia disponível.

Já por sua vez, o “governo federal determinou que as instituições de ensino estão isentas de cumprirem o mínimo de dias letivos, mas manteve a carga horária necessária para completar o ano de estudo” e desta forma, segundo Oliveira (2020), métodos como “Aulas pela TV e internet, já comuns nas redes privadas de ensino”, Bacabaram por sua vez, devido a situação momentânea, ganhando vez, voz e câmeras diante dos espaços das redes



municipais e estaduais. (OLIVEIRA, 2020)

As plataformas ligadas as redes sociais como Facebook, Instagram e WhatsApp, também desempenham papel de tecnologia importante, pois através destas é possível realizar chamadas de vídeo, organizar datas e lecionar de forma virtual. (OLIVEIRA, 2020). De acordo com a presidente do Consed, Cecília Motta, em entrevista, ela relata os fatos atuais e suas dificuldades:

Nada substitui professor com o aluno na sala de aula. [...] não há dúvidas de que haverá perdas na aprendizagem, se comparado ao período normal, sem pandemia, [...], mas com todo esforço, estamos falando em um momento de exceção e vamos fazer o melhor possível. A tecnologia veio para ficar, não vai parar depois [da pandemia], mas vai ser como um complemento, em reforço no contra turno escolar. (OLIVEIRA, 2020).

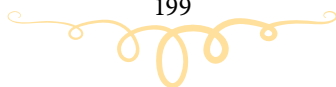
Em pesquisas referentes ao assunto, é possível notar que cada estado, bem como cada escola, vem adotando sua própria forma de manter vivo o repasse de conhecimento as crianças e adolescentes.



A plataforma Zoom Meetings, é uma das tecnologias EAD que está sendo utilizada, esta plataforma visa a criação de uma sala virtual, criada por um administrador que poderá encaminhar convites aos participantes e realizar o repasse de informações, podendo ser gravado ou não, visando nestes casos, conteúdos relativos as matérias escolares. (ALVES, 2020)

Outras plataformas, segundo Allan (2020), que seguem o mesmo segmento de organizar aulas/ reuniões, são plataformas abertas “Microsoft Office 365, o Google Classroom, o Trello e tantos outros softwares” de modo que o educando e o docente possam interagir, mesmo a distância e “fazer upload e download de arquivos, gravar vídeos ou áudios, criar grupos, fazer pesquisas, produzir jogos e várias outras atividades que permitirão criar novos formatos de ensino e aprendizagem online”. (ALLAN, 2020).

Outro aplicativo possível para ser utilizado em sala de aula, é o Hangouts Meet, que pertence ao “G-Suit for Education da Google”, que permite realizar chamadas de áudio, videoconferências e disponibilização de matérias.



Outro aplicativo a ser mencionado é o Skype, que também possibilita chamadas ao vivo, com áudio e imagem, bem como disponibiliza chats que podem ser utilizados em grupos, para repasse de materiais e orientações. (WEB TERRA, 2020)

Outro fator importante a ser mencionado, são os gêneros digitais, que comumente são utilizados com conteúdo que rodeiam as redes sociais, de forma crítica e analítica, para proporcionar um debate e “ampliar a compreensão de textos que pertencem a esses gêneros e a possibilitar uma participação mais qualificada do ponto de vista ético, estético e político nas práticas de linguagem da cultura digital”. (BNCC, 2017).

Em pleno século XXI, períodos de inúmeras adaptações e transformações, faz-se necessário analisar os impactos do uso da tecnologia na nossa vida diária e, principalmente em nossas relações pessoais. O mundo globalizado que vivemos já está repleto de robôs nos mais variados campos profissionais; são diversas a quantidade de jogos eletrônicos, aplicativos e softwares que dominam,



principalmente, adolescentes e jovens. Independentemente de onde ela for utilizada, o fato é que a tecnologia está presente em todos os lugares, ou pelo menos quase todos, na vida de uma pessoa.

Analisando o significado, do ponto de vista etimológico, da palavra tecnologia, a palavra veio do grego e é resultado da formação de duas palavras. De acordo com o Cunha (2019) a palavra tecnologia vem do grego techno-, de téchne que é traduzido pelo sentido de arte, habilidade. Ainda de acordo com Cunha (2019, p.626), o significado de tecno “se documenta em alguns compostos formados no próprio grego (como tecnologia)”. Dessa mesma raiz nascem as palavras técnica, técnico, tecnocracia, tecnocrata e tecnografia. Já a palavra logia, de acordo com Cunha (2019), tem origem no grego logos, cujo significado é tratado, estudo, teoria. Em outras palavras, a palavra tecnologia está associada ao estudo das técnicas.

Um ponto importante e necessário é a estreita relação que a educação foi construindo com a tecnologia, mas de acordo com Kenski (2012) houve um longo



caminho que o “homem” teve de percorrer para chegar ao estágio de interrelacionar tecnologia com educação. Independentemente da cor, raça, credo, sexo ou situação socioeconômica, a sociedade precisa compreender os conceitos que estão relacionados a educação e tecnologia, pois o homem é um ser que vive em busca constante de aprender, conhecer, descobrir e descobrir-se. As tecnologias vieram para facilitar esse processo de descobertas e inovações crescem cada vez mais, graças ao uso das tecnologias. Entende-se que a educação é uma construção de conhecimentos e essa construção se torna evidente quando são utilizados alguns recursos tecnológicos.

Observa-se que muitos avanços foram dados no decorrer da história. Acontecimentos marcantes no mundo como por exemplo a ida do homem à Lua só foi possível graças aos avanços tecnológicos; o ENIAC, sigla para Electronic Numerical Integrator Analyzer and Computer, que foi criado justamente a pedido do Exército americano, com finalidades armamentistas; a clonagem da ovelha Dolly que ocorreu no meado da década de 90 foi



possível graças a avanços não só na área das ciências, mas também da tecnologia; o que falar dos GPS que veio como um substituto das bússolas; entre tantos outros avanços ocorridos na história que fizeram estreitar a relação entre homem, natureza e tecnologia. Profissionais que são formados em cursos online, por exemplo, trazem como diferencial o domínio das novas tecnologias. Conhecimento que dá frutos são aqueles que são colocados em prática, e isso pode ser evidenciado através do aprendizado que muitos pesquisadores obtiveram através de uso de ferramentas tecnológicas e que, por sua vez, são colocados em prática e esses profissionais e até mesmo estudantes são aqueles que tem se destacado no mercado de trabalho.

O homem sabe o que fazer, a questão é como fazer, quais os meios que ele utilizará e quais ferramentas ele precisa para executar determinada tarefa. Tecnologia também está associada a técnica, Miranda (2002) reitera afirmando categoricamente que “a tecnologia é fruto da aliança entre ciência e técnica”. De acordo com Rodrigues (2001) a palavra tecnologia tem a ver com razão do saber



fazer. O conceito de tecnologia também está relacionado com a arte da técnica, da inovação, da modificação.

A Escola precisa ser esse espaço de promoção tecnológica e oferecer esse recurso gratuitamente às crianças. É lógico que seria preciso fazer um investimento e seria necessário a implementação de políticas públicas que favorecessem a inclusão digital na rede pública de ensino. A tecnologia, presente em quase todo os setores, ampliam os horizontes trazendo uma nova perspectiva. Os avanços tecnológicos vieram não só para trazer avanços significativos na rede básica de ensino, trouxe também inúmeros benefícios no ensino superior. Nos últimos anos cresceu o número de pessoas em busca do EaD, por exemplo.

Quais as implicações que podem ser trazidas através dos usos das tecnologias? Para entendermos essas e outras implicações decorrentes da tecnologia, Kenski (2012) aponta que o avanço tecnológico que foi propagado nas últimas décadas alavancou a produção e a propagação de informações, em outras palavras a interação e comunicação passa a ser em tempo real, quando se fala. Kenski (2012)



ainda cita que com o advento da tecnologia também surge uma linguagem tecnológica; além de ser destacado a linguagem oral, a linguagem escrita, ainda existe a linguagem digital.

A linguagem digital seria a linguagem dos hipertextos e das hiperlinks. Esse tipo de linguagem é uma linguagem onde é permitido e aceitável escrever por exemplo vc, ao invés de você; ão ao invés de não; tb ao invés de também. Uma outra característica marcante da linguagem digital são os hipertextos e hiperlinks que, segundo Kenski (2012, p. 32) vieram para facilitar a navegação:

Hipertextos e hiperlinks reconfiguram as formas como lemos e acessamos as informações. A facilidade de navegação, manipulação e a liberdade de estrutura estimulam a parceria e a interação com o usuário. Ao ter acesso ao hipertexto, você não precisa ler tudo o que aparece na tela para depois seguir em frente. A estrutura do hipertexto permite que você salte entre os vários tipos de dados e encontre em



algum lugar a informação de que precisa (KENSKI,2012, p. 32).

É evidente que a utilização tão acentuada de recursos tecnológicos se tornou evidente até mesmo na linguagem, chegando ao ponto de ser criada uma linguagem própria para ela. Através da linguagem tecnológica podemos ver uma poesia, música, editar um texto no Word, tudo simultaneamente com diversas janelas abertas.

É um pouco complexo determinar se os recursos tecnológicos são bons ou ruins. No entanto, é preciso destacar que tecnologia exerce uma forte influência sobre a sociedade. De acordo com Castells (1999, p. 43) há uma forte relação entre sociedade e tecnologia onde a sociedade é responsável pela transformação tecnológica:

É claro que a tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, uma vez que muitos fatores, inclusive criatividade e iniciativa empreendedora, intervem no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e



aplicações sociais, de forma que o resultado depende de um complexo de padrão interativo (CASTELLS, 1999, p. 43).

É notável que a sociedade moderna está vivenciando um novo contexto, um novo momento. Como pode se observar o conceito de tecnologia está bastante interligado à sociedade, pois a tecnologia além de beneficiá-la, é feita e produzida por ela. Uma carroça puxada por bois que evoluiu para um carro é um exemplo de avanço tecnológico; o 14 bis de Santos Dumont, que em 12 de novembro de 1906 realizou um voo de 220 metros em Paris, foi criado por um brasileiro chamado Albert Santos Dumont, evoluiu perfeitamente para os modelos atuais de avião que se tem. O que dizer dos modelos antigos de aparelhos celulares que eram maiores e mais pesados, que não tinham capacidade para armazenar tantos arquivos, alguns nem aplicativos tinham em comparação aos modelos atuais; celulares mais leves, menores, que tiram tantas fotos em tempo real, são mais práticos. A sociedade evoluiu e junto com ela a tecnologia.



A sociedade precisava de ferramentas que respondessem aos avanços ocorridos ao longo do tempo.

De Giorgi (2008) afirma, categoricamente, que a sociedade contemporânea é caracterizada pela instabilidade e pela insegurança social. De acordo com Bauman (1999) o individualismo e o declínio da antiga ilusão do moderno são duas das características principais da sociedade contemporânea. A sociologia contemporânea evidencia que a sociedade é composta por um paradigma de modelo tecnológico, do narcisismo e do consumismo exacerbado. Esse modelo tecnológico do qual a sociedade faz parte vem justamente para satisfazer essa sociedade individualista, apressada e imediatista da qual estamos inseridos.

Estamos vivendo uma nova era, em que transações comerciais são realizadas de maneira globalizada, ao mesmo tempo, entre organizações e pessoas localizadas nos mais diversos cantos do planeta. Cientistas de todo o mundo se reúnem virtualmente para realizar pesquisas e discutir resultados. Grandes volumes de dados são transmitidos, transferidos de lugares distantes em



questão de segundos, transformando o planeta numa imensa rede global. Neste novo momento social, o elemento comum aos diversos aspectos de funcionamento das sociedades emergentes é o tecnológico. Um “tecnológico” muito diferente, baseado numa nova cultura, a digital. A ciência, hoje, na forma de tecnologias, altera o cotidiano das pessoas e coloca-se em todos os espaços. Dessa forma, transforma o ritmo da produção histórica da existência humana. (KENSKI, 2012, p. 40).

Essa sociedade atual está imersa na TICs e a geração Z, os nativos digitais, sabem muito bem como utilizá-la. O conceito de tecnologia, novamente volta ao sentido de um instrumento social, utilizado pela sociedade. A tecnologia surge, na verdade, como um ‘salvador da pátria’, para acelerar o processo de urbanização, alfabetização, a mão-de-obra, os serviços. É bem verdade que a evolução da tecnologia tem dado passos bem largos rumo ao avanço e progresso da sociedade.

Discutir sobre a temática da tecnologia aplicada



a educação não é uma tarefa fácil. Se levarmos em consideração que a tecnologia está em todos os setores por onde passamos, nada mais natural que tenha alcançado o setor educacional. A questão se coloca agora, é como educadores, utilizarão essas ferramentas não só para estarem cientes desse novo momento em que estamos, mas também para aperfeiçoar suas aulas. É bem verdade que as tecnologias estão presentes na sala de aula de diversas formas, um powerpoint, a leitura de um livro digital, a pesquisa de um trabalho, por exemplo, porém ela vem se modificando ao longo dos anos, aparelhos vão mudando e se aperfeiçoando.

Um dado importante é o fato de algumas escolas no Brasil terem incluído aulas de Informática no currículo escolar. Não estamos falando apenas da informática na sua forma técnica, estamos falando da informática na parte pedagógica, onde muitos alunos estão aprendendo recursos e ferramentas educacionais através do uso da informática, estamos falando da informática educativa.



Educação reflete, em uma primeira análise, um processo natural dentro de uma sociedade definida como pós-industrial ou informacional. Revelam-se, no entanto, complexidades que acompanham o próprio processo de informatização da escola, como a formação docente para esta nova realidade, as contribuições para a relação ensino e aprendizagem, o intercâmbio dos conteúdos trazidos pelos recursos informatizados e as questões de cultura, dentre outras. Neste sentido, a transposição do termo [...] “informática para a inovação tecnológica” não se aplica somente à “informática para a inovação social” (BRANDÃO, 1995, p. 10).

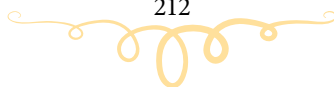
Como educadores é preciso pensar e repensarmos acerca da prática em sala de aula. Todos os participantes que compõem o processo educacional – professores, gestores, alunos, comunidade escolar – são convocados a viver esse novo momento e adaptar-se às transformações. Há muitos benefícios da tecnologia em sala de aula, tais como melhorar a comunicação, instruir, aperfeiçoar a cognição e, de acordo



com Papert (1994) é uma ferramenta que trabalha o pensar e o pensar em novas ideias. A tecnologia também está relacionada à ludicidade, não só para o professor planejar as atividades como exercitar a imaginação e a criatividade dos alunos.

Existem aspectos negativos sim em relação às tecnologias, mas talvez elas não estejam propriamente relacionadas às tecnologias em si, mas talvez a forma como o homem tem a usado. Esses aspectos negativos, entre outros, fazem com que o senso comum olhe para a tecnologia como algo ruim, nefasto ou até mesmo prejudicial à natureza e, conseqüentemente, aos seres humanos.

Contudo, é importante observar que vivemos na era da informação, e uma das características dessa sociedade é a intensificação das indústrias, máquinas e uma sociedade imersa no consumismo e capitalismo. A cada instante surgem inovações tecnológicas e a escola não poderá se mostrar indiferente a essas inovações na qual passamos. De acordo com Kenski (2012, p.13) “centenas de universidades e colégios do mundo inteiro já possuem seus espaços de



estudos em ambientes virtuais tridimensionais”. Para Tajra (2000) existem vários mitos relacionados ao uso das tecnologias, são esses mitos que perpassam no imaginário de muitas pessoas e fazem com que o conceito de tecnologia, muitas vezes, não avance. Nessa questão entra o papel do docente, onde ele será um facilitador da aplicabilidade das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem:

Profissionais de diversas áreas da educação, ao serem entrevistados, relataram que alguns professores, principalmente os mais antigos, apresentam resistência em utilizar o computador e as novas tecnologias na sala de aula. Outro fator apontado é a falta de interesse e comodismo de outros professores, pois atividades com maior interação dos alunos exigirão maior preparação dos conteúdos a serem ministrados. Foi detectado um terceiro fator: o medo de mudança, medo do novo, medo de que seja apenas um modismo e que caia no esquecimento. Estes três fatores aliados formam uma grande barreira que impede o avanço da informática na escola (KLOCH; JUNIOR, 2010 p. 192 apud SANTOS, 2013, p. 5).



Esse novo tempo em que estamos faz-se necessário pensar e repensarmos acerca do conceito de tecnologia. No que diz respeito ao paradigma escolar, existem muitas ferramentas educativas que irão aprimorar o conhecimento dos alunos.

SOBRE O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA

De acordo com Rocha (2022), uma das formas de se trabalhar a Língua Inglesa durante a pandemia é através da música. Percebe-se que a música pode exercer uma forte influência na vida das pessoas. A música mexe com nossos sentimentos, sensações e emoções. Além de ser trabalhado a melodia, as letras de músicas em um outro idioma pode ser um forte aliado no aprendizado e uma ótima ferramenta linguística. Diante disso, Rocha (2022, p. 27) diz que

A escolha deve-se ao fato de acreditarmos que o uso da música pode ser um ótimo recurso pedagógico para o ensino de inglês, que possi-



bilita o engajamento, atrai a atenção dos alunos e é um recurso simples e democrático de ser utilizado, uma vez que pode ser utilizado em contextos de ensino tanto remoto quanto presenciais.

Através das músicas podem ser trabalhados temas de cunho social e até mesmo temas relevantes que fazem parte do cotidiano dos alunos de Ensino Médio. O objetivo da música em inglês não é de formar cantores, e sim trabalhar a linguagem, tradução e até mesmo relacionar temas interdisciplinares com o processo de ensino-aprendizagem. Rocha (2022, p. 32).

Uma outra forma de se trabalhar com a Língua Inglesa durante a pandemia foi através das Inteligências Artificiais

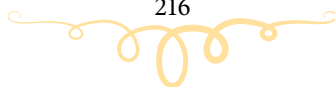
Utilizando a Inteligência artificial, o Chat class fornece uma plataforma gratuita de atividades para alunos e professores, desde o Ensino Fundamental ao Ensino Médio com diversas atividades com correção automática e feedba-



ck personalizado, pelo WhatsApp. Os conteúdos podem ser selecionados pelo professor, e os alunos avançam nas atividades propostas de acordo com o seu desempenho (Bezzera et.al, 2022, p.5).

O uso de inteligências artificiais veio para favorecer ao mundo globalizado. Apesar de ainda existir alguns educadores que tenha dificuldades em se adaptar ao novo mundo, afinal de contas ainda tem alguns profissionais que não investem seu tempo e recursos em formação continuada. Convém lembrar que o conceito de tecnologia é muito amplo, pois até mesmo o giz e o mimeógrafo é um exemplo de tecnologia em determinado tempo e espaço, o qual foi substituído por outros aparelhos.

Uma outra forma de alunos estudarem a Língua Inglesa na pandemia foi através de plataformas como o Zoom e o Google Meet. (Diniz & Souza, 2020). Muitos educadores e alunos ainda não tinham ouvido falar nesses recursos, porém logo foi difundido durante a pandemia e se tornou um recurso utilizado em conferências, palestras,



reuniões, entre outras atividades que exigia aglomerações. Diante disso, percebe-se a necessidade de estudos e pesquisas voltados para a importância da tecnologia nos mais variados setores.

Tecnologia, comércio, ciência e turismo internacional, todas essas questões e tantas mais, senão todas as questões, se mostram a nível global nesses tempos. Portanto, ensinar inglês é um problema, posto que as línguas estrangeiras têm significado social e político, por isso tem ganhado cada vez mais foco das pesquisas.

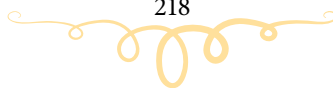
Acreditamos que tratar a gamificação como um recurso intermediário (ou estratégia de ensino) no ensino não significa apenas brincar na sala de aula ou nas atividades ou mesmo jogar. Não que isso seja negativo, mas acredita-se que caso as aulas se tornem mais interessantes, principalmente para os mais jovens, mudando nossa relação com a linguagem para uma forma menos remota e séria, se nossos alunos puderem “tocar” uma língua, vivenciá-la e incorporá-la, então eles realmente terão a chance maior de absorção da linguagem.



Porém, embora a proposta tenha sido vista de forma positiva no início, há divergências que precisam ser debatidas. Muitos são os obstáculos na rotina do ensino do inglês na escola. Desafios como turmas grandes, carga horária reduzida, formação inadequada de muitos professores, línguas pouco fluentes, conteúdos descontínuos e desmotivação dos alunos são alguns dos obstáculos apontados por estudiosos da área.

Porém, como recurso de mediação, destaca-se a estratégia da gamificação, que se baseia na experiência do aluno, não apenas utilizando os elementos de superfície de dois ou três jogos, mas proporcionando uma vivência e experiência mais ativa. Por isso, entende-se esta como uma estratégia de integrar os aspectos básicos do jogo: imersão, participação e entretenimento (no sentido de satisfação, gozo, prazer, prazer), devendo ser lembrado que, no que diz respeito ao jogo, a diversão está na aprendizagem e no prazer de dominar algo.

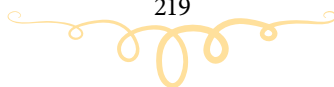
Aprender é, ou deveria ser, tanto frustrante como enriquecedor. O segredo é encontrar formas de transformar



coisas difíceis em enriquecedoras para que as pessoas continuem avançando e não recorram a aprender e pensar apenas sobre o que é simples e fácil.

Os jogos são experiências de aprendizagem e os jogadores irão melhorar suas habilidades ao jogar. A qualquer momento, os jogadores terão habilidades e métodos específicos para superar os desafios do jogo. Parte do apelo dos jogos de alta qualidade é que eles continuam a desafiar e colocar novas demandas no repertório do jogador.

Como um conceito que ainda está em evolução e a ser aplicado em várias situações, têm diferentes objetivos, particularidades, recursos e participantes. Trazemos a visão da gamificação (temporária) para o campo da educação. O desenho da experiência de aprendizagem (através do uso de elementos e lógica do jogo (ou pensamento do jogo), para atingir os 10 objetivos importantes, visando atingir os objetivos e buscar imprimir a direção, propósito e significado dos participantes (alunos). No entanto, isso não significa que os jogos não podem ser usados em sistemas de gamificação, entretanto, a gamificação em si não é o uso



de jogos.

No entanto, tal estratégia não deve ser reduzida, não se deve esperar que apenas sistemas de pontuação, medalhas, tabelas de classificação, níveis, barras de progresso, gráficos sociais e moedas virtuais sejam adicionados a cursos ou atividades que não são bem planejadas ou participadas (especialmente não fornecendo espaço para os seguintes fins) tornam bem-sucedidos o método.

A gamificação seria, na verdade, um conceito multidisciplinar que envolve conhecimentos teóricos e empíricos de diferentes campos, como psicologia, neurociência, filosofia, sociologia e design de jogos, usado para atingir vários objetivos. Ao mesmo tempo, não é uma solução pronta (porque deve ser customizada em cada sala de aula), nem é uma mágica, não é uma garantia de sucesso, e deve-se considerar se esta é realmente a melhor forma para resolver os problemas encontrados.

Além disso, a gamificação faz parte do grupo de metodologia ativa, portanto, os mesmos princípios devem ser seguidos: processos de ensino centrados no aluno



promovem motivação, participação, Maior autonomia e agência; além de curiosidade, descoberta, pesquisa, reflexão, observação, organização de dados, criticidade, criatividade, responsabilidade, problematização da realidade, análise, avaliação, síntese, estabelecimento de hipóteses, planejamento e tomada de decisão.

Além disso, é necessário estimular ambientes de expressão múltipla para solucionar “mistérios” ou problemas de cocriação / geração de conhecimento, para que os alunos possam fazer escolhas, correr riscos e não tenham medo de tentar ou errar; permitindo aos alunos vivências diferentes papéis sociais a fim de expandir a forma como se comportam no mundo.

Nesse sentido, outras habilidades estão sendo desenvolvidas, como trabalho em equipe, cooperação, responsabilidade, respeito, empatia, administração de recursos e tempo, aceitação de erros no processo de aprendizagem, perseverança, criatividade, imaginação etc.

Porém, se esta é a situação esperada, significa uma redefinição da prática educativa, principalmente a atenção



a cada sala de aula, então isso nem sempre acontece na prática, principalmente quando algo muda, deve ser popular, divulgado ou se tornar uma mercadoria, o que pode ser vendido e aplicado em grande escala. Gamificação não é aplicar receitas prontas.

Quando algo entra na moda, temos a impressão de que não podemos deixar de usá-lo, correndo o risco de sermos rotulados de obsoleto, inovador, etc. Ou às vezes, somos solicitados a usar “novidade”. Atualmente, mais e mais empresas se especializam em fornecer/vender produtos gamificados na área de educação. A educação é uma das áreas de negócios mais lucrativas hoje, e muitas escolas são atraídas por soluções prontas (às vezes desenvolvidas por pessoas que se autodenominam “experts”) e ignoram o conhecimento gerado na academia e nas salas de aula. Portanto, é necessário que o professor conheça esse assunto para que ele não se torne um usuário passivo da “solução” pronta que pode aparecer em inúmeras salas de aula na forma de “milagre” em diversas situações, podendo ser copiado em muitas salas de aula. Você pode até desenvolver



seu próprio sistema ou cooperar com designers de jogos ou designers de instrução para desenvolver sistemas que atendam às necessidades específicas dos alunos.

Continuando nossa discussão, a ideia de gamificação às vezes é associada ao uso de tecnologia digital, mas não é essencial. Cada professor pode usar seus próprios recursos. Sem dúvida, pelas características de interatividade, intertextualidade e interface digital, além de utilizar múltiplas linguagens, também pode proporcionar aos alunos condições para o desenvolvimento de diversas competências e habilidades.

No entanto, se você projetar cuidadosamente um sistema gamificado, ele ainda será rico nesse aspecto, lembre-se de que isso significa projetar uma experiência significativa. Como Burke (2014, p. 99) apontou, “Em uma solução gamificada, a experiência do jogador é projetada como uma viagem e ocorre em um espaço de jogo que pode acomodar mundos físicos e virtuais.”. O autor enfatiza a importância de projetar experimentos.

Porém, antes de entrar em detalhes sobre o conteúdo



utilizado no sistema de gamificação, é necessário retornar à definição do próprio jogo. O que pode ser considerado um jogo? Quais elementos de design do jogo podem ser usados na gamificação?

No âmbito do jogo digital, após analisarem as definições de muitos autores, Salen e Zimmerman descrevem jogo como “um sistema no qual jogadores se engajam em um conflito artificial, definido por regras, que culmina em um resultado quantificável”. Ambos consideram os jogos como uma espécie de sistema, que, portanto, fornecem:

[...] contextos para interação, que podem ser espaços, objetos e comportamentos que os jogadores exploram, manipulam e habitam. [...] um sistema é um conjunto de coisas que se afetam mutuamente dentro de um ambiente para formar um padrão mais amplo que difere de quaisquer de suas partes individuais (p. 50).

O jogo pode não ter uma definição única. O comportamento que define o jogo pode ser considerado um



jogo de linguagem. O problema não é o que o jogo é, mas “quais elementos são importantes para definir o jogo no jogo de linguagem.” Campo da teoria, contexto e tipo de mídia e jogo discutidos, alguns aspectos são mais proeminentes do que outros e podem nem mesmo existir. Por exemplo, entre jogos de tabuleiro e jogos digitais, existem diferenças entre RPG (RPG) e LARP (RPG de ação ao vivo). A escolha do foco depende do motivo da busca por uma definição.

Portanto, em nosso contexto específico, no campo do ensino de línguas, acredita-se que certos aspectos da interpretação de jogos são importantes para o desenvolvimento de sistemas ramificados, sendo cabível listá-los. Em primeiro lugar, não podemos esquecer que os jogos são ações recíprocas importantes, onde se relacionam com o ambiente do jogo e outros ambientes, acontece através da linguagem. Em segundo lugar, tenha em mente o ponto de vista de Koster (2014, p. 2) de que os jogos não podem ser construídos de maneira muito estrita, para que não se tornem limitados, previsíveis e enfadonhos. “A diversão do jogo vem da maestria. Vem da compreensão.



O ato de resolver quebra-cabeças torna o jogo interessante.”
Conforme apontado, o jogo deve se tornar difícil dentro de uma faixa razoável, sendo necessário manter-se o equilíbrio.

Devem ser considerados no âmbito da gamificação os aspectos relacionados aos alunos/jogadores, onde se deve analisar suas habilidades, gostos, preferências, crenças, experiências anteriores, repertório, sua formação cultural, o que os motiva, sua autopercepção, sua autoavaliação, sua satisfação, uma vez que tudo isso afetará o desempenho da apresentação.

Portanto, quando a gamificação, alguns pesquisadores se baseiam no tipo de jogadores (não temos espaço para discutir em detalhes aqui), por exemplo, se é baseado na tipologia de Bartle (1990) classificando-os como socializadores (os mais importantes), porque se relacionam com outros jogadores, mesmo fora da função; exploradores (são curiosos, gostam de descobrir todos os aspectos do jogo, compreender todo o mundo do jogo, desde a área de mapeamento à mecânica do jogo); conquistadores, (aqueles que gostam de acumular pontos e riquezas); assassinos



(aqueles que gostam de dominar os adversários).

Tal tipo de análise de perfis irá ajudar na escolha do game apropriado, de modo a acionar gatilhos de forma mais adequada em cada aluno/jogador.

Há também outros pesquisadores envolvidos na pesquisa de jogos e gamificação, baseados no protótipo de Jung (1976) ou tipo de taxonomia de Myers-Briggs (ver MYERS et al., 1998), que é uma extensão de Jung.

Mesmo entendendo os tipos de jogadores muito brevemente, pode observar que pesquisas mostram que os jogadores são motivados por diferentes aspectos (e mais de um aspecto), incluindo: aprender algo; superar desafios ou explorar, sentir-se relacionado a algum motivo ou propósito importante, devido ao significado épico, estabelecimento de conexões sociais, autonomia e autoexpressão; mudança.

De acordo com a teoria da autodeterminação (DECI; RYAN, 2000), não somos apenas movidos por uma motivação, mas também pela dicotomia clássica de motivação intrínseca e motivação extrínseca. O autor discute uma continuidade que parte da falta de poder (um



indivíduo completamente não autônomo), e passa por vários tipos de poderes externos (regulação externa, regulação de interpolação, regulação definitiva e regulação abrangente) até atingir o poder interno do indivíduo é automotivado e autônomo), dependendo do momento ou atividade atual. Curiosamente, de acordo com essa teoria, somos levados a atender a três necessidades principais: habilidade (domínio e controle dos resultados de uma situação), conexão social (ou pertencer a um grupo, incluindo cuidar ou ajudar outras pessoas) e autonomia. Segundo Gee (2003, p. 46-47), bons jogos são elaborados para estimular o aprendizado, o pensamento positivo e crítico.

Gee (2003), acredita que o pensamento é social e não há cognição separada do corpo de experiência existente no mundo material, cultural e social. Da mesma forma, ler e escrever são costumes sociais com “influência econômica, histórica e política” (GEE, 2003, p. 8). No entanto, Gee (2003) destacou que ler e escrever em um determinado campo da atividade humana não significa decodificar, mas conhecer os diferentes gêneros e práticas sociais em



que estão inseridos, o que significa “reconhecer diversos comportamentos, interações, avaliação, modo de sentir, compreender e utilizar diversos objetos e tecnologias que constituem a prática social ” (GEE, 2003, p. 15).

Portanto, em sala de aula, a questão é como fazer com que os alunos realmente entendam e participem dessas práticas sociais de forma ativa, com práticas significativas, se apropriem da semiótica linguística e realmente pertençam a um determinado grupo (GEE, 2003, p. 16). Vale ressaltar que o conceito de semiótica inclui coisas que podem significar “símbolos, sons, gestos, ações, gráficos, diagramas, equações, objetos ou mesmo pessoas como bebês, parteiras e mães” e têm diferentes significados.

Capítulo

3

MARCO REFERENCIAL



ABORDAGENS AO ENSINO DE LÍNGUAS

A linguagem nasceu como uma ferramenta de comunicação que efetivamente ocorre quando os sujeitos fazem afirmações e podem se compreender em um determinado contexto (ALMEIDA et al., 2018). Portanto, a aprendizagem eficaz de línguas deve integrar competência comunicativa e habilidades linguísticas de ouvir, falar e escrever (ALMEIDA et al., 2018). Além do campo da comunicação, é necessário desenvolver as seguintes habilidades de comunicação: competência gramatical ou linguística, que lida com o conhecimento do código linguístico construído pelo sujeito; competência sociolinguística, que se refere ao papel do falante no contexto e sua escolha de registro/estilo; competência discursiva, que é a aplicação da coesão e coerência neste texto e/ou em si mesmo; competência, que se refere à totalidade das ações verbais e não verbais (ALMEIDA et al., 2018).

As abordagens ao ensino de línguas estrangeiras, bem como os métodos e técnicas, são os organismos



subjacentes à qualidade do ensino e da aprendizagem de uma língua. Ao ensinar uma língua, é necessário determinar o tipo de abordagem que será adotada (CASSOLI, 2020). Existem duas abordagens principais para o ensino de línguas estrangeiras: a abordagem gramatical e a abordagem comunicativa (CASSOLI, 2020).

A abordagem gramatical dá preferência ao domínio da gramática observado na construção de frases corretas, e leva em conta a variação linguística. Com essa abordagem, a linguagem é descontextualizada no aspecto social, considerado no nível das frases; a linguagem falada dificilmente é tida em conta; a acuidade linguística é o principal objetivo (CASSOLI, 2020). O uso exclusivo da abordagem gramatical molda os alunos com discursos gramaticalmente perfeitos, mas incapazes de reproduzi-los em situações comunicativas na realidade, sendo desenvolvimento de uma competência comunicativa que vai além do conhecimento linguístico (SILVA, 2020a).

A abordagem comunicativa começou na Europa na década de 1970 como uma proposta inovadora para



o ensino e aprendizagem de uma língua quando Henry G. Widdowson escreveu O Ensino da Linguagem como Comunicação em 1978. O livro foi traduzido para o português em 1991 sob o título “Ensino de Línguas para a Comunicação” e contribuiu para o desenvolvimento de uma abordagem comunicativa no Brasil (CASSOLI, 2020).

Widdowson (1991) define a abordagem comunicativa como:

[...] organizar o princípio da interação na língua-alvo, focado no significado e na comunicação, e não na forma gramatical. Centra-se na aprendizagem contextualizada realizada através de situações do mundo real enfrentadas pelos alunos. Apresenta quatro elementos de comunicação eficaz: 1. Certas habilidades linguísticas; 2. Capacidade de usar o conhecimento da língua; 3. Competência de comunicação; 4. Um pouco de conhecimento sobre sociedade e cultura.

Widdowson (1991) argumenta que, na abordagem comunicativa, o professor não é o centro de ensino-



aprendizagem, mas um intermediário na medida em que há um ambiente interativo no qual ele realiza atividades pedagógicas. Para tanto, classifica as ações pedagógicas em três tipos principais: (a) sistematizar quando a ação é conhecida e ilustrada com exemplos; b) profissionais em que a ação simule a utilização na produção controlada; e (c) envolver-se no uso do mundo real quando a ação ocorre no contexto da comunicação.

Acredita-se que a comunicação seja o principal objetivo dessa abordagem e, portanto, as ações pedagógicas são atividades que estimulam a interação, seja em duplas ou em grupos. A abordagem comunicativa vai além do ensino padronizado de línguas estrangeiras; proporciona à classe uma explicação plausível do conteúdo e uma amostra do uso de diferentes formas de dizer algo, dando liberdade ao professor na prática pedagógica, adaptando-a às necessidades dos alunos (LEITE, 2018).

A adoção desse tipo de abordagem visa fazer com que o aluno se comunique legalmente utilizando material didático composto por textos autênticos e diálogos do



cotidiano, trazendo contextos da vida real para a sala de aula. Assim, os alunos ganham maior fama com ênfase no ensino e na prática da sociabilidade. As principais características são: a aprendizagem de línguas ocorre através do uso da comunicação autêntica; A comunicação ocorre de tal forma que está Integrado; há um incentivo à produção oral e textual; O professor medeia as oportunidades de comunicação e os alunos interagem com o professor e seus colegas de forma livre e autêntica. A abordagem comunicativa também traz um aspecto interdisciplinar para a sala de aula, conferindo ao professor maior liberdade pedagógica, uma vez que inclui diversos temas de relevância local e global em relação ao uso e conhecimento da língua (SILVA, 2020a).

APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS ATRAVÉS DA TECNOLOGIA EDUCACIONAL

O século 21 trouxe mudanças para a sociedade no contexto evolutivo das mídias digitais; O progresso tecnológico reconfigurou a forma de organização social e



profissional do indivíduo (VIDAL et al., 2020). A sociedade moderna é influenciada pela cultura digital devido ao crescente acesso aos DiCTs, principalmente através da internet e dispositivos móveis.

Também vale a pena mencionar o fenômeno da introdução maciça de tecnologias móveis (smartphones, tablets,) entre a população mundial. O interesse por esse tipo de tecnologia visa satisfazer o crescente desejo das pessoas de acessar informações, com a vantagem de não limitarem o tempo ou o espaço para o acesso, características que também têm sido enfatizadas no campo da educação.

No Brasil, 82,7% dos domicílios brasileiros utilizaram a internet em 2019, aumentando a cada ano (IBGE, 2019). Portanto, é importante considerar que a maioria dos alunos atuais do ensino fundamental ao médio nasceu imersa no mundo digital e, portanto, tem a facilidade de manipular e aprender com a tecnologia (VIDAL et al., 2020).

A adoção generalizada de tecnologias móveis na sociedade acelerou o ensino-aprendizagem em direção a



um processo em que a tecnologia não pode mais ser vista apenas como uma ferramenta, mas como um procedimento de aprendizagem. É importante compreender que a era da informação está provocando discussões sobre a prática pedagógica da tecnologia no ensino-aprendizagem em espaços escolares (VIDAL et al., 2020).

Nesse contexto, o processo educativo pode se beneficiar da inclusão das TICs modernas como meio de provocar mudanças no cenário educacional, transformações e novas formas oportunistas de aprender e ensinar (SOUSA et al., 2020). Portanto, dependendo do contexto tecnológico, a prática da pedagogia exige evolução constante, o que exige que os envolvidos no processo se adaptem às necessidades do contexto nas esferas social, profissional e pessoal (SANTOS, 2020).

Cabe ressaltar que o conceito de CIDD adotado neste artigo refere-se à evolução do CIDD para a era digital, quando computadores, modelos móveis de smartphones, tablets, e-books e outros equipamentos digitais passaram a dominar a cultura de produção e consumo de informação na



dimensão moderna do ensino-aprendizagem.

Ao mesmo tempo, o uso crescente do CIDD na educação permite a experimentação de modelos pedagógicos inovadores como forma de apoiar a aprendizagem, incluindo ferramentas de conteúdo em sala de aula, como sistemas de gerenciamento de aprendizagem (LMS). Graças ao alto teor de interatividade combinado com muita realidade, os LICs oferecem oportunidades de uso em uma ampla variedade de campos do conhecimento, não limitados a um público específico. Dentre os LMSs caracterizados por dicas, destacamos o Moodle¹, o Edmodo² e o Google Sala de Aula³, que estão entre as cem ferramentas de aprendizagem mais utilizadas no mundo (REIS et al., 2018).

A articulação entre o TDIC e o ensino de línguas tem sido objeto de pesquisas que abordam essa relação e apontam as tecnologias educacionais como elementos cada vez mais importantes nesse processo. Souza (2020), por exemplo, em seu estudo sobre o ensino de língua inglesa mediado digitalmente, concluiu que, embora o gerenciamento do CIDD continue sendo um desafio tanto



para professores quanto para alunos, seu uso evoca satisfação e tranquilidade em relação ao ensino-aprendizagem.

Um estudo de Coelho (2019) mostra que os CIDs são suportes pedagógicos que promovem a boa aprendizagem dos alunos e mesmo que sejam.

As dificuldades ou problemas associados à sua utilização no cotidiano escolar são uma importante ferramenta de apoio ao ensino-aprendizagem.

O ensino de línguas é amplamente utilizado em ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs) como propostas para promover a colaboração e a interatividade entre alunos de diferentes instituições virtuais de aprendizagem (MADDALENA et al., 2020). Plataformas de acesso aberto, Moodle e ambientes virtuais imersivos oferecem ricas oportunidades de prática para estudantes de línguas estrangeiras e, assim, contribuem para o desenvolvimento da competência comunicativa e aquisição de vocabulário (MADDALENA et al., 2020).

Há também muitos aplicativos móveis gratuitos que fornecem conteúdo e tarefas em inglês para uma



variedade de propósitos, como vocabulário, gramática, leitura e / ou fala. Essas aplicações trazem a possibilidade de transformação, pois agregam aos processos pedagógicos como um universo múltiplo de aprendizagem (CENSI et al., 2020).

Durante a pandemia de Covid-19, algumas tecnologias surgiram na prática pedagógica para o ensino de inglês (MONTEIRO, 2020). Por exemplo: WhatsApp, para solicitar verbalmente provas, trocar informações, indicar materiais de treinamento, trocar áudio e vídeo; Google Tradutor, para leitura e produção de textos; Google Sala de Aula, como repositório de textos e eventos e discussões assíncronas; Uma plataforma do YouTube para assistir a tutoriais em vídeo, filmes e vídeos de música; e aplicativos móveis como o Longman English Dictionary ou outros dicionários bilíngues ou monolíngues, e o Voice of America – VOA Learning English, que é um aplicativo que oferece vídeos, podcasts, materiais e atividades em vários níveis de inglês (MONTEIRO, 2020).

Assim, acredita-se que os TDIC estão a serviço



do professor e do aluno, auxiliam na dinâmica de ensino-aprendizagem, permitem que a sala de aula seja utilizada virtualmente e contribuem para a construção do conhecimento de forma virtual de espaços de interação educacional, tornando a sala de aula mais atrativa e representativa. Ou seja, o TDIC tem tido um impacto significativo no ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras, destacando aqui sua importância não só para o desenvolvimento cognitivo, mas também para o desenvolvimento social e inclusivo (MONTEIRO, 2020).

Nesse cenário, o vocabulário técnico do campo educacional, até então utilizado mais de perto, veio à tona e deixou alunos e professores confusos sobre suas definições e diferenças entre eles, como educação a distância (educação a distância), educação virtual, homeschooling, educação a distância. Por conseguinte, é adequado diferenciar entre os conceitos de ensino ou educação à distância e educação de emergência à distância.

A educação a distância ou educação a distância é um método planejado apoiado por professores e recursos



tecnológicos específicos, com funcionamento próprio e conceito didático-pedagógico que inclui o conteúdo, as atividades e o processo de avaliação dos alunos (PRADO CÓ et al., 2020).

A educação a distância de emergência é o que se pode chamar de solução temporária para a continuidade das atividades de ensino durante a pandemia, tendo como principal ferramenta a Internet, onde o ciberespaço é utilizado como ponto de encontro, e possui recursos assíncronos, como o acesso a conteúdo ou materiais relacionados ao componente curricular em estudo (SOUSA et al., 2020).

“Educação a distância em uma emergência” é um termo preferencialmente aceito por autores de pesquisas na área de educação em uma pandemia; foi uma solução pedagógica para que as aulas fossem ministradas digital e virtualmente, o que provavelmente retornará ao modo presencial pós-pandemia (JOYE et al., 2020; PRADO CO et al., 2020).

Entre as mudanças na abordagem pedagógica



voltada para o ensino da Língua Inglesa pode-se afirmar que não foi uma tarefa fácil para os professores, pois afinal de contas em salas de aula presencial o professor muitas vezes tinha que competir a atenção do aluno que ficava com o celular na mão quase todo o tempo. Em sala de aula qualquer coisinha já tirava a atenção e concentração do aluno, agora imagine o aluno de Ensino Médio estudando de casa.

Todos agora, pais, alunos e professores precisariam se adaptar a esse novo método de ensino com novas abordagens, recursos e ferramentas para que os alunos dessem prosseguimento aos seus estudos de forma que pudessem de fato aprender os conteúdos mesmo sem estarem presentes em sala de aula

As aulas foram desenvolvidas no formato online através do aplicativo Zoom, no mesmo horário, no qual a turma realizava suas atividades no período presencial, além disso, as atividades foram realizadas nas formas síncronas e em alguns momentos houve a orientação e desenvolvimento de atividades assín-



cronas (UEMA, 2021, p.4).

A grande questão é torno das aulas de Inglês seria conversação sendo que as aulas agora seriam online. Já havia dificuldades em relação às aulas online, mas agora estava mais complexo ainda. O professor tinha de lidar com a desmotivação, atrasos dos alunos, alguns alunos e até mesmo professores que tiveram que lidar com a perda de entes queridos, foi uma árdua tarefa educar na pandemia. Esse novo período fez com que novos recursos tecnológicos também fossem utilizados

Logo, os recursos tecnológicos são aplicados nas mais diferentes áreas a fim de proporcionar mais facilidade ao nosso dia a dia, no entanto, em alguns casos, a exemplo do próprio ambiente educacional, estes não estão totalmente inseridos, sendo necessário que a educação adequa-se e transforme por meio da tecnologia, o modelo clássico de ensinar, algo que o ensino remoto culminou por demandar, já que este deixou evidente a necessidade de se pensar na discussão sobre a



inclusão da tecnologia no currículo escolar e na sua utilização, bem como de ferramentas pedagógicas inovadoras que transformem as práticas educativas para facilitar o ensino com os recursos oferecidos (UEMA, 2021, p.5).

Os novos recursos tecnológicos voltados para a educação devem ser sempre revistos e atualizados. O professor deve estar sempre preparado para mudanças eventuais e ampliar sua metodologia em sala de aula dependendo das circunstâncias. É bem verdade que o decreto municipal e estadual ao longo da Federação fez com que as aulas presenciais fossem mudadas e fossem agora utilizados tecnologia digitais.

Agora a prática pedagógica do ensino de Inglês vai depender muito do conhecimento que o professor tem acerca dos recursos digitais que serão utilizados. Afinal de contas, o educador é aquele que precisa conhecer bem e dominar os recursos para então poder passar para os alunos. Afinal de contas, é preciso entender que “a língua estrangeira não pode ser ensinada aos alunos na contemporaneidade



como se estivéssemos ensinando alunos de séculos atrás.”
(Araújo,2020, p.35).

Convém lembrar que o ensino de Língua Inglesa ou até mesmo um outro componente curricular durante a pandemia só surtiria efeito se o professor recorresse à formação continuada, ao estudo e o aprimoramento de suas aulas afinal de contas os professores não foram preparados nas Universidades para esse contexto, porém tiveram se de adaptar.

UMA PERSPECTIVA INTERATIVA DA LINGUAGEM; DIALOGISMO BAKHTINIANO

Para Bakhtin (2011), a principal característica da linguagem é a interação discursiva, que se realiza por meio da comunicação oral por meio de um enunciado que é concreto, pois é específico encontrar entre personagens reais, filhos da época e um contexto sociopolítico e social organizado conduzido como um evento único e inimitável. E justamente por se dar entre sujeitos sócio-historicamente



localizados, socialmente organizados, o autor afirma que um determinado enunciado carrega consigo a percepção do mundo, os habitantes de valores, orientações de valores que constroem o sentido das palavras, refletindo e refratando a realidade, uma vez que significado e avaliação estão inextricavelmente ligados na linguagem da vida real.

A partir dos estudos de Bakhta, entende-se que, além da interação verbal, consideramos, além dos meios da língua nacional (vocabulário, gramática), também as formas de discurso – gêneros – formas relativamente básicas, flexíveis, reguladas, mais flexíveis diante das mudanças sociais do que as formas de linguagem.

O dialogismo, segundo o círculo de Bakhtinsky, não se baseia na face coloquial do diálogo, mas em uma reflexão diversa, semiótica e literária, da teoria do diálogo interno do discurso (AMORIM, 2004). Dentro desse conceito, não há metade dialógica a menos que haja outra, pois a existência desse outro é necessária para garantir a interação e a vida da palavra.



cas entre todos os elementos do romance [...]. Assim, o fenômeno dialógico ultrapassa em muito a relação entre as réplicas do diálogo formalmente produzido; é quase universal e permeia todo o discurso humano, todas as relações e todas as manifestações da vida humana, em geral tudo o que tem sentido e valor (BAKHTIN Apud AMORIM, 2004).

Nesse contexto, observa-se a importância atribuída à natureza dialógica da linguagem, parte fundamental quando se trata do legado teórico deixado pelo filósofo que desenvolveu pesquisas sobre linguagem, literatura, estilística, ciências e outros campos. A linguagem no conceito de Bakhtin (2011) é compreendida em um nível social, e nessa perspectiva podemos notar a relevância que o autor atribui à questão estética, que, sempre relacionada a questões éticas e cognitivas, ocorre porque a aplicação é socialmente constituída. Assim, os indivíduos a adquirem e constituem sua consciência linguístico-social por meio da interação verbal, ou seja, em um processo dialógico.



No âmbito deste conceito de Bakhta, o julgamento ético não está ligado ao indivíduo pessoalmente, mas ao lugar que ele ocupa nas relações sociais neste momento, o que constitui sua eloquência. Em consonância com o pensamento de Magalhães e Kogawa (2019), do ponto de vista ético, não é importante o suporte material do indivíduo, mas a dinâmica intersubjetiva, que dá visões a diferentes valores relacionados a diferentes relações; por exemplo, o que é importante em um relacionamento mantido por uma pessoa em um contexto escolar não é necessariamente importante em um ambiente familiar ou religioso. Assim, na linguagem, o pronunciador escolhe as palavras apropriadas para construir seu pensamento para aqueles que as aceitam.

Ou seja, uma pessoa é diversa e, no âmbito dessa multiplicidade, é necessário ter sentimentos atentos ao amplo campo de criação da estrutura da linguagem. Pela estética, o círculo de Bakhtin entende o formato real que molda a linguagem e permite interações sociais. Qualquer coisa que possa ser usada para moldar esse diálogo, ou mesmo para compartilhar duas ou mais formas (verbal, visual



etc.), é percebida pelos pensadores do Círculo como uma parte estética da construção da linguagem. É importante ressaltar que essa educação estética não se completa sem a análise do julgamento: essa forma de diálogo enfurece os valores sociais e morais, ou seja, não deixamos de julgar o conteúdo e a forma estética que nos é apresentada.

A cognição, do ponto de vista do axioma de Bakhta, é uma dimensão conceitual abstrata, um julgamento impessoal, algo que existe no mundo das ideias tem um valor social difuso, mas não ocorreu materialmente. Cognitivamente, existem interações impessoais entre saberes abstratos que permitem a análise subjetiva do julgamento empírico (BAKHTIN, 2011).

Essa linguagem interativa, que se desenvolveu entre os personagens do discurso em um ambiente social em que a ética, a estética e a cognição influenciam fortemente a construção dos enunciados, adquiriu os contornos da tese no sentido de que a interação da linguagem deve ser formada em um contexto em que todos participem de um estado de igualdade.



Mesmo considerando a perspectiva de Bakhtin, suas teorias formadas em diálogo, que é a forma mais básica de comunicação, preservam o presente graças a uma incrível capacidade de se relacionar com o passado, presente e futuro. E sob ele olhar, Paulo Freire argumenta que o ensino requer criticidade, estética e ética (FREIRE, 2003).

Nesse sentido, o ensino exige criticidade quando o conhecimento humano é construído e reconstruído histórica e socialmente, como é agora, quando se inicia o olhar para os problemas que a pandemia de Covid-19 trouxe para o ensino-aprendizagem. Os personagens do diálogo devem ter um olhar crítico sobre como o dialogismo deve ocorrer em uma relação professor-aluno.

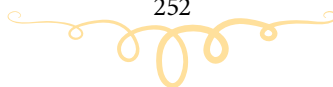
O ensino também requer estética e ética, pois a busca por conhecimento e novas mídias deve ser modelada em eixos éticos sólidos para que não sejamos tentados pelos caminhos mais fáceis, mas para que possamos atravessar corajosamente os desertos para os quais somos chamados a caminhar. Deve também ter uma estética, preferencialmente



funcional, ou seja, estética, que traga leveza e beleza a essa relação linguística professor-aluno agora da pandemia e, assim, atinja o fim desejado, que é a interação professor e aluno.

O ENSINO DE INGLÊS EM SUA ABORDAGEM MAIS ATUAL NO BRASIL

O ensino de línguas tem passado por inúmeras mudanças ao longo dos anos, novos métodos e perspectivas tem se modernizado desde então, em 1998 foram publicados os parâmetros curriculares nacionais, em 2008 foi publicada a base nacional comum curricular (BNCC), que trouxe novas articulações para o ensino de línguas. A BNCC desde então tem transformado as aulas em práticas de linguagem em que os alunos terão como eixos a oralidade, leitura, escritas e conhecimentos linguísticos da língua inglesa, em outras palavras, os professores terão que ensinar aos alunos falarem, a escutar e para isso eles precisam ter conhecimentos de vocabulário e de gramática.



A Base propõe um ensino de Inglês voltado para o uso da língua, e desta forma rompendo o senso comum de que não se aprende o idioma na escola pública, afirma Cíntia Gonçalves, gerente sênior para Inglês do British Council.

Mesmo com todos esses avanços observa-se ainda muitas dificuldades, principalmente nas escolas públicas em relação ao ensino-aprendizagem da língua inglesa, segundo Jussara Perin a necessidade revelada pelos alunos de praticar a oralidade muitas vezes não é disponibilizada por fatores outros que não a competência linguística de seus professores, mas sim pela falta de espaço físico adequado ou excesso de alunos em sala. Isso sem falar do que se preceitua nos próprios parâmetros curriculares, ou seja, a ênfase à prática da leitura e/ou a não necessidade de se desenvolver a prática oral em sala.

Perin também afirma que: (2005, p. 150 apud):

Apesar de reconhecerem a importância de se saber inglês, os alunos tratam o ensino de língua inglesa na escola pública ora com desprezo ora com indiferença, o que causa, na maioria das vezes, a indisciplina



nas salas de aula [...]. O professor trabalha com a sensação do aluno que não crê no que aprende demonstrando [...]. Menosprezo pelo que o professor se propõe a fazer durante a aula.

De acordo com revista o Globo mesmo depois do prazo estabelecido na implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento aprovado em 2018 que redefine o conteúdo mínimo que os alunos das redes pública e privada deverão aprender em sala de aula, o ensino do inglês ainda é precário nas escolas públicas.

A disciplina de inglês nos contextos escolares parece ter pouca importância na grade curricular, e muitas vezes é vista como “disciplina menor”, ou apenas como um complemento de horário. O ensino é visto como deficiente e precário também pela falta de interesse da maioria dos alunos pela disciplina. Por este motivo, o processo de ensino e aprendizagem desta disciplina tem enfrentado diversas dificuldades.

Durante a pandemia diversos recursos foram



utilizados para as aulas de Inglês. De acordo com Silva et.al (2020) Smartphones, notebook, computador de mesa e tablet, foram os recursos mais utilizados durante as aulas online.

ENSINO DE INGLÊS: O QUE DIZ A BNCC?

A BNCC desenvolveu 5 áreas de especialização: “Eu sou o Outro e nós somos; Corpo, Gestos e Movimento; Traços, Sons, Cores e Formas; Ouvir, Falar, Pensar e Imaginar; Espaço, Tempo, Quantidade, Atitudes e Transformações” que enfatizam os efeitos benéficos na aprendizagem, habilidades motoras, habilidades sócio-emocionais, linguagem e habilidades cognitivas. Estes campos são projetados para crianças de 0-5 anos divididos em grupos etários, crianças de 0-6 meses (1 ano 7 meses a 3 anos 11 meses) e crianças pequenas (4 anos a 5 anos 11 meses).

As áreas de especialização são formuladas para garantir os direitos das crianças de conviver, brincar, explorar, participar, comunicar e aprender umas com as

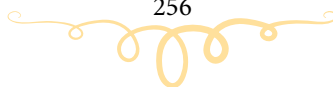


outras, ajudando-as em seu desenvolvimento cultural, social, emocional, intelectual e físico. Estas áreas devem trabalhar contextualmente porque, por exemplo, “eu sou diferente e nós” estamos ligados à formação da personalidade, à autonomia desta criança, e este processo envolve todas as áreas de experiência a partir de diferentes perspectivas que serão necessárias para uma compreensão mais profunda dentro desta formação.

Portanto, existem áreas de experiência para apoiar o planejamento pedagógico, garantindo que o aluno tenha tempo, espaço e liberdade, o que será fundamental para facilitar a experiência do aluno no ambiente escolar, contribuindo para a aquisição de conhecimentos para a vida cotidiana.

A nova proposta do ensino médio visa atender às necessidades e expectativas dos alunos, fortalecer seu interesse, compromisso e liderança, e garantir sua permanência e aprendizagem na escola.

Visa também assegurar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores capazes de



formar novas gerações para enfrentar os desafios pessoais, profissionais, sociais, culturais e ambientais do presente e do futuro, levando em conta a intensidade e a velocidade de transformação que caracterizam as sociedades na era contemporânea.

De acordo com o National Curriculum Framework for Secondary Schools (BNCC), as rotas de estudo consistem em um conjunto de unidades de estudo oferecidas pelas escolas e redes de aprendizagem que permitem aos alunos aprofundar seus conhecimentos e se preparar para estudos futuros ou para o mundo do trabalho. Eles estão organizados em quatro eixos estruturais (pesquisa, processos criativos, mediação e intervenção sócio-cultural e empreendedorismo).

A BNCC (BRASIL, 2017b) é um documento normativo que define um conjunto progressivo de valores básicos de estudo aos quais os alunos devem ter acesso e a oportunidade de se desenvolver na educação básica para que possam garantir seus direitos à aprendizagem, como fica evidente no Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL,



2017a).

A primeira versão da BNCC data de 2015 e já recebeu mais de doze milhões de contribuições individuais de organizações e redes educacionais no Brasil. A segunda versão, publicada em 2016, foi revisada e refinada por professores, gestores e especialistas em educação em seminários estaduais. Posteriormente, chegou à sua versão final em 2017 (RIBAS, 2018).

A BNCC (2017b) tem feito mudanças na educação básica e é dividida de acordo com as habilidades transdisciplinares e interdisciplinares que os alunos devem desenvolver durante a educação básica. Após a aprovação do Conselho Nacional de Educação (CNE), a BNCC (2017a) para o ensino fundamental tornou-se referência, fornecendo orientações para a elaboração de currículos de escolas públicas e privadas correspondentes aos diferentes contextos do Brasil. Isso indica que as mudanças nos currículos escolares são obrigatórias, e 2020 foi fixado como prazo para implementação (BRASIL, 2017a).

O principal objetivo do MEC com a BNCC foi



minimizar as diferenças na educação no país decorrentes de aspectos relacionados aos problemas sociais relacionados às escolas. Portanto, pretendeu-se tornar a escola e a educação efetivas, avaliando o que é local em combinação com a esfera global (FISTAROL et al., 2019).

É inquestionável que a tecnologia nos proporcionou acesso a informações fora das instituições de ensino regulares, de maneira facilitada. No entanto, essa praticidade traz à tona o questionamento se as instituições de ensino estão exercendo sua função e atendendo as necessidades atuais da sociedade, quer seja, se de fato o aluno está sendo amparado e assistido de forma devida em sua busca pelo conhecimento.

Por óbvio, que o advento do computador e da internet e sua colocação nas escolas ocasionou verdadeira mudança no modo como pais, alunos e professores mantem seu contato, pois através dela temos acesso a um sem número de oportunidades e informações, ao mesmo tempo fragmentando e reunificando conhecimentos.

Quando a mídia passa a ser parte importante no



ensino o professor, então passa a ser mediador, tendo como principal atribuição o estímulo aos alunos, instigando-os a seguir sua curiosidade para construir e lapidar o próprio conhecimento, sem dúvidas, usando a tecnologia como ferramenta para complementar essa busca.

Demonstra que o uso da internet como ferramenta metodológica, pois oferece a possibilidade de interligar conhecimentos, através do uso de vários meios, tais como a realidade aumentada, que permite ver em três dimensões, lugares e coisas que de outra forma dificilmente teríamos acesso.

Usando a tecnologia podemos obter uma interdisciplinaridade de conhecimento, facilitando o aprendizado e assimilação, tendo-se uma visão tanto micro quanto macro daquele conteúdo.

Necessário informar, no entanto, que o mero uso de computadores, não fornecem a aprendizagem por si só, é preciso uma preparação metodológica para seu uso pedagógico adequado, o que, enseja em si que os professores e profissionais ligados a educação tenham formação para



poderem utilizar estes recursos de uma forma responsável e saudável e com fins pedagógicos, sempre acompanhando as renovações e adaptações às novas tecnologias, que chegam à galope.

O uso de mídias e tecnologias em sala de aula torna a aula mais dinâmica, agradável e instigante ao aluno, pois este passa de mero observador, adquirente passivo de conhecimento, ao construtor ativo de sua própria sabedoria, ao adquirir e processar informações de maneira única, baseada em um sem número de fatores, tais como experiências, valores, dentre outros.

Percebemos que a utilização do computador em sala de aula não se presta somente para a parte burocrática e para armazenamento de dados, mas que ele pode proporcionar verdadeiras experiências imersivas no conteúdo estudado, tornando a aula infinitamente mais divertida e interessante para o discente, principalmente se utilizarmos recursos como séries e filmes atuais e da cultura popular, que imediatamente cativam o interesse do jovem, pois falam sua linguagem, mais moderna.



Os filmes dão espaço amplo e ilimitado para reflexão, proporcionando distanciamento para a discussão de temas mais delicados, bem como facilitam transitam com facilidade em temas entrelaçados no espaço-tempo, tornando a compreensão, seja linear ou não linear dos eventos, facilitada. No entanto, obviamente que não conseguirá substituir o professor, pois o papel de um filme é meramente ilustrativo.

Tal afirmação pode ser igual e facilmente utilizada para referir-se a internet, forma predominante de ver o mundo e obter informações no Brasil, ajudando a moldar noções de moral, ética, valores e caráter de nossa juventude.

A TV (e atualmente as demais mídias e a internet) conversa sobre “as coisas da vida”, em uma linguagem sedutora e facilitada, não sendo difícil compreender a mensagem a ser passada, em contrapartida, na escola, o ensino é mecânico, por demais distante, artificial e intelectualizado e muito mais fatigante. No entanto, ao passar o conteúdo da maneira tradicional, em contraponto a mídia artificial e consumista ele acaba por ser esquecido

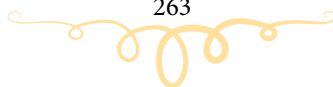


nas poucas horas seguintes, sendo substituído facilmente por qualquer outra informação da mídia, tendo em conta visões tão antagônicas de mundo.

É notável, portanto, que as metodologias convencionais, tradicionalmente utilizadas nas escolas não são mais atrativas aos alunos, pois atualmente, as informações de maior relevância para os jovens provêm da internet, que é dinâmica, rápida e se atualiza em tempo real, permitindo uma interatividade sem precedentes.

A imagem, o multimídia, é algo dinâmico, mexe com o imediato, o urgente, o palpável, tão inerentes ao jovem e que a escola, enquanto instituição mais conservadora em sua essência, ignora esses novos meios de repassar conhecimento, dando mais importância à escrita e ao raciocínio lógico em detrimento de conceitos abstratos. No entanto, tais técnicas de ensino não são divergentes, podem ser utilizadas harmonicamente para que a sala de aula seja enriquecida com todo tipo de experiência e se torne um lugar de verdadeira troca e construção de conhecimento,

Algumas instituições de ensino, ao levarem os



computadores e outros aparatos tecnológicos para a sala de aula estão sendo inovadoras e fazendo seu papel, no entanto, muito mais do incluir essas novidades no cotidiano escolar, é necessário criar e criativas formas de utilizá-las em aula, para que ocorra de fato uma evolução no ensino.

É tarefa do professor, portanto, fazer suas próprias escolhas, conforme sua formação e recursos disponíveis na instituição de ensino, facilidade no uso dessas tecnologias, bem como realizando a preparação antecipada das aulas que serão ministradas, sendo a escolha dos meios de suma importância quando se trata do processo de aprendizagem

Aparentemente seja possível trocar um professor pela internet, computadores e toda essa tecnologia que nos é disponibilizada hoje, isso é um pensamento equivocado, tendo em conta que quando se trata de mudanças políticas, educacionais e sociais, o papel do educador é indispensável: “Todavia, quando se buscam mudanças efetivas na sala de aula e na sociedade, de imediato se pensa no mestre tanto do ponto de vista didático-pedagógico quanto político. ”

Portanto, é preciso reavaliar frequentemente a



prática pedagógica, buscando sempre inovar e não apenas reproduzir, orientando os alunos a produzirem e criticar. Essa avaliação também deve levar em conta a relação entre professor e aluno, afinal, conhecimento é troca e ambos fazem parte deste processo enriquecedor e único de aprendizagem e construção de conhecimento.

É uma metodologia habitual nos ambientes escolares atuais, no entanto sua eficácia se define pela forma com que se transmite os conteúdos aos alunos e interferem em seu desempenho. Tal abordagem também se encontra entre as análises de Paulo Freire (1996) quando este coloca que tanto professor quanto aluno são partes de um todo e que ensinar é criar bases para a produção de conhecimento e não apenas repetir e decorar conteúdos prontos.

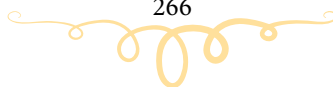
Portanto, é importante avaliar a maneira com que os conteúdos são repassados, buscando realizar atividades que tenham pertinência ao aluno, para que sejam mais facilmente assimiláveis, em uma cadeia de conhecimento facilitada, em que o próprio aluno seja criador e propagador do conhecimento adquirido.



O planejamento pedagógico, antes focando no aluno e em suas dinâmicas em classe, passa a se preocupar com o todo, o contexto social do aluno, suas vivências, maneiras com que assimila conhecimento, relação com os professores e demais tópicos pertinentes.

Neste momento surgem abordagens pedagógicas concretas que passam a dominar as escolas, pois os educadores e gestores passam a perceber que aprender é algo inerente ao relacionamento harmonioso entre a pessoa e a comunidade na qual está inserida: valores, preocupações, alegrias, cultura e modos de produzir e aprender passam a tomar importância no espaço escolar, sendo novas maneiras de se aproximar do conhecimento, créditos à da pedagogia histórico-crítica de Saviani.

Tendo percebido isso, a escola também nota que os problemas de aprendizagem são um fracasso da própria instituição de ensino, eis que o aproveitamento escolar advém de inúmeros fatores e a escola precisa estar atenta a eles, e não se trata apenas de decorar o conteúdo programático para escrevê-lo em provas.



Mudar do ensino tradicionalmente utilizado e largamente difundido para o ensino tendo a tecnologia como principal método pedagógico é uma tarefa desafiadora.

Portanto, fica claro que o uso da tecnologia na pedagogia supera em muito o simples apoio burocrático e para pesquisa, pois através da tecnologia é possível tratar o conteúdo de forma interdisciplinar e multifacetada, preparando os discentes para o mundo real e tecnológico que os aguarda.

Usar a tecnologia como metodologia de ensino nos enriquece enquanto educadores, pois ajuda a desenvolver seres humanos com senso crítico apurado, capacidade de visão micro e macro do mesmo conteúdo, empatia e curiosidade, eis que a tecnologia facilita a busca e instiga a curiosidade e fome de saber

No tocante à educação formal, a utilização destes recursos em sala de aula é importantíssima, tendo em conta o mundo globalizado em que vivemos. Antigamente o acesso a estes equipamentos não era possível, mas hoje é facilitado e, portanto, é tarefa dos professores e gestores,



se prepararem para aplicar tais mudanças e dar o pontapé inicial nestas inovações.

O preparo de aulas tendo o computador como base ocasiona diversas reflexões sobre o real papel do aparato escolar (professor, gestores) e de um conteúdo programático engessado e regular e suas metodologias pedagógicas atinentes.

Portanto, resta cristalino que apenas ter laboratórios de informática nas escolas está longe de ser o suficiente, faz-se necessário que alunos e professores saibam utilizá-los, aprimorando técnicas da computação, objetivando o desenvolvimento mútuo dos envolvidos. Afinal, não adianta ter a ferramenta e não saber tirar o melhor proveito possível dela.

Nota-se que muitas escolas, seja por falta de recursos, ou quaisquer outros motivos, ainda não utilizam essa tecnologia como recurso pedagógico, levando a perda de uma oportunidade imensurável. Não é uma empreitada simples, já que conhecer novas ferramentas tão bem a ponto de saber utilizá-las de forma a repassar



outros conhecimentos requer aperfeiçoamento constante, reconstruir formas de trabalho há anos não modificadas. No entanto, este processo possui inúmeros benefícios para a construção do conhecimento, trazendo novas formas de troca de informações e dinamismo.

Através da tecnologia é possível reinventar as formas de fazer pesquisa no meio educacional e a tecnologia acaba se tornando ferramentas de aperfeiçoamento constante do educador, o que, por consequência aumenta em muito a qualidade do ensino.

A educação, quando aliada à tecnologia acaba se voltando a criar conteúdos instigantes, dinâmicos e atraentes aos alunos, despertando nele curiosidade e vontade natural de expandir seus conhecimentos. A informática está entrando na educação pela necessidade de transpor as fronteiras do educador convencional.

A sociedade vem sofrendo evoluções constantes e o uso da tecnologia é uma das principais, portanto, as instituições de ensino não devem ignorá-la e é imperioso que passem a utilizá-la como método pedagógico, pois isso



amplia o conhecimento, enriquece a cultural e promove um aprendizado infinitamente mais instigante, atraente e abrangente.

O Manual Nacional de Desenvolvimento Curricular e Propostas Pedagógicas Escolares nos estados, no Distrito Federal e nos municípios brasileiros, BNCC (2017a) define a aprendizagem básica, priorizando o desenvolvimento de dez competências gerais, conforme mostra a tabela a seguir.

Tabela 1 - Competências gerais da educação básica propostas pela BNCC

Habilidades	Definição
1. Conhecimento	Valorizar e usar o conhecimento historicamente construído no mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para construir uma sociedade justa, democrática e inclusivo.
2. Pensamento científico, crítico e criativo	Mostrar curiosidade intelectual e basear-se na abordagem correta da ciência, incluindo pesquisa, reflexão, análise crítica, imaginação e criatividade, explore causas, desenvolva e teste hipóteses, formule e resolva problemas e crie soluções (inclusive tecnológicas) com base em Conhecimento de diversas áreas.
3. Repertório cultural	Apreceie e desfrute de uma variedade de manifestações artísticas e culturais, de um lugar para o mundo, e participe de uma variedade de práticas de produção artística.
4. Comunicação	Use uma variedade de linguagens: verbal (oral ou visual-motora, como Língua escrita), corporal, visual, audível e digital, bem como conhecimento de linguagens artísticas, matemáticas e científicas, para expressar e trocar informações, experiências, ideias e sentimentos em uma variedade de contextos e Produzir significados que levem à compreensão mútua.
5. Cultura digital	Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética numa variedade de práticas sociais (incluindo as escolares) para comunicar, acessar e disseminar informação, adquirir conhecimento, resolver problemas e exercer o protagonismo e a autoria, na vida pessoal e coletiva.
6. Trabalho e design de vida	Apreciar a diversidade de conhecimentos e experiências culturais, bem como conhecimentos e experiências relevantes que lhe permitam compreender as relações inerentes ao mundo do trabalho e tomar decisões condizentes com o exercício da cidadania e o seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência. Crítica e responsabilidade.

7. Argumentos	Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, formular, discutir e defender ideias, visões e soluções comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável nos níveis local, regional e global, com posicionamento ético em Cuide de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Autoconhecimento e autocuidado	Conhecer, apreciar e cuidar da sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo as suas emoções e outros, com auto-crítica e capacidade de enfrentá-los.
9. Empatia e colaboração	Mostrar empatia, diálogo, resolução de conflitos e cooperação, respeitando e promovendo o respeito pelos outros e pelos direitos humanos, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e grupos sociais, seus conhecimentos, identidade, cultura e oportunidades, sem preconceito de qualquer tipo.
10. Responsabilidade e cidadania	Agir individual e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, sustentabilidade e determinação, tomada de decisão baseada em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Fonte: Brasil (2017a, p. 9)

Para o ensino fundamental, a BNCC (BRASIL, 2017a) estabeleceu cinco áreas de especialização: redação, matemática, ciências naturais, humanidades e ensino religioso. Com o domínio da língua, o inglês foi definido como língua estrangeira obrigatória em todas as escolas brasileiras. Essa medida foi justificada pelo uso da língua em mais de cem países com cerca de mil e quatrocentos mil falantes nativos, o que corresponde ao contexto multicultural da pós-modernidade (ROCHA, 2018).

O inglês incluído no currículo da educação básica geralmente permite que os alunos continuem a se envolver em uma variedade de práticas linguísticas. Essas práticas devem contribuir para a ampliação das habilidades linguísticas dos alunos, dando continuidade ao que vem sendo vivenciado na educação pré-escolar (SILVA et al., 2020).

Uma característica da BNCC é a perspectiva de um “currículo espiral”, ou seja, a aceitação da progressão da aprendizagem. Em outras palavras, os elementos que compõem o currículo são organizados a partir da própria



forma de perceber que há um aprofundamento de habilidades que são projetadas para evoluir à medida que a série avança (SILVA et al., 2020).

As diretrizes para o currículo de língua inglesa representam a organização a partir de eixos, unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades distribuídas ao longo dos anos de estudo. As mesmas diretrizes definem cinco eixos de aprendizagem: escrita, expressão oral, leitura, conhecimento linguístico e a dimensão intercultural para o desenvolvimento das oitenta e oito habilidades descritas pela BNCC para o inglês (BRASIL, 2017a).

O eixo “Escrito” enfatiza o próprio ato de escrever do aluno, como mensagens, legendas, autobiografias, notícias, relatórios de opinião e o uso da experiência para a escrita autêntica, criativa e offline (BRASIL, 2017a). Também sugere que de natureza processual e de cooperação em um processo coletivo ou individual, mas tendo como principal objetivo a produção de textos como forma de comunicação (SILVA et al., 2020).

O eixo da oralidade inclui a prática da linguagem



em situações de uso oral da língua inglesa com ênfase na compreensão e produção oral, trabalhar em contato pessoal em debates, entrevistas, conversas/diálogos ou sem contato pessoal, como assistir a filmes e programas pela internet ou na televisão, ouvir música e/ou mensagens. Portanto, a compreensão inclui a fala e a observação, a atenção a outros elementos, principalmente relacionados ao contexto e ao uso da linguagem, dos temas e de suas estruturas (BRASIL, 2017a).

O eixo leitura refere-se às práticas linguísticas resultantes da interação do leitor com o texto escrito para compreensão e interpretação em diversos modos de leitura, como a leitura da ideia geral de um texto, a busca de informações específicas, a compreensão de detalhes (BRASIL, 2017a).

O eixo do Conhecimento Linguístico se consolida pela prática de utilizar, analisar e pensar a linguagem, enquanto o eixo da Dimensão Intercultural abrange as culturas, especialmente na sociedade contemporânea (BRASIL, 2017a).



As competências estabelecidas na BNCC para o inglês são claramente descritas, com dimensões associadas a esses eixos e à capacidade de mobilizar recursos linguísticos e discursivos voltados para o aprendizado do inglês da mesma forma que a língua materna (SILVA et al., 2020).

Este é considerado um avanço para o ensino obrigatório de inglês conforme definido pela BNCC, reconhecendo legalmente a importância e a necessidade de ensinar e aprender inglês como língua estrangeira, pois é uma ferramenta de comunicação universal e permite o acesso ao conhecimento mundial ao demonstrar apreço na educação integral do cidadão brasileiro (FAGUNDES; LIMA, 2018).

Capítulo 4

MARCO CONCEITUAL



INGLÊS NO ENSINO MÉDIO

Como dito acima, a BNCC (BRASIL, 2018) é um documento que traça os direitos e objetivos do ensino de todos os alunos da educação básica, que, embora prevista desde a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), teve sua primeira versão apenas em 2015. O objetivo da base é orientar a educação em todas as escolas brasileiras e promover a igualdade no estudo do estuque. Estados e municípios já desenvolveram e aprovaram seus currículos para a educação infantil e o ensino fundamental (RIBAS, 2018).

Em 22 de setembro de 2016, na Medida Provisória nº 746, que aprovou as reformas da Câmara dos Deputados e do Senado da República, foi proposta uma reforma educacional com o objetivo de qualificar o processo de diversificação e flexibilização da questão educacional, formação de professores e gestão escolar (BRASIL, 2016; JEFFRIES et al., 2018). Essa medida temporária prevê a organização dos currículos do ensino médio e visa ampliar



gradativamente a jornada letiva e criar uma política para promover a introdução de escolas de ensino médio em tempo integral (BRASIL, 2016). A medida foi modificada e em 16 de fevereiro de 2017 foi autorizada pelo Presidente da República como Lei nº 13.415/17 (BRASIL, 2017b). Em 2018, o CNE aprovou a BNCC para o ensino médio (BRASIL, 2017b; BRASIL, 2018; BASTOS et al., 2017; CARDOSO; LIMA, 2019).

A BNCC para o ensino médio introduziu mudanças significativas, como um aumento gradual da carga horária de oitocentas horas para 1.400 horas e um incentivo à expansão da força de trabalho em tempo integral; flexibilidade curricular em cinco eixos de formação; profissionalização como uma das opções de formação; reconhecimento de infames profissionais do conhecimento ou egressos sem formação pedagógica neste campo para o trabalho no ensino médio e o dever de educação física, arte, filosofia e sociologia, de diferentes maneiras (BASTOS et al., 2017; BRASIL, 2018).

Portanto, o currículo do ensino médio deve levar



em conta a BNCC e a formação de rotas de acordo com a relevância do contexto, levando em consideração cinco áreas do conhecimento, a saber: I - linguagens e suas tecnologias; II - Matemática e suas tecnologias; III - Ciência da natureza e suas tecnologias; IV - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; V - Formação técnico-profissional (BRASIL, 2018; COSTA; SILVA, 2019).

Os currículos do ensino secundário devem ter em conta a formação integral do aluno, a fim de aceitar o trabalho destinado à construção do seu projeto, aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais. Eles devem ocupar no máximo 60% da carga total do ensino médio, e os 40% restantes devem ser preenchidos com temas de interesse do aluno, que tem a oportunidade de escolher entre cinco áreas do conhecimento (JEFFREYS et al., 2018). É importante ressaltar que a lei exige que os currículos do ensino médio incluam necessariamente o estudo do inglês e ofereçam outras línguas estrangeiras de caráter facultativo, preferencialmente o espanhol, dependendo da disponibilidade da oferta, locais e horários determinados



pelos sistemas educacionais (BRASIL, 2018; COSTA; SILVA, 2019).

A área de Letras e suas Tecnologias da BNCC (BRASIL, 2018) tem como objetivo consolidar e ampliar o ensino ministrado na BNCC para as escolas primárias de inglês, respeitando a garantia dos direitos linguísticos dos diversos povos e grupos sociais brasileiros. O campo é responsável por proporcionar oportunidades para consolidar e ampliar habilidades no uso e reflexão da linguagem e das respectivas linguagens, objeto de seus diversos componentes de aprendizagem (BRASIL, 2018).

Buscando o desenvolvimento integral dos alunos, as linguagens da BNCC e suas tecnologias têm como foco o desenvolvimento de oitenta e duas habilidades, cinquenta e quatro estão relacionadas à língua portuguesa e as vinte e oito restantes são comuns a outros componentes da área, distribuídas em sete competências específicas apresentadas no campo de duas delas.

Quadro 2 - Competências específicas em línguas e respectivas tecnologias

1	Entenda como funcionam diferentes linguagens e práticas culturais
2	Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas de linguagem social
3	Uso de diferentes idiomas
4	Compreender as línguas como um fenômeno político, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso
5	Compreender os processos de produção e reconciliação de sentidos nas práticas corporais
6	Avaliar esteticamente uma grande variedade de obras artísticas e culturais
7	Mobilizando as práticas de linguagem no universo digital

Fonte: Brasil (2018)

Para uma abordagem integrada, a Base sugere que os alunos possam vivenciar experiências significativas com práticas linguísticas em uma variedade de mídias localizadas em diferentes áreas de atuação social relacionadas ao seu próprio enriquecimento cultural, prática cívica, trabalho e continuidade da aprendizagem (BRASIL, 2018).



O TDIC na BNCC

A inclusão do CIDD no contexto da educação abriu oportunidades para mudanças em sala de aula e oportunidades de intercâmbio comunicativo entre diferentes comunidades linguísticas, sendo o inglês a língua utilizada para esse fim (SANTANA et al., 2017).

Como discutido acima, no caso do ensino de línguas estrangeiras, observa-se que o uso de ferramentas tecnológicas tem melhorado sobremaneira as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento de habilidades de comunicação, principalmente por meio do fácil acesso à informação e interação com falantes nativos de inglês (SANTANA et al., 2017). Assim, graças à tecnologia, muitas opções surgem, como usar um celular para pesquisar na Internet ou um computador para desenvolver programas e aplicativos como o AVA. São muitos os novos métodos de ensino que permitem aos professores tornarem as aulas mais significativas, dinâmicas e envolventes (SILVA, 2020b).

Consequentemente, se a escola não considera o



CID como uma ferramenta de prática pedagógica, ele está no contexto da história e contribui para o isolamento social do aluno. A escola precisa conectar a rotina dos alunos com o conteúdo, para se adaptar à nova realidade tecnológica em que os alunos se encontram diariamente a Informação na esfera global e rápida (SANTANA, et al., 2017).

Dada a importância do CIDD no ensino-aprendizagem, o conhecimento tecnológico foi incorporado à BNCC (BRASIL, 2017b, 2018). As Diretrizes Básicas reconhecem que o uso de recursos tecnológicos pode auxiliar na realização das habilidades cognitivas e socioeconômicas dos alunos, e enfatizam que as tecnologias são importantes aliadas quando são projetadas para melhorar o desenvolvimento de competências no processo educativo (FISTAROL et al., 2019).

Portanto, o documento em questão pressupõe que as escolas tenham infraestrutura para atuar em situações que exijam o uso de computadores e da Internet. Estabelece ainda que os professores têm o dever e a responsabilidade de agir de acordo com as micropolíticas vigentes (RIBAS,



2018; SILVA et al., 2020). Afirmar ainda que os requisitos de ensino de uma escola de ensino médio podem ser atendidos por cursos realizados como parte do ensino a distância ou presencial por meio da tecnologia, conforme aprovado pela Comissão Bicameral do Conselho Nacional de Educação da BNCC. Assim, o texto da BNCC fornece uma ampla gama de usos de recursos tecnológicos para a aprendizagem (BRASIL, 2018; COSTA; SILVA, 2019).

Na Quinta Competência Geral (Figura 1), a BNCC examina a “cultura digital” por meio da implementação de habilidades voltadas para a compreensão, o uso e a criação do CID de forma crítica, significativa, reflexiva e ética em uma variedade de práticas sociais (inclusive escolares) para fins de comunicação, acesso e disseminação de informações, produção de conhecimento, resolução de problemas e exercício do protagonismo e da autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2017a). Nesta competência, o digital refere-se a uma abordagem da tecnologia dentro e fora da escola, semelhante à pedagogia multiliteracy baseada na diversidade. Portanto, o papel do professor



deve ser o de promover o uso do CIDD com a finalidade de mediar o desenvolvimento de práticas em várias tecnologias, incluindo tecnologias digitais (SOUSA et al., 2020).

Observando que essa é uma competência geral que deve ser considerada na educação básica, fica implícito que o uso da DDIC deve estar presente desde a pré-escola até o ensino médio. Na educação pré-escolar, observa-se que a tecnologia é introduzida no universo da criança por meio da descoberta e exploração do novo ambiente em que você está. Além disso, em algum momento, ele se depara com alguns elementos pertencentes ao TDIC, como filmes e desenhos que são reproduzidos a partir de algum dispositivo tecnológico na escola.

No ensino fundamental, identificamos preocupações sobre as modificações, inovações e atualizações que a tecnologia geralmente sofre, à medida que essas mudanças se tornam significativas à medida que surgem novos requisitos tecnológicos.

No ensino médio, por sua vez, a presença do ICDD é ainda mais perceptível. A especificação das áreas de



especialização inclui, sem exceção, o termo “tecnologia” e atesta a fama e independência que os alunos adquirem no cotidiano para o uso responsável da tecnologia no processo educacional (CARDOSO, 2020).

Ao analisar o escopo que compõe a BNCC no TDIC, uma simples busca verifica se a palavra “tecnologia” aparece no texto apenas duas vezes. No entanto, sua previsão sobre o uso da tecnologia vai além de incentivos e estímulos amplos no (com) texto. O documento salienta que as tecnologias digitais não podem ser utilizadas apenas como meio; deve, sim, promover a aprendizagem ou despertar o interesse dos alunos em utilizá-la como meio de acumular conhecimento sobre o CIDD (BRASIL, 2017a; SOUSA et al., 2020).

Assim, foram propostos sete eixos que devem passar por todas as etapas da educação básica, como mostra a Figura 3.

Tabela 3 - Sete eixos da educação básica

EIXO	DEFINIÇÃO
1. Usar Ferramentas digitais	Utilização de ferramentas multimídia e periféricos para a formação e o fabrico
Segundo. Produção multimídia	Use recursos tecnológicos para projetar, desenvolver, publicar e apresentar produtos (páginas web, aplicativos móveis, animação) para demonstrar conhecimento e resolver problemas.
3. Línguas Programação	Usando linguagens de programação para resolver problemas
4. Domínio Algoritmos	Compreender e escrever algoritmos, use as etapas básicas da solução Problemas de acordo com o algoritmo de solução de problemas
5. Visualização e Análise de dados	Interpretar e apresentar dados de várias maneiras, inclusive em textos, Sons, imagens e números
6. Mundo digital	Compreender o impacto da tecnologia na vida das pessoas e da sociedade, incluindo as relações sociais, culturais e comerciais
7. Uso ético	Use a tecnologia moderna, mídia e dispositivos de comunicação de forma ética, com a capacidade de comparar comportamentos relevantes. e inadequado

Fonte: Brasil (2017a); Sousa et al. (Ano 2020)

Em estudo de Fuza e Miranda (2020) sobre a presença de países contribuintes de tropas, a BNCC



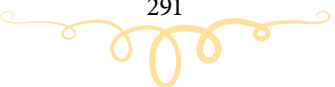
observou que os conceitos tecnológicos são colocados de forma diferente nas áreas de treinamento e componentes do documento. Fusa e Miranda (2020) sintetizaram os componentes do currículo à medida que a tecnologia se organizava: A. Tecnologias digitais, como o espaço ou o mundo; B. Tecnologias digitais como ferramenta ou técnica; C. Tecnologias digitais, como linguagem ou objeto discursivo; D. Tecnologias, como o TDIC, para a ação social, conforme tabela a seguir.



Tabela 4 - Conceitos digitais em áreas e componentes de aprendizagem

Tecnologia de Design	Áreas	Exemplos	Componentes curriculares
Ou	Idiomas	« Avaliação e uso do conhecimento Historicamente construído sobre um mundo físico, social, cultural e digital” (Brasil, 2017, p. 2). 10). “o uso de hipertextos e hiperlinks, entre outras coisas, presentes em textos que circulam em contexto digital” (Brasil, 2017, p. 75). “Midia Digital” (Brasil, 2017, p. 2). 242).	Língua Portuguesa Língua inglesa
	Ciências naturais	“Planejamento e execução de atividades de campo (experimentos, observações, leituras, visitas, ambientes virtuais)” (Brasil, 2017, p. 2). 323).	Ciências
	Ciências humanas	“Compreender a transformação do espaço em um território utilizável, um espaço de ações concretas e relações desiguais de forças, levando em conta também o espaço virtual proporcionado. Uma rede global de computadores e geotecnologias” (Brasil, 2017, p. 2). 379). “posicionar e intervir no mundo moderno” (Brasil, 2017, p. 2). 400).	História

Educação religiosa	<p>“Analisar a relação entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente” (Brasil, 2017, p. 2). 437).</p>	Educação religiosa
Idiomas	<p>“Ferramentas digitais para expandir formas de criação de valor [...], aprender e pensar Paz e realizar diversos projetos de autor” (Brasil, 2017, p. 2). 85).</p> <p>“Identificar transformações nas características dos videogames [...] e as correspondentes exigências corporais desses diferentes tipos de jogos” (Brasil, 2017, p. 2). 233).</p>	<p>Língua Portuguesa</p> <p>Educação física</p> <p>Língua inglesa</p>
Matemática	<p>“Uso de processos e ferramentas matemáticas, incluindo tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas” (Brasil, 2017, Pág. 265).</p> <p>“Os alunos também devem dominar o cálculo de juros, juros, juros, descontos e acréscimos, incluindo o uso de tecnologias digitais” (Brasil, 2017, p. 2). 267).</p> <p>“Construindo linhas paralelas e perpendiculares utilizando régua, quadrados e software” (Brasil, 2017, p. 300). “Medidas de abertura angular utilizando tecnologias de transporte e/ou digitais” (Brasil, 2017, p. 2). 301).</p> <p>“Resolver e resolver problemas relacionados ao cálculo de juros, incluindo o uso de tecnologias digitais” (Brasil, 2017, p. 2). 313).</p>	Matemática



Ciências naturais	“Desenvolvimento e uso de ferramentas, incluindo ferramentas digitais, para coleta, análise e apresentação de dados” (Brasil, 2017, p. 2). 323).	Ciências
Ciências humanas	<p>“Desenvolver o pensamento espacial utilizando linguagens cartográficas e iconográficas, gêneros textuais diversos e geotecnologias para resolver problemas relacionados à informação geográfica” (Brasil, 2017, p. 2). 364).</p> <p>“avaliar ações e propor questões e soluções (inclusive tecnológicas) para problemas que exigiam conhecimento científico da geografia” (Brasil, 2017, p. 364).</p> <p>“ Produzir, avaliar e utilizar as tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, ética e responsável, compreendendo seu significado para diferentes grupos ou estratos sociais” (Brasil, 2017, p. 2). 400).</p>	História



	<p>C</p> <p>Idiomas</p>	<p>“O uso de diferentes linguagens: verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, auditiva e digital” (Brasil, 2017, p. 2). 63).</p> <p>“ Analisar e utilizar formas de composição de gêneros jornalísticos de ordem jornalística, como notícias (pirâmide invertida na forma impressa X hipertextual e hipermediana no digital)” (Brasil, 2017, p. 2). 145).</p> <p>“Identificar transformações nas características dos videogames devido aos avanços da tecnologia e às correspondentes exigências corporais impostas por esses diferentes tipos de jogos” (Brasil, 2017, p. 2). 233).</p> <p>“Utilizar novas tecnologias, com linguagens e modos de interação, para explorar, selecionar, compartilhar, posicionar e produzir significados na prática do letramento linguístico” (Brasil, 2017, p. 2). 244).</p> <p>“Comunicação em inglês por meio do uso diversificado de linguagens em mídias impressas ou digitais” (Brasil, 2017, p. 2). 244).</p>	<p>Língua Portuguesa</p> <p>Língua inglesa</p> <p>Educação física</p>
<p>Ciências naturais</p>		<p>“ Comunicar informações verbalmente, por escrito e multimodalmente” (Brasil, 2017, p. 2). 321).</p>	<p>Ciências</p>



	<p>Idiomias</p> <p>“Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética em uma variedade de práticas sociais” (Brasil, 2017, p. 2). 63).</p> <p>“Uma enciclopédia digital colaborativa, relatórios de campo (multimídia), um podcast de ciência ou vlog, diferentes tipos de vídeos [...]” (Brasil, 2017, p. 2). 153).</p> <p>“as inter-relações e articulações entre diferentes linguagens e suas práticas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação” (Brasil, 2017, p. 2). 195).</p> <p>“Explorar ambientes virtuais de informação e socialização analisando a qualidade e a confiabilidade das informações transmitidas” (Brasil, 2017, p. 2). 261).</p> <p>“Utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para comunicar, acessar e disseminar informações, adquirir conhecimento e resolver problemas das ciências naturais” (Brasil, 2017, p. 2). 322).</p> <p>“Vinculando a produção de medicamentos e outros materiais sintéticos ao desenvolvimento científico e tecnológico” (Brasil, 2017, p. 2). 343).</p> <p>“O uso histórico da tecnologia, inclusive digital, em várias dimensões da vida humana” (Brasil, 2017, p. 2). 345).</p>	<p>Língua Portuguesa</p> <p>A Arte da Língua Inglesa</p> <p>Ciências</p>
--	---	--



		<p>“Analisar a influência e o papel das redes de transporte e comunicação na configuração do território brasileiro” (Brasil, 2017, p. 2). 385).</p> <p>“posicionar e intervir no mundo moderno” (Brasil, 2017, p. 2). 400).</p> <p>“Análise das transformações nas relações políticas locais e globais geradas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação” (Brasil, 2017, p. 2). 431).</p>	História
Educação religiosa		<p>“Análise das formas de uso da mídia e da tecnologia por diferentes denominações religiosas” (Brasil, 2017, p. 2). 457).</p>	Educação religiosa

Fonte: Fuza e Miranda (2020)



A Tabela 4 mostra as flutuações no desenho da tecnologia digital na BNCC e mostra que a maior variedade de oportunidades de uso do TDIC ocorre nos campos das línguas e das ciências naturais. Os conceitos tecnológicos apontam para diversas abordagens de aprendizagem em todas as áreas, uma vez que a inclusão do aluno no universo tecnológico para utilizar e/ou produzir ferramentas tecnológicas para ler e produzir textos em diferentes linguagens ou para a ação social por meio do TDIC culmina em diversas formas de trabalho em sala de aula (FUZA; MIRANDA, 2020).

O eixo oral pode ser desenvolvido com a ajuda de tecnologias digitais voltadas para o ensino de inglês, conforme previsto na BNCC, que enfatiza que, para o trabalho pedagógico, diversos recursos de mídias verbais-visuais (cinema, Internet, televisão e outros) representam dados significativos de entrada autênticos necessários para estabelecer a prática da interação oral em sala de aula, onde os recursos relacionados às tecnologias digitais são claramente percebidos (CARDOSO, 2020; SILVA et al. ,



2020).

No eixo Leitura, trabalhar com gêneros verbais e híbridos (verbal-visual, verbo-audiovisual) também pode ser potencializado pelas mídias digitais. Ao mesmo tempo, além de prever o uso da Internet, é possível utilizar softwares especiais para o ensino de inglês (CARDOSO, 2020; SILVA et al., 2020).

“Escrever” em inglês também é outro eixo que se beneficia do aprendizado digital, pois o aluno pode criar textos escritos em inglês, como quadrinhos, cartazes e legendas/ilustrações, além de textos sobre si mesmo, sua família, seus amigos, gostos, preferências e rotina da comunidade e seu contexto escolar. Essa capacidade envolve o uso de recursos on-line, como salas de bate-papo e blogs (CARDOSO, 2020; SILVA et al., 2020).

Verifica-se, portanto, a previsão do uso de tecnologias digitais para o ensino de inglês na BNCC e por meio de diferentes eixos, competências e habilidades, demonstrando que o documento considera e avalia novas formas de interação e comunicação das quais o aluno



participa.

BILINGUISMO

Quando se fala em alfabetização, pode acontecer no meio escolar em uma sala de aula, já no contexto institucional quando, ela é mesclada também com o aprendizado da língua escrita em si, quando essa integração ocorre junto a alfabetização da criança, elas têm contato com situações concretas.

No espaço escolar o processo de aquisição da linguagem é realizado gradualmente, se constituindo a base simbólica essencial para a criança se desenvolver, visando à promoção da construção de conhecimentos. Dessa forma tanto a linguagem quanto a língua são pilares centrais em qualquer contexto educacional (LACERDA et al. 2013).

Na educação infantil, é possível observar no ambiente escolar devido aos avanços da tecnologia e da globalização, que permite que pessoas se conectem umas com as outras nas diversas partes do mundo, o



conhecimento de idiomas, especialmente do inglês, que é uma língua universal, é realmente importante na formação dos indivíduos, não somente pelo mercado de trabalho concorrido, a exigência cada vez maior de um currículo mais completo, mas também por conta de fatores culturais, ou pelo conhecimento que é agregado.

Pessoas que precisam viajar para outros Países para a realização de um intercâmbio por exemplo, têm uma necessidade muito grande nesse contato com a língua.

Uma das principais características de uma escola bilíngue é que a criança não tem apenas aulas de inglês, mas também outras disciplinas na língua estrangeira. A proposta pedagógica desses programas é justamente que o inglês seja utilizado como meio de instrução para ensinar conteúdo de outras matérias, como matemática, estudos sociais, ciências, artes, educação física e culinária. Durante o decorrer das aulas, conteúdo e língua são trabalhados de maneira integrada, norteados pelo princípio de

Estimular a expressão livre do aluno. Desta forma, com o uso e construção natural do idioma, o aluno adquire



de forma subconsciente a segunda língua. (SANTOS, 2017, p.13).

Para Ana Loureiro, a aquisição de uma segunda língua possibilita novas formas de interação com outros povos, segundo ela com as crescentes transformações ocorridas no mundo existe a necessidade de se dominar uma segunda língua, pois auxilia na troca de informações entre povos distintos.

Ainda segundo ela, o domínio de uma segunda língua auxilia no sucesso profissional do indivíduo, pois promove além da interação na comunicação, inclusive na questão da criatividade e inovação.

Os pressupostos de Francisco José Quaresma Figueiredo, afirmam que a aquisição da língua materna e da segunda língua se dão de maneira distintas e semelhantes.

Distintas no que diz respeito ao grau de formalidade situacional e semelhantes quanto a forma de aquisição da língua, onde adultos e crianças cometem erros semelhantes durante o processo.

Para Figueiredo (1995) a idade para aquisição de



uma nova língua não influencia, na forma de aquisição pois tanto adultos como crianças produzem diversas estratégias semelhantes, produzindo os mesmos erros.

O trabalho de Loureiro (2013) é focado na perspectiva de que a aquisição de uma nova língua é importante para o se conquistar êxito na área profissional, enquanto o trabalho de Figueiredo é voltado para a forma como ocorre a aquisição da segunda língua na vida do indivíduo, ambos os autores trazem ideias relevantes para a elaboração desta pesquisa.

Leonard Bloomfield, um dos principais nomes da linguística moderna norte-americana, definiu o bilinguismo como o controle nativo de duas línguas (SEMINO, 2007). Trata-se de uma definição comum na perspectiva de linguistas e psicólogos de primeiras décadas do século XX, os quais consideravam que o importante em se tornar um bilíngue, era dominar perfeitamente dois idiomas.

Mais tarde, passou-se a acreditar que a fluidez característica de uma aquisição perfeita até poderia existir, mas não era regra, nem mesmo o mais importante para



definir alguém como bilíngue, pois nem mesmo na língua materna existe um consenso sobre perfeição linguística.

Zimmer, Finger e Scherer (2008) observam que são muitas as definições, não havendo um senso comum entre autores. No entanto, assim como não existe uma perfeição de idioma para definir o bilíngue, os autores consideram um equívoco fazer comparações entre a L2 e a língua falada pelo nativo:

É praticamente impossível atingir-se uma proficiência total em duas ou mais línguas, considerando-se as quatro habilidades linguísticas (fala, escrita, compreensão auditiva e leitora) e cada um dos seus sub-componentes linguísticos de cada língua (morfologia, sintaxe, semântica, pragmática, discurso e fonologia). (ZIMMER, FINGER, SCHERER, 2008, p. 4).

Compreende-se que o mais comum é que pessoas com a possibilidade de comunicar-se em dois ou mais códigos, consigam utilizar essa comunicação múltipla em contextos diferenciados que exigem deles a utilização de



um ou outro sistema de idioma.

Dessa forma, o conhecimento vocabular, o emprego de expressões formais e informais, a capacidade de escrever, ouvir ou ler possui diferentes níveis de acordo com os usos feitos em cada uma dessas línguas (HARDING E RILEY, 1986).

Com as mudanças nas pesquisas do campo psico e sociolinguísticos sobre fenômeno do bilinguismo, muitas outras perspectivas foram surgindo. Percebeu-se que mais importante do que categorizar e rotular as pessoas como bilíngues, é descrever o fenômeno em si, sua organização cognitiva e as repercussões da comunicação bilíngue no ambiente social.

Harding e Riley (1986, p. 45) compreendem o bilinguismo a partir de um contínuo: “Todos sabemos o significado na palavra “bilíngue”; no entanto, (...) quando tentamos definir o conceito com precisão, a coisa se complica. (...) O bilinguismo é complexo porque está diretamente relacionado a questões sociais complexas”.

Há algumas concepções que procuram



compreender, primeiramente, o que não é bilinguismo, categorizando aqueles que fazem uso irregular de um dos idiomas ou que não usam um dos idiomas por muito tempo (bilingues inativos). São considerados também aqueles que conseguem compreender algumas frases ou palavras, mas não conseguem escrevê-las.

No entanto, quando se deseja especificar o que é bilinguismo, a maioria das definições mais antigas partem de uma concepção idealizada. Em contraste com essas definições inflexíveis, alguns autores propõem que um indivíduo bilíngue pode ser qualquer pessoa que possua uma competência básica em outro idioma além da sua língua materna, seja na compreensão auditiva, em produção oral ou escrita. Ou seja, o falante de um idioma que pode produzir ou entender declarações significativas em outro idioma (HAUGEN, 1953).

Flory e Souza (2009) observam que a respostas para a pergunta “o que é bilinguismo?” Dependerá de alguns fatores. Seguindo a perspectiva de Butler e Hakuta (ano), existem quatro dimensões gerais que podem



estabelecer critérios para definir um sujeito como bilíngue: a linguística, a cognitiva, a desenvolvimental e a social. Dentro desses eixos, podem ser levantados pontos de discussão relacionados às áreas de observação específicas.

Alguns desses critérios consistem em: proficiência nas línguas em questão, idade de aquisição da segunda língua, organização dos códigos linguísticos, status das línguas em questão, manutenção da língua materna e identidade cultural do sujeito bilíngue (FLORY e SOUZA, 2009, pp. 30-33).

Geralmente, grande parte das pessoas se tornam bilíngues para suprirem alguma necessidade, podendo ser por diversas razões: entre elas a busca por conhecimentos, a oportunidade de poder ir para outros Países, conhecer novas culturas, ter acesso à educação ou novas chances de trabalho, porém geralmente o bilinguismo se torna mais presente quando um grupo de pessoas têm contato com áreas de migração.

Existem muitas formas em que essa prática se desenvolve na sociedade, uma delas é quando um grupo



precisa aprender o idioma de outro, assim a comunicação acontece em duas linguagens completamente distintas, outra opção é quando um estrangeiro passa a buscar conhecimento de uma nova língua no local em que se instala, sendo nesse caso os imigrantes, em uma novo País por exemplo, a linguagem natural do indivíduo pode se perder ao longo dos anos, a partir do momento em que se submete a aprender a língua do local aonde ele faz parte.

Quando pessoas saem de um lugar onde não encontram mantimentos, moradia ou condições de vida dignas, elas vão em busca de outras regiões ou cidades, em que possam poder recomeçar a sua vida. Nesse ponto, o bilinguismo também é muito presente, refugiados buscam se atualizar e se adequar as principais necessidades.

Migrações por motivos sociais ou econômicos também levam ao bilinguismo. A história é repleta de casos de movimento de grupos que saíram de seus lares em busca de outras áreas, regiões ou países em busca de trabalho, comida, água e melhores condições de vida. Atualmente, um dos motivos que levam as pessoas a deixar seus países e



irem para outros, são trabalhadores que vão para outro país em busca de empregos melhores (GROSJEAN, 1982, p.32).

Uma segunda língua, é muitas vezes cobrada em um mercado de trabalho, geralmente o trabalhador continua utilizando o seu idioma original com a sua família, mas precisa saber falar uma segunda língua, no seu local de trabalho, isso ocorre muito com os Brasileiros que partem para outros Países em busca de novas oportunidades , existe uma busca por uma nova língua por muitas razões, como motivações políticas, religiosas, culturais e educacionais que levam as pessoas a partirem para outros Países, e tenham essa precisão de se tornar bilíngue.

O aprendizado Bilíngue nas escolas Brasileiras, podem ser divididos em quatro grupos e formas de aprendizagem diferentes, o primeiro deles são os bilíngues simultâneos, aqueles que já têm um contato maior com a língua desde pequenos e, portanto, possuem maiores chances de aprender mais de uma, isso acontece também por uma exposição desde cedo em casa pela família.

Outro fator importante a ser observado aqui é o



período crítico para desenvolvimento da linguagem. Parece haver idades ideais para tal desenvolvimento e acredito em um continuum de possibilidades, não em uma única idade específica. Fatores como idade, tipo de exposição, identificação e valorização da língua são de extrema importância nesse contexto. (MARCELINO,2009, p.6).

Os bilíngues consecutivos são aqueles que aprendem a L2 em escolas de idiomas, com o principal objetivo de agregar conhecimento, os bilíngues consecutivos na infância aprendem a língua principalmente como forma de comunicação e instrução.

Em relação à necessidade de uma escola bilíngue, esta parece ser mercadológica em essência. A crença forte, no passado, era de que o inglês ensinado na escola não era o suficiente, mas existia para composição de grade curricular. A fim de que a criança desenvolvesse capacidade comunicativa em uma L2, seria necessário que frequentasse um instituto de idiomas, o único lugar com profissionais e condições ideais para se ensinar e aprender uma outra língua. Há alguns anos, várias escolas regulares



passaram a terceirizar o ensino de idiomas na tentativa de trazer a qualidade encontrada nos institutos de ensino de inglês para dentro das escolas. Hoje esta parece ser uma contratendência, pouco funcional e ineficaz, mesmo embora algumas escolas em São Paulo ainda sigam nesta contramão. (MARCELINO, 2019, p.10).

O autor aborda no texto, que as escolas bilíngues têm como intuito unir as competências da escola regular, com o objetivo de formar os cidadãos, e as instituições de ensino de idiomas para o desenvolvimento linguístico, o objetivo claro é a aprendizagem mais completa. A educação proporcionada pelo conhecimento de uma segunda língua.

BENEFÍCIOS DO BILINGUISMO

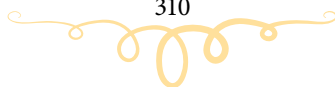
Entre os principais benefícios em se tornar um bilíngue estão todas as oportunidades proporcionadas a quem se dedica ao aprendizado de um novo idioma, entre eles um campo mais amplo em relação a formação de relacionamentos, ao conhecimentos de pessoas



diferenciadas, diferentes comunidades, grupos pelos quais é possível se estabelecer vínculos, vantagens culturais e comunicativas fazem parte do campo de trabalho desses indivíduos, o uso de um idioma diferenciado permite um aprofundamento maior na cultura e nos hábitos do outro, porém apesar de suas vantagens, existem alguns mitos em relação as suas desvantagens:

Atualmente há uma preocupação por parte dos pais e de professores se o bilinguismo pode afetar a cognição e o desenvolvimento da linguagem na infância. Cabe ressaltar que durante décadas vários estudos foram desenvolvidos sobre a Educação bilíngue, sendo que inicialmente havia o pensamento de que o bilinguismo era nocivo para o desenvolvimento infantil (SANTOS, 2013).

Durante muitos anos, o desenvolvimento da linguagem Bilíngue foi considerado prejudicial em alguns aspectos, podendo influenciar no que diz respeito a alterações na personalidade infantil, confusão linguística, um certo preconceito devido a falta de conhecimentos em relação a questões sócias e econômicas que precisavam ser



compreendidas mais profundamente.

Porém, com pesquisas desenvolvidas por estudiosos com o passar do tempo, foi compreendido que o bilinguismo tem um papel positivo em relação a intelectualidade das pessoas, envolvendo maiores fatores positivos no que diz respeito a educação bilíngue desde cedo para crianças.

Ambiente em que a L2 será desenvolvida

A presença de um segundo idioma dentro do ambiente em que o indivíduo se desenvolve tem implicações de diversas origens, como social e psicológica. Do ponto de vista social, ocorre devido à existência de comunidades de falantes de línguas diferentes convivendo em uma mesma sociedade.

As línguas se dividem dependendo do contexto em que o indivíduo precisar se comunicar, fato que não existiria em uma sociedade monolíngue, que pode realizar seus afazeres com apenas uma língua.

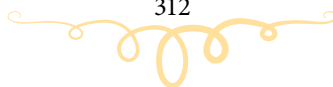
Individualmente, o contato que a criança pode ter com diferentes sistemas linguísticos dentro do seu ambiente social pode ocorrer de várias formas. O tipo de interação que



a criança tem com os idiomas o tornaram bilíngue depende da relação entre elas no ambiente social. A natureza do contato possui influência psicológica sobre sua organização cognitiva e competência linguística para cada língua.

O primeiro grande contexto em que dois idiomas são adquiridos simultaneamente é conhecido como bilinguismo nativo (SNOW, 1999). É o caso de crianças nascidas em um ambiente linguístico em que duas ou mais línguas possuem status semelhantes como meio de comunicação na dinâmica social da comunidade em que estão inseridos. Indivíduos nascidos nestes tipos de organização possuem fluência em dois ou mais idiomas ao mesmo tempo a partir de sua aquisição da linguagem.

Trata-se de um domínio de dois ou códigos e suas respectivas funções comunicativas, o que ocorre de forma espontânea ao passo que outros conhecimentos estão sendo adquiridos. Cabe ressaltar que existe uma distinção entre adquirir uma segunda língua e aprender uma nova língua. A aquisição partirá de uma abordagem natural e inconsciente, de forma semelhante com a primeira língua



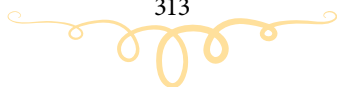
que foi adquirida.

A aquisição conta com dois possíveis contextos: de imersão e de submersão. Se o indivíduo está em torno de falantes nativos dessa segunda língua, trata-se de um contexto de submersão: é o caso de jovens imigrantes que chegam com os pais a uma nova sociedade, onde a língua utilizada não é a mesma que eles adquiriram em seus primeiros anos no lugar de origem.

Se o contato com o segundo idioma for dado de acordo com uma educação nessa segunda língua, tornando-se um conhecimento novo nessa língua que ainda está aquisição, trata-se de um processo de Imersão, que é interposta pela escolarização.

É o exemplo dos estudantes que fazem intercâmbio em outros países para concluir seus estudos, mantendo contato com falantes nativos e ao mesmo tempo possuindo educação formal e acadêmica para concluir sua aquisição.

Quando o contato com um novo idioma é realizado através de aulas formais dentro de uma comunidade que é falante do idioma, tem-se um caso de aprendizagem de



línguas estrangeira.

É o que ocorre no Brasil com estudantes que aprendem inglês, espanhol e demais idiomas estrangeiros em universidades brasileiras ou mesmo em cursos/escolas de idiomas.

RECURSOS TECNOLÓGICOS UTILIZADOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

De acordo com Oliveira, Moura e Souza (2015), com o surgimento das tecnologias, cresceram as possibilidades de aprimorar a aprendizagem e ampliar o desenvolvimento pessoal, social e econômico das sociedades em geral. Dessa forma, o processo educacional sofreu e apresenta ainda hoje suas diversas e constantes transformações advindas da entrada das Ferramentas de Tecnologia da Informação no mundo. Ainda que seja considerado recente no Brasil, trata-se, como no restante do mundo, de um fenômeno irreversível.

A tecnologia presente em aparelhos como celulares,



computadores e tablets está presente, na perspectiva dos referidos autores, no dia a dia de crianças e jovens, que cada vez mais cedo estão expostos a tais estímulos e crescem dominando-os com perfeição.

Neste panorama, Moran (2012) afirma que cabe observar o papel do educador, uma vez que a forma de acesso e transmissão de informações se modificou junto com a expansão das tecnologias. Diante das tecnologias, os formandos demonstram outros modos de se relacionar com a aprendizagem e o educador, no meio deste processo, precisa estar atento a essas transformações. Trata-se de uma tarefa que, embora pareça simples, se torna complexa se pensarmos no volume de informações que cercam os indivíduos a cada dia e a tarefa de administrar de forma cuidadosa a melhor forma de aprender diante de tantas possibilidades.

Para Libâneo (2007), em um contexto em que a tecnologia está presente de forma tão significativa na atualidade, o bom profissional precisa estar atento para, mais do que ter conhecimento sobre tais tecno-



logias, estar imerso nesta realidade, adaptando-se e fazendo uso dos melhores meios para que o aprendizado seja de fato efetivado.

As mídias apresentam-se, pedagogicamente, sob três formas: como conteúdo escolar integrante das várias disciplinas do currículo, portanto, portadoras de informação, idéias, emoções, valores; como competências e atitudes profissionais; e como meios tecnológicos de comunicação humana (visuais, cênicos, verbais, sonoros, audiovisuais) dirigidos para ensinar a pensar, ensinar a aprender a aprender, implicando, portanto, efeitos didáticos como: desenvolvimento do pensamento autônomo, estratégias cognitivas, autonomia para organizar e dirigir seu próprio processo de aprendizagem, facilidade de análise e resoluções de problemas, etc. (Libâneo, 2007, p. 70).

Com a forte influência que obtemos através das tecnologias, esses recursos disponibilizados para o público contribuem para que a sociedade tenha ainda mais condições de estar informada e preparada para desenvolver



uma capacidade de facilitar a qualificação profissional, de forma muito mais intensa do que observada nas gerações anteriores.

De acordo com Behrens (2000), utilizar com propriedade essa ferramenta tecnológica significa estar envolvido com a evolução do conhecimento, além de estabelecer a vinculação entre educação geral e a preparação de profissionais competentes para o mercado de trabalho. Para o autor, tudo está voltado para a produção intelectual, de forma que esse fenômeno não é mais possível sem a utilização da tecnologia

O processo da mudança paradigmática atinge todas as instituições, em especial a educação e o ensino nos diversos níveis, inclusive e principalmente nas universidades. O advento dessas mudanças exige da população uma aprendizagem constante. As pessoas precisam estar preparadas para aprender ao longo da vida podendo intervir, adaptar-se e criar novos cenários (Behrens, 2000, p. 68).



De uma forma geral, Behrens (2000) considera que a inclusão da tecnologia pode contribuir para a expansão da educação, a depender de se rá sua utilização e de forma se relacionará com o projeto de aprendizagem. O docente deverá centrar a necessidade de acompanhar o desenvolvimento pessoal e de possuir habilidades de lidar com os novos recursos em suas aulas, utilizando as ferramentas tecnológicas como uma estratégia para aprofundar ainda mais os conhecimentos adquiridos.

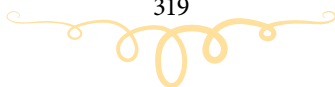
Yañez (2015) observa que se torna difícil negar a influência que as TICs provocaram no âmbito da educação, principalmente se considerarmos que as formas de pesquisa hoje diferem consideravelmente das formas que as gerações anteriores utilizavam. Essas mudanças causaram impacto para a sociedade e novos desafios são impostos na formação de docentes, visto que as novas tecnologias estão cada vez mais presentes em seus trabalhos.



AS INFLUÊNCIAS DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Os jovens de hoje, da chamada geração Z, usam muito bem as tecnologias e podem prescindir da educação formal. “Para eles, empreender alguma coisa não está relacionado a estudar; eles constroem carreiras flexíveis, podendo entrar e sair do mercado de trabalho a qualquer momento. ” A análise de Oscar Jerez Yañez, diretor do Centro de Ensino e Aprendizagem da Universidade do Chile, retrata bem a constatação de que diferentes gerações de jovens aprendem de formas distintas, e de que para acompanhar as mudanças geracionais o ensino também deve ser mais maleável (Revista Educação, 2016).

Para Silva (2011), o novo professor precisa mudar sua postura e possuir competências dessas habilidades comunicativas dos meios de informação para que, a partir dos seus conhecimentos nesta área, possa estimular a participação do aluno com a nova realidade. Nesse sentido, as organizações precisam pen-



sar formas de articular a relação de obter-compreender-repassar informações, criando condições significativas para conceber o conhecimento.

De acordo com Ferreira (2008, p.101), “a tendência da tecnologia de informação está cada vez mais intensa e mais poderosa, pois é capaz de atuar em diferentes níveis e possibilitar técnicas avançadas de integração”.

Contudo, para Ferreira (2008), ainda há dificuldades e desafios na inserção dessas novas perspectivas educacionais, de modo que se torna pertinente se comprometer com a formação humana, uma vez que compete aos administradores da educação organizar o funcionamento do processo de ensino e enfrentar os desafios que a sociedade proporciona.

O/A profissional da educação torna-se intelectual transformador, porque cria condições, na prática educacional, que propiciam o fortalecimento do poder do/a professor/a, ajudando-o/a a tornar-se um/a profissional reflexivo/a de



suas circunstâncias e criador de um novo conhecimento. Essa concepção de professor/a, de profissional da educação permitirá a formação de homens e mulheres brasileiros/as capazes, competentes, éticos, enfim, humanos (Ferreira, 2008, p. 108).

Para Ferreira (2008), a necessidade de mudança é uma oportunidade para repensar as práticas pedagógicas. O professor não deve apenas transmitir informações, mas assumir o papel de mediador do conhecimento, considerando a experiência que os alunos trazem à sala de aula. O desafio consiste em conciliar as condições que cada um possui com uma nova postura diante dos saberes que são compartilhados pelos educadores e educandos.

Assim, o trabalho do educador pressupõe a incorporação desses meios, bem como aliar-se a novas atitudes e valores e a atualização contínua. Sua função deve ser de orientador, visando a construção e reconstrução do pensamento crítico-reflexivo. De acordo com Libâneo (2007, p. 41), “é preciso, portanto, que os professores



modifiquem suas atitudes diante dos meios de comunicação, sob o risco de serem engolidos por eles. ” Nesse sentido, não se pode esquecer que, para transformar informação em conhecimento, exige-se competência e dedicação do docente no desempenho de introduzir tais ferramentas como forma de melhorar o ensino e a aprendizagem.

Ensinar com as novas mídias será uma revolução se mudarmos simultaneamente os paradigmas convencionais do ensino, que mantêm distantes professores e alunos. Caso contrário, conseguiremos dar um verniz de modernidade, sem mexer o essencial. A internet é um novo meio de comunicação, ainda incipiente, mas que pode ajudar a rever, a ampliar e a modificar muitas das formas atuais de ensinar e de aprender (Moran, 2000, p. 63).

Carvalho (2007) considera que não basta apenas levar os alunos a um laboratório de informática. Os educadores, além de trabalharem o conteúdo com competência, precisam também usar métodos adequados e



estar preparados para orientação aos alunos. Para que este objetivo aconteça com sucesso, faz-se necessário transformar o ensino como um todo, organizando a capacitação dos diversos profissionais, para que estes possam aumentar o entendimento tecnológico dos estudantes e transformá-los em cidadãos envolvidos com a tecnologia.

Para a autora (2007), a concepção tradicional de ensino compreende ser necessário apenas que o professor domine um conteúdo e o transmita aos alunos. Sabe-se, contudo, que hoje a realidade educacional mudou drasticamente e o profissional encontra a necessidade de ser inovador e eficaz. Para que seus objetivos sejam atingidos de forma mais completa e adequada possível, precisa aliar-se a tecnologia. Por meio dessa cultura digital o professor não dá mais respostas prontas, mas passa a incentivar/orientar o aluno a usar esses meios para pesquisa e aprimoramento de seus conhecimentos.

Segundo Libâneo, é preciso que a escola contribua com uma prática comprometida com uma formação competente



A escola tem um grande papel para o fortalecimento da sociedade civil, das entidades, das organizações e movimentos sociais. Ora, tudo que esperamos da escola para os alunos são, também, exigências colocadas aos professores. Não dizemos mais que a escola é a mola das transformações sociais. Não sozinha. As tarefas de construção de uma democracia econômica e política pertencem a várias esferas de atuação da sociedade e a escola é apenas uma delas. Mas a escola tem um papel insubstituível quando se trata de preparação das novas gerações para enfrentamento das exigências postas pela sociedade moderna ou pós-industrial. A escola tem, pois, o compromisso de reduzir a distância entre a ciência cada vez mais complexa e a cultura de base produtiva no cotidiano, e a provida pela escolarização (Libâneo, 2007, p. 9).

Portanto, na visão de Libâneo, pode-se dizer que as tecnologias de informação já fazem parte do cenário escolar. É necessário salientar, entretanto, que é fundamental, para que os resultados sejam positivos,



observar alguns pontos: não se trata de quantidade nem de qualidade de equipamentos, mas sim de se pensar em formas de incorporar essas tarefas em rede nas atividades do ensino, bem como introduzir adequadamente as mudanças pedagógicas na realidade dos educandos.

Por isso, o autor considera que se trata de um constante processo de construções e reconstruções para que, assim, seja possível aprender novos meios, uma vez que a investigação das hipóteses e confirmação das teses é importante para a evolução das metodologias. Pode-se argumentar que esta ferramenta permite a construção do conhecimento através da interação/inação de formas inconcebíveis até então. Com o uso das tecnologias torna-se possível diversificar as condições de acesso e interação com as informações, assim aumentando a possibilidade de ocorrer uma aprendizagem mais significativa

A eficiência dos sistemas didáticos passará a depender muito mais do efetivo grau de interatividade permitido pelos programas utilizados como fonte de informação. Se por um lado há uma tendência de di-



minuição das oportunidades do contato pessoal, por outro, deverá aumentar a interação com as amplas fontes de informação, surgindo nesse aspecto uma maior exigência da competência da autonomia e da independência na busca do conhecimento. (Pais, 2002, p. 146).

Para Pais (2002), o uso didático da tecnologia, seja virtual ou presencial, requer métodos que favoreçam as condições de comunicação, assim, a atividade pedagógica deve estar focada na sistematização do trabalho com a informação, visando o comprometimento com os envolvidos no processo educativo e o desenvolvimento de competências com a formação do conhecimento. Necessita-se incorporar esta realidade de forma significativa, propiciando ações que promovam a aprendizagem autônoma, crítica, reflexiva e, um ensino que contemple as necessidades do educando. Nesse sentido, como aponta Pais, as redes possuem a facilidade de resgatar esse elemento do fenômeno cognitivo que é a interatividade.



DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

As tecnologias de informação e comunicação, chamadas TICs, são consideradas sinônimo de tecnologia da informação (TI). No entanto, é um termo guarda-chuva que destaca o papel da comunicação na moderna tecnologia da informação.

As TIC referem-se a toda a gama de meios técnicos utilizados para dar assistência em informação e comunicação. Em outras palavras, as TICs consistem em tecnologias da informação, assim como qualquer forma de transferência de informação, e correspondem a todas as tecnologias que interferem e medeiam os processos de informação e comunicação dos seres. Entretanto, eles podem ser entendidos como um conjunto de recursos tecnológicos mutuamente integrados que proporcionam, através das funções de software e telecomunicações, a automação dos processos de negócios e comunicação, pesquisa e ensino e aprendizagem.



As tecnologias de informação e comunicação são utilizadas de várias maneiras e em várias indústrias, e podem ser distinguidas nas indústrias de processo de automação, no comércio de gestão e publicidade, no setor de investimento com informação simultânea e comunicação direta, na educação em ensino, aprendizagem e ensino a distância. Pode-se dizer que a principal razão para o crescimento e potencial do uso da tecnologia da informação e comunicação em diversas áreas foi a popularização da Internet.

Na área de informação e comunicação, surgiram oportunidades tecnológicas como uma alternativa à era moderna, facilitando a educação através da instalação de computadores nas escolas, possibilitando e melhorando o uso da tecnologia pelos alunos, o acesso à informação e a multitarefa em todos os aspectos da vida humana, e melhorando as habilidades dos professores através da criação de redes e comunidades virtuais.

Sabe-se que as mudanças com o advento da tecnologia têm sido grandes e positivas para a sociedade em



termos de comunicação, compartilhamento e coexistência social. As tecnologias da informação trouxeram, além de inúmeros recursos tecnológicos, a esperança de melhorar o ensino e a aprendizagem.

As TIC tornaram possível adaptar o contexto e as situações do processo de aprendizagem à diversidade das instituições educacionais. As tecnologias fornecem recursos de aprendizagem que respondem às diferenças e necessidades de cada aprendiz. As possibilidades de utilização das TIC são variadas, permitindo que os professores apresentem informações de forma diferenciada. Com as TIC, disponibilizamos informações no momento certo, de acordo com nossos interesses. O termo “TIC” - é a conexão da tecnologia ou “Tecnologia da Informação” com a tecnologia da comunicação, a Internet é um claro ensinamento disto. TIC, sempre que possível.

Os utilizados melhoraram o processo de aprendizagem ao criar um ambiente de aprendizagem virtual, colaborando com o estudante na assimilação do conteúdo. O computador e a Internet atraem a atenção



dos estudantes através do desenvolvimento de suas habilidades de informação. Estas informações são cada vez mais interativas e rápidas, e frequentemente não podem ser absorvidas por aqueles envolvidos no processo de aprendizagem.

A principal dificuldade para integrar as TIC no processo de aprendizagem é que o professor permanece designado, o proprietário de todo o conhecimento. Hoje, em relação às tecnologias apresentadas aos alunos, o professor desempenha o papel de mediador nesta nova forma de aprendizagem, fornecendo o apoio necessário para o uso apropriado e responsável dos recursos tecnológicos. Para que isso aconteça, o professor deve se esforçar para garantir que seu treinamento atualize não apenas sua especialização, mas também as tecnologias que podem ajudar em sua prática pedagógica.

Muitos veem as TIC como uma perspectiva transformadora e determinante para melhorar a educação, mas deve-se ter em mente que ainda existem muitos desafios relacionados à introdução da tecnologia nas escolas. Os



professores enfrentam o desafio de mudar a maneira como eles desenvolvem e praticam os métodos de ensino com uma nova ferramenta. Para Inverne (2010, p. 36):

Para que o uso das TIC signifique uma transformação educativa que se transforme em melhora, muitas coisas terão que mudar. Muitas estão nas mãos dos próprios professores, que terão que redesenhar seu papel e sua responsabilidade na escola atual. Mas outras tantas escapam de seu controle e se inscrevem na esfera da direção da escola, da administração e da própria sociedade.

As escolas devem usar as TIC como uma nova ferramenta de aprendizagem em todos os aspectos do currículo. Atualmente, as TIC são utilizadas em atividades extracurriculares ou em assuntos como suplemento didático. O computador ainda não é considerado um recurso diário para a criatividade e a pesquisa. Portanto, devemos começar a pensar no que realmente pode ser feito com estas novas tecnologias, em particular a Internet, no processo



educacional. Para fazer isso, precisamos compreender suas características técnicas e seu potencial pedagógico.

DAS TICs NA APRENDIZAGEM DO ALUNO

A introdução das TIC na vida cotidiana da escola promove o pensamento crítico criativo e o aprendizado colaborativo, tornando possíveis atividades interativas. Sem esquecer que também pode desafiar as regras junto com o aluno, descobrir novos modelos de relacionamento, improvisar e até mesmo acrescentar novos detalhes a outros trabalhos, tornando-os assim inovadores e diferenciados.

A tecnologia permite aos estudantes construir seus conhecimentos com base na comunicabilidade e na interação com um mundo de pluralismo no qual não existem fronteiras geográficas ou culturais e a troca de conhecimentos e experiências é constante.

Assim, as tecnologias de informação e comunicação atuam como motores dinâmicos e recursos da educação porque, quando bem utilizadas por educadores e



estudantes, melhoram e aperfeiçoam as práticas pedagógicas desenvolvidas dentro e fora da sala de aula.

Na sociedade de hoje, onde as máquinas frequentemente substituem o trabalho humano, é um dever humano ser criativo e ter boas ideias. E na era da informação e da comunicação, é essencial que as pessoas saibam e saibam como definir o que é necessário.

É necessário entender que uma ferramenta tecnológica não é o ponto principal do processo de ensino e aprendizagem, mas um dispositivo que proporciona uma mediação entre o professor, o professor e o conhecimento escolar, de modo que para superar o velho modelo pedagógico é necessário ir além da inclusão do novo (tecnologia) e passar para o antigo. Portanto, devemos entender que a introdução das TIC no ambiente educacional depende principalmente da formação de um professor na perspectiva de desenvolver uma proposta que, com o apoio da tecnologia, transforma o processo de aprendizagem em algo dinâmico e complexo.

Quando as TICs são formuladas em práticas de treinamento que levam em conta o conhecimento fornecido



pelo aluno e o relacionam com o conhecimento escolar, elas se tornam essenciais para a construção do conhecimento. Ela também promove o aprendizado e o desenvolvimento profissional, e proporciona uma melhor gestão da comunicação, permitindo-lhes construir e compartilhar conhecimentos, transformando-os em seres democráticos que aprendem a apreciar as habilidades individuais.

Para que os recursos tecnológicos façam parte da vida escolar, eles precisam ser usados adequadamente por estudantes e professores, e o treinamento e renovação de professores é um componente essencial para que a tecnologia seja verdadeiramente incluída no currículo escolar, em vez de ser vista apenas como um dispositivo suplementar ou marginal. Deve-se pensar em como ela pode ser definitivamente integrada na educação cotidiana. Em seguida, deve ser considerada a construção de conteúdo inovador que explore todo o potencial dessas tecnologias.

A introdução das TIC deve ajudar administradores, professores, alunos, pais e funcionários a tornar a escola um lugar democrático e a promover atividades educacionais



que vão além da sala de aula, incentivando os alunos a ver o mundo além das paredes da escola, respeitando constantemente os pensamentos e princípios dos outros. O professor deve ser capaz de reconhecer as diferentes maneiras de pensar e a curiosidade do aluno sem impor seu ponto de vista.

Sabe-se que o uso de computadores na educação implica em novas formas de comunicação, pensamento, ensino/aprendizagem e ajuda para aqueles que aprendem muito abaixo das expectativas. A tecnologia informática nas escolas não deve ser concebida ou generalizada como um assunto do currículo, mas deve ser considerada e utilizada como um recurso para ajudar o professor a integrar o conteúdo do currículo, sem que seu propósito seja fechado por técnicas de digitalização e conceitos básicos da informática, para a gama completa de possibilidades a serem estudadas por estudantes e professores. Vieira (2011) destaca duas possibilidades de uso das TIC: primeiro, o professor deve usá-las para ensinar os alunos e, segundo, o professor deve criar as condições para que os



alunos descrevam seus pensamentos, os reconstruam e os materializem usando novas línguas, um processo no qual os alunos são desafiados a transformar a informação em conhecimento prático para a vida. Porque, como diz Vieira:

[...] a implantação da informática como auxiliar do processo de construção do conhecimento implica mudanças na escola que vão além da formação do professor. É necessário que todos os segmentos da escola – alunos, professores, administradores e comunidades de pais – estejam preparados e suportem as mudanças educacionais necessárias para a formação de um novo profissional. Nesse sentido, a informática é um dos elementos que deverão fazer parte da mudança, porém essa mudança é mais profunda do que simplesmente montar laboratórios de computadores na escola e formar professores para utilização dos mesmos. (VIEIRA, 2011, p. 4).

Concordamos com o autor, uma vez que a criação de laboratórios de informática nas escolas não é suficiente para dar um salto qualitativo na educação no Brasil, é crucial



que todos os membros do ambiente escolar, incluindo os pais, sejam requalificados.

O mundo agora tem à sua disposição muitas inovações tecnológicas para uso em uma sala de aula que está em harmonia com uma sociedade baseada em informação e conhecimento, porque através destes meios temos a oportunidade virtual de acessar todo tipo de informação, não importa onde e quando estamos. Este desenvolvimento tecnológico trouxe enormes benefícios em termos de ciência, educação, comunicação, lazer, processamento de dados e conhecimento.

Sabemos que o aprendizado assistido por computador gera profundas transformações no processo de produção do conhecimento, enquanto antes as únicas formas eram salas de aula, professores e livros didáticos, hoje o aluno é capaz de navegar por diferentes espaços de informação, o que também nos permite enviar, receber e armazenar informações virtualmente.

Portanto, computadores e outros dispositivos tecnológicos são considerados bens necessários, e o



conhecimento de como manuseá-los é uma condição para a empregabilidade, conhecimento e domínio da cultura.

NOVAS TECNOLOGIAS E NOVAS FORMAS DE APRENDIZAGEM

As novas tecnologias da informação estão abrindo novas oportunidades para a educação, o que requer uma nova presença de professores. Com o uso da tecnologia na educação, é possível obter informações, criando assim um vínculo com estudantes e professores, permitindo que o educador trabalhe melhor no desenvolvimento do conhecimento.

O acesso à Internet nas escolas permite o aprendizado frequente em um espaço virtual, que precisa ser introduzido na prática pedagógica. A escola é um ambiente privilegiado de interação social, mas deve interagir e integrar-se com outros espaços de conhecimento existentes e incluir recursos tecnológicos e de comunicação, criando pontes entre o conhecimento e tornando-se um



novo elemento de cooperação e transformação. A forma como a informação é produzida, armazenada e divulgada é transformadora; uma ampla gama de fontes de pesquisa está aberta aos estudantes através da Internet.

A preparação dos professores para esta nova realidade tem sido crucial e não tem sido efetivamente priorizada nem na educação pública nem nas políticas escolares. As soluções propostas foram incorporadas principalmente nos currículos de nível universitário ou como programas de qualificação para a gestão de recursos humanos. O perfil do professor é orientado para uma certa “especialização”, mesmo porque o tempo necessário para fazê-lo não o permite. Como resultado, a fragilidade da ação e do treinamento é evidente, o que também se reflete em interesses econômicos e políticos.

A importância de introduzir novas tecnologias no ambiente escolar está na criação de coisas novas e pedagogicamente importantes que não podem acontecer de outra forma. As escolas estão se tornando ambientes cada vez mais interessantes que preparam os alunos para



seu futuro. O aprendizado se concentra nas diferenças e qualificações individuais do estudante para se tornar um usuário independente de informações, capaz de utilizar diferentes tipos de fontes e meios de comunicação.

As escolas estão encarregadas de introduzir novas tecnologias de comunicação e coordenar a transformação do professor, que é o principal protagonista destas mudanças, preparando o aluno para a busca correta de informações em diferentes tipos de fontes. Também é importante informar toda a comunidade escolar, especialmente os estudantes, sobre a importância da tecnologia para o desenvolvimento social e cultural.

Sabe-se que novas tecnologias podem ser utilizadas no desenvolvimento de currículos e nas atividades dos professores, assim como para incentivar o uso de novas tecnologias pedagógicas e para promover a pesquisa interdisciplinar adaptada à realidade brasileira.

As tecnologias mais avançadas podem ser utilizadas no processo de desenvolvimento, experimentar e avaliar produtos educacionais cujo objetivo principal é promover



um novo paradigma educacional adaptado à sociedade da informação, a fim de mudar os valores humanos, aprofundar as habilidades de pensamento e tornar as atividades entre professores e alunos mais participativas e motivadoras.

A associação do trabalho com as novas tecnologias incluídas no currículo como ferramentas requer meditação sistemática sobre seus objetivos, métodos, conteúdo escolhido, principais habilidades e pré-condições, em suma, o próprio significado da educação.

Com as novas tecnologias, novas formas de compreensão, novas habilidades, novas formas de fazer trabalho pedagógico e, de fato, é necessário preparar constantemente um novo professor para trabalhar neste ambiente tecnológico, no qual a tecnologia atua como mediador no processo de ensino-aprendizagem.

As novas tecnologias podem ter um impacto significativo no papel dos educadores, bem como na vida dos estudantes, influenciando assim sua aprendizagem. A tecnologia deve ser apoiada por um modelo comum de aprendizagem no qual os alunos sejam vistos como



componentes ativos do processo de aprendizagem em vez de receptores passivos de informação ou conhecimento, incentivando os professores a utilizarem redes e a começar a reestruturar suas salas de aula, e incentivando seus alunos a participar de novas experiências.

Alguns aspectos positivos são conhecidos, tais como: tendo acesso à tecnologia da informação e transformando-a em conhecimento durante toda a temporada escolar, os alunos se tornarão agentes de mudança nos setores de produção e serviços, o que naturalmente afetará seu uso.

O uso apropriado dessas tecnologias estimula a capacidade de desenvolver estratégias de busca; critérios de seleção e habilidades de processamento de informações, não apenas programação de trabalho. Combinado com a comunicação, estimula o desenvolvimento de habilidades sociais, a capacidade de comunicação eficaz e coerente e a qualidade da expressão escrita das ideias, permitindo o desenvolvimento da autonomia e da criatividade.



A INTEGRAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA ESCOLA

Antes de vir para a escola, a criança já havia passado pelo processo de educação primária: família e eletrônica. Em um ambiente familiar mais ou menos culturalmente e emocionalmente rico, a criança apresenta suas conexões cerebrais, descrições emocionais e linguagens. Os pais, somente a mãe, facilitam ou dificultam a aprendizagem de seus filhos de forma mais ou menos madura e com formas de comunicação.

Moran (2012) indica isso:

A criança também é educada pela mídia, principalmente pela televisão. Aprende a informar-se, a conhecer - os outros, o mundo, a si mesmo - a sentir, a fantasiar, a relaxar, vendo, ouvindo, “tocando” as pessoas na tela, que lhe mostram como viver, ser feliz e infeliz, amar e odiar. A relação com a mídia eletrônica é prazerosa - ninguém obriga - é feita por meio da sedução, da emoção, da exploração sensorial,



da narrativa - aprendemos vendo as estórias dos outros e as estórias que os outros nos contam. (MORAN, 2012. p.32)

Sabe-se que, dada a noção de que a mídia está envolvida e participa de um sistema complexo de comunicação que inclui organizações de diferentes setores (empresarial, financeiro, político...), é necessário distinguir sua influência no ambiente escolar e abordar a tarefa de desenvolver uma consciência crítica dos estudantes para que eles possam entender a mídia como ferramentas que permitem tanto a manipulação do pensamento como o apoio ao poder, e garantir a emancipação e a democratização da informação.

Para ir além da leitura crítica, é necessário criar um ambiente no qual os estudantes possam participar ativamente das discussões e se envolver com a mídia, trabalhando com os diferentes idiomas de representação que caracterizam a mídia.

A educação escolar deve aprender e fazer maior uso



de novos idiomas, descobrindo seus códigos, oportunidades de expressão e possíveis mudanças. O treinamento no uso democrático, mais progressivo e participativo das tecnologias que transformam os cidadãos e preparam indivíduos responsáveis e conscientes é essencial. Não se trata de propor mudanças na educação em termos de controle da tecnologia com base na modernidade, mas de permitir que os alunos utilizem os meios de comunicação para expressão, produção de conhecimento, comunicação e interação social.

Na Sociedade da Informação, todos nós continuamos a aprender a entender, a comunicar, a aprender; a reaprender a integrar as pessoas e a tecnologia; a integrar o grupo individual e a sociedade.

É importante sempre conectar o ensino à vida do aluno. Direcionar o estudante em todas as áreas existentes, tais como: conhecimento, imagem, som, através de atuação (dramatização, modelagem), multimídia, interação on-line e off-line. Faremos com a tecnologia mais avançada o que fazemos com nós mesmos, com os outros, com a vida.



Se formos pessoas de mente aberta, vamos usá-las para comunicar mais, para interagir melhor. Se formos pessoas fechadas e suspeitas, usaremos a tecnologia de forma defensiva e superficial. Se formos pessoas autoritárias, usaremos a tecnologia para controlar, para aumentar nosso poder. O poder de interação não está na tecnologia, mas em nossas mentes.

O aprendizado através dos novos meios de comunicação será uma revolução se simultaneamente mudarmos os paradigmas tradicionais de aprendizado que mantêm professores e alunos separados um do outro. Caso contrário, será possível dar o brilho da modernidade sem tocar no essencial. A Internet é um novo meio de comunicação.

A educação escolar deve aprender e usar novas línguas em maior escala, descobrindo seus códigos, oportunidades de expressão e possíveis mudanças. O treinamento no uso democrático, mais progressivo e participativo das tecnologias que transformam os cidadãos e preparam indivíduos responsáveis e conscientes é essencial.



Não se trata de propor mudanças na educação em termos de controle da tecnologia com base na modernidade, mas sim de permitir que os alunos utilizem a mídia para expressão, produção de conhecimento, comunicação e interação social.

Na sociedade da informação, todos nós continuamos a lutar pela compreensão, comunicação, aprendizagem; a integração do humano e da tecnologia; a integração do indivíduo, do grupo, e do social.

É importante sempre conectar o ensino com a vida do aluno. Orientar o estudante em todas as áreas existentes, tais como: conhecimento, imagem, som, através da atuação (dramatização, modelagem), multimídia, interação on-line e off-line. Faremos com a tecnologia mais avançada o que fazemos com nós mesmos, com os outros, com a vida. Se formos pessoas de mente aberta, vamos usá-las para comunicar mais, para interagir melhor. Se formos pessoas fechadas e suspeitas, usaremos a tecnologia de forma defensiva e superficial. Se formos pessoas autoritárias, usaremos a tecnologia para controlar, para aumentar nosso poder. O poder de interação não está na tecnologia, mas em



nossas mentes.

O aprendizado através dos novos meios de comunicação será uma revolução se simultaneamente mudarmos os paradigmas tradicionais de aprendizado que mantêm professores e alunos separados um do outro. Caso contrário, será possível dar o brilho da modernidade sem tocar no essencial. A Internet é uma nova ferramenta, ainda em sua infância, mas pode nos ajudar a reconsiderar, expandir e mudar muitas das formas atuais de ensino e aprendizagem.

Hoje enfrentamos tecnologias complexas todos os dias, participamos de chats on-line, integramos equipes para criar sites pessoais e institucionais, aprendemos a trabalhar com máquinas, perdemos o medo de sermos substituídos por nossas funções e adicionamos tecnologia como parceiros em nossas atividades profissionais.

A tecnologia está mudando rapidamente, criando muitas inovações. O ambiente educacional desafia a coragem e a intenção de promover uma educação de qualidade através de meios tecnológicos. Entretanto, o complexo processo de



aprender a usar a tecnologia nos apresenta a cada dia novos desafios à medida que tomamos consciência das diferentes realidades de nosso país.

Silva (2010) aponta o seguinte:

É preciso considerar que as tecnologias - sejam tu novas (como o computador e a Internet) ou velhas (como o giz e a lousa) condicionam os princípios, a organização e as práticas educativas e impõem profundas mudanças na maneira de organizar os conteúdos a serem ensinados, as formas como serão trabalhadas e acessadas as fontes de informação, e os modos, individuais e coletivos, como irão ocorrer as aprendizagens (SILVA, 2010, p.76).

Criar uma cultura de uso educativo das TIC pode ser um grande desafio para as escolas, que consiste em ligar suas atividades, fazer parte delas, mudar seu tamanho e construir sua história.

A contribuição das TICs está inevitavelmente



ligada a uma forma de facilitar o aprendizado, fazendo perguntas, reformulando a linguagem que requer mediação através do diálogo. Abertura, flexibilidade e comunicação são fatores inextricavelmente ligados ao uso pedagógico da tecnologia. O rádio e a televisão funcionam há muito tempo como meios tecnológicos de informação e conhecimento. Hoje, porém, a tecnologia da informação é um recurso indispensável porque é utilizada para desenvolver o trabalho com a Internet, e-mail, hipertexto, websites, comunicação virtual no processo de ensino e aprendizagem social.

Para Moran (2012, p.13);

A educação fundamental é feita pela vida, pela reelaboração mental- emocional das experiências pessoais, pela forma de viver, pelas atitudes básicas da vida e de nós mesmos'. Assim, o uso das TIC na escola auxilia na promoção social da cultura, das normas e tradições do grupo, ao mesmo tempo, é desenvolvido um processo pessoal que envolve estilo, aptidão, motivação. A exploração das imagens, sons e movimentos simultâneos ensinam aos alunos e professores



oportunidades de interação e produção de saberes.

O surgimento das TIC nas escolas pode ser compreendido de várias maneiras. A visão do sujeito sobre esses dispositivos, o contexto, os fenômenos e a forma como eles são apresentados aos estudantes são todos elementos norteadores da política de aplicação da tecnologia. O desafio do ensino para uma educação de qualidade é o aprendizado colaborativo. Um professor deve entender o ensino como um processo contínuo de aprendizagem do conceito, que requer muitos elementos, tais como a construção da personalidade do estudante, caminhos, projetos de vida, capacidades emocionais, espaço pessoal e profissional, no sentido da cidadania.

Com base neste pressuposto, sabemos que a necessidade de mudança é evidente, especialmente no que diz respeito aos procedimentos de ensino, independentemente do uso de novas tecnologias, sabemos que elas são uma realidade irresistível em nossa realidade, independentemente de nossas aulas serem influenciadas



indiretamente por elas ou não.

O professor deve se posicionar como um parceiro, mediador, guia de conhecimento. O aluno é levado a aprender através da descoberta, e o professor como coautor. Ao apresentar o professor como coautor, é enfatizada a importância de preparar o professor onde as mesmas ferramentas são úteis.

A tecnologia está nos mudando, neste ambiente nosso mundo não está mais definido nem na sala de aula nem na educação universitária, hoje temos uma gama aberta, oportunidades, às vezes temos mais medo, apesar disso, devemos escolher e aprender que o mundo de hoje não é o que era ontem, devemos aprender a aprender.

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

O planejamento educacional é considerado fundamental, principalmente para a geração de informações e acesso a aprendizagens significativas no ambiente escolar. Luckesi (2011, p. 125) argumenta que: “Planejar é definir



metas e encontrar maneiras de alcançá-las”. Segundo o autor, deve-se ter em mente que antes de planejar é preciso definir os objetivos a serem alcançados.

Na verdade, de acordo com vários conceitos de planejamento, o professor é o principal responsável pelo processo. Assim, segundo Moretto (2007, p. 52), “enquanto o professor organiza a escolha dos conteúdos, ele planeja estratégias pedagógicas que promovem uma aprendizagem significativa para os alunos”.

Ainda no artigo de Moretto (1997, p. 9) “O planejamento é fruto de um projeto escolar e educativo, concebido e idealizado pela equipe escolar. É preciso buscar propostas para planejar as atividades pedagógicas. ”essas atividades estabelecem os objetivos da escola, que incluem não só a escola, mas também a comunidade por ela atendida.

Além do exposto, as circunstâncias são informadas aos professores de que, para Oliveira (2007, p. 21), “[...] o ato de planejar exige a consideração de aspectos essenciais”.

Nesse contexto, observa-se que o planejamento é



um procedimento que permite orientar-se por princípios e tomar decisões quanto à prática da utilização dos recursos humanos e materiais. Segundo Libâneo (1994, p. 22), o planejamento é importante porque se refere a: “O processo de racionalizar, organizar e coordenar as atividades de aprendizagem, articulando as atividades escolares e abordando o contexto social”. Dessa forma, contribui de forma adequada para o alcance das metas, realizando determinadas ações em tempo hábil e, com isso, traz resultados positivos.

Já no artigo de Libâneo (2001, p. 225), o planejamento “[...] é o documento mais abrangente; expressa orientações gerais que sintetizam, por um lado, as ligações entre o desenho pedagógico da escola e os próprios currículos. ”consequentemente, planejamento é qualquer atividade que inclua a técnica da imaginação, a tomada de decisão sobre a organização, o funcionamento e a opinião pedagógica de uma instituição escolar

Por outro lado, para garantir que o planejamento não seja visto como uma mera apresentação, e seu



processo não seja interpretado como opcional e, portanto, malsucedido, alguns critérios devem ser considerados. Eles se destacam entre eles:

Objetivos: São tudo o que o aluno deve ser capaz de demonstrar como resultado do aprendizado em atividades relacionadas ao assunto.

Conforme descreve o autor, fica claro que na hora de formular metas, é necessário levar em consideração o contexto do que se deseja alcançar, se durante a aplicação representa ineficiência e insatisfação com o processo, uma reorganização ou novo planejamento será necessário. Consequentemente, tais projetos são necessários para ter um efeito significativo no cumprimento de uma meta predeterminada.

Metodologia: A metodologia consiste em definir os rumos a seguir no procedimento didático, entrevistar e priorizar a experiência em termos de ensino, para alcançar a aprendizagem e como funcionará o conteúdo de cada programa. Porque aqui estão criadas todas as condições para o trabalho em sala de aula.



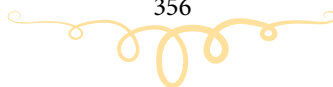
No entanto, o avanço da aprendizagem baseia-se na interação de sistemas interligados nos quais há uma busca coletiva por um único objetivo: o ensino-aprendizagem. Com base neste compromisso e na flexibilidade da metodologia, promove-se o sucesso na aprendizagem.

Avaliação: acompanha todo o processo de ensino e aprendizagem, é destinada não só a provas e / ou provas, mas também é considerada um feedback entre professor e aluno. Segundo Masetto (1997, p. 4), “o processo de avaliação apresenta-se como uma situação muitas vezes carregada de ameaças, pressão ou terror”.

Seguindo esses critérios de planejamento, o professor se avalia para melhorar sua prática em sala de aula, melhorando efetivamente seu processo de ensino e, como contribuição para o ambiente escolar, desperta melhoria na aprendizagem de seus alunos.

CURRÍCULO EDUCACIONAL

O currículo é o plano pedagógico que norteia o



trabalho e o método de ensino e aprendizagem do aluno. É uma promoção ativa que define todas as atividades escolares. Além disso, é neste documento que é implementado o planejamento de toda a vida escolar dos alunos, incluindo ferramentas que atendam às necessidades da instituição de ensino e de todos os participantes do processo, sejam professores e alunos.

Assim, o planejamento curricular é um trabalho interdisciplinar que beneficia o processo de aprendizagem, pois idealiza todas as atividades que o aluno realizará sob a direção da escola para atingir os objetivos educacionais. Na verdade, isso tem que ser organizado por cada instituição individualmente. No entanto, de acordo com Menegole e Sant'anna (2001, p. 25), “Planejar um processo educacional significa planejar indefinidamente, porque a educação não é um processo cujos resultados podem ser totalmente predeterminados ou predeterminados. Escolhidos como se fossem o resultado de uma ação puramente mecânica e impensável. “

Assim, para o correto planejamento do currículo



escolar, é necessário determinar a participação de quem dirige o processo educacional, levando em consideração o pessoal gerencial, pedagógico, técnico e administrativo. Assim, juntos podem discutir os objetivos, conteúdo, metodologia e desenho da avaliação.

Ao mesmo tempo, o processo de planejamento no ambiente de aprendizagem é visto como uma equipe que conduz a ações significativas. Para Menegola e Sant’anna (2001, p. 25) “Por isso, devemos planejar as atividades educativas para o indivíduo, e não impor diretrizes que o desviem. Assim, ao permitir que a educação ajude as pessoas a serem criadoras de sua própria história.”

Portanto, as diretrizes curriculares destinam-se a abordar os temas geradores apropriados que criarão o conteúdo do programa necessário para procedimentos educacionais que atendam a todas as necessidades do aluno.

Um currículo bem organizado é o alicerce da aprendizagem, sendo que se deve trabalhar com o conhecimento de forma organizada e sistemática, aceita coletiva e seletivamente por todos como conhecimento



experencial do aprendiz.

Em suma, na trajetória educacional muitos encontram acertos e fracassos, mas é diante de um debate em favor do bem comum que todos os responsáveis, direta ou indiretamente, têm o direito, direta ou indiretamente, de participar. Organizar um currículo que desperte para a verdadeira prática de ensinar e aprender e, com isso, diminuir o fracasso escolar.

O currículo escolar contém informações sobre as experiências de aprendizagem que as escolas oferecem e que os alunos devem vivenciar. Ela inclui os objetivos e conteúdo a serem considerados no processo de ensino-aprendizagem, a metodologia e a avaliação utilizada para os diferentes níveis de educação.

A partir desta perspectiva, a função da teoria curricular é compreender e descrever os fenômenos da prática curricular. É através desta teoria que teremos uma ideia do objeto e das intenções de um determinado grupo social. Como teorias curriculares, temos teorias tradicionais, críticas e pós-críticas e ainda existe um currículo oculto



entre as linhas. Devido às diferentes perspectivas, a escola tem que discutir que currículo quer adotar para atingir o objetivo desejado. Esta escolha deve ser considerada em termos do conceito de seu Projeto de Política Educacional, que deve justificar a prática teórica da instituição e os problemas dos alunos. (MORIRA, 1990)

Como diz Tomaz Tadeu (Tomaz Tadeu, 1999), o currículo também levanta a questão do poder porque, como as teorias tentam dizer o que o currículo deve ser sobre as ligações entre conhecimento, identidade e poder, elas estão diretamente envolvidas nesta questão. Selecionar, privilegiar ou enfatizar o tipo de conhecimento, identidade ou subjetividade como ideal são formas de exercer o poder através do currículo. Portanto, as teorias curriculares participam ativamente na criação do consenso, da hegemonia.

A educação deve ir além das ações focalizadas no desenvolvimento cognitivo, intelectual e moral e, portanto, deve integrar aspectos subjetivos, objetivos, culturais, políticos e afetivos que estão inextricavelmente ligados à



educação holística.

De acordo com Paul Freire (1968), a educação é um ato político. Nesta perspectiva, a leitura do mundo precede a leitura da palavra, ou seja, esta educação não está incluída no currículo formal, mas vai além da inter-relação de aspectos relacionados à educação e, portanto, à prática pedagógica.

A educação é uma produção humana que ocorre nas relações sociais de seus membros, portanto, estas ações são carregadas de valores e crenças. Assim, os seres humanos também se educam através do exemplo dos outros e de seus próprios interesses, bem como através da cultura. Assim, entendemos que o papel do educador deve ser uma reflexão crítica baseada no reconhecimento de valores que vão além do currículo prescrito, com o compromisso de considerar aspectos políticos, culturais, históricos, morais e ambientais.

O papel do professor é formular conhecimentos gerais e disciplinares para educar seus alunos, mas seu papel também reside em uma série de habilidades que não são



fertilizadas, chamadas de mediação. A mediação ocorre nas nuances da profissão do professor, onde, com base na análise dos fundamentos sociais e culturais do currículo, ele ou ela orienta o ensino no contexto da sala de aula interpretando e criticando, produzindo e organizando o conhecimento, identificando e escolhendo métodos e técnicas pedagógicas para socializar a experiência de aprendizagem.

Segundo Libâneo (1994), a principal função do ensino é garantir o processo de transmissão e assimilação do conteúdo do conhecimento escolar e, através deste processo, desenvolver as capacidades cognitivas dos alunos, para que o professor possa planejar, orientar e gerenciar o processo de aprendizagem, a fim de estimular e melhorar a atividade dos próprios alunos no processo de aprendizagem.

Nesta dimensão, além de atuar como professor e como transmissor de conhecimento, o professor deve atuar como facilitador. Os aspectos que permeiam o trabalho do professor são numerosos e complexos, tornando impossível qualquer tentativa de reduzir suas ações.

O professor deve conduzir seus alunos ao



conhecimento, permitindo que eles atuem também como protagonistas da sociedade. A gestão da sala de aula envolve processos interativos de ensino e aprendizagem que vão além do currículo formal, de modo que o professor deve confiar em si mesmo como um elo entre o aluno e o conhecimento, para que o aluno aprenda a “pensar” e fazer perguntas sobre si mesmo e não mais receba passivamente informações como se fosse a garantia do professor.

De acordo com Freire (1979), o ensino é a base de uma boa educação escolar e contribui para a construção de uma sociedade pensante. Para que isso seja possível, entretanto, o professor deve estar comprometido e seguir o caminho do ensino. Um professor precisa atualizar constantemente seu ensino a fim de ser compreensível para seus alunos.

Entender o papel do professor não apenas como um intelectual, mas também como um intelectual transformador, cujo argumento é tornar a pedagogia mais política e a política mais pedagógica. Giroux (1997) defende uma compreensão dos princípios que estruturam as



práticas em sala de aula e uma análise crítica das condições que organizam as práticas, ideologias e materiais didáticos, estabelecendo a centralidade do professor e do aluno no processo de aprendizagem.

O papel do professor como um facilitador do conhecimento educacional e escolar é projetado para ajudar a formar uma sociedade verdadeiramente pensante. O professor deve ser um intermediário do conhecimento, para que os alunos aprendam o conhecimento em interação com a escola, e não apenas passivamente. Desta forma, o professor encorajará os alunos a desenvolverem seus pensamentos e atitudes de forma crítica e ativa perante a sociedade.

O trabalho pedagógico deve ser orientado por uma visão global. Isto exige que consideremos suas diferentes características, não apenas em termos de história de vida ou região geográfica, mas também em termos de classe social, etnia e gênero. Reconhecer as crianças como seres sociais não significa ignorar as diferenças. (CÂMARA, 1989)

É através da problematização e da curiosidade que o conhecimento começa a ser construído individualmente e



socializado através da mediação do professor. A educação escolar tem uma ligação direta com o ambiente social, o que limita não apenas as condições de vida das crianças, mas também sua relação com a escola e o estudo, sua percepção e compreensão das questões. (LIBÂNEO, 1994)

Finalmente, o professor, que assume o papel de um intelectual transformador, está empenhado em realizar sua prática de ensino em sua integridade integrada e abrangente, superando assim as barreiras estáticas formais do currículo prescrito.

Desta forma, entendemos a instituição escolar como um espaço de produção de conhecimento, onde os alunos estão diretamente envolvidos no processo de aprendizagem e não apenas na transmissão do conhecimento. Sabemos que a vida diária da escola une o pensamento do professor com as ações que ele ou ela tomará para atingir seu objetivo. Não há apenas um movimento: o pensamento para a ação, mas também o movimento contínuo da realidade nos desafios diários relacionados à subjetividade.

O papel do professor não é simplesmente transmitir



conhecimentos e informações, mas observar e construir sobre as percepções muitas vezes diferentes dos alunos, a fim de analisar criticamente e sistematizar essas percepções, tornando o aluno um sujeito de seus conhecimentos.

Portanto, o professor tem o dever de ajudar os alunos no processo de compreensão do conteúdo em vez de fazê-los memorizá-lo.

As reflexões de Kandau (1996) estão bem posicionadas porque ele acredita que o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem é fundamental para a consideração de aspectos multidimensionais (aspectos humanos, técnicos e político-sociais, aspectos explícitos e implícitos, objetivos e subjetividades).

O facilitador, portanto, não transmite o conteúdo, mas sim estimula o valor de seu significado, tornando-o individual para cada realidade que existe na sala de aula. Desta forma, os estudantes participarão efetivamente do processo educacional, expandindo sua posição como receptores de conhecimento e informação para a atividade, pensamento e produção de conhecimento. Ela se manifesta



como um agente que provoca autonomia e reflexão através de diálogos, perguntas e comentários sobre o conteúdo proposto.

A partir do contexto teórico, este estudo nos permitiu verificar que a interação professor-aluno desempenha o papel de meio para a prática e o desenvolvimento do currículo prescrito e do currículo oculto, com toda a complexidade e subjetividade que nos faz acreditar que não há neutralidade em um ambiente onde o aprendizado vai além do conteúdo revelado pelo professor. Ela vai além da escola e alcança o ambiente social, cultural e emocional de cada aluno de uma maneira diferente e pessoal.

Enquanto o professor tenta estabelecer uma relação de confiança entre ele e os alunos, ele pode usar o currículo oculto para realizar uma pedagogia culturalmente relevante, tornando assim os alunos mais ativos na construção do aprendizado e tornando-os conscientes de que são capazes de produzir conhecimento significativo, independentemente do contexto social em que se encontram.

Paulo Freire (1968) apresenta a ideia de que



professores e alunos são agentes de diálogo no mesmo processo em que o ensino e a aprendizagem caminham lado a lado, dada a complexidade da educação.

O professor deve então tentar mediar, não apenas pensando no conteúdo do currículo prescrito, mas também estabelecendo uma relação entre esse currículo e o aluno, usando a criatividade e seu potencial pedagógico, fazendo o aluno sentir essa relação e sentir-se parte desse processo de ensino-aprendizagem. Sabendo que na sala de aula há alunos com realidades diferentes, é importante que o professor saiba dar-lhes diferentes tipos de realidades e, com amor e respeito, contribuir para novos conhecimentos, tais como práticas humanizadas.

Assim, o papel do professor, através do programa escolar, é entender o assunto da educação como um ser completo, holístico e individual, para que o conteúdo possa ser transferido de forma a promover uma aprendizagem significativa ao longo da vida que se estenda além do ambiente escolar.



DA APRENDIZAGEM

Segundo Alves (2007) Aprendizagem pode ser definida como uma mudança na conduta do indivíduo em função de sua própria experiência. Bem como pode caracterizar-se pela forma sistemática e encadeada com que as atividades são desencadeadas, visando suprir as exigências da instituição de ensino.

O processo de aprendizagem traduz a maneira como os seres adquirem novos conhecimentos, desenvolvem competências e mudam o comportamento. Trata-se de um processo complexo que, dificilmente, pode ser explicado apenas através de recortes do todo (Alves 2007, p. 18).

Para Souza (1996). O desempenho escolar de uma criança advém de três variáveis (ambiental, psicológica e metodológica), que são integradas entre si e devem ser equilibrados para que o processo de aprendizagem seja concluído com êxito. Neste artigo daremos ênfase à variável



metodológica.

A variável metodológica, ou contexto metodológico, se define como a forma com que o conteúdo pedagógico é repassado aos alunos, sendo que é através de sua metodologia que o professor visa despertar no aluno o interesse no que lhe é ensinado, o incentivando a buscar ainda mais conhecimento, bem superar as dúvidas e dificuldades ao longo do processo

De acordo com a visão de Vasconcellos (2002) metodologia também é a forma como o educador vê o mundo e como essa visão modifica sua postura em sala de aula e como isso interfere na maneira com que os conteúdos são repassados ao aluno.

Em suma, metodologia requer conhecer a realidade prática do educador e dos alunos, para, a partir deste conhecimento, planejar a melhor forma de ação e, com isso seguir com a melhor alternativa pedagógica possível.

Portanto, resta claro que, ao efetuar o planejamento pedagógico de suas aulas, o professor deve considerar a realidade dos estudantes, bem como sua própria, a partir

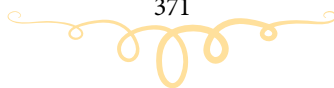


da qual poderá usar as metodologias adequadas para que os conteúdos ensinados tenham relação com a realidade da turma e, com isso, sejam assimilados com maior facilidade

As metodologias usadas em sala de aula, portanto, devem ter profunda relação com a realidade social daquele núcleo em específico, bem como ampliar os horizontes da turma através de uma construção progressiva de conhecimento, sempre enraizada nas experiências anteriores, facilitando, assim, a aprendizagem.

Na visão de Carraher e Schliemann (1989), na maioria dos casos, as dificuldades de aprendizagem não se devem a problemas cognitivos ou de raciocínio, mas tem raízes na metodologia aplicada, que pode não ter sido bem compreendida pelo discente. Nesses casos, é preciso criar uma metodologia diferenciada e apropriada as dificuldades do educando, sempre buscando superá-las e extrair o melhor de suas potencialidades.

Salienta-se que, geralmente, professores e alunos dão o seu melhor ao desenvolverem suas atividades pedagógicas, o que se comprova quando os educadores



conseguem transmitir e construir conhecimento de forma exitosa.

No entanto, importante reforçar que este processo ocorre de maneira global na instituição de ensino, não isoladamente, por isso, é imperioso ao educador estar em constante reflexão e atualização de seus métodos para que continue exercendo seu papel de forma satisfatória

DA IMPORTÂNCIA DE NOVAS METODOLOGIAS

A educação, tanto em seu sentido amplo como estreito, tem uma função social. Isto significa que tanto a educação sistemática quanto a de apoio têm uma influência decisiva na formação humana, o que leva à compreensão de que a prática social

O individualismo dominante e a concorrência em certo sentido prevalecem no espaço social representado pela busca da posse e do poder, especialmente na sociedade de consumo.

Assim, eles são encorajados no âmbito das práticas



sociais e educacionais. A sociedade como um todo deu preferência às ações individuais em detrimento das ações coletivas de um grupo e de uma comunidade. Assim, ao centralizar um indivíduo através de suas ações e realizações, ele exclui contextos grupais, coletivos, comunitários, históricos e temporais. Isto elimina todas as oportunidades para a construção da humanização social. Isto porque o mecanismo social flui para a comunidade.

Estímulos visuais e sensoriais que são enfatizados pela sociedade dominante e suas organizações institucionais. Desta forma, eles geram na imaginação individual necessidades materiais incluídas nos desejos, sonhos e desejos a serem conquistados individualmente.

Neste jogo de centralismo das práticas individuais, elevando o “ego” às custas do “você” e do “nós”. A exibição e declaração da realização individual torna-se parte do crescimento, do progresso individual e da competência social. Isto leva à criação de uma pessoa desumana, egocêntrica e patológica. Neste sentido, a sociedade, a educação e o indivíduo devem ser repensados.



A existência de uma sociedade humana requer uma ação planejada e específica. Devido a uma estrutura exagerada para estimular e difundir ações individuais em detrimento da ação coletiva, a sociedade está em risco e em crise. As relações e a coexistência humana estão em risco, pois as pessoas existenciais experimentam violência repetida.

Crise de valores, ética e moral, tendo o paradigma herdado (cartesiano) como responsabilidade. Isto significa impor a prática de condicionar as pessoas aos exercícios de classificação, divisão, seleção, manifestada na dicotomia entre o capaz e o incapaz, o capaz e o incapaz, o capaz e o incapaz, o capaz e o incapaz.

Esta situação direciona o pensamento sobre o real e ideal da personalidade humana e da sociedade para mudar e transformar. Portanto, também é necessário que a escola e seus educadores realizem ações planejadas voltadas para a transformação social, para que todos possam participar efetivamente da restauração do ser humano que vive em cada ser.



O potencial de emancipação social reside na emancipação de todos os seres humanos. As medidas e incentivos que incentivam as pessoas a buscar e realizar sua emancipação social são evidentes na sociedade. Entretanto, temos a observação de que o indivíduo é educado na construção de suas relações com o mundo e com os outros. (FREYR, 2002). Portanto, não é possível falar da conquista humana sem localizá-la no espaço e no tempo, pois é necessário pensar em quê, como, quando e onde as conquistas individuais acontecem.

Quando se pensa nestas questões, entende-se que as ações dos indivíduos provêm das possibilidades e condições oferecidas em seu aspecto histórico. Este fato guia o ouvido e a visão de que há poucas pessoas envolvidas nesta situação, mesmo que façam parte deste grupo chamado sociedade. Para elogiar as práticas individuais em detrimento do grupo, o coletivo e/ou a comunidade é para excluir o todo e as partes que o compõem.

Neste sentido, a busca da emancipação social é condicionada pela emancipação de todos. Quanto



mais individual, isolada e solitária a emergência, mais desconectada e separada será a emancipação social de todos. Neste caso, a educação escolar e extra-escolar desempenha este papel, trabalhando e dando preferência à ação coletiva baseada na experiência e experimentação, sem perder de vista o eixo de rotação da sociedade. (MORIN e MOIGNE, 2000).

Afirmando que “não há ensino sem discernimento”, Freire (1996, p. 23) mostra uma complexa relação professor-aluno e acredita que ambos devem ser criativos, instigantes, inquietos, curiosos e persistentes porque “quem ensina, ensina e quem ensina, ensina” (1996, p. 23). Esta idéia expressa a natureza incompleta do homem diante do acúmulo de informações que entram em sua vida diária e lhe permite mergulhar em um mundo de busca incessante. Nas palavras de Freire, quanto mais nos percebemos como seres incompletos, mais capazes somos de mudar.

Neste sentido, estou procurando um corpo docente, não um que termine com um diploma ou um curso de pós-graduação, mas um que esteja constantemente



em construção. O professor como pessoa é construído na sociedade, em ambientes formais e informais, porque ele ou ela está envolvido em todos os processos criativos, seja na família, na igreja, na escola, na universidade, etc. Mais tarde, como profissional na área da educação, ele ainda está em construção permanente.

Quando falo do uso de línguas na formação de professores, presumo que todas as formas de conhecimento estão impregnadas de línguas diferentes, que ocorrem em um mundo historicamente social e ideológico, e são mediadas por relações de poder. No discurso escolar, a presença de um objeto é escondida nos discursos de um portador de poder (professores, programas escolares, livros didáticos, etc.), que, assumindo que um único agente faz de seus interlocutores (alunos), ouvintes e/ou repetidores.

O momento presente, com suas instâncias de socialização (família, escola, igreja, mídia, etc.), que coexistem em uma intensa rede de relações e interdependências, requer uma transformação do papel e do modo de ação do professor e, conseqüentemente, uma



transformação em seu aprendizado contínuo.

Investir na formação de leitores de professores em diferentes áreas significa ampliar sua compreensão da linguagem, leitura e escrita, a fim de responder aos novos desafios do trabalho pedagógico, com o objetivo de um melhor desenvolvimento profissional.

Naturalmente, o uso da linguagem como um meio de desenvolver a consciência crítica requer acima de tudo uma construção teórica, sem a qual não há uma análise crítica. Este debate está se desenvolvendo e sem dúvida requer muitas associações, tanto dentro como fora da escola, para que a mudança possa ocorrer.

Portanto, a tarefa de lecionar, quando desempenhada de modo mecânico, é insuficiente e, na maioria dos casos, não traz os resultados almejados. Para que o ensino tenha sentido e a aprendizagem seja completa o conteúdo deve ser atrativo para os educandos, prender sua atenção e ter utilidade em seu cotidiano, pois de outra forma o conteúdo aprendido será facilmente esquecido. No entanto, para que o ensino chegue a este patamar, os conteúdos devem ser



contextualizados, explorados de maneira multidisciplinar e condizentes com a realidade dos educandos.

Assim, a importância da contextualização para o ensino e aprendizagem de qualquer disciplina está mais do que evidente. Porém, contextualizar o conhecimento não é tarefa fácil. A própria didatização do conteúdo o transforma, naturalmente, em algo um tanto artificial, pois cria-se um distanciamento entre aquele conteúdo e a realidade. Na prática, o entendimento é de que modelos de educação mais flexíveis têm mais condições de assimilar mudanças quando comparados a formatos rígidos. Afinal, como verificamos ao longo da história, a capacidade de adaptação e de superação de adversidades garantem a continuidade da nossa existência.

Ainda, conforme Carraher e Schliemann (1989), um aluno que não compreende o conteúdo repassado, acaba frustrado, sentindo-se inútil, impotente, e até mesmo pode pensar que o problema se encontra nele mesmo, tendo problemas de autoestima, que ocasionam ainda mais desinteresse e desatenção que, em seu ponto culminante,



podem gerar inclusive episódios de agressividade. Nessa esteira, é imprescindível que o educador entenda que nenhum aluno possui problemas de aprendizagem por seu próprio desejo, e que é papel do professor analisar e modificar suas metodologias para tentar auxiliar este aluno da melhor forma.

A metodologia está também intimamente ligada à noção de aprendizagem. A estimulação e a atividade em si não garantem que a aprendizagem se opere. Para aprender é necessário estar-se motivado e interessado. A ocorrência da aprendizagem depende não só do estímulo apropriado, como também de alguma condição interior própria do organismo. (Fonseca, 1995, p. 131).

DA UTILIZAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS COMO RECURSO PEDAGÓGICO

É inquestionável que a tecnologia nos proporcionou acesso a informações fora das instituições de ensino

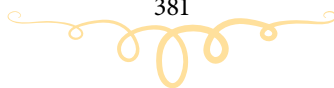


regulares, de maneira facilitada. No entanto, essa praticidade traz à tona o questionamento se as instituições de ensino estão exercendo sua função e atendendo as necessidades atuais da sociedade, quer seja, se de fato o aluno está sendo amparado e assistido de forma devida em sua busca pelo conhecimento.

Por óbvio, que o advento do computador e da internet e sua colocação nas escolas ocasionou verdadeira mudança no modo como pais, alunos e professores mantem seu contato, pois através dela temos acesso a um sem número de oportunidades e informações, ao mesmo tempo fragmentando e reunificando conhecimentos.

Monteiro (2010), afirma que quando a mídia passa a ser parte importante no ensino o professor, então passa a ser mediador, tendo como principal atribuição o estímulo aos alunos, instigando-os a seguir sua curiosidade para construir e lapidar o próprio conhecimento, sem dúvidas, usando a tecnologia como ferramenta para complementar essa busca. (BARBERO, 1996, p.5), alerta que:

A simples introdução dos meios e



das tecnologias na escola pode ser a forma mais enganosa de ocultar seus problemas de fundo sob a égide da modernização tecnológica. O desafio é como inserir na escola um ecossistema comunicativo que contemple ao mesmo tempo: experiências culturais heterogêneas, o entorno das novas tecnologias da informação e da comunicação, além de configurar o espaço educacional como um lugar onde o processo de aprendizagem conserve seu encanto.

Monteiro, Zanella, (2010), demonstra que o uso da internet como ferramenta metodológica, pois oferece a possibilidade de interligar conhecimentos, através do uso de vários meios, tais como a realidade aumentada, que permite ver em três dimensões, lugares e coisas que de outra forma dificilmente teríamos acesso.

Segundo Monteiro (2010), usando a tecnologia podemos obter uma interdisciplinaridade de conhecimento, facilitando o aprendizado e assimilação, tendo-se uma visão tanto micro quanto macro daquele conteúdo.



Necessário informar, no entanto, que o mero uso de computadores, não fornecem a aprendizagem por si só, é preciso uma preparação metodológica para seu uso pedagógico adequado, o que, enseja em si que os professores e profissionais ligados a educação tenham formação para poderem utilizar estes recursos de uma forma responsável e saudável e com fins pedagógicos, sempre acompanhando as renovações e adaptações às novas tecnologias, que chegam à galope.

O uso de mídias e tecnologias em sala de aula torna a aula mais dinâmica, agradável e instigante ao aluno, pois este passa de mero observador, adquirente passivo de conhecimento, ao construtor ativo de sua própria sabedoria, ao adquirir e processar informações de maneira única, baseada em um sem número de fatores, tais como experiências, valores, dentre outros.

Em estudos realizados por (MONTEIRO, ZANELLA, 2010, p. 13) pode-se perceber que:

O som, a fotografia e o vídeo já



vêm sendo integrados há muito tempo, antes mesmo de sua digitalização, quando a integração de sons (voz humana e fundos musicais, por exemplo) e fotografias (slides) permitiram a criação dos primeiros audiovisuais. Em seguida, a televisão, integrou sons e imagens em pleno movimento de forma muito dinâmica e, a popularização do vídeo cassete, completou o ciclo. Porém, ainda faltava interatividade e a integração desses três meios de comunicação com os recursos do computador, fato que é mais recente e está ainda em curso.

Percebemos que a utilização do computador em sala de aula não se presta somente para a parte burocrática e para armazenamento de dados, mas que ele pode proporcionar verdadeiras experiências imersivas no conteúdo estudado, tornando a aula infinitamente mais divertida e interessante para o discente, principalmente se utilizarmos recursos como séries e filmes atuais e da cultura popular, que imediatamente cativam o interesse do jovem, pois falam sua linguagem, mais moderna. Sobre o assunto



Monteiro, Zanella (2010, p. 16), escreve que:

O papel do filme na sala de aula é provocar uma situação de aprendizagem para alunos e professores, onde a imagem cinematográfica precisa estar a serviço da investigação e da crítica a respeito da sociedade em que vivemos, tratando-se, portanto, de um movimento de apropriação cognitiva da relação espaço-imagem e, principalmente, da criação de sujeitos produtores de conhecimento e reconhecimento de si mesmos e do mundo.

Monteiro, Zanella, também nos diz em suas análises que os filmes dão espaço amplo e ilimitado para reflexão, proporcionando distanciamento para a discussão de temas mais delicados, bem como facilitam transitam com facilidade em temas entrelaçados no espaço-tempo, tornando a compreensão, seja linear ou não linear dos eventos, facilitada. No entanto, obviamente que não conseguirá substituir o professor, pois o papel de um filme é meramente ilustrativo.



Tal afirmação pode ser igual e facilmente utilizada para referir-se a internet, forma predominante de ver o mundo e obter informações no Brasil, ajudando a moldar noções de moral, ética, valores e caráter de nossa juventude.

Nos estudos de Moran (2006), temos que a TV (e atualmente as demais mídias e a internet) conversa sobre “as coisas da vida”, em uma linguagem sedutora e facilitada, não sendo difícil compreender a mensagem a ser passada, em contrapartida, na escola, o ensino é mecânico, por demais distante, artificial e intelectualizado e muito mais fatigante. No entanto, ao passar o conteúdo da maneira tradicional, em contraponto a mídia artificial e consumista ele acaba por ser esquecido nas poucas horas seguintes, sendo substituído facilmente por qualquer outra informação da mídia, tendo em conta visões tão antagônicas de mundo.

É notável, portanto, que as metodologias convencionais, tradicionalmente utilizadas nas escolas não são mais atrativas aos alunos, pois atualmente, as informações de maior relevância para os jovens provêm da internet, que é dinâmica, rápida e se atualiza em tempo



real, permitindo uma interatividade sem precedentes. MORAN (2006, p. 2) afirma que a imagem, o multimídia, é algo dinâmico, mexe com o imediato, o urgente, o palpável, tão inerentes ao jovem e que a escola, enquanto instituição mais conservadora em sua essência, ignora esses novos meios de repassar conhecimento, dando mais importância à escrita e ao raciocínio lógico em detrimento de conceitos abstratos.

No entanto, tais técnicas de ensino não são divergentes, podem ser utilizadas harmonicamente para que a sala de aula seja enriquecida com todo tipo de experiência e se torne um lugar de verdadeira troca e construção de conhecimento.

Algumas instituições de ensino, ao levarem os computadores e outros aparatos tecnológicos para a sala de aula estão sendo inovadoras e fazendo seu papel, no entanto, muito mais do incluir essas novidades no cotidiano escolar, é necessário criar e criativas formas de utilizá-las em aula, para que ocorra de fato uma evolução no ensino.

É tarefa do professor, portanto, fazer suas próprias



escolhas, conforme sua formação e recursos disponíveis na instituição de ensino, facilidade no uso dessas tecnologias, bem como realizando a preparação antecipada das aulas que serão ministradas, sendo a escolha dos meios de suma importância quando se trata do processo de aprendizagem

Gasparin (2007) ressalta que, ainda que, aparentemente seja possível trocar um professor pela internet, computadores e toda essa tecnologia que nos é disponibilizada hoje, isso é um pensamento equivocado, tendo em conta que quando se trata de mudanças políticas, educacionais e sociais, o papel do educador é indispensável: “Todavia, quando se buscam mudanças efetivas na sala de aula e na sociedade, de imediato se pensa no mestre tanto do ponto de vista didático-pedagógico quanto político.” (p.1).

Portanto, é preciso reavaliar frequentemente a prática pedagógica, buscando sempre inovar e não apenas reproduzir, orientando os alunos a produzirem e criticar. Essa avaliação também deve levar em conta a relação entre professor e aluno, afinal, conhecimento é troca e ambos fazem parte deste processo enriquecedor e único de



aprendizagem e construção de conhecimento.

MIZUKAMI (1986) ao estudar as diversas formas de ensino presentes no ambiente escolar ressalta que ao longo da história podemos perceber as mudanças ocorridas nas práticas pedagógicas dos educadores, bem como sua forma de se relacionar e transmitir conhecimento, que formam sua forma de atuar na docência:

Na abordagem tradicionalo professor em relação ao aluno ocupa uma posição vertical, aqui o mestre ocupa o centro de todo o processo educativo, cumprindo objetivos selecionados pela escola e pela sociedade. O professor comanda todas as ações da sala de aula e sua postura está intimamente ligada à transmissão de conteúdo. Ao aluno, neste contexto, era reservado o direito de aprender sem qualquer questionamento, através da repetição e automatização de forma racional. (p.14-15).



Esta metodologia é a mais comum e, portanto, habitual nos ambientes escolares atuais, no entanto sua eficácia se define pela forma com que se transmite os conteúdos aos alunos e interferem em seu desempenho. Tal abordagem também se encontra entre as análises de Paulo Freire (1996) quando este coloca que tanto professor quanto aluno são partes de um todo e que ensinar é criar bases para a produção de conhecimento e não apenas repetir e decorar conteúdos prontos.

Portanto, é importante avaliar a maneira com que os conteúdos são repassados, buscando realizar atividades que tenham pertinência ao aluno, para que sejam mais facilmente assimiláveis, em uma cadeia de conhecimento facilitada, em que o próprio aluno seja criador e propagador do conhecimento adquirido.

O planejamento pedagógico, antes focando no aluno e em suas dinâmicas em classe, passa a se preocupar com o todo, o contexto social do aluno, suas vivências, maneiras com que assimila conhecimento, relação com os professores e demais tópicos pertinentes.



Neste momento surgem abordagens pedagógicas concretas que passam a dominar as escolas, pois os educadores e gestores passam a perceber que aprender é algo inerente ao relacionamento harmonioso entre a pessoa e a comunidade na qual está inserida: valores, preocupações, alegrias, cultura e modos de produzir e aprender passam a tomar importância no espaço escolar, sendo novas maneiras de se aproximar do conhecimento, créditos à pedagogia histórico-crítica, de Saviani.

Tendo percebido isso, a escola também nota que os problemas de aprendizagem são um fracasso da própria instituição de ensino, eis que o aproveitamento escolar advém de inúmeros fatores e a escola precisa estar atenta a eles, bem como o sucesso da metodologia não se trata apenas de decorar o conteúdo programático para escrevê-lo em provas.

Mudar do ensino tradicionalmente utilizado e largamente difundido para o ensino tendo a tecnologia como principal método pedagógico é uma tarefa desafiadora.

Sobre isso, Peraya (1994, p.2) percebe que



qualquer metodologia pedagógica tem como objetivo o aprendizado de qualidade, pois “o desenvolvimento da teoria da aprendizagem mudou a natureza do aprendizado e a percepção do aluno. O conhecimento é considerado como socialmente construído através da ação, comunicação e reflexão envolvendo os alunos”.

A respeito, Campos et al. (2000, p.2), comenta:

O objetivo central de projetos voltados ao uso educacional da Internet no Brasil deve ser explorar e especializar os recursos da tecnologia das redes, da engenharia de software, da psicologia e da didática, com vistas à elaboração de uma Pedagogia da Web, que terá como produto principal imediato a disseminação dos sites educacionais interativos, voltados à formação de professores e ensino à distância. Mais que produzir sites na Internet, entretanto, projetos educacionais de uso da Internet no País deverão promover uma revisão profunda nas contradições até hoje inerentes à instituição escolar, nos níveis de produção e tratamento de conhecimentos, informações e experiências.



Essa nova proposta não se concentra apenas em repassar os conteúdos, mas na plena utilização das várias formas de aprender e ensinar. Portanto, fica claro que o uso da tecnologia na pedagogia supera em muito o simples apoio burocrático e para pesquisa, pois através da tecnologia é possível tratar o conteúdo de forma interdisciplinar e multifacetada, preparando os discentes para o mundo real e tecnológico que os aguarda.

Segundo (FRANÇA, 2005, p. 17), “A globalização impõe exigência de um conhecimento da realidade, e neste novo ambiente educadores e educandos descobrem o mundo de maneira direta e espontânea, sem as imposições da pedagogia tradicional”.

Usar a tecnologia como metodologia de ensino nos enriquece enquanto educadores, pois ajuda a desenvolver seres humanos com senso crítico apurado, capacidade de visão micro e macro do mesmo conteúdo, empatia e curiosidade, eis que a tecnologia facilita a busca e instiga a curiosidade e fome de saber (FRANÇA, 2005, p. 19),



defende que: “A função da informática seria de promover a interdisciplinaridade, além de dar oportunidade ao aluno para adquirir novos conhecimentos, enfim, ser um complemento de conteúdos curriculares visando o desenvolvimento integral do indivíduo”.

No tocante à educação formal, a utilização destes recursos em sala de aula é importantíssima, tendo em conta o mundo globalizado em que vivemos. Antigamente o acesso a estes equipamentos não era possível, mas hoje é facilitado e, portanto, é tarefa dos professores e gestores, se prepararem para aplicar tais mudanças e dar o pontapé inicial nestas inovações.

O preparo de aulas tendo o computador como base ocasiona diversas reflexões sobre o real papel do aparato escolar (professor, gestores) e de um conteúdo programático engessado e regular e suas metodologias pedagógicas atinentes. (FRANÇA, 2005).

Portanto, resta cristalino que apenas ter laboratórios de informática nas escolas está longe de ser o suficiente, faz-se necessário que alunos e professores saibam utilizá-



los, aprimorando técnicas da computação, objetivando o desenvolvimento mútuo dos envolvidos. Afinal, não adianta ter a ferramenta e não saber tirar o melhor proveito possível dela.

Nota-se que muitas escolas, seja por falta de recursos, ou quaisquer outros motivos, ainda não utilizam essa tecnologia como recurso pedagógico, levando a perda de uma oportunidade imensurável. (FRANÇA, 2005, p. 21), destaca que, “O uso da internet na escola está delimitado, em sua maioria, na pesquisa de informação, embora haja forte tendência em esquecer que seu grande poder é o de comunicação”. E ressalta que: “A informática educacional deve fazer parte do projeto político pedagógico da escola”.

Não é uma empreitada simples, já que conhecer novas ferramentas tão bem a ponto de saber utilizá-las de forma a repassar outros conhecimentos requer aperfeiçoamento constante, reconstruir formas de trabalho há anos não modificadas. No entanto, este processo possui inúmeros benefícios para a construção do conhecimento, trazendo novas formas de troca de informações e dinamismo.



Através da tecnologia é possível reinventar as formas de fazer pesquisa no meio educacional e a tecnologia acaba se tornando ferramentas de aperfeiçoamento constante do educador, o que, por consequência aumenta em muito a qualidade do ensino. (FRANÇA, 2005, p. 28).

A educação, quando aliada à tecnologia acaba se voltando a criar conteúdos instigantes, dinâmicos e atraentes aos alunos, despertando nele curiosidade e vontade natural de expandir seus conhecimentos. “A informática está entrando na educação pela necessidade de transpor as fronteiras do educador convencional”. Afirmo, (FRANÇA, 2005, p. 28)

O computador na escola é um formador de princípios na construção do conhecimento, é uma necessidade para o crescimento de uma nova pedagogia, inovadora, com a participação ativa do educando, interagindo e tendo senso de posse dos objetos de aprendizado. (FRANÇA, 2005).

A sociedade vem sofrendo evoluções constantes



e o uso da tecnologia é uma das principais, portanto, as instituições de ensino não devem ignorá-la e é imperioso que passem a utilizá-la como método pedagógico, pois isso amplia o conhecimento, enriquece a cultural e promove um aprendizado infinitamente mais instigante, atraente e abrangente

O PAPEL DO PROFESSOR ONTEM E HOJE

Até meados do século XVIII, a educação estava nas mãos da Igreja, e os professores eram religiosos, que desempenhavam o papel de professores como uma atividade secundária. Os conhecimentos e métodos foram organizados pelos teóricos, e as normas e valores praticados foram influenciados por crenças e atitudes morais e religiosas.

A segunda metade do século XVI viu surgir um movimento de nacionalização do ensino. Os professores religiosos foram substituídos por professores leigos contratados pelo Estado. No final deste século, o ensino exigia uma licença ou permissão do Estado, que era



concedida após análise das condições do candidato, tais como: qualificação, idade, comportamento moral.

Esta licença marcou o início do processo de profissionalização do ensino, estabeleceu um perfil de competências necessárias para o papel de professor e promoveu a homogeneidade, unificação e hierarquia do ensino em nível nacional. Depois veio o profissionalismo dos professores com uma licença estadual para prestar serviços de qualidade.

O Estado introduziu um controle mais rigoroso dos processos educacionais, mas não contribuiu para mudanças significativas no papel, no conhecimento ou nos padrões da escola. A Licença Estadual de Professor, de acordo com Novão (1995), foi reconhecida pelo público, e esta Licença legitimou oficialmente suas atividades.

Os professores são funcionários, mas de um tipo particular, pois a sua ação está impregnada de uma forte intencionalidade política, devido aos projetos e às finalidades sociais de que são portadores. No momento em que a escola se impõe



como instrumento privilegiado da estratificação social, os professores passam a ocupar um lugar-charneira nos percursos de ascensão social, personificando as esperanças de mobilidade de diversas camadas da população: agentes culturais, os professores são também, inevitavelmente, agentes políticos. (NÓVOA, 1995, p.17)

Portanto, a análise de Nóvoa sobre o papel dos professores na sociedade é extremamente relevante, pois destaca o papel político desempenhado por estes profissionais. O professor não é apenas um agente cultural, mas também um agente político, já que é responsável por ajudar as pessoas a alcançarem seus objetivos de mobilidade social. Além disso, Nóvoa também enfatiza a importância da educação como um instrumento de estratificação social, o que torna ainda mais evidente o papel dos professores como agentes políticos.

É importante destacar a intencionalidade política que os professores têm, pois eles são os responsáveis por transmitir conhecimento e criar projetos que podem ser



determinantes para o futuro das novas gerações. O papel do professor, desde a antiguidade, é um dos mais importantes na sociedade, pois é ele quem ensina as gerações futuras e prepara as pessoas para cumprir seus papéis na vida.

No entanto, ao longo do tempo, o papel do professor mudou e se adaptou aos tempos modernos. No passado, o professor era responsável pela transmissão de conhecimentos aos alunos. Eles eram responsáveis por ensinar conteúdos de forma tradicional, como leitura, escrita e aritmética. Os professores também eram responsáveis pela educação moral e ética dos alunos, ensinando-lhes a serem bons cidadãos.

Atualmente, o papel do professor tem se expandido para incluir a inovação tecnológica. Os professores têm de estar constantemente atualizados com as últimas ferramentas e métodos pedagógicos para ajudar os alunos a melhorarem seu desempenho. Eles também são responsáveis por criar e manter um ambiente de aprendizado saudável para o crescimento dos alunos, como estímulos emocionais, físicos e intelectuais. Além disso, o professor



também desempenha um papel crucial no desenvolvimento social dos alunos. Eles passam muito tempo com os alunos e são responsáveis por ajudar os alunos a desenvolverem habilidades de relacionamento e responsabilidade. No século XIX a criação das Escolas Normais promoveu a formação de professores com conhecimentos pedagógicos e ideologia comum. Nóvoa diz:

As instituições de formação ocupam um lugar central na produção e reprodução do corpo de saberes e do sistema de normas da profissão docente, desempenhando um papel crucial na elaboração dos conhecimentos pedagógicos e de uma ideologia comum. (NÓVOA, 1995, p.18)

Na segunda metade desse século, de acordo com observações de Nóvoa (1995) os professores vivenciaram um período de indefinição profissional

Fixa-se neste período uma imagem intermédia dos professores, que são vistos como indivíduos entre várias



situações: não são burgueses, mas também não são povo; não devem ser intelectuais, mas têm de possuir um bom acervo de conhecimentos; não são notáveis locais, mas têm influência importante nas comunidades; devem manter relações com todos os grupos sociais, mas sem privilegiar nenhum deles; não podem ter uma vida miserável, mas devem evitar toda ostentação; não exercem seu trabalho com independência, mas é útil que usufruam de alguma autonomia; etc. (NÓVOA, 1995, p. 18)

No início do século, estas perplexidades foram agravadas pela entrada das mulheres na profissão de professoras. No início do século XX, a profissão docente foi consolidada pelo compromisso coletivo dos professores com um conjunto de normas e valores que acrescentavam à unidade externa da profissão docente imposta pelo Estado uma unidade interna criada com base em interesses comuns e no fortalecimento do espírito do corpo. (NOVO, 1995)

Durante este período, a escola e a educação representam um progresso, e os professores são seus



agentes. Nóvoa (1995) descreve: a idade de ouro do modelo escolar é também a idade de ouro da profissão docente.

A sociedade acredita na educação como uma promessa de um futuro melhor, e os professores alimentam esta crença generalizada no potencial da escola para transformar a sociedade.

As transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas nos últimos vinte anos estão transformando a sociedade e o sistema educacional.

A educação está passando de uma elite para um sistema de educação de massa e envolve o crescimento quantitativo de professores e alunos e, de acordo com Nóvoa (1995), existem problemas qualitativos

Ensinar hoje é diferente do que era há vinte anos. Fundamentalmente, porque não tem a mesma dificuldade trabalhar com um grupo de crianças homogeneizadas pela seleção ou enquadrar a cem por cento as crianças de um país, com os cem por centos de problemas sociais que essas crianças levam consigo. Daí o desencanto que atinge muitos professores, que não souberam rede-



finir o seu papel perante esta nova situação. (NÓVOA, 1995, p.96)

A aceleração da mudança social, Nóvoa (1995), leva o professor a um descompasso quando descobre que seu mundo mudou de um em que ele não sabe realmente como se situar.

De acordo com Nóvoa (1995), muitos elementos contribuem para a transformação do sistema escolar. O primeiro seria:

Para além de saber a matéria que leciona, pede-se ao professor que seja facilitador da aprendizagem, pedagogo eficaz, organizador do trabalho em grupo, e que, para além do ensino, cuide do equilíbrio psicológico e afetivo dos alunos, da integração social e da educação sexual etc.; a tudo isto pode somar-se a atenção dos alunos especiais integrados na turma. (NÓVOA, 1995, p. 100)

A necessidade de trabalho pedagógico aumentou,



mas os cursos de treinamento não acompanharam estas mudanças e continuaram a treinar professores do ensino fundamental nos antigos modelos normativos, acrescentando apenas as descobertas da psicologia da aprendizagem e professores do ensino médio como pesquisadores especializados.

Não é, portanto, de estranhar que sofram autênticos “choques com a realidade”, ao passarem, sem preparação adequada, da investigação sobre química inorgânica, ou da sua tese de licenciatura sobre um tema altamente especializado, para a prática de ensinar a quarenta crianças de um bairro degradado os conhecimentos mais elementares da química ou da filosofia. (NÓVOA, 1995, p. 100)

O segundo fator na transformação do sistema escolar, de acordo com Nóvoa (1995), seria o processo de restrição da responsabilidade educacional de outros agentes de socialização registrados nos últimos vinte anos.



A família constitui o caso mais significativo, devido à incorporação da mulher no trabalho e à redução do número dos seus membros e das horas de convívio. Nesse sentido, são cometidas à escola maiores responsabilidades educativas, nomeadamente no que diz respeito a um conjunto de valores básicos que, tradicionalmente, eram transmitidos na esfera familiar. (NÓVOA, 1995, p.101)

O professor despreparado pelos cursos de formação sofre um choque com essa realidade. Mantovanini (apud GENTILE, 2007) afirma:

Quando o profissional não se sente capaz de cumprir sua tarefa - no caso, planejar, ensinar e fazer com que a maioria adquira conhecimento - tende a responsabilizar fatores externos, apontando justamente para os lados mais frágeis do sistema. (MANTOVANINI apud GENTILE, 2007, p. 33)

O terceiro fator na transformação do sistema escolar



é o desenvolvimento de fontes alternativas de informação que mudaram o papel dos professores como transmissores de conhecimento. Para Nóvoa (1995), os professores são confrontados com a necessidade de integrar o potencial de informação dessas novas fontes em seu trabalho, mudando seu papel tradicional.

Sentindo-se impotente, o professor procura as causas em fatores externos e cria uma situação que o prende: já que não pode mudar a família do aluno, ele acha que não é possível ensinar. (MANTOVANINI apud GENTILE, 2007, p. 35)

A educação escolar integrada para crianças, segundo Nóvoa (1995), também contribui como elemento de transformação do sistema escolar, pois trouxe uma nova realidade à escola: a integração de crianças com diferentes valores culturais em uma mesma sala de aula.

Como resultado destas mudanças, Nóvoa (1995) assinala: nos últimos vinte anos houve uma quebra no consenso público sobre os objetivos das instituições



escolares e os valores que elas deveriam promover. Enquanto a educação costumava reproduzir um núcleo de valores propícios à socialização convergente, hoje o reconhecimento da diversidade social presente nas escolas leva os professores a socializar culturas e valores diferentes e até mesmo diferentes.

Neste contexto, o professor é criticado tanto em termos de valores quanto em termos de métodos e técnicas de ensino.

O desenvolvimento da autonomia de cada aluno pode ser incompatível com a exigência de integração social, quando esta implica o predomínio das regras do grupo, ou quando a instituição escolar funciona de acordo com certas lógicas sociais, políticas ou econômicas. (NÓVOA, 1995, p. 103)

A mudança da configuração do sistema educativo é outro fator de transformação no sistema de ensino

Nos últimos vinte anos, a configuração do sistema educativo mudou



radicalmente, passando de um ensino de elite, baseado na selecção e competência, para um ensino de massas, muito mais flexível e integrador, mas incapaz de assegurar, em todas as etapas do sistema, um trabalho adequado ao nível do aluno. Dessa forma desceu a motivação do aluno para estudar e a valorização social do sistema educativo. (NÓVOA, 1995, p. 103)

A expansão e a classificação da educação não levou os menos afortunados a esperar igualdade e promoção, pois é impossível esperar os mesmos resultados que a educação que tem servido aos interesses de alguns membros da elite.

“O resultado é uma rejeição do apoio unânime do público e uma rejeição da educação como uma promessa de um futuro melhor. (NOVO, 1995, p. 104).

A atitude social em relação aos professores e o aumento de seus salários também mudou. De acordo com a máxima moderna de buscar e enriquecer o poder, o professor é visto como um diabo pobre que não poderia encontrar um emprego melhor remunerado. (NOVIDADE, 1995)

O progresso científico acelerado está agora causando mudanças que exigem mudanças no conteúdo dos currículos e tornam os professores temerosos e vulneráveis a mudanças.

Quem pode estar seguro, hoje, de ensinar aquilo que é mais recente em matéria de conhecimento? Ou, pior ainda, quem pode estar seguro de que aquilo que ensina não será substituído por conhecimentos mais úteis aos alunos que estamos a tentar preparar para uma sociedade que ainda não existe? (NÓVOA, 1995, p.106)

As crescentes demandas e responsabilidades atribuídas aos professores em relação à classificação da educação não foram acompanhadas por um aumento do investimento financeiro, e a falta de recursos materiais e as más condições de trabalho tornaram o ensino difícil.

Nóvoa (1995, p. 108) diz: “Hoje, a aprendizagem de qualidade é o resultado da voluntariedade dos professores e não a consequência natural de condições de trabalho que

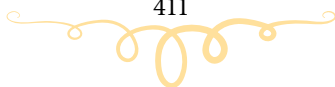


correspondem a dificuldades reais e múltiplos desafios educacionais

Outro fator de mudança no sistema escolar foi a mudança das relações entre professores e os alunos. As atuais relações conflituosas no ambiente escolar dificultam a convivência e a disciplina provocando um sentimento de insegurança e mal-estar entre os professores. (NÓVOA, 1995, p. 108)

O professor está sobrecarregado, Nóvoa (1995) acredita que muitos deles fazem mal o seu trabalho devido à incapacidade de cumprirem um enorme leque de funções.

Para além das aulas, devem desempenhar tarefas de administração, reservar tempo para programar, avaliar, reciclar-se, orientar os alunos e atender os pais, organizar actividades várias, assistir a seminários e reuniões de coordenação, de disciplina ou de ano, porventura mesmo vigiar edifícios e materiais, recreios e cantinas. (NÓVOA, 1995, p. 108)



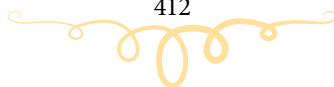
A transformação do sistema escolar não só garantiu o acesso à escola para todos, mas também contribuiu para o declínio da qualidade do ensino, e o professor foi fortemente criticado por aqueles que, sem analisar as circunstâncias que os obrigaram a fazer seu trabalho de forma deficiente, acreditavam que eram imediatamente responsáveis pelas falhas do sistema. (NOVO, 1995)

Então a sociedade sofre de um sentimento geral de desconfiança quanto à competência e qualidade do professor, e o professor sofre de um mal-estar pedagógico. (ESTEVE apud NÓVOA, 1995).

A escola perdeu seu papel na preparação do aluno para um futuro melhor, já que um diploma acadêmico hoje nem sempre é sinônimo de avaliação social e compensação econômica.

Além disso, diz Nóvoa (2003):

Estamos perante uma realidade nova, sem paralelo na história e o que os pais e a sociedade não conseguem cobrar dos professores. Para além do conhecimento e da cultura, espera-se que ajudem a restaurar



dos valores, a impor aos jovens as regras da vida social, a combater a violência, a evitar as drogas, a resolver as questões de sexualidade, etc. (NÓVOA, 2003, p. 14).

Nóvoa (2003, p. 134) diz: “Os professores podem fazer muito”. Mas eles não podem fazer tudo”.

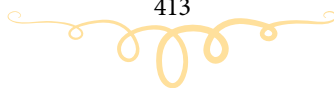
A mudança acelerada do contexto social modificou muito o papel dos professores no processo de ensino.

As crescentes demandas neste novo contexto social exigem que os professores repensem seu papel, o que ainda não aconteceu.

Para Novoa (1995), o epicentro desta crise é um dos pontos de vista idealizados do professor e a realidade concreta do ensino.

Hoje, outros profissionais são responsáveis pela cooperação, comunicação e empatia com os clientes, compreensão holística das situações e autoanálise para superar os julgamentos estereotipados.

Nesta perspectiva, Nóvoa (1995) afirma que os professores devem adquirir maior autonomia na gestão de



sua profissão e um vínculo mais estreito com as comunidades nas quais trabalham.

Isto exige repensar a organização das escolas, promovendo uma identificação mais pessoal dos professores com o local de trabalho, aumentando seu tempo na escola, dando mais atenção às tarefas do projeto, análise, inovação, supervisão e adaptação do ensino, e facilitando o acesso às instituições educacionais e o recrutamento de professores para aqueles que se identificam com a profissão.

Hoje, os professores devem encontrar incentivos em seu trabalho; eles devem investir no desenvolvimento profissional, individual e coletivamente, criando condições que lhes permitam construir sua carreira docente com base no mérito e na qualidade, contribuindo assim para o prestígio e o crescimento da carreira.

“Os professores precisam encontrar novos valores, novos ideais escolares que lhes permitam dar um novo significado ao ensino”. (NOVO, 1995, p. 29)

Ser um professor no século XXI significa ter conhecimentos teóricos que vão além das disciplinas às



quais você está destinado e práticas de ensino diversas. Ser professor no século XXI significa desenvolver conteúdos de maneira suficientemente contextualizada, globalizada e diversificada para que os alunos participem de um projeto pedagógico que possa gerar interesse e motivação. Ser professor no século XXI é desenvolver práticas de ensino que respondam à diversidade dos processos de aprendizagem dos alunos, ao mesmo tempo em que atendem às necessidades individuais no trabalho coletivo de construção do conhecimento.

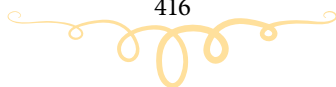
Analisando o panorama da oferta de ensino na escola, com base na obrigatoriedade da Lei nº 5.692/71, observa-se que a disciplina já é instável. Primeiro, porque foi criado antes de haver professores ou mesmo ensino superior, mais tarde chamado de educação artística, hoje bacharel em artes plásticas, música, dança ou teatro. Outro aspecto da instabilidade é o local de disciplina no currículo escolar, minimizado para uma ou duas séries no ensino fundamental. Nas séries superiores, os problemas são agravados por serem geralmente excluídos da pena durante



os três anos de estudo que terminam na educação básica.

O último aspecto da instabilidade, que será analisado neste artigo, na formação de professores de arte, refere-se à questão da versatilidade, que enfraquece a preparação dos alunos para a escolaridade. O modelo atual ainda não permite que os alunos tenham uma formação profunda em diversas áreas da arte, obedecendo a um modelo fragmentado e superficial, multiuso que promove o consumo de produtos da indústria cultural. No cenário pandêmico atual, os aspectos da fragmentação da educação e do empobrecimento da educação pública têm aumentado.

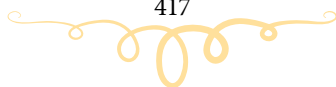
Pode-se dizer que a educação infantil numérica coopera com um pequeno número de escolas com professores qualificados no campo das artes, também nas séries primárias muitas vezes um professor do conteúdo das artes, mesmo com formação instável sobre o tema. Por outro lado, os professores do ensino fundamental ocupam a maioria das turmas, pois a disciplina é um componente obrigatório do currículo, enquanto no ensino médio a oferta é feita de acordo com o LDB atual apenas em um dos três



anos de estudo. No entanto, ressalta-se que a necessidade de profissionais é muito maior do que a oferta, que por sua vez é prejudicada pela remuneração não rentável e pela disputa de concursos públicos para professores qualificados. Estudos realizados pela Hillesheim (2018) mostram que, no estado de Santa Catarina, em 2013, apenas 26% dos professores que atuam na rede estadual possuíam cursos de formação, e que 40% dos professores trabalhavam em pedagogia, demonstrando a ineficácia do Estado em promover a formação do número de especialistas e/ou na realização de concursos para garantir profissionais e comunicação efetiva com as redes.

Com a pandemia Covid-19 a partir de 2020 se espalhando para pessoas em todo o planeta Terra, o mundo teve que impor o isolamento social como medida preventiva, e suas atividades escolares pessoais foram suspensas.

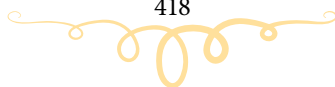
Professores de arte sofreram com essa doença. Com a ajuda dessa questão, também foram identificados problemas psicológicos derivados do isolamento e do modelo remoto.



Ao determinar a legislação, as escolas começaram a se adaptar à nova realidade. Alguns suspenderam suas aulas e outros optaram pela educação a distância. Saviani e Galván (2021) consideram o ensino a distância um erro, pois há acesso limitado ao ambiente virtual proporcionado por equipamentos adequados e internet de qualidade, com professores e alunos devidamente familiarizados com a tecnologia. Lembra ainda que os professores acabam pagando por custos e perda de saúde física e mental como resultado da intensificação e instabilidade do trabalho.

Na educação a distância, os professores trabalham em casa, com a ajuda da tecnologia, e a vida profissional instila suas vidas pessoais. E vai contra o que Saviani diz sobre a transformação da tecnologia “[...] no instrumento de subjugação da força de trabalho sem o prazo que leva o homem à exaustão” (Salvador, GALVÃO, 2021, p. 39). Assim, buscamos descobrir como os professores estavam psicologicamente e fisicamente, e como os alunos se adaptaram à educação a distância.

Pode-se ver que os alunos se sentiram

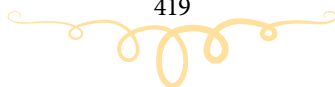


desencorajados e tiveram perdas na aprendizagem. Além disso, durante esse período de pandemia, houve uma educação instável, com pouco conteúdo didático, com professores que não tinham tempo para planejamento e avaliação, e com um ano de aprovação sem atender aos critérios de aprendizagem.

O PROCESSO DA LEITURA E DA ESCRITA

A educação é uma produção humana que ocorre nas relações sociais de seus membros, portanto, estas ações são carregadas de valores e crenças. Assim, os seres humanos também se educam através do exemplo dos outros e de seus próprios interesses, bem como através da cultura. Assim, entendemos que o papel do educador deve ser uma reflexão crítica baseada no reconhecimento de valores que vão além do currículo prescrito, com o compromisso de considerar aspectos políticos, culturais, históricos, morais e ambientais.

O papel do professor é formular conhecimentos



gerais e disciplinares para educar seus alunos, mas seu papel também reside em uma série de habilidades que não são fertilizadas, chamadas de mediação. A mediação ocorre nas nuances da profissão do professor, onde, com base na análise dos fundamentos sociais e culturais do currículo, ele ou ela orienta o ensino no contexto da sala de aula interpretando e criticando, produzindo e organizando o conhecimento, identificando e escolhendo métodos e técnicas pedagógicas para socializar a experiência de aprendizagem.

Segundo Libâneo (1994), a principal função do ensino é garantir o processo de transmissão e assimilação do conteúdo do conhecimento escolar e, através deste processo, desenvolver as capacidades cognitivas dos alunos, para que o professor possa planejar, orientar e gerenciar o processo de aprendizagem, a fim de estimular e melhorar a atividade dos próprios alunos no processo de aprendizagem.

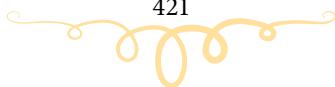
Nesta dimensão, além de atuar como professor e como transmissor de conhecimento, o professor deve atuar como facilitador. Os aspectos que permeiam o trabalho do professor são numerosos e complexos, tornando impossível



qualquer tentativa de reduzir suas ações.

O professor deve conduzir seus alunos ao conhecimento, permitindo que eles atuem também como protagonistas da sociedade. A gestão da sala de aula envolve processos interativos de ensino e aprendizagem que vão além do currículo formal, de modo que o professor deve confiar em si mesmo como um elo entre o aluno e o conhecimento, para que o aluno aprenda a “pensar” e fazer perguntas sobre si mesmo e não mais receba passivamente informações como se fosse a garantia do professor.

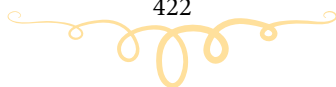
Afirmando que “não há ensino sem discernimento”, Freire (1996, p. 23) mostra uma complexa relação professor-aluno e acredita que ambos devem ser criativos, instigantes, inquietos, curiosos e persistentes porque “quem ensina, ensina e quem ensina, ensina” (1996, p. 23). Esta idéia expressa a natureza incompleta do homem diante do acúmulo de informações que entram em sua vida diária e lhe permite mergulhar em um mundo de busca incessante. Nas palavras de Freire, quanto mais nos percebemos como seres incompletos, mais capazes somos de mudar.



Neste sentido, estou procurando um corpo docente, não um que termine com um diploma ou um curso de pós-graduação, mas um que esteja constantemente em construção. O professor como pessoa é construído na sociedade, em ambientes formais e informais, porque ele ou ela está envolvido em todos os processos criativos, seja na família, na igreja, na escola, na universidade, etc. Mais tarde, como profissional na área da educação, ele ainda está em construção permanente.

Quando falo do uso de línguas na formação de professores, presumo que todas as formas de conhecimento estão impregnadas de línguas diferentes, que ocorrem em um mundo historicamente social e ideológico, e são mediadas por relações de poder. No discurso escolar, a presença de um objeto é escondida nos discursos de um portador de poder (professores, programas escolares, livros didáticos, etc.), que, assumindo que um único agente faz de seus interlocutores (alunos), ouvintes e/ou repetidores.

O momento presente, com suas instâncias de socialização (família, escola, igreja, mídia, etc.),



que coexistem em uma intensa rede de relações e interdependências, requer uma transformação do papel e do modo de ação do professor e, conseqüentemente, uma transformação em seu aprendizado contínuo.

Investir na formação de leitores de professores em diferentes áreas significa ampliar sua compreensão da linguagem, leitura e escrita, a fim de responder aos novos desafios do trabalho pedagógico, com o objetivo de um melhor desenvolvimento profissional.

Naturalmente, o uso da linguagem como um meio de desenvolver a consciência crítica requer acima de tudo uma construção teórica, sem a qual não há uma análise crítica. Este debate está se desenvolvendo e sem dúvida requer muitas associações, tanto dentro como fora da escola, para que a mudança possa ocorrer.

CONCEITO DE LEITURA

Ler é o processo de compreensão do mundo, que inclui as características de que uma pessoa necessita, dando



origem às suas qualidades simbólicas e à capacidade de interagir com outra palavra em um contexto social.

Todas as crianças devem ler de forma lúdica. Ler para crianças quando crianças é benéfico, transformando-as em auxiliares de aprendizagem, demonstrando um maior interesse na alfabetização e no desenvolvimento de habilidades de comunicação. Ler e contar histórias são formas de desenvolver o gosto pela fantasia, fomentando os pequenos aspectos da sua criatividade. O principal suporte para a alfabetização é a leitura. A escola desempenha um papel importante no desenvolvimento das habilidades de leitura. Para ensinar uma criança a ler corretamente, é necessário ensiná-la a decifrar o que lê. De acordo com os parâmetros do currículo nacional (1997),

O objetivo da leitura é a preparação de leitores competentes e, portanto, a formação de escritores, uma vez que a capacidade de criar textos eficazes origina-se da prática da leitura, espaço de criação da intertextualidade e fonte de vínculos modais. (PCN, 1997, p. 53)

Os leitores podem desenvolver suas habilidades



intelectuais, mas também são limitados pelos significados dos textos e os termos de seu uso. Os conceitos de leitura variam, assim como os conceitos de escrita, e a perspectiva da escrita em relação à linguagem falada é um fator importante nessa mudança. Os conceitos de leitura são importantes para a prática pedagógica no processo de alfabetização. Segundo Martins (1982, p. 30), “o ato de ler refere-se tanto ao que está escrito quanto a outras formas de expressão da ação humana, caracterizando-se como um fato histórico e estabelecendo uma relação histórica igualitária entre o leitor e o que é escrito”. Ler. “... .. O processo essencial de leitura consiste na formulação de hipóteses, antecipando e compreendendo o conteúdo do texto. A leitura atribui sentido ao texto formulando hipóteses e expectativas que interferem nas intenções do leitor, que o veicula ao ler.

Ler em voz alta é muito importante para as crianças se familiarizarem com o texto antes de começarem a ler por conta própria. O nível de autoleitura ocorre quando uma criança lê fluentemente, entende o texto e reconhece as palavras rapidamente. Assim, “se uma criança consegue ler,



mas não consegue ler um livro, revista, jornal, se consegue escrever palavras e frases, mas não consegue escrever cartas, ela é alfabetizada, mas não alfabetizada”. (SOARS, 2000a).

No plano da educação infantil, a BNCC oferece a exploração e aplicação de cinco áreas de especialização que constituem um quadro estruturado de projetos e propostas pedagógicas, proporcionando o desenvolvimento e a aprendizagem através de incentivos e atividades recreativas adequadas a cada faixa etária. Uma das áreas é fazer com que a criança ouça, fale, pense e imagine, podemos trabalhar nesta área através da narração, da utilização de brinquedos sonoros, música e outros recursos que estarão à nossa disposição. Por meio das áreas de especialização, podemos seguir o roteiro para alcançar com sucesso “Até 2030, o acesso ao desenvolvimento infantil de qualidade, aos cuidados e à educação da primeira infância será garantido a todas as meninas e meninos para que estejam prontos para o ensino fundamental”.

Assim, podemos entender que a introdução e o



desenvolvimento de áreas de especialização são essenciais para garantir que os alunos que ingressam no ensino fundamental estejam preparados para novas experiências e tenham uma base sólida para aprender.

O prazer da leitura deve ser despertado desde a infância. Ler faz parte da formação cultural de todos. A leitura estimula a imaginação, facilita a descoberta de diferentes hábitos e culturas, amplia o conhecimento e enriquece o vocabulário. A primeira experiência de leitura de uma criança deve começar na família, pois facilita o aprendizado na escola. A leitura contribui para a formação do sujeito, torna-o um cidadão mais informado e com uma visão ampla de mundo, e o ajuda a transformar a si mesmo e a realidade em que vive. A prática de leitura visa preparar leitores e escritores competentes, uma vez que a habilidade de criar textos origina-se da prática de leitura. Ler e escrever como prática social é sempre um meio polivalente, visto que a leitura é uma necessidade pessoal que a escola deve promover e prover. Martins (1982, p. 22) cita que “a leitura costuma se limitar a decifrar a letra,



mas seu aprendizado está tradicionalmente associado ao processo educacional global de uma pessoa, sua capacidade de interagir socialmente e sua situação social, política, econômica e cultural “

Determinadas leituras ajudam a criar uma estrutura bem articulada para a história, servindo assim como uma alavanca para a criança se engajar na leitura com interesse, facilitando a compreensão e influenciando a maneira como a criança fala com o adulto. Para compreender o texto, as crianças precisam internalizar as ideias apresentadas nele com seu conhecimento prévio. Depois de ouvir a leitura, as crianças desenvolvem na memória uma espécie de representação do texto que ouviram. É extremamente importante dar prioridade à leitura, desde a alfabetização até a alfabetização. O melhor que a escola tem a oferecer ao aluno é o processo de leitura.

DEFINIÇÕES DA ESCRITA

Para começar, é importante ressaltar que aprender a



escrever é afetivo, a criança deve entender que o aprendizado que aprende tem um significado para ela. É importante que a criança aprenda e escreva bem desde o início, para que conheça cada letra e saiba executá-la corretamente. Para escrever com sucesso, seu filho precisa conhecer a estrutura da carta. É importante que a criança aprenda o que está escrito e as formas possíveis de escrever, a qualidade dos símbolos que lhe permitem decifrar, as relações entre letras e sons que tornam a leitura possível. É plausível destacar o que Ferreiro (2001) tem a dizer sobre as escrituras:

A escrita pode ser entendida de duas maneiras muito diferentes e dependendo de como você a encara. As implicações pedagógicas mudam dramaticamente e a escrita pode ser vista como uma representação de uma linguagem ou como um código de transcrição gráfica para unidades de som. (FERREIRO, 2001, p. 10)

A escrita deve ser praticada em instituições pré-escolares, pois a criança já possui o conhecimento antes mesmo de entrar na escola regular. A exposição prévia à linguagem escrita incentiva a pensar sobre suas



oportunidades de aprendizagem. A prática pedagógica de utilizar diferentes materiais de escrita em sala de aula é importante porque permite que a linguagem escrita desempenhe múltiplas funções, e o conhecimento das funções contribui para o desenvolvimento dos aspectos figurativos e da escrita.

Ferreiro (2001) também afirma que a invenção da escrita foi um processo histórico de construção de um sistema representacional, não um processo de codificação. Uma vez criado, pode-se pensar que novos usuários estão aprendendo o sistema de apresentação como um sistema de codificação. (FERREIRO, 2001, p. 12)

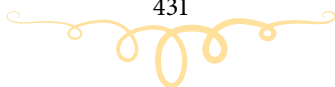
A alfabetização é um processo que vai além de ler e escrever as letras do alfabeto, mas também compreender a estrutura de uma língua e como ela é usada. A aprendizagem no processo de alfabetização ocorre quando o aluno entende que a escrita é uma correspondência grafema-fonema.

A escrita consiste em um conhecimento que permite à criança criar suas próprias regras nas quais ela irá criar e testar hipóteses sobre como as palavras são escritas.



Ferreiro e Teberoski (1985), falando deste último, enfatizam esta nova informação:

[...] vão desestabilizando a hipótese silábica até que a criança tem coragem suficiente para se comprometer em seu novo processo de construção. O período silábico-alfabético marca a transição entre os esquemas prévios em vias de serem abandonados e os esquemas futuros em vias de serem construídos. Quando a criança descobre que a sílaba não pode ser considerada como unidade, mas que ela é, por sua vez, reanalisável em elementos menores, ingressa no último passo da compreensão do sistema socialmente estabelecido. E, a partir daí, descobre novos problemas: pelo lado quantitativo, se não basta uma letra por sílaba, também não pode estabelecer nenhuma regularidade duplicando a quantidade de letras por sílaba (já que há sílabas que se escrevem com uma, duas, três ou mais letras); pelo lado qualitativo, enfrentará os problemas ortográficos (a identidade de som não garante a identidade de letras, nem a identidade de letras a de som). (FERREIRO e TEBEROSKY,

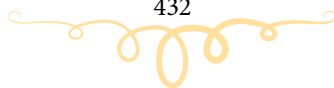


1985, p. 13-14).

Portanto, existem áreas de experiência para apoiar o planejamento pedagógico, garantindo que o aluno tenha tempo, espaço e liberdade, o que será fundamental para facilitar a experiência do aluno no ambiente escolar, contribuindo para a aquisição de conhecimentos para a vida cotidiana.

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

O primeiro contato das crianças com a leitura ocorre por meio da leitura auditiva, quando alguém lê em voz alta, enquanto os outros acompanham a leitura silenciosamente. A criança continua ouvindo e, claro, constrói uma associação com a reprodução do mundo que já possui. A leitura consiste em vários processos, um dos quais é ensinar o aluno a ler de forma significativa para que o texto seja mais fácil de compreender. Assim, “aprender a



ler começa com o desenvolvimento do sentido das funções da linguagem escrita. Ler é buscar sentido, e o leitor deve ter um objetivo: buscar sentido no texto ” (FERREIRO, 1987, p. 21).

O conceito de leitura no processo educativo leva em consideração a necessidade de ativar o processo educativo. A prática da leitura é de extrema importância, pois é graças a ela que adquirimos conhecimentos que podem nos ajudar a desenvolver, enriquecer nossas ideias e melhorar nosso vocabulário. O hábito da leitura deve ser incentivado desde a infância, para que a pessoa aprenda desde cedo que ler é algo importante e, acima de tudo, um prazer. Quanto mais cedo as histórias orais e escritas aparecem na vida de uma criança, é mais provável que ela goste de ler. Uma boa leitura permite ampliar sua visão de mundo. Por meio da leitura, os homens podem atender às suas necessidades, o que lhes permitirá transformar e mudar o mundo. A compreensão é o dispositivo que dará o suporte necessário para a aquisição de conhecimentos na preparação do cidadão crítico para atuar na sociedade.



Em *A Importância do Ato de Ler*, ele trabalha o tema da leitura, discutindo sua importância, explicando a compreensão crítica da alfabetização, enfatizando que a alfabetização requer um esforço para compreender a palavra escrita, a linguagem, as relações no contexto do locutor, lê e registra a relação entre o mundo e a leitura da palavra. (FREIRE, 1989, p. 69).

O professor deve incentivar seus alunos a ler, desenvolver o pensamento crítico e o raciocínio lógico. A leitura melhora a aprendizagem do aluno por estimular o bom funcionamento da memória, melhora a capacidade de interpretação por apoiar o raciocínio ativo, além de proporcionar ao leitor um conhecimento amplo e variado sobre diversos assuntos, o que permite um melhor entendimento do mundo., permitindo uma visão crítica do mundo para o indivíduo. As crianças devem receber atenção especial e desenvolver o hábito de ler desde cedo. Ao nos encorajar a desenvolver esse hábito, você nos levará a leitores adultos. É importante dar às crianças um espaço amplo para estimular a leitura. Como Martins (1982)



descreveu,

Aprender a ler significa aprender a ler o mundo, e a função do educador não seria precisamente a de ensinar a ler, mas a de criar condições para o educando realizar a sua própria aprendizagem, conforme seus próprios interesses, necessidades, fantasias. (MARTINS, 1982, p. 34).

Ler é uma experiência que adquirimos ao longo da vida, é importante não só para a formação de um aluno, mas também para a formação de um cidadão, portanto, a escola busca ensinar e educar a sociedade, fornecendo conhecimentos básicos que irão contribuir. A formação de uma pessoa crítica capaz de compreender as características sociais, culturais e naturais em que se inscreve. Como enfatiza Freire (1989), “a leitura do mundo precede a leitura de uma palavra, de modo que a leitura posterior de uma palavra não pode prescindir da continuidade da leitura da primeira”, pois isso seria uma ponte para uma aprendizagem efetiva. ... progredir tornando a aprendizagem uma parte



integrante da personalidade. (FREIRE, 1989, pp. 11-12).

A maior parte do conhecimento humano se adquire através da leitura, por isso é necessário ler muito, constante e regularmente, porque ler constantemente significa aprender a conhecer, interpretar, decifrar e distinguir entre elementos básicos e secundários.

Ler é uma das tarefas mais importantes que uma escola deve ensinar, mas para isso o professor deve estar atento à necessidade e também praticar o hábito da leitura de forma eficaz. É necessário ensinar a ler a todas as crianças desde a infância, para que todos saibam que ler é algo importante e prazeroso, para que possam ser um adulto culto e dinâmico. Segundo Silva (2003, p. 19).

A leitura é considerada o principal elemento de aquisição de conhecimento. A leitura é parte integrante da formação e da educação, enquanto processo, indica a necessidade de uma busca constante pelo conhecimento. (SILVA, 2003, p. 19). A leitura é algo vantajoso para a aprendizagem do ser humano, pois é de um lado a outro dela que podemos enriquecer nosso vocabulário e obter



aprendizado. O ato de ler é um processo de compreensão, de entender o mundo a partir de uma qualidade particular ao homem. Joaquim Severino, professor de filosofia na USP, também evidencia em suas obras acadêmicas, a importância de transferir cultura, integrar áreas do conhecimento: história, música, arte, psicologia, sociologia. Para iniciar, o ato de ler e escrever são elementos indispensáveis e até mesmo definidores para a sobrevivência de todos em um mundo globalizado. No entanto, ainda há resistência a isso, e eles não levam esses valores a sério. O alto nível contínuo de analfabetismo no Brasil deveu-se à falta de compreensão, compreensão e interpretação do que lê e, portanto, acabou enfrentando o problema como um problema terrível.

O escritor Paulo Freire, educador brasileiro reconhecido mundialmente por seu trabalho na área da educação, enfatiza o seguinte fato acerca da leitura e interpretação textual:

Para realmente aprender a ler, não basta o indivíduo ler a seguinte frase “Eva viu a uva” sem poder analisar o conteúdo escrito. É impor-



tante entender a posição de Eva em seu contexto étnico e social, quem trabalha para produzir essa uva e quem se beneficia desse trabalho. Trata-se de uma leitura (FREIRE, 1996 p.81).

Analisando esse pensamento de Paulo Freire, pode-se argumentar que a leitura não pode ser reduzida a dizer o que está escrito, o leitor deve entender todo o contexto que abrange o pensamento dessa frase, além do fato de que ele está interessado nela para dar um ponto de vista sobre ela, de modo que há uma interpretação textual real.

O professor da USP e diretor do Instituto Paulo Freire em seu livro “A História das Ideias Educacionais” Moacyr Gadotti levanta o seguinte ponto na análise de Freire:

Imagine uma sala de aula cheia de alunos alfabetizados. No início da aula, o professor escreve a seguinte frase no quadro: “Eva viu a uva” e pede aos alunos que a repitam. A ideia, explica o professor, é que a repetição do som “vê” na frase aju-



de os alunos a criarem uma associação de áudio com o símbolo usado no alfabeto latino para representar o som, que neste caso é a letra V. Simples, certo? Mas basta repetir frases sem aplicação em qualquer contexto, além de ensinar alfabetização, para iniciar o processo de formação de indivíduos e pensadores críticos, que é, afinal, o principal propósito da educação? Para o professor Paulo Freire, a resposta seria, sem dúvida, não (GADOTTI, 2003 p. 113).

Mergulhando ainda sobre esse assunto da leitura e escrita, Antônio Já da leitura e escrita para a construção do saber.

Sobre esse assunto ele afirma:

Aprender a ler é antes de tudo, aprender interpretar o mundo, compreender o seu contexto, não se limitando apenas a uma manipulação mecanizada de palavras ou frases, e sim abrangendo em uma relação dinâmica que vincula a linguagem com a realidade que o mesmo as vive. Afinal, a aprendizagem da



leitura é um ato de educação e isso é um ato profundamente político (SEVERINO, 1994 p. 31).

Segundo linha de raciocínio defendida pelo autor, torna-se evidente o fato de que não é possível pensar a educação desvinculada aos princípios básicos como a leitura e escrita, pois as mesmas são ferramentas indispensáveis e chaves de acesso para um conhecimento mais aprofundado sobre o mundo. Possibilitando transformações de caráter social e coletivo, a leitura e a escrita são valores relevantes para que o homem adquira a cidadania, e ferramentas para colaborar com a transformação do mundo. Sem esses valores indispensáveis, eles se tornam pessoas incapazes de exercer de forma plena essa cidadania (SEVERINO, 1994).

A escrita por sua vez, não se resume em pegar uma caneta ou lápis e desenvolver simples traços, a escrita é a constatação dos valores da leitura com intuito oposto, já que a leitura propicia uma assimilação e ela, uma projeção desses conhecimentos. A escrita expressa em palavras, a identidade pessoal em forma de grafia.



É público e notório que, o hábito da leitura depende de outros elos no processo de formação educacional. Sem dominar a leitura, o aluno não consegue por exemplo: executar uma pesquisa, elaborar um pequeno resumo, detectar e tomar nota de uma ideia principal que esteja subtendida ou até mesmo explícita dentro do texto, realizar análises críticas sobre algum tema, além de não possuir argumentos para defender seus posicionamentos em diversos contextos.

Partindo dessa vertente, a análise do mundo não surge apenas com o hábito da leitura de textos prontos, esse processo de conhecimento crítico do mundo como cita Paulo Freire (1996, p.51) “procede a leitura da palavra”. Portanto, antes mesmo de alguém comece a ler uma palavra, já existe uma leitura particular sobre o mundo que irá basear a reprodução mental dessas palavras.

Para o escritor Weisz, ao falar sobre o conhecimento afirma:

O conhecimento não é algo externo que deve necessariamente



ser consumido, posto automaticamente para dentro por parte de seu aprendiz, mas sim algo que deve sofrer um processo de produção, construído pelo aprendiz dentro do seu ritmo de absorção de informações, enquanto é sujeito e não objeto do processo de aprendizagem. (WEISZ, 1988 p. 35).

Analisando o pensamento inserido acima, supõe que é necessário, além da leitura de textos, uma sensibilização pedagógica para que se instigue aos educandos a formarem sua opinião e construir seus argumentos a fim de destruir o senso comum e não ser facilmente influenciado por outras opiniões.

Já para Vygotsky (1988, p.131) “a compreensão da língua escrita é efetuada primeiramente através da língua falada”, sendo que após o processo de leitura textual, o mesmo pode ser amplamente discutida entre os alunos, com a intervenção do professor, para depois haja uma reescrita do texto por parte dos alunos, só que dessa vez baseado em suas ideias.

Para Marcushi, ao analisar tais princípios afirma o seguinte:

O indivíduo insere no texto os conhecimentos que construído pelo mesmo, além de propor as suas ideias e argumentações, fazendo uso constante do procedimento a qual fora introjetada, sendo formado através desse processo o indivíduo letrado, que participou de um processo de aprendizagem social e histórica da leitura da escrita em contextos formais para uso utilitário (MARCUSHI, 2001. p.21).

Para Bamberger (2002, p. 32) “A leitura suscita a necessidade de familiarizar-se com o mundo, enriquecer as próprias ideias e tem experiências intelectuais, o resultado é a formação de uma filosofia da vida, compreensão do mundo que nos rodeia”. Portanto, é necessário ensinar as crianças a desenvolverem hábitos de leituras, para que desperte o prazer de e aprenda a analisar e compreender a vida. Também é importante destacar sobre a formação pedagógica do professor, pois ele é essencial para colaborar



de forma mais eficaz na formação cognitiva de seus alunos. O professor deve propor várias vertentes de raciocínio para uma informação comum, a fim de que se possa extrair várias discussões que possibilitem deixar a aula mais enriquecedora (MARCUSHI, 2001).

APRENDENDO A LER COMO UM PROCESSO COGNITIVO

Aprender a ler foi comparado a um nascimento intelectual. O conhecimento da palavra escrita é o nascimento cognitivo das crianças de uma cultura literária e escolar, na qual a transmissão cultural é feita principalmente através de textos escritos. Eles constituem um veículo de pensamento e conhecimento entre gerações (OLIVEIRA, 2009).

O uso da metáfora comparativa de um nascimento para descrever o aprendizado da leitura tem sua explicação. No nascimento, ele não começa do zero, mas o nascimento é o resultado da gravidez, na qual determinantes biológicos, estímulos genéticos e ambientais interagiram por nove



meses.

Da mesma forma, aprender a ler é o culminar de um processo que começa anos antes de entrar no primeiro básico e que ocorre, mais ou menos facilmente, dependendo das condições em que as crianças abordam a linguagem escrita. Seguindo essa metáfora comparativa, assim como há crianças que estão mais bem preparadas do que outras para sobreviver no parto, há outras que estão melhor preparadas para aprender a ler e escrever, uma situação que não depende apenas de clínicas ou médicos, bem como o currículo ou os professores (OLIVEIRA, 2009).

Várias pesquisas mostram que existe um conjunto de processos cognitivos intrínsecos ao desenvolvimento, que surgem vários anos antes de aprender a começar a ler e que são determinantes para seu sucesso subsequente. Todos eles são processos cognitivos que começam a se desenvolver antes da abordagem da leitura e que, à medida que são ativados pelo ensino, tornam-se metacognitivos. Ou seja, o sujeito, juntamente com a consciência deles, pode usá-los ativamente para seu próprio aprendizado.



Em seu sentido mais amplo, aprender a ler implica aprender a pensar de maneira diferente e esse aprendizado leva ao desenvolvimento da inteligência verbal, aplicável ao aprendizado de outros conhecimentos. No entanto, a evolução dos processos cognitivos necessários para esse aprendizado não muda qualitativamente quando as crianças passam do jardim de infância para o primeiro ano, mas diferencia e configura processos mais complexos, que após alguns anos se manifestam em uma mudança qualitativa na educação infantil nas mentes das crianças.

Vale ressaltar que tal evolução é necessária para alcançar uma compreensão adequada da leitura e seu desenvolvimento, como na metáfora mencionada, depende tanto das condições nutricionais-culturais do ambiente quanto da capacidade dos sujeitos de fazer adaptações mentais contra os componentes da linguagem escrita.

Assim, se as condições do ambiente são pobres em estímulos alfabetizados, o desenvolvimento dessas habilidades pode ser enfraquecido ou desperdiçado. Mas também acontece que a presença de um ambiente muito



favorável não é, por si só, garantia de seu desenvolvimento adequado, quando os requisitos cognitivos e verbais não são atendidos. A experiência mostra que crianças disléxicas estão em todos os ambientes socioculturais.

O CONCEITO DE “LITERALIDADE EMERGENTE”

Alguns autores desenvolveram o conceito de “alfabetização emergente”, um termo em inglês que se aplica tanto ao domínio das crianças de um conjunto de habilidades e habilidades necessárias para levar a cabo o aprendizado da leitura quanto ao desenvolvimento da leitura inicial (WHITEHURST E LONIGAN, 1998).

O termo “alfabetização” não tem uma tradução equivalente em espanhol e seu significado - de acordo com o Dicionário - é “estado ou condição de ser advogado”, o que permite que esse conceito seja aproximado ao processo de iniciar a alfabetização ou linguagem escrita O termo emergência refere-se ao desenvolvimento cognitivo contínuo, no qual estão configurados alguns processos que



servem de base para esse aprendizado.

O trabalho de Whitehurst e Lonigan (1998) deixa claro que não há demarcação definida entre os processos de pré-leitura e leitura, uma vez que a leitura surge e é configurada pela interação de habilidades, conhecimentos e atitudes que as crianças desenvolvem antes de abordar os textos, seja no jardim de infância ou nos primeiros anos básicos.

Os autores mencionados realizaram uma revisão de inúmeras investigações que buscaram determinar os componentes dessa “literalidade emergente”, separando-os em dois conjuntos de habilidades e processos que emergem na interação. Alguns são os processos determinantes que estão fora do processo de leitura em si, como a linguagem oral e os textos em que é aprendido (processos “de fora para dentro”). O outro componente é formado pelo desenvolvimento neuropsicológico cognitivo das habilidades necessárias para decodificar as palavras (processos “de dentro para fora”). Entre eles mencionam a consciência fonológica, consciência sintática e conhecimento de letras.

Segundo Whitehurst e Lonigan (1998), algumas pesquisas em leitura inicial estudaram a qualidade dos textos para aprender a ler, mas não investigaram suficientemente a relação entre o conteúdo dos mesmos textos com o desenvolvimento dos processos cognitivos de leitura dos filhos. No entanto, o desempenho progressivo ou regressivo da aprendizagem depende de sua interação. Eles consideram que todos os processos cognitivos necessários para aprender a ler ainda não são conhecidos com precisão suficiente, o que torna o conceito de interação entre eles e o conteúdo dos textos usados para unir dois conjuntos de processos que são apenas parcialmente conhecidos e aqueles que vêm de “fora”, nos textos, e aqueles que processam de “dentro” do sujeito.

Na perspectiva deste artigo, preferi usar o termo “leitura inicial”, pois se limita a descrever os processos cognitivos e psicolinguísticos que as crianças devem usar em sua interação com a linguagem escrita para aprender a ler, deixando de lado as variáveis “externa” dos textos e métodos de ensino.



ETAPAS, FASES E ESTRATÉGIAS DE LEITURA INICIAL

Frith (1997) descreveu um modelo de três estágios do aprendizado da leitura, que teve amplo reconhecimento internacional e foi aplicado por vários pesquisadores. Segundo esse modelo, esse aprendizado começa com um estágio logográfico, de reconhecimento de significados de alguns signos visuais, para os quais ocorre um estágio alfabético, com a consciência de que as palavras escritas são compostas por fonemas, que seguem uma sequência determinada pela linguagem oral, para culminar em um estágio ortográfico, onde ocorre a retenção e o reconhecimento de todas as palavras. Posteriormente, algumas variações desse mesmo modelo foram sugeridas.

Assim, OLIVEIRA (2009) prefere evitar o termo logográfico e fala de uma fase pré-alfabetiza, em que as crianças começam a reconhecer as palavras por algumas características gráficas incompletas, como a letra inicial



ou final, o que lhes permite aventurar-se em sua pronúncia e significado. Então viria uma fase alfabética parcial, na qual o reconhecimento é feito a partir do conhecimento de um número maior de sinais ou letras, seguido de uma fase alfabética completa, na qual é possível reconhecer palavras inteiras, mesmo que não seja possível soletrar-as. Ela culmina com um estágio de consolidação alfabética, no qual ele aprende a reconhecer e decodificar palavras pouco frequentes e pseudopalavras.

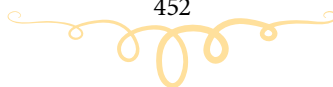
Vygotsky (1993), por sua vez, propõe uma fase logográfica, duas fases alfabéticas, uma precoce e outra tardia, e duas fases ortográficas, uma precoce e outra tardia. Além disso criticam, no entanto, que estágios podem ser discutidos como processos completos que ocorrem durante o aprendizado. Eles consideram que representam estratégias diferentes de leitura, que as crianças modificam progressivamente, na medida em que dominam alguns processos, mas que podem ser aplicadas alternadamente, dependendo do grau de dificuldade ou ignorância das palavras que precisam ler. Eles também foram chamados de



“períodos estratégicos”. A descrição de estágios ou períodos de aprendizagem tem a vantagem para os pesquisadores, que permite focar no estudo dos processos cognitivos envolvidos em cada um deles e facilita o conhecimento das estratégias que as crianças aplicam para reconhecer a palavras

TRÊS ESTRATÉGIAS COGNITIVAS NA APRENDIZAGEM INICIAL DO LEITOR

Do ponto de vista dos processos cognitivos envolvidos na abordagem formal da leitura, as crianças devem aprender a aplicar três estratégias essenciais para entrar na linguagem escrita. Cada um deles requer o desenvolvimento prévio e o uso oportuno de habilidades diferenciadas. Essas estratégias têm como objetivo o reconhecimento fonológico de letras e sílabas, o reconhecimento visual-ortográfico das palavras e o reconhecimento semântico de seus significados. Todos os três são sucessivamente convergentes e têm como objetivo final que os sinais gráficos percebidos visualmente

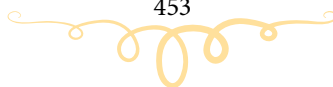


sejam entendidos verbalmente.

A primeira se trata da aplicação da estratégia de leitura fonológica tem como requisito ter consciência de que para decodificar as palavras escritas, as letras devem ser transformadas em sons associados à própria linguagem oral. Vale ressaltar que essa “consciência fonológica” é operacionalizada em algumas habilidades que permitem o processamento da informação fonêmica contida nas palavras, essencial para a sua decodificação.

A estratégia de leitura fonológica é aplicada para discriminar, segmentar, modificar e integrar as sequências fonográficas das palavras e culmina com sua integração e articulação (“Gestalt fonográfica”), o que permite que sejam reconhecidos audivelmente. Os processos que compõem a consciência fonológica foram agrupados em três fatores: fator de fonema, fator de sílaba e fator de rima, s o primeiro é o que melhor prediz o aprendizado da leitura (GADOTTI, 2013).

Já a consciência fonológica começa com o desenvolvimento da linguagem oral, como um aprendizado



inconsciente, mas também pode ser exercida através de métodos de jogos de linguagem, nos quais as crianças brincam para modificar as palavras e seus componentes, variando sua pronúncia ou pronúncia, sua localização sintática

Para iniciar a estratégia fonológica, as crianças precisam conhecer alguns fonemas e algumas letras com antecedência, a fim de estabelecer associações básicas, que são rapidamente feitas em espanhol no reconhecimento silábico. Esse processo permite estabelecer associações entre os segmentos reconhecidos das palavras e sua pronúncia. Para realizar com sucesso, é essencial uma integração entre a memória visual gráfica das letras já conhecidas e a memória fonológico-auditiva de sua pronúncia (VYGOTSKY, 1993).

O armazenamento na memória de algumas sílabas mais frequentes facilita o reconhecimento de palavras que contêm os mesmos fonógrafos, quando são encontradas novamente em sua leitura. Segundo Abramovich (1993), uma vez que as crianças assimilam esse sistema de conexão, elas podem aprender a decodificar todas as palavras e



construir um léxico visual.

Para consolidar esse processo, deve-se levar em consideração que o poder da memória auditivo-fonológica é maior que o da memória visual, portanto, as teclas fonêmicas são mais fortes que as teclas visuais para retenção de sílabas e das palavras. Nesse caso, o reconhecimento visual de uma palavra produz um efeito fonológico, acionando sua pronúncia.

Os estudos de Oliveira (2009) mostram que a segmentação fonológica seria a capacidade básica de iniciar a decodificação. Ela começa com o reconhecimento de alguns fonemas isolados, que depois se expandem para um número maior de sons. Nesse processo, o reconhecimento do fonema inicial seria a chave para acionar o reconhecimento fonêmico total das palavras. Assim, nossa investigação em andamento mostrou que o reconhecimento do fonema inicial juntamente com o conhecimento do nome das letras das crianças que entram no primeiro alfabeto básico prediz 40% da leitura no final deste curso.

Juntamente com o reconhecimento do fonema



inicial, deve ser mencionado o papel da capacidade de segmentar as palavras ouvidas ou consciência segmentar. Para conseguir isso, precisamos começar aprendendo a diferenciar os fonemas cujos sons contribuem com diferenças para o significado das palavras. A consciência segmentar teria dois componentes: descentração e pensamento analítico (GADOTTI, 2013).

A descentração é necessária para distinguir quais são as propriedades relevantes dos estímulos auditivos, no idioma atual e para fazê-lo com sucesso, além de ter um limiar auditivo mínimo, é necessário um certo grau de experiência alfabética, como saber o nome e o som de algumas letras. Enquanto isso, o pensamento analítico facilita a abstração e a categorização dos fonemas, como veremos mais adiante.

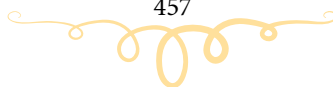
Entretanto, foi observado que o procedimento de montagem de palavras, baseado na segmentação e reconhecimento de seus fonemas, permite à criança generalizar estratégias de abordagem para novas palavras, o que gera nova renda no léxico. No entanto, eles deixam claro



que o processo de montagem não é feito de fonema para fonema, mas em um processo de sequências fonológicas que deve levar em consideração “o contexto intralexical” das palavras. Com a segmentação e integração dos fonemas, a automação é produzida para o reconhecimento de palavras escritas (OLIVEIRA, 2009).

A segunda se trata sobre estratégia visual-ortográfica é um processo diferente e mais complexo do que a percepção visual das palavras. Ela segue a noção fonológica, pois exige que as crianças reconheçam os sinais gráficos pronunciados dentro de um contexto de ortografia.

A retenção visual-ortográfica das palavras na memória não é realizada independentemente da discriminação de seus fonemas e sílabas, mas se torna um reconhecimento visual realizado fonologicamente. O reconhecimento de uma palavra em um texto, entre muitos outros, ocorre porque as crianças lembram sua pronúncia e, se possível, seu significado. No entanto, esse último ponto é relativo, pois as crianças podem aprender a reconhecer pseudopalavras ou palavras em uma língua estrangeira,



depois de vê-las várias vezes. Essa estratégia visa estabelecer um léxico visual-ortográfico que começa a se formar com as palavras mais frequentes (VYGOTSKY, 1993).

Nas crianças com aprendizado normal do leitor, o reconhecimento visual-ortográfico se desenvolve a partir do domínio fonológico das palavras escritas, o que lhes permite comparar os componentes fonêmica com ortografia. Em muitos casos, os sinais ortográficos complementam as informações fonológicas e ajudam quando encontram alguma dificuldade em reconhecer as palavras.

O sucesso nesse processamento depende da atenção visual às diferenças ortográficas entre as palavras, o que ocorre quando há consciência do seu significado linguístico. Nesse aspecto, considera-se que o reconhecimento visual é secundário à decodificação fonológica. A capacidade de reconhecer palavras de alta frequência surge gradualmente, após o reconhecimento das letras, e primeiro começa com o processamento fonológico e, em seguida, tenta o reconhecimento lexical (OLIVEIRA, 2009).

Consequentemente, não seria o mais apropriado



para as crianças começarem a ler reconhecendo algumas palavras se elas não tivessem iniciado a decodificação fonológica anteriormente. Por outro lado, Gadotti (2013) descobriu que crianças com atraso na leitura não usam corretamente a informação ortográfica ao realizar o processamento fonológico; por outro lado, ambos os processos são progressivamente desenvolvidos em leitores normais.

Em alguns casos, as crianças que iniciam o aprendizado da leitura estabelecem uma estratégia visual-ortográfica provisória, decifrando as primeiras sílabas (o “início”) e depois arriscando possíveis pronunciamentos de palavras com início semelhante (estação > foi; objeto > obtuso). Esse processo indutivo “visual”, desde o início das palavras, passa pelo reconhecimento de sua similaridade fonológica e seria o primeiro passo para integrar palavras completas.

Gadotti (2013) também aponta o peso do conhecimento semântico para o reconhecimento visual-ortográfico. A associação visual-semântica explica por



que as palavras usadas com frequência são reconhecidas mais rapidamente do que as não frequentes. Ao se deparar com uma palavra que o sujeito não conhece, ele procura alternativas sobre seus possíveis significados, juntamente com as diferentes possibilidades de pronunciá-la. O reconhecimento do seu significado confirma a precisão da decodificação.

Um estudo de Landern et. Al. (1996) estimou que, em leitores normais, existe uma coativação de representações fonológicas e ortográficas, o que não ocorre em crianças disléxicas, cujo léxico mental mostra menos conexão entre elas. A fraqueza da conexão entre os dois tipos de representações pode ser um problema central em crianças com dificuldades de aprendizado, porque quando veem uma palavra escrita, não conseguem evocar automaticamente seu som. A percepção do fonema também não evoca a imagem ortográfica. Leitores hábeis coativam as duas imagens com relativa facilidade.

Do ponto de vista neuropsicológico, a velocidade dos processos visuais, auditivos e verbais é um fator



determinante para sua integração. Cada um deles consome milésimos de segundo que determina sua sincronia. Uma diminuição na velocidade produz uma assincronia que seria decisiva para o sucesso da leitura (ABRAMOVICH, 1993).

Conseqüentemente, os processos cognitivos mais envolvidos nessa estratégia visual-ortográfica estão voltados para a discriminação visual entre os sinais gráficos, que consideram sua representação fonológica, memória de associação visual-verbal e percepção sequencial ou temporal, em que a velocidade de reter e evocar grafemas está implícita.

Já o terceiro se trata de uma estratégia semântica envolve associar a sequência fonográfica ao seu significado. Sem significado, não há leitura, apenas decodificação, como nas crianças hiperléxicas. Para realizar esse processo, não basta ter conhecimento do vocabulário do texto, mas é necessário estabelecer o acesso de palavras e frases com a rede semântica pessoal (GADOTTI, 2013).

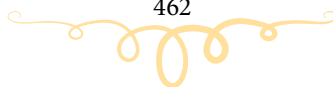
Um problema que foi investigado é a relação entre o estabelecimento da rede semântica, o reconhecimento de



palavras e o contexto em que elas são encontradas. Embora o contexto em que o significado das palavras é procurado desempenhe um papel importante na estratégia semântica, ele pode ser um facilitador de seu significado, não seria suficiente. Há pesquisas que mostram que o recurso ao contexto favorece o reconhecimento de palavras em crianças que são bons leitores, mas que o mesmo não ocorre naquelas que têm dificuldade em aprender a ler (OLIVEIRA, 2009).

Em outras palavras, enquanto as crianças não dominam o processamento fonológico e a grafia visual das palavras, elas não conseguem superar essas deficiências com sucesso, voltando-se ao contexto para reconhecê-las. No entanto, não há acordo sobre esse ponto, e Perfetti (1999) faz uma distinção entre usar o contexto para identificar palavras e fazê-lo para interpretar seu significado.

Acredita que crianças boas leitoras se voltam para o contexto para uma melhor compreensão das frases, por outro lado, algumas crianças com atraso na leitura o fazem para reconhecer as palavras, quando têm dificuldade em decodificar. De qualquer forma, o recurso à estratégia



semântica é um processo intermediário facilitador, entre o reconhecimento fonológico e o estabelecimento de uma estratégia visual-ortográfica.

Para realizar o processamento semântico, é necessário o desenvolvimento de processos de abstração verbal e categorização verbal. A primeira permite distinguir conceitualmente o significado de algumas palavras de outras que têm significado próximo, dentro de uma rede de significados. Caso contrário, as crianças confundiriam o significado exato das palavras lidas. O mesmo se aplica à discriminação entre fonemas com pronúncia próxima que devem ser previamente identificados e separados dos similares (CARVALHO, 2010).

Segundo, há o processo de categorização verbal, através do qual as crianças criam e expandem redes semânticas, agrupando as palavras em diferentes categorias verbais que se relacionam. Ambos os processos, implícitos durante o aprendizado da leitura, também seriam o resultado do aprendizado inconsciente, que as crianças realizam em conjunto com o desenvolvimento da linguagem oral.



Eles assimilam o significado e as categorias de fonemas e palavras sem estar plenamente conscientes disso e, na medida em que desenvolveram a capacidade de fazê-lo, encontram neles elementos facilitadores para o avanço da aprendizagem (CARVALHO, 2010).

Uma investigação comparativa entre crianças com aprendizado normal de leitura e outras com atraso grave, emparelhado com QI verbal, mostrou diferenças claras entre elas nos processos de abstração e categorização verbal. Uma hipótese razoável para explicar a relação entre processamento fonológico, visual-ortográfico e semântico no aprendizado normal do leitor é que esses processos desempenham um papel complementar, mas nem sempre simultâneo. Começa com o desenvolvimento de um limiar mínimo de consciência fonológica, para poder estender sua aplicação ao texto por meio de estratégias visual-ortográficas e semânticas, desenvolvidas durante o processo de aprendizado da leitura.

As crianças que não desenvolveram um limiar mínimo de consciência fonológica, processamento visual-



ortográfico e semântica sofrem um atraso até conseguirem estabelecer estratégias compensatórias de leitura. A abordagem dessa hipótese contempla que o desenvolvimento dessas estratégias é o resultado da interação entre desenvolvimento psicolinguístico e metodologias de ensino (OLIVEIRA, 2009).

Finalmente, Tunmer e Chapman (1998) mencionam que as crianças devem realizar certas operações metalinguísticas e executivas nas quais elas têm um papel importante na intencionalidade para relacionar as sequências decodificadas com seu significado e aprender a fazê-lo com as palavras articulado por via oral.

Em outras palavras, além das estratégias mencionadas, durante a aprendizagem é necessária a ativação de um processo integrador, o que facilita a busca de significados e as crianças também aprendem a se aplicar ativamente durante a aprendizagem de leitura. Este é um processo de autocondução que se desenvolve à medida que o reconhecimento fonológico e visual-ortográfico é bem-sucedido. As crianças com dificuldades de aprendizagem,



no entanto, devido aos mesmos obstáculos que encontram, não conseguem estabelecer com facilidade.

Acompanhando o desenvolvimento da linguagem da criança que se inicia desde o momento do nascimento, que vai evoluindo com o crescimento do bebê, até chegar a uma abordagem da leitura e da escrita convencionais na idade escolar. Ler e escrever são de grande importância para alcançar a comunicação oral (fala-escuta) e escrita (leitura e escrita) e gestual, motivo pelo qual levaremos em consideração o que significa ler e escrever, segundo a contribuição de alguns autores: Freire (1984):

Ler e escrever são atividades comprometidas com o mundo e com as pessoas. Arrancados do mundo, os textos não têm sentido. A leitura do mundo sempre precede a leitura da palavra escrita e a leitura de um texto se prolonga na inteligência do mundo. Ler é um estilo de vida, um modo peculiar de exercer a consciência. Ler é pensar, é raciocinar, é diálogo, é crítica. Ler é ser crítico. A quantidade de textos lidos não importa, o que importa é como são lidos. Aprender a ler é iniciar um



processo de amadurecimento que dura a vida toda (FREIRE, 1984, p.54).

É importante inculcar nos alunos o amor e o gosto pela leitura, não é simplesmente decifrar códigos, é pensar, criticar o que se lê, isso não se consegue num momento mas começa desde a infância e vai ao longo da vida. Ler é um diálogo entre o escritor e o leitor, que leva da leitura a lugares desconhecidos, a aprendizagens, a descobertas, portanto, quando você não entende o que o autor quer dizer, não há leitura.

Segundo Gómez (2010) “Ler e escrever são elementos indissociáveis de um mesmo processo mental”, pois ao ler, os signos são decifrados para captar a imagem acústica destes e aos poucos vão se formando palavras, então frases e sentenças para obter sentido, enquanto ao escrevermos abreviamos em código as palavras lidas para garantir que o que se comunica está sendo escrito, isso se reflete nas contribuições de Morais (2001) que afirma que o “O binômio leitura-escrita é inseparável, só há leitura onde



há escrita” (p.97).

Lerner (2001) afirma que: Ensinar a ler e escrever é um desafio que transcende amplamente a alfabetização em sentido estrito. O desafio da escola hoje é incorporar todos os alunos à cultura da escrita, é conseguir que todos os seus ex-alunos se tornem membros plenos da comunidade de leitores e escritores. (p.25). Ela destaca a importância da leitura e da escrita nesse processo, pois são dois aspectos essenciais para o progresso comunicativo, social, cognitivo e para o desenvolvimento individual.

Alfabetizar não é apenas aprender a ler e escrever, vai muito além. Flórez (2007) a define assim “é a maneira pela qual as capacidades e habilidades de ouvir, falar, ler e escrever para diversos fins - comunicar, aprender, desfrutar, criar, imaginar, participar entre outros se tornam mais complexas” (p. 13).

Nessa perspectiva, a alfabetização é uma atividade contínua que ocorre antes do início da vida escolar, onde essas habilidades são aperfeiçoadas, o que favorece as práticas relacionadas à escrita e à leitura. Quando se fala



em alfabetização, é necessário referir-se à “alfabetização emergente” que permite uma abordagem da forma como as crianças adquirem e compreendem os processos de leitura e escrita.

Diante do exposto, é importante destacar que as crianças desde tenra idade aprendem de diferentes formas e por múltiplos meios, promovidos por meio da interação e de práticas significativas, que permitirão o surgimento de elementos alfabéticos. Esse processo é conhecido como alfabetização emergente, que segundo Flórez (2007) é “o surgimento de comportamentos alfabéticos durante o caminho inicial que as crianças percorrem para se tornarem leitores e escritores competentes” (p.14).

Em primeiro lugar, a família é levada, ela tem um papel protagonista, pois é a primeira a estar em contato com os filhos, graças a ela se inicia a comunicação oral e a leitura paralinguística, daí a importância de proporcionar estímulos linguísticos para bebês. Falar com ele, cantar para ele, fazer jogos de contato, vocalizar, gesticular, estabelecer vínculos afetivos entre a criança e o adulto, permite-lhe



fazer as primeiras leituras de sentimentos e outros aspectos não verbais das pessoas com quem tem contato. Essas são entradas-chave na apropriação do código escrito e na consolidação das habilidades de leitura. (BENAVIDES, 2015).

É a escola, espaço no qual a criança se aventura no uso direto do código alfabético, pois é o espaço onde se fortalecem as competências linguísticas básicas, quando inter-relacionadas, se estabelecem vínculos com colegas e professores, oferecendo-lhes a possibilidade de ser, expandir e enriquecer seu vocabulário. Isso ocorre ao ser exposto a outras formas de conversação, escrita, rotinas; tornando-se um desafio para o campo educacional, a alfabetização, tida como a tarefa de ensinar a ler e escrever de forma convencional.

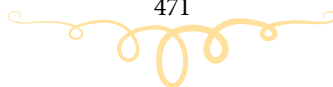
Nesse ponto, é necessário levar em consideração que todos os seres humanos possuem diferentes taxas de aprendizagem, interesses, necessidades, desenvolvimento biológico, emocional, cognitivo, tornando a alfabetização mais complexa, pois ao contrário da escuta e da oralidade,



A escrita e a leitura convencionais não ocorrem de forma tão natural, mas requerem um exercício de planejamento, organização, atenção e, claro, altamente motivado.

Em suma, o letrado é considerado não só aquele que decodifica símbolos e signos, mas também aquele que adquire a habilidade de falar, ouvir, ler e escrever de forma convencional, mas, adicionalmente, quem sabe usar essas habilidades para “ler o mundo” (Freire), em que se pode compreender, enfrentar e contribuir para transformar a sua realidade. Além disso, não há dúvida de que ler e escrever constituem um processo de aprendizagem que exige esforço, uma formação que se inicia na escola, cujo objetivo é adquirir a capacidade de ler e escrever corretamente, propondo às crianças diversas tarefas que envolvem atividades de leitura e escrita.

Nesse aspecto, é importante notar que este processo inicial não só rege a disciplina de Língua Portuguesa, mas também atende a todas as disciplinas ensinadas do primário à universidade, a responsabilidade de ensinar leitura e escrita não é só do professor, mas de toda comunidade



envolvida neste processo. As matérias são ministradas com a linguagem e os alunos usam a linguagem oral e escrita para demonstrar seu aprendizado.

Anthony et al. (2010) apontam que crianças em idade escolar requerem três importantes habilidades de processamento fonológico para leitura e escrita:

- Consciência fonológica consiste na consciência dos componentes fonêmicos da linguagem oral e uso (fonema inicial, final, sequências), como segmentar palavras, pronunciá-las omitindo fonemas ou acrescentando outros, articulando-as a partir de sequências e invertendo sequências;
- Memória fonológica, como lembrar palavras de uma única sílaba até lembrar sentenças de pequena extensão;

A eficiência de acesso ao armazenamento do léxico fonológico, como nomear rapidamente os objetos das cartas



com imagens diferentes.

Ressalta-se que ambas as ferramentas, leitura e escrita, devem ser apresentadas à criança de forma motivadora, conectando-a a um objeto de interesse, por exemplo, mostrar às crianças a escrita de seu próprio nome e o de seus colegas, a escrita de seus brinquedos favoritos ou programa de TV que você mais gosta e junto com a leitura e a escrita, deve haver atividades interessantes que promovam habilidades motoras finas e coordenação motora visual, como trabalhar com plasticina, cortar ou usar um pincel e tinta para criar seus próprios trabalhos resultantes da imaginação e criatividade do aluno.

Um propósito fundamental no processo educacional, através do qual se busca fortalecer a forma como as crianças se apropriam da leitura e da escrita, é permitir que elas criem suas próprias histórias, poesias, contos etc. Da mesma forma, ouvindo histórias ou lendo que algumas crianças fazem com seus colegas, entram na pele dos personagens, agem e sentem e descobrem como esses personagens intervêm em determinadas situações, o



que podemos conseguir por meio de dramatizações que as mesmas crianças realizam com seus pares. O que contribui para adquirir nas crianças maior concentração e interesse por todo o tipo de leituras, aumentando a elaboração de ideias sobre um tema, inicialmente ajuda-as a identificar não só as personagens principais e secundárias, mas também as ideias, treinando a capacidade de criação e organizar ideias.

Por meio da leitura e da escrita, incentivamos nos alunos a capacidade de criar, inovar, investigar, acessar o conhecimento sobre o mundo ao seu redor e, o mais importante, encorajar os menores hábitos de leitura e escrita, para que eles adquiram mais conhecimento, ler e escrever são elementos de relaxamento e entretenimento.

Blandón (2005) indica que a leitura em voz alta desenvolve habilidades de pré-leitura porque quando meninos e meninas ouvem histórias, eles usam sua imaginação para criar imagens mentais, o domínio satisfatório tanto da leitura quanto da escrita, não apenas nos permite construir significados para ampliar nossos conhecimentos, mas também facilita a abertura de novos



canais de comunicação entre os alunos e o meio ambiente social em que se desenvolvem, fazendo parte do processo criativo de cada um, fazendo com que cada um interprete a mesma história de forma diferente.

Quando um aluno ouve muitas histórias, ele começa a antecipar a cada vez o que vai acontecer no próximo trecho, conhecendo a lógica das histórias, entende mais facilmente estruturas linguísticas, expressões literárias e enriquece o vocabulário. Da mesma forma, ao desenvolver o gosto pela leitura (ouvir e ler), embarca numa grande aventura de descobertas, que os livros são como uma máquina do tempo e que pode levá-lo a outros lugares e tempos e que ele mesmo, vivenciando emocionalmente todas as experiências do protagonista, ele se torna uma pessoa diferente daquela que ele inicialmente começou. Quando lemos, transportamo-nos com a nossa imaginação a muitos lugares, paisagens, personagens, humores etc. É um mundo que se descobre em cada carta lida e que se forma uma história dentro da mente.

A leitura é um processo amplo que segundo José



Coelho (2006, p.85) se traduz em uma “ correspondência entre sons e os sinais gráficos, através da decifração do código e a compreensão do conceito ou ideia”. A dificuldade no campo da leitura encontra-se na deficiência de reconhecimentos de textos escritos. O processo de leitura bem como o da escrita é a fase que dá o suporte para todo o progresso de aprendizagem do aluno, deste modo se os alunos não são bem desenvolvidos nessa fase inicial apresentarão dificuldades futuras na sua trajetória de aprendizagem.

Por isso é importante que o professor e a escola tenham um nível de compreensão de leitura do aluno, isso significa procurar analisar o aluno no seu desenvolvimento, quais as estratégias utilizadas pelos alunos no processo de leitura e escrita para que a partir desse entendimento se houver necessidade o professor saiba agir no sentido de ajudar seus alunos a vencerem barreiras nessa aprendizagem.

É válido destacar que a leitura não se restringe a decodificação de sons e letras, mas em uma habilidade mais ampla configurada pela associação desses sons e letras a



entendimento e compreensão de diferentes contextos. Segundo Smith (apud SILVA e SILVA, 2011, p.3).

Leitura é um importante fator de compreensão do mundo expresso em letras que nos circundam. Elas não somente proporcionam o contato com a língua escrita, mas com as várias escritas culturais, conhecimento significativo para a vida. É importante ressaltar que não é suficiente apenas ler os textos, mas alcançar os objetivos da comunicação e da expressão oferecidos pela leitura. Afirma que é preciso estar atento aos vários aspectos que possam prejudicar a compreensão em seu conhecimento, linguagem, visão e memória. Não basta que o aluno aprenda a ler e escrever, mas que compreenda aquilo que leu.

Essa discussão tem que ser feita de forma efetiva, pois o que se presencia nas escolas no que tange a prática centrada na decodificação de letras e sons. Nesse sentido que os próprios PCN chamam a atenção expondo que:

É preciso superar algumas concep-



ções sobre o aprendizado inicial da leitura. A principal delas é a que ler é simplesmente decodificar, converter letras em sons, sendo a compreensão consequência natural dessa ação. Por conta desta concepção equivocada a escola vem produzindo grande quantidade de leitores capazes de decodificar qualquer texto, mas com enormes dificuldades para compreender o que tentam ler. (PCN, 2006, p.55).

Para romper com essa prática de decodificação é preciso que o aluno seja confrontado com uma gama de textos, mesmo que ele não tenha habilidade de ler bem desenvolvida, pois se deve levar em consideração que a aprendizagem da leitura, já se apresenta desde os primeiros anos de vida, e que os indivíduos ao longo do seu desenvolvimento vão amadurecendo seus esquemas linguísticos, através da leitura de mundo, imitação de sons etc.

Portanto há de se aproveitar esse conhecimento prévio que o aluno carrega e apresentar-lhe o universo de textos existentes para deste modo ele se sentir estimulado a



conhecer outros níveis de leitura.

De certa forma, é preciso agir como se o aluno já soubesse aquilo que deve aprender[...] Trata-se de uma situação na qual é necessário que o aluno ponha em jogo que sabe para descobrir o que não sabe, portanto, uma situação de aprendizagem. (PCNS, 2006, p.56).

Coelho (2006), ressalta que a prática da leitura se desenvolve em processo. Por conta disso o processo da leitura envolve:

Identificação dos símbolos impressos (letras e palavras) através dos órgãos da visão. Estes recebem os estímulos gráficos e transmitem, através do nervo ótico, aos centros visuais do cérebro.

O relacionamento dos símbolos gráficos com os sons que eles representam - a criança tem de diferenciar visualmente cada letra impressa e perceber que cada símbolo gráfico tem um correspondente sonoro.



A compreensão e a análise crítica do que foi lido: o indivíduo percebe os símbolos gráficos, compreende seu significado, julga e assimila os fatos de acordo com sua vivência (currículo oculto que ele traz do meio cultural e social em que vive) (Coelho, 2006, p. 85)

Esse processo tem como ponto de partida o ato de decodificar, ato em que o processo de leitura vivenciado em nossas escolas vem se limitando. No entanto como expresso por José e Coelho (2006, p. 85), a criança deve transpor esse estágio e chegar no processo de compreensão onde vai fazer uso contextualizado dos símbolos gráficos apreendido em estágios anteriores.

A escrita é uma forma de linguagem que permite a pessoa transcrever o que tem em mente, organizando assim os pensamentos de forma que possam tornar claros para os leitores. A escrita assim tem função maior de comunicar ideias, pensamentos. Hoje dominar a habilidade de escrever significa um pré-requisito para formação do indivíduo, ao longo do tempo cada vez mais essa competência é cobrada pelos sistemas educativos, por entenderem que a



escrita propicia uma maior participação do indivíduo como cidadãos na sociedade.

Escrever é um processo amplo que envolve e exige habilidades cognitivas, motoras, linguísticas e perceptuais. Para Vanoye (1991, p. 63), a escrita é, pois, um sistema simbólico de representação da fala. Já para José e Coelho (2006), escrever significa:

Relacionar o signo verbal, que já é um significado, a um signo gráfico. É planejar e esquematizar a colocação correta de palavras ou ideias no papel. O ato de escrever envolve, portanto, um duplo aspecto: o mecanismo e a expressão do conteúdo ideativo: (p.92).

A linguagem escrita passa por estágios de desenvolvimento, e o desenrolar desse estágio depende da questão pessoal de cada indivíduo, isso significa que depende do meio em que o indivíduo exercita a escrita, se é estimulado pelo meio que vive, por conta disso é importante que a escola tenha conhecimento de causa e proporcione



assim ao aluno um meio propício para que exercite a sua escrita. Compartilhando desse pensamento que o Parâmetro Curricular Nacional assim expõe:

Para aprender a escrever, é necessário ter acesso a diversidade de uns textos escritos, testemunhar a utilização que se faz da escrita em diferente circunstância, defrontar-se com as reais questões que a escrita coloca a quem se propõe produzi-la, arriscar-se a fazer como consegue e receber ajuda de quem já sabe escrever. (PCNS,2006, p.66).

O domínio da escrita acontece paulatinamente, no decorrer do processo de desenvolvimento do aluno, importante que o professor compreenda que o processo no mundo da escrita demanda tempo e esforço, nesse sentido ele deve ser um mediador sobre as construções realizadas pelos alunos. O ato de escrever e ler são pré-requisitos para inserção dos indivíduos na sociedade de forma ativa, pode-se falar que se trata de práticas sociais que orientam toda a vivência do indivíduo no mundo. Por conta disso são



considerados como alicerces que embasam todo o processo educativo dos alunos.

A IMPORTÂNCIA DA ESCRITA

A carta surgiu de a necessidade de uma pessoa criar registros, armazenar dados para preservar sua história. A escrita da humanidade tem sido usada com símbolos que evoluíram ao longo do tempo. O uso desses símbolos é considerado uma das formas mais antigas de escrita criada para fins de leitura.

O ato de ler é feito por meio da escrita, portanto, para aprender a ler e escrever, o aluno precisa acumular conhecimentos conceituais. Portanto, você precisa entender não apenas o que é a letra, mas também como ela representa graficamente o idioma. Conseqüentemente, o professor, junto com seu aluno, deve pensar em métodos de escrita para verificar quais marcas individuais restringem a capacidade de leitura e se um código e design consistentes foram introduzidos para facilitar a comunicação entre as pessoas



na sociedade. Quando uma criança vai para a escola, ela já está tentando rabiscar e rabiscar, está tentando escrever o que pensa. Frequentemente, o professor não interpreta o que a criança queria escrever. O professor deve perguntar ao aluno o que significa sua carta e anotar as respostas para que ele acompanhe o seu desenvolvimento. O professor deve valorizar cada tentativa de escrita, pois é aqui que a criança entende esse sistema de escrita.

Freire (1991) afirma:

A escrita é uma prática discursiva que na medida em que possibilita uma leitura crítica da realidade, se constitui como um importante instrumento de resgate da cidadania e que reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social. (FREIRE, 1991, p.68).

O gerente da escola não deve apenas ensinar técnicas de leitura e escrita, mas também desenvolver habilidades individuais, usar a escrita e praticar apelo social



competente. Ao escrever uma carta, é importante que as crianças desenvolvam seus próprios conhecimentos. A escrita oferece a oportunidade de transmitir ideias, sentimentos e compreensão de novas maneiras. Para escrever, deve haver uma necessidade, que deve vir acompanhada da capacidade de construir.

É importante que o professor organize as situações de aprendizagem de forma complexa e significativa para que a criança tenha uma influência reflexiva. Porque quando o professor proporciona leitura e escrita autônomas, a criança se sente motivada, quer aprender cada vez mais, busca acumular seus próprios conhecimentos. No processo de leitura e escrita, é preciso dar oportunidade à criança de fazer suas descobertas, basta que o professor faça a mediação de seu aprendizado.

De acordo com Blacksmith (2002),

A escola pode ser concebida como sistema de código de representação. Como código, os elementos já vêm prontos e com representação, a aprendizagem se constitui em uma construção pela criança. Ao traba-



lhar a escrita como código, o ensino privilegia os aspectos preceptivos e motor, relação gráfica e som e o significado é desconsiderado. (FERREIRO, 2002, p.10).

A escrita é um procedimento de desenvolvimento da criança realizado por um professor em interação com seus colegas. O diálogo estabelecido pela professora em sala de aula com as crianças, o tipo de leitura e a atividade são fatores que influenciam no desenvolvimento da escrita do aluno. A criança deve ter contato com diferentes tipos de materiais escritos e deve ser estimulada a manipular esses materiais para desenvolver seus conhecimentos.

A apropriação de um sistema de escrita é um processo que envolve o domínio de um sistema ortográfico alfabético em termos de sua compreensão e uso constante da escrita na prática social. Assim, a construção da escrita é um processo de aprimoramento pessoal da construção do conhecimento.



Capítulo 5

MARCO METODOLÓGICO



Delineamento da pesquisa

A Metodologia seguida para a elaboração dessa Tese é a qualitativa. A pesquisa qualitativa é caracterizada por não se utilizar de métodos e técnicas estatísticas. A pesquisa qualitativa faz com o pesquisador seja o instrumento-chave e seja o centro da pesquisa. Quando se fala nas perspectivas de pesquisa na pesquisa qualitativa, estamos nos referindo às posturas teóricas que dizem respeito ao interacionismo simbólico e a fenomenologia.

Desse modo, para elaboração dessa tese foi escolhida a metodologia qualitativa, metodologia que aproxima o mundo real do sujeito pesquisador. Essa relação entre objeto de pesquisa e o pesquisador não é traduzida em números. Para Deuslariers (2023), a pesquisa qualitativa fornece uma visão serve para fornecer uma amplitude do delineamento do que a pesquisa qualitativa pode ter.

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como os métodos de coleta de dados para elaboração da pesquisa qualitativa pode ir desde e entrevistas semi-estruturadas a



entrevistas narrativas. A natureza pesquisa-ação pode ser caracterizada como um tipo de pesquisa que contém uma base empírica.

Na pesquisa-ação tem como objetivo resolver algum problema ou situação que é encontrada por alguns indivíduos. De acordo com Thiollent (2022), a pesquisa-ação consiste em esclarecer alguns problemas sociais e técnicos.

MARCO METODOLÓGICO

Esta pesquisa foi realizada no Estado da Bahia em duas escolas da Rede Pública da Educação Básica, tendo como público-alvo, alunos do Ensino Médio. Objetivou-se com essa pesquisa: Analisar o efeito da pandemia no ensino aprendizagem da Língua Inglesa, com uso dos recursos tecnológicos no ensino remoto e híbrido.

Categorização Geral

Percebe-se que a área educacional é muito diversificada. Dessa forma, há uma infinidade de temas e conteúdo que podem ser pesquisados. No que diz respeito ao ensino da Língua Inglesa, observa-se inúmeros desafios que são impostos aos educadores. Desde a desmotivação dos alunos à falta de materiais disponíveis para os educadores. Por essa razão para a construção dessa tese houve o envolvimento do corpo docente na área de Língua Inglesa para salientar os obstáculos e desafios impostos a eles especificamente no período da pandemia ocasionado pela Covid-19. Objetivando gerar novos conhecimentos que sejam úteis tanto para o avanço da ciência como da comunidade acadêmica foi selecionado a pesquisa de natureza básica

Pesquisa básica é aquela dirigida à produção de conhecimentos fundamentais, i.e., a uma sólida fundamentação teórica sobre a qual futuras pesquisas poderão ser desenvolvidas, à compreensão de pro-



cessos básicos humanos e naturais. A audiência primária da pesquisa básica são os pesquisadores da área básica (MOREIRA & RIZZATTI, 2020, p.5).

A pesquisa básica diz respeito a verdades que são consideradas universais e que não visa gerar uma aplicação prática para solução de um problema. Diversos autores, tais como Gil (1999); Cervo (2002); Bervian (2002); Vergara (2005), se debruçaram nos estudos acerca da pesquisa básica e de sua importância.

Quanto à natureza

A pesquisa tem natureza básica. Com base principalmente em Gill (1999), percebe-se que a pesquisa básica tem como principal objetivo gerar conhecimentos novos que sejam úteis à sociedade e à comunidade acadêmica. Ainda de acordo com o mesmo autor, a pesquisa básica é motivada pela curiosidade do autor. Partindo do pressuposto da multiplicidade e da versatilidade do processo



educacional voltada para Língua Inglesa, pode-se inferir que as diversas transformações existentes na sociedade fazem com que haja influência nas mais variadas formas do professor ensinar em sala de aula. A cada dia tem mais jovens antenados nas redes sociais e conectados com um novo mundo à sua volta, por essa razão a pesquisa básica influencia e muito para gerar novos conhecimentos

A pesquisa básica objetiva gerar conhecimento novo para o avanço da ciência, busca gerar verdades, ainda que temporárias e relativas, de interesses mais amplos (universalidade), não localizados. Não tem, todavia, compromisso de aplicação prática do resultado. Por exemplo, estudar as propriedades de determinado mineral. A pesquisa básica pode ser classificada em de avaliação e de diagnóstico. De avaliação: atribui valor a um fenômeno estudado. Para tanto, necessita de parâmetros bem estabelecidos de comparação ou referência. Pode ter seu foco nos procedimentos ou nos resultados. Já a pesquisa de diagnóstico busca traçar um panorama de uma determinada realidade (NASCIMENTO & SOUSA, 2016, p.2).



É importante destacar que a pesquisa básica visa justamente o avanço da ciência. Nesse sentido, o avanço científico se dá através de muita pesquisa e muita observação a fim de satisfazer a necessidade intelectual do pesquisador.

Quanto à abordagem do Problema

A pesquisa quantitativa é um tipo de pesquisa focada na coleta e análise de dados que podem ser mensuráveis. O presente estudo trata de uma pesquisa qualitativa, pois através da pesquisa qualitativa se pode investigar dados que sejam descritivos de acordo com uma situação ou fenômeno (BATISTA, MATOS & NASCIMENTO, 2017). Uma das formas de se fazer pesquisa qualitativa é através da entrevista. Para elaboração dessa Tese foram entrevistados alguns docentes da área de Língua Inglesa a fim de subsidiar os argumentos pesquisados para elaboração dessa obra



Dessa forma, ao discorrer sobre a entrevista na pesquisa se faz necessário abordar sobre as características, definições e delineamento do método qualitativo. Assistiu-se nas duas últimas décadas a um crescimento da utilização do método qualitativo em pesquisas de diversas disciplinas científicas, assim como da literatura que descreve seus procedimentos e analisa seus aspectos metodológicos. A história dos métodos qualitativos ou compreensivo-interpretativos é recente, data de pouco mais de um século, misturando-se com a ideia de se criar as Ciências Humanas, que surgem em contraponto às então já estruturadas Ciências da Natureza (BATISTA, MATOS & NASCIMENTO, 2017, p.3).

Convém lembrar que a pesquisa qualitativa coloca o pesquisador como instrumento-chave para a elaboração do trabalho. No que diz respeito aos resultados focado na mensuração de fenômenos, nos resultados com base na entrevista feita ao corpo docente.



Quanto aos objetivos

Quanto o objetivo da pesquisa optou-se pela pesquisa exploratória. A pesquisa exploratória, de acordo com Collis (2005), é um tipo de pesquisa que tem como objetivo aprofundar os conhecimentos em áreas que tenha pouco estudos publicados. A pesquisa exploratória tem como objetivo conhecer melhor o tema e os fatos relacionados a ele e é feita através de levantamentos bibliográficos, entrevistas, como foi feito para elaboração desse trabalho, visitas às Instituições, empresas, entre outras formas.

Quanto aos procedimentos técnicos

Em virtude da relevância que a pesquisa bibliográfica tem para a comunidade acadêmica. A metodologia escolhida foi a bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é muito importante pois ela utiliza de material já publicado, e que pode ser constituído de livros, artigos, periódicos, e as informações em geral encontradas na



internet, em outras palavras podemos dizer que a pesquisa bibliográfica é muito importante para iniciação científica

A pesquisa científica é iniciada por meio da pesquisa bibliográfica, em que o pesquisador busca obras já publicadas relevantes para conhecer e analisar o tema problema da pesquisa a ser realizada. Ela nos auxilia desde o início, pois é feita com o intuito de identificar se já existe um trabalho científico sobre o assunto da pesquisa a ser realizada, colaborando na escolha do problema e de um método adequado, tudo isso é possível baseando-se nos trabalhos já publicados (SOUSA & OLIVEIRA, 2021,p.65).

A pesquisa bibliográfica foi muito útil para elaboração da tese. Pode-se dizer que essa pesquisa foi feita com base nas seguintes palavras-chave: Ensino da Língua Inglesa, Pandemia e Tecnologias. Os principais autores pesquisados em relação ao Ensino da Língua Inglesa foram Almeida (2017), Correa (2018), Costa (2020), Kassoli (2020), Leite (2018); em relação à Pandemia os principais



autores pesquisadores foram Monteiro, Morais, Oliveira, Rocha (2020); e em relação às Tecnologias, os principais autores foram Silva (2015), Santana (2021), Santos (2020), Otto (2016), Moran (2013).

Convém lembrar que a pesquisa bibliográfica é o meio pelo qual o pesquisador pode revisar e sintetizar o conhecimento já existente sobre o assunto. É importante lembrar, antes de tudo, que toda pesquisa é bibliográfica, afinal de contas para se pesquisar sobre qualquer tema, é necessário ler e pesquisar em muitas obras, preferencialmente as mais recentes possíveis para a partir de então ver qual rumo tomar. A pesquisa pode ainda ser documental se utilizar-se de documentos, Levantamento, se envolver interreogção direta com pessoas, Estudos de caso, entra outras. Para essa pesquisa o procedimento técnico escolhido foi a Pesquisa Bibliográfica.

Hipótese

1 - Aulas online desenvolvidas em plataformas



como o Google Meet, Zoom e Skype;

2 - Atividades desenvolvidas de forma síncrona e em alguns momentos de forma assíncrona;

3 - Através de Projetos online, principalmente envolvendo a música.

Plano de tabulação e análise

Descreva o programa de internet foi utilizado para tabular os dados da pesquisa

Pesquisa é atividade básica das ciências enquanto questionadora e que busca descobrir a realidade. É uma prática teórica de constante busca, uma atividade de aproximação sucessiva da realidade, combinando teoria e dados. É questionamento sistemática, crítico e criativo, um conjunto de ações propostas a encontrar a solução para um problema (MORESI,2003)

Segundo Moresi (2003), a pesquisa bibliográfica é um estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, artigos, redes eletrônicas e



em outros locais acessíveis ao público em geral. Fornece instrumento para qualquer outro tipo de pesquisa. Ainda que este seja o tipo de pesquisa escolhido para a realização deste trabalho, Moresi (2003) completa que os tipos de pesquisa não são exclusivos, ou seja, um trabalho pode ao mesmo tempo ser bibliográfico e um estudo de caso.

Após a definição do objeto de estudo, houve a necessidade da busca e identificação dos procedimentos metodológicos a serem utilizados, de qual forma fazer e que instrumentos poderiam ser usados. A metodologia aponta o caminho a ser seguido, direcionado as ações através das fontes e ferramentas disponíveis.

Participantes e unidade de análise

População 30 pessoas

Universo da pesquisa 08 pessoas

Amostra 07



Metodologia, método, período da pesquisa, objeto de estudo

Estratégias metodológicas

População, universo, amostra, amostragem, a natureza da pesquisa

A pesquisa teve como população, os professores do Colégio Estadual São Vicente de Paulo e do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, localizados à Av. Agnaldo Góes, S/N – Bairro São João – Bom Jesus da Lapa, BA - Brasil, 47.600-000. Os colégios citados oferecem Ensino Médio nas modalidades de ensino Regular, EJA (Educação de Jovens e Adultos) e PROEI (Programa de Ensino Integrado e funcionam nos turnos matutino, vespertino e noturno.

A decisão do local para a pesquisa se deve ao fato da pesquisadora trabalhar como professora em uma das escolas envolvidas. Em 2021, ambas as instituições compartilharam o mesmo prédio antes de se fundirem no ano seguinte, conforme o Programa de Reordenação da Rede Educacional do Estado da Bahia. A fusão das escolas



foi motivada por razões políticas, e dado que o Colégio Estadual São Vicente de Paulo foi pioneiro na oferta do Ensino Médio no município de Bom Jesus da Lapa, seu nome prevaleceu como endereço da nova instituição. É relevante destacar que ambas as escolas são reconhecidas por oferecerem um ensino de qualidade.

O primeiro passo para a pesquisa foi dado no dia 08 de junho de 2021, quando a pesquisadora apresentou a carta de solicitação de acolhimento para pesquisa de campo, às gestoras dos colégios em estudo, sendo esta de pronto concedida. No momento, a diretora de um dos colégios se encontrava afastada por motivo de saúde, o que implicou na autorização dada pela sua substituta; uma das vice-diretoras.

Após a apresentação, elaborou-se um plano de ação com o intuito de esclarecer os pormenores do estudo, abordar a estrutura e os objetivos da pesquisa, identificar o público-alvo, estabelecer o cronograma e os questionários, definir as datas e prazos, bem como explicar o procedimento para responder às perguntas na Plataforma Anísio Teixeira.



Nesse processo, também foram enfatizadas as possíveis contribuições desta pesquisa para abordar os desafios e implicações enfrentados pelos professores no contexto da pandemia de COVID-19.

A pesquisadora utilizou o WhatsApp se para comunicar com as secretarias das duas escolas, a fim de obter informações sobre o número de professores, detalhes de contato e requisitos específicos da secretaria para o ano letivo de 2021. Dado que este estudo se configura como uma pesquisa qualitativa que incorpora tanto dados qualitativos quanto quantitativos, foi criado um questionário online no Microsoft Forms, que foi aplicado a todos os professores das duas escolas cadastrados com o e-mail @enova.educacao.ba.gov.br, seguindo as diretrizes da SEC do Estado da Bahia. O objetivo desse questionário é compreender a perspectiva desses indivíduos em relação ao ensino-aprendizagem no contexto do ensino remoto, imposto pela pandemia de Covid-19.

Os colégios em questão têm uma equipe composta por 30 professores, que representa a população alvo desta



pesquisa. Dentro desse grupo, 8 professores ministram aulas de língua inglesa, aos quais foi enviado um questionário online com o propósito de explorar suas perspectivas em relação ao ensino/aprendizagem da língua inglesa durante a pandemia: uso de recursos tecnológicos em sala de aula.

Entretanto, ao longo do processo, uma resposta não foi recebida, o que levou a considerar a possibilidade de realizar um processo de amostragem de retenção. Portanto, os professores pertencem a dois colégios públicos de Ensino Médio localizados na periferia de Bom Jesus da Lapa, na região oeste da Bahia. Eles estão cadastrados no Google Classroom para participar das aulas a distância, ou seja, no Ensino Remoto. Notavelmente, 87,5% dos professores estão registrados na Plataforma Anísio Teixeira com o endereço de e-mail “@enova.educacao.ba.gov.br”. Para fins de identificação, os colégios são designados como Escola A e Escola B.

Critérios de inclusão

Adultos com mais ou menos a idade de 40 anos. Professores da Rede Estadual de Ensino do Município de Bom Jesus da Lapa-Ba. Professores que tenha no mínimo 16 anos de atuação na Rede Básica de Ensino. Professores que tem titulação de Especialista ou Mestre.

Critérios de exclusão

Professores que atuam há menos de 16 anos em sala de aula. Professore da Rede Municipal de Ensino no Município de Bom Jesus da Lapa-Ba. Professores que só tenha a titulação de Graduados.

Critérios éticos da pesquisa

A pesquisa quanto ao problema

A pesquisa quanto aos objetivos



A pesquisa quanto aos procedimentos técnicos

Técnica de coleta dos dados

VARIAVEIS

1 Ensino aprendizagem

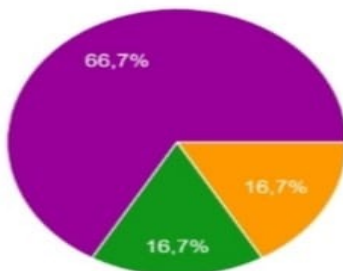
2 Língua Inglesa

3 Recursos tecnológicos

PLANO DE TABULAÇÃO E ANÁLISE

Responder os objetivos e problematização

Anos de magistério:

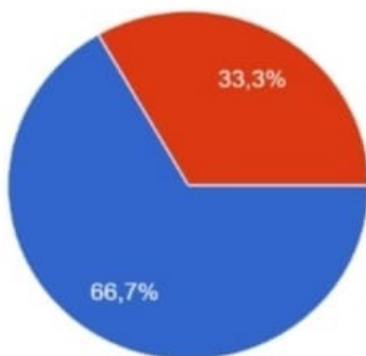


Fonte pesquisa: autora

Anos de magistério 66,7% mais de 30 anos atuação como professor, 16,7% 16 a 20 anos e 16,7% 21 a 25 anos.



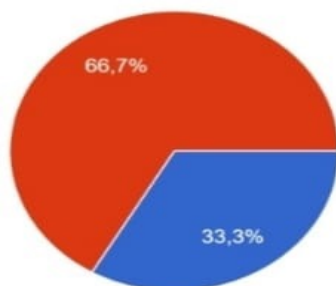
Sexo:



Fonte pesquisa: autora

Sexo 33,3 % são do sexo masculino e 66,7% são do sexo feminino

1- Qual o colégio que trabalha no contexto da pandemia da COVID-19? *

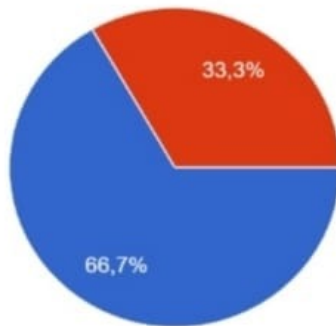


Fonte pesquisa: autora



66,7 dos professores é Colégio Estadual São Vicente de Paulo e 33,3 é do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães

2- Qual é a sua formação acadêmica?

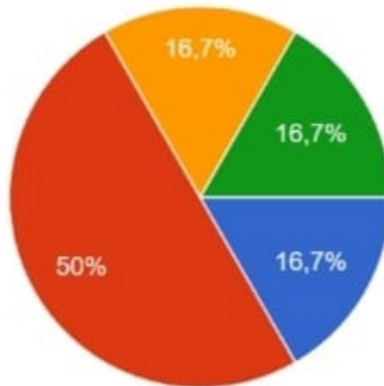


Fonte pesquisa: autora

A formação acadêmica dos professores da pesquisa 33,3 % tem Mestrado enquanto 66,7% são especialistas. 2 autores citar para justificar os gráficos do marco teórico



3 - Quais foram os principais desafios que os professores enfrentaram durante a pandemia?

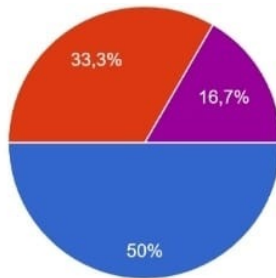


Fonte pesquisa: autora

50% dos professores enfrentaram Falta de acesso à internet. 16,7% Dificuldade em adaptar as aulas para o ensino remoto. 16,7% Dificuldades em criar interações entre os alunos. 16,7% Falta de equipamentos de tecnologia.



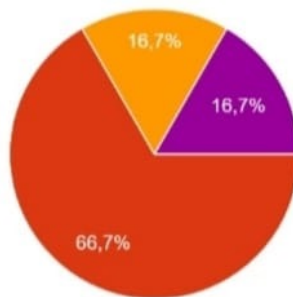
4. Quais estratégias que os professores utilizaram para manter o aprendizado da língua inglesa durante a pandemia?



Fonte pesquisa: autora

33,3% dos professores Implementar atividades interativas. 16,7% oferecer aulas ao vivo. 50% Utilização de recursos audiovisuais.

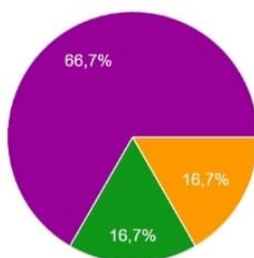
5. Quais são as principais vantagens do ensino remoto para o ensino da língua inglesa?



Fonte pesquisa: autora

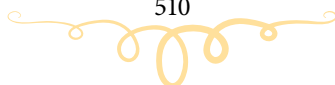
16,7% Melhor aproveitamento do tempo.
16,7% Maior envolvimento dos alunos.66,7% Melhor aproveitamento do tempo.

6. Quais foram as maiores dificuldades de se adaptar ao ensino/aprendizagem de língua inglesa com o uso de recursos tecnológicos?

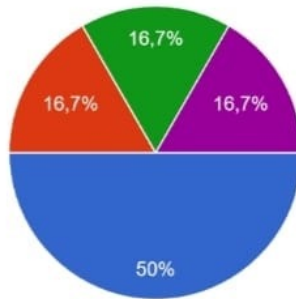


Fonte pesquisa: autora

66,7% dos professores responderam as dificuldades manter o nível de motivação dos alunos. Adaptar o material didático. Manter um ritmo de aprendizagem. Ter acesso aos novos recursos tecnológicos. Todas as opções acima.
16,7% manter um ritmo de aprendizagem.16,7 Ter acesso aos novos recursos tecnológicos.

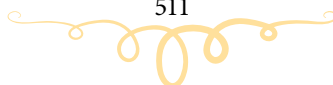


7. Quais recursos tecnológicos você tem usado para auxiliar o ensino/aprendizagem da língua inglesa?

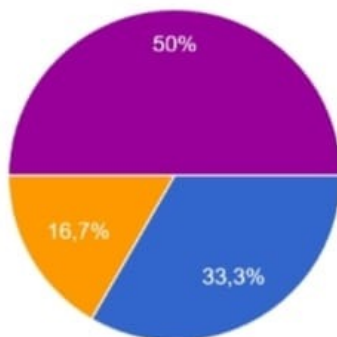


Fonte pesquisa: autora

16,7% Exercícios interativos; 16,7% Softwares de ensino; 16,7% Todas as opções; Aulas on-line; Exercícios interativos; Videoconferências; Softwares de ensino. 50% Aulas on-line.

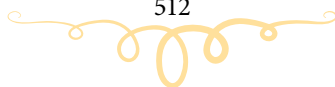


8 - Quais foram as principais mudanças na abordagem pedagógica do ensino de Língua Inglesa com o surgimento da pandemia?



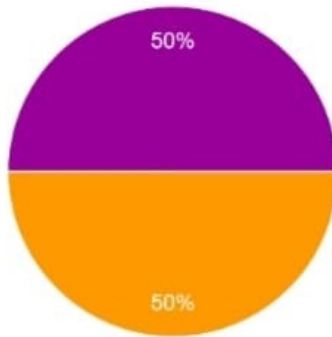
Fonte pesquisa: autora

50% muitas instituições adotaram o ensino online como a principal modalidade de ensino de inglês durante a pandemia. Os professores adaptaram materiais didáticos para o ambiente virtual, incluindo recursos digitais e multimídia. 33,3% as aulas de inglês passaram a ser oferecidas tanto de forma síncrona (ao vivo) quanto assíncrona (gravadas), para acomodar a flexibilidade dos alunos. Os alunos foram incentivados a assumir maior responsabilidade pelo seu próprio aprendizado de inglês e a



desenvolver habilidades de autodisciplina.

9- Como a transição para o ensino online e o uso de tecnologias afetaram a qualidade do ensino de língua inglesa em termos de resultados de aprendizagem dos alunos?

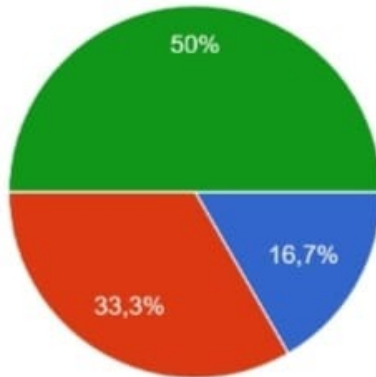


Fonte pesquisa: autora

50% Afetou de forma negativa os resultados de aprendizagem dos alunos. 50% não teve impacto significativo nos resultados de aprendizagem dos alunos.



10- Quais são os desafios enfrentados pelos alunos e professores no uso de tecnologias para o ensino de língua inglesa em tempos de pandemia, e como esses desafios podem ser superados?

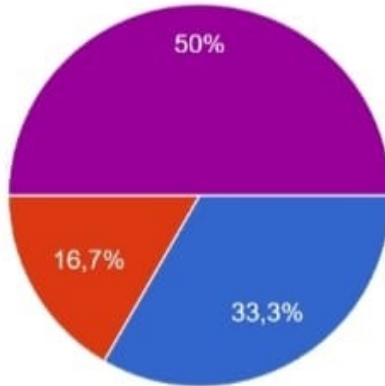


Fonte pesquisa: autora

50% Dificuldades técnicas e problemas de conectividade durante as aulas online e manter a interação e a prática de conversação em inglês. 16,7% Acesso limitado à tecnologia (dispositivos e internet) e adaptação dos professores ao ensino online e uso de ferramentas digitais. 33,3% Falta de motivação e engajamento dos alunos em ambiente virtual.



11- Quais são as implicações de longo prazo do uso intensivo de recursos tecnológicos no ensino/aprendizagem da língua inglesa, e como isso pode influenciar as futuras práticas educacionais?



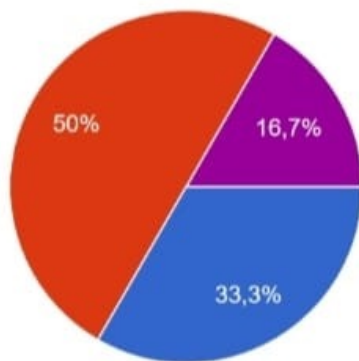
Fonte pesquisa: autora

50% O uso de tecnologias pode permitir que o ensino de língua inglesa seja mais flexível, oferecendo opções de aprendizado síncrono e assíncrono. 33,3% garantir que todos os alunos tenham acesso igual às tecnologias é um desafio importante para futuras práticas educacionais. Assim, pode melhorar o acesso ao ensino de inglês, chegando a áreas remotas e a alunos com necessidades especiais. 16,7% Professores precisam de treinamento contínuo para usar



as tecnologias em suas práticas educacionais utilizando recursos multimídia, como vídeos e jogos interativos, podem enriquecer o ensino de inglês.

12- Como os professores relataram as dificuldades dos alunos durante o ensino aprendizagem da língua inglesa durante a pandemia?



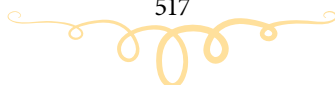
Fonte pesquisa: autora

16,7% A pandemia teve um impacto na saúde mental dos alunos, o que pode afetar negativamente seu desempenho escolar, incluindo o aprendizado de línguas.
33,3% Alunos que não tinham acesso a dispositivos e conexão à internet adequados enfrentaram dificuldades em



participar de aulas online e acessar recursos de aprendizado online. 50% Alunos que não tinham acesso a dispositivos e conexão à internet adequados enfrentaram dificuldades em participar de aulas online e acessar recursos de aprendizado online.

O presente trabalho se assenta em pesquisas bibliográficas, doutrinárias e jurisprudenciais, auferidas pelo método exploratório e analisadas com minúcia através do método dedutivo, de maneira que se possa chegar com êxito aos objetivos propostos.

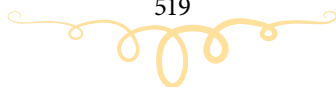


CONSIDERAÇÕES FINAIS



Este documento não pretende esgotar as discussões sobre questões relacionadas ao ensino e aprendizagem do inglês na educação básica, particularmente no ensino médio, como isso vem sendo feito desde o enxugamento da escola. Assim como outros trabalhos inseridos na perspectiva de Bakhta, propõe-se também a realização de um exótopo de objeto de estudo, que, como professor, se insere no contexto da pesquisa para promover o desenvolvimento de trabalhos futuros, bem como novas ações a partir das reflexões aqui avaliadas.

Desde março de 2020, os professores enviam semanalmente o planejamento das aulas para a Pedagogia Escolar porque tudo estava instável! Foi necessário planejar e replanejar cada etapa porque a pandemia foi mitigada ou exacerbada, ou seja, foi necessário desenvolver planos de aula que nunca foram pensados, nunca imaginados. É inconcebível não ser capaz de estar perto de um aluno para fazer uma pergunta. Em vez de um quadro branco e um marcador, um livro físico e uma reunião com os alunos em sala de aula, foi necessário atribuir ferramentas que



não haviam sido usadas até então para continuar o ensino-aprendizagem de uma nova maneira. O modo de treinamento remoto ocorreu em uma situação de emergência, de forma tão abrupta. De repente, os professores estavam em casa, em frente ao computador, fazendo um esforço para encontrar os alunos virtualmente.

Você tinha que aprender a realizar reuniões on-line para evitar multidões, manter diários de planilhas, projetar e aplicar testes no Google Forms, e toda a comunicação era feita por meio de aplicativos de e-mail e mensagens em Celulares. Foi possível não só ver, mas também experimentar e aprender as vantagens e desvantagens das ferramentas digitais.

Em 2022, após dois anos de uma pandemia em que ainda há altos e baixos nas taxas de infecção e mortalidade por Covid-19 que foram atribuídas ou pelo menos introduzidas a algumas tecnologias digitais em nossa prática docente, um retorno às aulas presenciais parece estar levando não ao novo normal, mas a tudo o que era antigo: Salas de aula lotadas. Reuniões agendadas na sala



do professor, invariavelmente provas em papel, um diário físico da aula e muitas cópias, tendo em conta o número de aulas que o professor de inglês tem proporcionalmente à carga da componente educativa.

Em relação aos possíveis resultados pedagógicos deste estudo, que se posiciona como professor, posso dizer que foi um ganho imensurável poder realizar um exercício de observação da prática pedagógica por meio de uma visão exotópica. Ao me formar, aprendi que devemos refletir constantemente sobre nossa prática como professores, considerando ação, reflexão, reação.

Olhando como pesquisador, pode-se considerar a importância da formação de professores. Grandes dificuldades surgiram durante o período de adaptação à educação a distância devido às limitações tecnológicas. Para utilizar os inúmeros aplicativos e plataformas que podem ajudar os professores, é necessário aprender sobre isso desde a graduação, na qual há a oportunidade de trocar experiências com os colegas e, assim, se preparar melhor profissionalmente.



Com relação aos resultados pedagógicos em nível local, considerando as escolas públicas, percebeu-se o quanto a tecnologia poderia auxiliar na educação, como foi durante o período de ensino a distância. Portanto, é necessário rever a prática pedagógica existente e utilizar em sala de aula as ferramentas tecnológicas que foram atribuídas durante a pandemia.

Todos experimentaram o luto causado por mortes causadas pela Covid-19 e compartilharam a dor uns dos outros. Você pode aprender a olhar para os alunos e perguntar-lhes como eles estavam no início da aula; suas famílias, no final de cada classe. Que essa prática continue e que a velha norma não retorne. Essa formação no uso de máquinas e tecnologia tem contribuído para humanizar professores e alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



AFD- Auditores Fiscais pela Democracia. Tributar os super-ricos para reconstruir o país. Relatório Executivo, 2020. Disponível em: < https://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Documento_Executivo.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024

Agencia Brasil; mais de 5 milhoes de crianças e adolescentes ficaram sem aulas em 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-04/mais-de-5-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-ficaram-sem-aulas-em-2020>

AHN DG, SHIN HJ, KIM MH, LEE S, KIM HS, MYOUNG J, KIM BT, KIM SJ. (2020). Current Status of Epidemiology, Diagnosis, Therapeutics, and Vaccines for Novel Coronavirus Disease 2019 (COVID-19). J Microbiol Biotechnol. Mar 28;30(3):313-324.

ALBA, C. Tecnologias para Transformar a Educação. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ALLAN, Luciana. Como a tecnologia pode ajudar nossas escolas a vencer o Coronavírus? Artigo revista exame. 2020. Disponível em: < <https://exame.com/blog/crescer-em-rede/como-a-tecnologia-pode-ajudar-nossas-escolas-a-vencer-o-coronavirus/>>. Acesso em: 13 abr. 2024.



ALMEIDA, G.G.; BARROS, L.S. Novas Estratégias de Ensino da Língua Inglesa para a Aprendizagem Significativa para Crianças e Adolescentes. Cadernos de Educação, São Paulo, v. 17, n. 34, jan. /jun. 2018. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-Methodist/Index.php/Cadernosdeeducacao/article/view/8925>. Acesso em 23 de julho.2021.

ALTOÉ, Anair; SILVA, Heliana da. O desenvolvimento histórico das novas tecnologias e seu emprego na educação. Artigo Educação e Novas tecnologias. Maringá – PR. 2005.

ALVES, José Matias; CABRAL, Ilídia Ensinar e aprender em tempo de COVID-19: entre o caos e a redenção. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/30704/1/Acesso%2C%20equidade%20e%20aprendizagem.pdf>

ALVES, Leonardo Meireles. Gamificação na educação: aplicando metodologias de jogos no ambiente educacional. Joinvile: Clube dos Autores, 2018.

ALVES, Paulo. Zoom Meetings: como funciona o site para videoconferência. Informação relativa – site TechTudo. 2020. Disponível em: techtudo.com.br/noticias/2020/01/zoom-meetings-como-funciona-o-site-para-videoconferencia.ghml>. Acesso em: 13 abr. 2024.



AMAZONA. Governo do Estado do Amazonas. Secretário de Estado da Educação. Portal do governo do Amazonas. Home Class, 2021. Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/aula-em-casa/>. Acesso em: 18 de julho. O ano é 2021.

AMORIM, M. O pesquisador e seus outros: Bakhtina nas ciências humanas. São Paulo: Musa Editora, 2004.

AQUINO, E.M.L., ET AL.. Medidas de distanciamento social no combate à pandemia de COVID-19: possíveis consequências e desafios no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, São Paulo, v. 25, suppl.1, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/4BHTCFF4bDqq4qT7WtPhvYr/?lang=pt>. Página visitada em 01 Aug. O ano é 2021.

AQUINO, Estela ML et al.. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 2423-2446, 2020.

ARAÚJO, A S (2012). A alfabetização digital no contexto da formação inicial professores. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10177/28/27.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024

ARRUDA, E.P. Educação Emergencial a Distância: Elementos de Políticas Públicas na Educação Brasileira



durante a Covid-19. In Rede - Revista de Educação a Distância, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/%20article/view/621>. Acesso em 05 de agosto de 2021.

As redes sociais deram voz a uma legião de, diz Humberto Eco. Terra, São Paulo, 11 de junho de 2015. Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/redes-sociais-deram-voz-a-legiao-de-assholes-diz-umberto-eco,6fc187c948a383255d784b70cab16129m6t0RCRD.html>. Consultado em 20 de janeiro. O ano é 2022.

BACICH, Lilian. Ensino híbrido: Relato de formação e prática docente para a personalização e o uso integrado das tecnologias digitais na educação. Simpósio Internacional de Educação e Comunicação-SIMEDUC, n. 7, 2016, p. 4.

BAKHTIN, M. M. Estética da criatividade verbal. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BALARDIM, Graziela. Aulas síncronas e assíncronas: como aproveitar as duas opções da melhor maneira possível. 2020. Disponível em: <https://www.clipescola.com/aulas-sincronas-e-assincronas/>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BALDEZ, Coryntho. Pandemia expõe impasses da educação



a distância. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <<https://ufrj.br/noticia/2020/05/13/pandemia-expoe-impasses-da-educacao-distancia>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BAPTISTA, E. Evasão escolar pode aumentar com pandemia, alertam debatedores. Senado Federal, Senado Notícias – Comissões, 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/07/09/evasao-escolar-pode-aumentar-com-pandemia-alertam-debatedores>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BARBOSA, André Machado; VIEGAS, Marco Antônio Serra; BATISTA, Regina Lucia Napolitano Felício Felix. Aulas presenciais em tempos de pandemia: relatos de experiências de professores do nível superior sobre as aulas remotas. Revista Augustus, v. 25, n. 51, p. 255-280, 2020.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino: elemento articulador da formação do professor. IN: BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.

BARRERA-OSARIO E LINDEN, L. (2009). The Use and Misuse of Computers in Education: Evidence from a



Randomized Controlled Trial of a Language Arts Program.
Working Paper, Columbia University.

BARTLE, R. Who Plays MUAs? Comms Plus!, Oct./Nov.
1990. p. 18-19. Disponível em: Disponível em: <https://mud.co.uk/richard/wpm.htm> Acesso em: 13 abr. 2024.

BARUFFI, Mônica Maria. Gestão da Educação Brasileira e
A gestão educacional democrática e sua estrutura. SILVA,
Samira Kfour da (Org.). Políticas Educacionais. Londrina:
Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2014. p. 85– 170.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, educação é
a base. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>

BASTOS, R.S., et al.. Reforma do ensino secundário e
educação física: o abismo do futuro. Motrivivência, Santa
Catarina, vol. 29, n. 52, pp. 38-52, 2017. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2017v29n52p38>. Página visitada em 10
August. O ano é 2021.

BATISTA. E. O. Sistema de Informação: Uso Consciente de
Tecnologias para a Gestão. 2ª ed. São Paulo: Editado por
Sarayva, 2012.



BATISTA, Eraldo Carlos; DE MATOS, Luís Alberto Lourenço; NASCIMENTO, Alessandra Bertasi. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, v. 11, n. 3, p. 23-38, 2017.

BELLONI, Maria Luiza. Ensaio sobre a Educação a distância no Brasil. *Educação e Sociedade*, v.23, n.78, p.117-142, 2002.

BERNARDO, Nairim. Ensino remoto não é EaD, nem homeschooling. *Nova Escola*, 2021. Disponível em:< <https://novaescola.org.br/conteudo/20374/ensino-remoto-nao-e-ead-e-nem-homeschooling>>. Acesso em: 25 de fev. 2024.

BERNARDO, Nairim. Ensino remoto não é EaD, nem homeschooling. *Nova Escola*, 2021. Disponível em:< <https://novaescola.org.br/conteudo/20374/ensino-remoto-nao-e-ead-e-nem-homeschooling>>. Acesso em: 25 de fev de 2024.

BEZERRA, Eva Cristiane Firmino; DE OLIVEIRA, Marcos Nonato; DE LIMA SILVA, Henrique Miguel. Crenças de alunos e de um professor sobre o uso do Chatclass. *Ensino em Perspectivas*, v. 3, n. 1, p. 1-13, 2022.

BLOOM, B. S. (ed.) *Taxonomia de propósitos educacionais, orientação: o domínio cognitivo*. Nova Iorque: David



McKay.

BOIKO, Vanessa Alessandra Thomaz; ZAMBERLAN, Maria Aparecida Trevisan. A perspectiva socioconstrutivista na psicologia e na educação: o brincar na pré-escola. *Psicologia em estudo*, v. 6, n. 1, p. 51-58, 2001.

BOZKURT, Aras; SHARMA, Ramesh. Emergency remote teaching in a time of global crisis due to Coronavirus pandemic. *Asian Journal of Distance Education*, v. 15, n. 1, p. 1-6, 2020. Disponível em: <http://www.asianjde.com/ojs/index.php/AsianJDE/article/view/447>. Acesso em: 25 de fev. 2024.

BOZKURT, Aras; SHARMA, Ramesh. Emergency remote teaching in a time of global crisis due to Coronavirus pandemic. *Asian Journal of Distance Education*, v. 15, n. 1, p. 1-6, 2020. Disponível em: <http://www.asianjde.com/ojs/index.php/AsianJDE/article/view/447>. Acesso em: 27 set. 2022.

BRASIL (2020). Nota técnica ensino a distância na educação básica frente à pandemia da covid-19. Ministério da Educação, Brasil.

BRASIL. A Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012, aprova diretrizes e normas regulatórias para a pesquisa com



seres humanos. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em 8 de junho 2023.

BRASIL. ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE. . CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 21/2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Consultado em 27 de janeiro. O ano é 2022.

BRASIL. Decreto no 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5622-19-dezembro-2005-539654-publicacaooriginal-39018-pe.html>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. IBGE. Uso de Internet, televisão e celular no Brasil. 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/>



jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. Legislação Informatizada. Brasília-DF, Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 13, 415, de 16 de fevereiro de 2017. Alterando as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelecem as diretrizes e fundamentos da educação nacional, e a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e a Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação da Legislação do Trabalho - CLT, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; Revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e desenvolver políticas para promover a criação de escolas secundárias diurnas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 de fevereiro. 2017a.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em. <<http://www.planalto.gov.br/>> Acesso em 25 de fev. 2024.



BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e fundamentos da educação nacional. Brasília, DF: Presidente da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Consultado em 28 de janeiro. O ano é 2022.

BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Estabelece a Política de Promoção do Ensino Médio Diurno, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e o marco para a educação nacional, e a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta a Fundação para a Manutenção e o Desenvolvimento da Educação Básica e a Atualização dos Profissionais da Educação, e toma outras medidas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de setembro de 2016b.

BRASIL. Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020. Estabelece regras excepcionais para o ano letivo do ensino básico e superior decorrentes das medidas de enfrentamento à emergência sanitária pública previstas na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º de abril. 2020a.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Currículo Geral



Nacional (BNCC). A educação é a base. Brasília: MEC/ CONSED/UNDINE, 2017b. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e .pdf>. Consultado em 28 de janeiro. O ano é 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Currículo Geral Nacional (BNCC). A educação é a base. Ensino médio. Brasília: MEC/CONSED/UNDINE, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministro Gabinet. Despacho n.º 544, de 16 de junho de 2020. Prevê a substituição das aulas presenciais por aulas por meios digitais, enquanto a situação feminina do novo coronavírus - COVID –

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2017. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-daBNCC>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. O que é a Covid-19? 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 13 abr. 2024.

Brasil. (1994). Política Nacional de Educação Especial. Ministério da Educação.



Brasil. (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96. Brasília: Ministério da Educação.

Brasil. (2020, 30 de setembro). Lançamento da Política Nacional de Educação Especial [Vídeo]. TV Brasil. https://www.youtube.com/watch?fbclid=IwAR3SpTqpTDpXXz8f1Sdh6eBbc_

BREITH, B. Análise e teoria discursiva. P: BREIT, B. (org.). Bakhtin: Outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2010. p. Crianças de nove a três anos de idade.

BRITISH COUNCIL, Inglês na BNCC. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/especiais/ingles-na-BNCC/o-que-propoe-a-BNCC-para-o-ensino-da-lingua-inglesa/> Campina Grande. Annai [...]. Campina Grande, 2020.

CANI, J.B. Domínio Digital de Professores: Habilidades Necessárias para Ensinar no Século 21. Revista Linguagem e Ensino, Pelotas, v. 23, n. 2, p. 402-428, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/17110>. Acesso: 15 set O ano é 2021.

CARDOSO, J. S.; LIMA, D.C. Reconhecimento do inglês brasileiro como variação linguística: uma análise do novo ensino médio da BNCC. Folio – Revista de Letras, Vitória da Conquista, vol. 11, n. 2, Jul./dez. 2019. Disponível



em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/5514/4622#:~:text=2019O%20 RECOGNITION%20 DO%20INGL%C3%8AS, your%20comportamecomp%2C>

CARDOSO, O.A.O. Currículo e TDICS: Desenvolvimento e Desenvolvimento de Tecnologias num cenário após a base nacional de formação unificada. 2020. Monografia (Diploma em PBedagogia) - Universidade Federal de Alagoas, Sergipe, 2020.

CASTRO, Milena. Educação a distância em tempos de pandemia; veja relato de estudantes e professores do DF. G1 Notícias. Disponível em: < <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/04/15/educacao-a-distancia-em-tempos-de-pandemia-veja-relato-de-estudantes-e-professores-do-df.ghtml> >. Acesso em: 13 abr. 2024.

CEFET-MG. Perguntas e Respostas sobre o Ensino Remoto Emergencial (ERE). 2021. Disponível em: <https://www.dirgrad.cefetmg.br/ensino-remoto-emergencial-ere/perguntas-e-respostas-sobre-o-ere/>. Acesso em: 13 abr. 2024.

CENSEY, L.J. JESUS, R.M.V. Tecnologias digitais móveis, especialistas em inglês e formas pedagógicas de utilização de aplicações. Revista Docência e Cibercultura, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 3, setembro/dezembro. 2020. Disponível



em: [https:// www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/53427](https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/53427). Acesso em 25 de setembro de 2021.

COELHO, F.C.C.R. Duolingo Platform e o uso do TDIC no processo de aprendizagem da língua inglesa: construindo um novo modelo de aprendizagem. 2019. Cursos (especialização midiática em educação) - Universidade Federal de São João del Rey, Araxá, 2019.

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE A EVASÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

CONTE, Elaine. MARTINI, Rosa Maria Filippozzi. As Tecnologias na Educação: uma questão somente técnica? Revista Educação e Realidade, vol.40, no.4, Porto Alegre – RS. 2015. ISSN 2175-6236.

CORONAVÍRUS BRASIL. Painel de casos da doença por coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde. Painel Coronavírus Covid-19, 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 24 mar. O ano é



2021.

CORREA, E.S. Política de Formação de Professores de Inglês e Problemas da Prática Diária em Escolas Públicas. 2018. Dissertação (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

CORREA, J. C. O. Análise dialógica do discurso dos gramáticos pedagógicos brasileiros no período sócio-histórico de 1900 a 1960 2019. Dissertação (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

COSTA, Karla da Silva; FARIA, Geniana Guimarães. EAD – Sua Origem Histórica, Evolução E Atualidade Brasileira Face Ao Paradigma Da Educação Presencial. Congresso FaE/UFMG. 2008. Disponível em: < <http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/552008104927AM.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

COSTA, Kátia Andréa Silva da Costa. EAD, ENSINO HÍBRIDO E ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS. Paraná: DIRAC/PROENS, 2020.

COSTA, M. O.; SILVA, L.A. Educação e Democracia: O



Currículo Geral Nacional e a Nova Escola Secundária em termos de Educação Académica na Educação. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 24, e240047, 2019. Disponível em: [https:// www.scielo.br/j/rbedu/a/ML8XWmp3zGw4ygSGNvbmN4p/?lang=pt](https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ML8XWmp3zGw4ygSGNvbmN4p/?lang=pt). Acesso em 30 set. O ano é 2021.

CURY, C. R. J. Educação escolar e pandemia. Pedagogia em Ação, v. 13, n. 1, p. 8-16, 2020. Disponível em: <<http://200.229.32.43/index.php/pedagogiacao/article/view/23749>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

CYSNEIROS, Paulo Gileno et al.. Novas tecnologias na sala de aula: melhoria do ensino ou inovação conservadora. Informática Educativa, v. 12, n. 1, p. 11-24, 1999.

DAU, Gabriel. O que é ensino remoto e seu papel fundamental em 2021. Disponível em: <<https://www.jornalcontabil.com.br/o-que-e-ensino-remoto-e-o-seu-papel-fundamental-em-2021/>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

DE ARAÚJO, Evandro Rosa. O ensino de língua inglesa a distância na escola pública em tempos de covid-19. Colaboraram nesta edição, p. 32.

DE SOUSA, Robson Leandro Cordeiro et al.. Ensino remoto de disciplina prática em tempos de pandemia. Anais



do Seminário de Atualização de Práticas Docentes, v. 2, n. 1, 2020.

DE SOUZA, Elmara Pereira. Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, p. 110-118, 2020.

DECI, E. L.; RYAN, R. M. The “What” and “Why” of Goal Pursuits: Human Needs and the Self-Determination of Behavior. *Psychological Inquiry*, [S.l.], v. 11 n. 4, p. 227-268, Oct. 2000. DOI: https://doi.org/10.1207/S15327965PLI1104_01 [Links]

Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 26 maio 2017. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/materia/181090>>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

Deutsche Welle; Pandemia causou maior interrupção da história, diz ONU. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3gNdK>

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento de pesquisa qualitativa. 2023.

DINIZ, Sirley Nogueira de Faria. O uso das novas tecnologias em sala de aula. Dissertação de pós-graduação – Engenharia de produção. Florianópolis – SC. 2001.



Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-BNCC-ensino-medium/arquivo>. Consultado em 28 de janeiro. O ano é 2022.

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. Gêneros orais e escritos na escola. [Tradução e organização: Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro]. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

DORE, Rosemary; SALES, Paula Elizabeth Nogueira; CASTRO, Tatiana Lage de. Evasão nos cursos técnicos de nível médio da rede federal de educação profissional de Minas Gerais. in: DORE, Rosemary; ARAÚJO, Adilson César de; MENDES, Josué de Sousa (Orgs.). Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: Editora do IFB/RIMEPES, 2014, 466p.

DORNELES, Darlan Machado. A formação do professor para o uso das tics em sala de aula: uma discussão a partir do projeto piloto uca no acre. Texto livre, linguagem e tecnologia, v.5, n.2, p. 71-87, 2012.

DUBOC, A.P.M. Francamente falando: A leitura de Bakhtin do conceito de “Inglês como língua franca” no componente curricular de língua inglesa da BNCC. Revista Anpoll,



[S. l.], Vol. 1, No. 48, pp. 10-22, janeiro/junho de 2019. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1255>. Acesso em 03 out. O ano é 2021.

EBERT, Luis Augusto; POSSANI, Cleide Tirana Nunes; SIMON, Vanessa Silveira Pereira. Perspectivas Profissionais. Indaial: UNIASSELVI, 2017.

EDUCAÇÃO, 8., 2019, Lisboa. Annai [...]. Lisboa: Ludomedia, 2019. LIBANÊS, J. S. Com. Didática. São Paulo: Cortés, 2006.

ENDLICH, Para. P. Bakhtin e pesquisa documental de programas estatais em educação. Revista Pró-Estudante, Vitória, vol. 23, nº 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/prodiscente/article/view/18615>. Acesso em 07 Out. O ano é 2021.

ERICKSON, F. Prefácio. In: COX, M. I. P.; ASSIS-PETERSON, A. A. de (org.). Cenas de sala de aula. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

EU ESTUDANTE: Professores: 70% enfrentaram dificuldades para lecionar na pandemia. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2021/02/4905615-professores-70--tiveram-dificuldades-para-lecionar-na-pandemia.html>



ext=Desde%20que%20se%20starte d%20as,interpreta%C3%A7%C3%B5es%20mais%20or%20minus%20comprehensive. Consultado em 10 de fevereiro de 2022

FAGUNDES, S.C.; LIMA, G. G. Política de Ensino da Língua Inglesa: Uma Nova Reforma do Ensino Secundário. IN: SIMPÓSIO DE EX-ALUNOS, 5., 2018, Uberaba, MG. Anai [...]. Uberaba, MG, 2018.

Faria, A. V. de, Vieira, E. A. O., & Martins, R. X. (2021). Educação especial inclusiva: uso de recursos educacionais digitais nas salas multifuncionais. *Revista Educação Especial*, 34, 1–19. <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/61433>

Ferrari, M. M. (2021). As relações interpessoais no processo de inclusão de crianças com deficiência no primeiro ano do Ensino Fundamental: um estudo de caso (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

FIGUEIREDO, N.G.S., SALLES, D.M.R., Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação* 2017, 25. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399550706005>> Acesso em: 13 abr. 2024

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz. Cartilha Saúde Mental



e Atenção Psicossocial: Recomendações para Gestores. 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/saude-mental-e-atencao-psicossocial-na-pandemia-covid-19-recomendacoes-para-gestores> Acesso em: 13 abr. 2024.

FISTAROL, C.F.S. ET AL.. Currículo Nacional Unificado e Teoria dos Professores de Inglês: Desafios e Oportunidades. Revista Online de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 23, não. Dois, primeiras páginas. 341-355, 2019. Disponível em:

FRANCO, Marilda Macedo Souto. Aprendizagem limitada e prejuízos na oralidade são alguns dos impactos da pandemia no ensino de inglês. Disponível em: <https://www.inglesnascolas.org/headline/aprendizagem-limitada-e-prejuizos-na-oralidade-sao-alguns-dos-impactos-da-pandemia-no-ensino-de-ingles/>

FREIRE, E. P. A. Aplicações escolares do material. In: Congresso Nacional de Ambientes Hipermídia para Aprendizagem, João Pessoa. Anais do 6º Congresso Nacional de Ambientes Hipermídia para Aprendizagem. João Pessoa: Ideia Editora, 2013.

FREIRE,. Pedagogia da autonomia : conhecimentos necessários para a prática educativa. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003 [1996].



FURTADO, J. C. F. Aprendizagem significativa: modalidades de aprendizagem e o papel do professor. Porto Alegre: Mediação, 2008.

FUZA, A.F.; MIRANDA, F. D. S. Tecnologias digitais, letramento e gêneros discursivos em diversas áreas da BNCC: reflexões nos últimos anos do ensino fundamental e da formação de professores. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 25, e250009, 2020. Disponível em [https:// www.scielo.br/j/rbedu/a/GMqzC6cnRZjBLdzg5SkckVy/?lang=pt](https://www.scielo.br/j/rbedu/a/GMqzC6cnRZjBLdzg5SkckVy/?lang=pt). Consultado em 17 de outubro O ano é 2021.

GALLO, S. Deleuze e a educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GEE, J. P. Vamos ensinar videogames sobre leitura e escrita. Ediciones Aljibe: Málaga, 2004. 274 p.

GEE, J. P. What Video Games Have to Teach Us about Learning and Literacy. New York: Palgrave/Macmillan, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1145/950566.950595>

SALEN, K.; GIMENES, Oliria Mendes; MARTINS, Adriana Auxiliadora. Supervisão escolar: entre os ditames da legislação e os desafios da prática pedagógica. Católica,



Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 380-390, 2010. Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2artigosv2n3/27-Pos-Graduacao.pdf>>. Acesso em: 25 de fev. 2024.

GODINHO, Bárbara. # EstudoEmCasa: Ensino a Distância ou Ensino Remoto de Emergência em tempos de pandemia. Revista da UI_IPSantarém-Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém, v. 8, n. 4, p. 194-205, 2020.

GODINHO, Bárbara. # EstudoEmCasa: Ensino a Distância ou Ensino Remoto de Emergência em tempos de pandemia. Revista da UI_IPSantarém-Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém, v. 8, n. 4, p. 194-205, 2020.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. 13ª edição revisada. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOOGLE, I120. Espaço de trabalho do Google. Google Meet, 2022. Disponível em: https://workspace.google.com/intl/pt-BR/products/meet/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=latam-BR-all-en-dr-BKWS-all-all-trial-p-dr-1011272-LUAC0016027&utm_content=text-ad-none-any-DEV_c-CRE_540029765722-ADGP_Hybrid%20%7C%20BKWS%20-



GUEVARA, A. J. H.; ROSINI, A. M. Tecnologias emergentes: organizações e educação. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

GUIA DO ALUNO ON-LINE. 2008. Disponível em: <http://www.moodlemais.com.br/file.php/1/Biblioteca/Guia_do_Aluno_de_EAD.pdf>. Acesso em: 25 de fev. 2024.

GUIA DO ESTUDANTE. Cinco características para ser bem-sucedido em um curso de EaD. 2007. Disponível em: Acesso em: 25 de fev. 2024.

HODGES, Charles; MOORE, Stephanie; LOCKEE, Barb; TRUST, Torrey; BOND, Aaron. The difference between emergency remote teaching and online learning. 2020.

HODGES, Charles; MOORE, Stephanie; LOCKEE, Barb; TRUST, Torrey; BOND, Aaron. The difference between emergency remote teaching and online learning. 2020. <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/12453>. Consultado em 12 de outubro de 2021.

IBGE. Inquérito nacional a uma amostra de agregados familiares contínuos. Acesso à Internet e televisão e posse de um telefone celular para uso pessoal. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/>



visualizacao/livros/liv101705_informativo.pdf. Acesso a:
09 Mar. 2020.

IDOETA, Adamo. Os desafios e potencias da educação à distância, adotada às pressas em meio à quarentena. BBC News Brasil, São Paulo, 17 de abril. 2020. Disponível em:< <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52208723> >. Acesso em 25 de fev. 2024.

International Journal of Cardiovascular Sciences. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ),1 Rio de Janeiro, RJ – Brasil CCUL, Faculdade de Medicina, Universidade de Lisboa – Portugal, 2020; [online] Janeiro. Annai [...]. Rio de Janeiro, 2020. p. 212-227.

JEFFREYS, M., F., et al.. Novo ensino médio na SEDUC Amazonas: perspectivas entre professores e alunos. Ciência Amazônica, [S. l.], vol. 7., 3, pp. E7-E15, 2018. Disponível em: <http://scientia-amazonia.org/wp-content/uploads/2018/08/v7-n3-e7-E15-2018.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2021.

JOY, C.R. , et al.. Emergência de Ensino a Distância ou Educação Remota: Encontrando o Elo Perdido na Escolarização em tempos de COVID-

JUSSARA, Olivo Rosa Perin: Ensino/aprendizagem



de inglês em escolas públicas: um estudo etnográfico. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Ingles/perin.pdf

KANI, J.B. etc. Educação e covid-19: A arte de reinventar a escola mediando a aprendizagem TDIC. Revista científica IFES, [S. l.], t. Seis, não. 1,

Kassar, M. de C. M., & Rebelo, A. S. (2018). Abordagens da educação especial no Brasil entre final do século XX e início do século XXI. Revista Brasileira de Educação Especial, 24(Edição Especial), 21–68.

Kassar, M. de C. M., Rebelo, A. S., & Oliveira, R. T. C. de. (2019). Embates e disputas na política nacional de educação especial brasileira. Educação e Pesquisa, 45, e217170. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634201945217170>

KASSOLI, E. R. Formação inicial de professores de inglês com ênfase na aprendizagem temática baseada em tarefas: uma abordagem comunicativa reflexiva que revela do planejamento aos fatos. 2020. Dissertação (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2020.

KEEGAN, Desmond. Foundations of distance education. Third Edition, New York: Psychology Press, 1996.



KENSKI, V. M. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Editora Papyrus, 2012. 12p.

KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 6ª ed. São Paulo. Papyrus, 2004.

KINGS, M. V. S. et al.. O uso de tecnologias educacionais por professores do ensino médio: um caso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA EN EDUCACIÓN, 7., 2018, Fortaleza, CE. Anai [...]. Fortaleza, CE, 2018.

KOSTER, R. A Theory of Fun for Game Design. 2nd. ed. Sebastopol, CA: O'Reilly Media, 2014 [Links]

LEITE, G.S.A. Comparação de aulas de inglês: abordagens audiolinguísticas e comunicativas no ensino médio. 2018. Monografia (Licenciatura Completa em Letras) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Serra Talhada, 2018.

LEMKE, JL Metamedia Literacy: Transformed Meaning and media. Works in Applied Linguistics, vol. 49, no. 2, página. 455-479, jul./Dez. 2010.

LÈVY Technology, P. Intelligence - o futuro do pensamento na era do computador. Trans. Carlos Irineu da Costa, Rio de



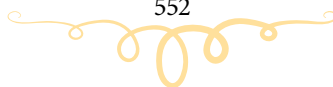
Janeiro: Ed. 34, 1993.

LEYTE. Com.; SANTOS, M. D. A entrevista como método de produção de dados: a contribuição de Bakhtan para a metodologia de pesquisa no campo das humanidades. IN: CONGRESO IBEROAMERICANO DE INVESTIGACIÓN QUALITATIVA EM

LIU, Y. et al.. Análise aerodinâmica do SARS-COV-2 em dois hospitais em Wuhan. *Natureza*, [S. l.], vol. 582, pp. 557-560, 2020. Disponível em: [https:// www.nature.com/ articles/s41586-020-2271-3](https://www.nature.com/articles/s41586-020-2271-3). Acesso em 30 out. O ano é 2021.

LOPES, M. C. L. P; ET AL.. O Processo Histórico Da Educação A Distância E Suas Implicações: Desafios E Possibilidades. Artigo UNICAMP. 2007. Disponível em:< http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT1%20PDF/O%20PROCESSO%20HIST%20RICO%20DA%20EDUCA%C7%C3O%20A%20DIST%C2NCIA%20E%20SUAS%20IMPLICA%C7%D5ES.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

LUCENA, F. K. Bakhtinsky dialogismo e relações discursivas do sujeito na cidade. *Revista Diálogo*, Cuiabá, v. 7, n. 3, 2019. Disponível em [https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/ revdia/article/view/6936](https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/6936). Consultado



em 31 de outubro de 2021

LÜCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. Série: Cadernos de Gestão.

MADDALENA, T. L. et al.. Ensino de línguas na cultura digital. Revista Docência e Cibercultura, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 3, setembro/dezembro. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/56798>. Página visitada em 03 Nov. O ano é 2021.

MAGALLANES, A. S.; KOGAWA, J. Pensadores da Análise Discursiva: Uma Introdução. 1. Jundiá ed. Editorial Paco, 2019.

MAGNANI, Luiz Henrique Etapas fora da classe: novos textos, mídias sociais e tecnologia. Em: Revista X. Curitiba, v.01, p. 1-18, 2011.

MAIA, C.; J. MATTAR. ABC da EaD: a Educação a Distância hoje. 1. ed. São Paulo: Pearson. 2007.

MANAUS. Prefeitura de Manaus. Decreto Municipal de Manaus/AM nº. 4.780, 16 de março de 2020. Declara uma situação anormal caracterizada como



MANAUS. Prefeitura de Manaus. Decreto Municipal de Manaus/AM nº. 4.790, de 25 de março de 2020. Revogar licenças e alvarás para eventos emitidos por órgãos e dependências da administração pública municipal, e tomar outras providências. Diário Oficial do Município de Manaus, 2020b.

MANAUS. Prefeitura de Manaus. Decreto Municipal de Manaus/AM nº. 4795, 6 de abril de 2020. Prevê o despedimento e a proibição de instituições comerciais que indiquem o incumprimento de medidas de combate à pandemia de Covid-19 e prevê outras medidas. Diário Oficial do Município de Manaus, 2020c.

MANAUS. Prefeitura de Manaus. Secretaria Municipal de Saúde do Município de Manaus. Plano Municipal de Contingência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-2019), 2020

Mapa da vacinação contra a Covid-19 no Brasil. G1, São Paulo, 28 de janeiro. 2022. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vaccine-covid/>. Consultado em 28 de janeiro. O ano é 2022.

MARC PRENSKY, P. Nativos Digitais, Imigrantes Digitais. 2001. Disponível em: < [http: / /www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20](http://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20)



natives,%Digital%Immigrants% 20-%Part1.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2024.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Da fala à escrita: atividades de recuperação. Data 8. São Paulo: Cortez, 2007. 136 p.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Oralidade e Alfabetização. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio. Da fala à escrita - Atividades responsivas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 133 k.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Tipos de texto: suspensão, capacidade circulatória e circulação sanguínea. Para: KARWOSKI, A.M.; IGAYDECZKA, B.; BRITO, K.S. (Orgs.). Tipos de texto: pensando e ensinando. 4. ed. São Paulo: Parábola Planning, 2011.p. 17-31.

MARTINS, M. L.; ZWIRTES, P. BNCC em evidência: a convergência do currículo com a proposta de Tyler e a pedagogia das competências. Revista Ensino & Pesquisa, Paraná, v. 18, n. 3, p. 35-52, nov./dez. 2020. Disponível em: <http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/3270#:~:text>

MATHEUS, soluções. Ensino A Distância (Ead) No Brasil: Como Surgiu? Site Matheus Soluções – Sistemas De Gestão Escolar. Disponível em:< <https://matheussolucoes.com/>



ensino-a-distancia-ead-no-brasil-como-surgiu/>. Acesso em: 13 abr. 2024.

Mendes, E. G. (2019). A política de educação inclusiva e o futuro das instituições especializadas no Brasil. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 27(22), 1–27. <https://doi.org/10.14507/epaa.27.3167>

Mendes, K. A. M. O. (2017). Educação especial inclusiva nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia brasileiros (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Goiás. <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8>

MENDES, Maria Elizete Batista et al.. Os recursos tecnológicos em sala de aula: uma aproximação necessária. 2007.

MENDONSA, F. D. R. Discurso dos professores de língua portuguesa no ensino: uma análise dialógica dos relatos de estágio supervisionado. 2014. Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MENDONSA, F. D. R. Relatório sobre práticas supervisionadas: prática pedagógico-discursiva, constitutiva da formação inicial de professores no curso de redação. *Raído*, Dourados, MS, v. 12, n. 27, jan./



jun. 2017. Disponível em: [https:// www.researchgate.net/publication/323854776_Relatorio_de_estagio_susupervisiona_pratica_pedagogico-discursiva_constitutiva_da_formacao_docente_inicial_no_Curso_de_Letras](https://www.researchgate.net/publication/323854776_Relatorio_de_estagio_susupervisiona_pratica_pedagogico-discursiva_constitutiva_da_formacao_docente_inicial_no_Curso_de_Letras). Consultado em 10 de novembro. O ano é 2021.

MENDONSA, F. D. R. Valorizações e valores dicotômicos do ensino do português nos discursos: articulações semântico-axiológicas e temático-composicionais. P: LIMPEZA, M. M. etc. (org.). Raciocínio e linguagem

MILLER, CR Textual Gender Study, Agency and Technology. Recife: PPGL-UFPE, 2009. 232 p.

MONTEIRO, F.N.S.P. Tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras - um caso escolar da Rede Federal de Ensino - CE/Brasil - no contexto anterior à pandemia de Covid-19. Investigação, Sociedade e Desenvolvimento, [S. l.], vol. 9, n.º 10, e5819109018, 2020. Disponível em: [https:// www.researchgate.net/publication/346158378_As_tecnologias_digitais_no_processo_de_ensino_e_aprendizagem_de_linguas_estrangeiras_-estudo_de_caso_de_escola_da_Rede_Federal_de_Ensino_-_CEBrasil_-](https://www.researchgate.net/publication/346158378_As_tecnologias_digitais_no_processo_de_ensino_e_aprendizagem_de_linguas_estrangeiras_-estudo_de_caso_de_escola_da_Rede_Federal_de_Ensino_-_CEBrasil_-)

MORAIS, et al.. Ensino Remoto Emergencial: orientações básicas para elaboração do plano de aula. Natal: SEDIS/



UFRN, 2020.

MORAN, J. M. A EAD no Brasil: cenário atual e caminhos viáveis de mudança. 2014. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/cenario>>. Acesso em: 13 abr. 2024

MORAN, José. Novos modelos de sala de aula. Revista *Educatrix*, v. 7, p. 33-37, 2014.

MOREIRA, J. António; HENRIQUES, Susana; BARROS, Daniela Melaré Vieira. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. *Dialogia*, p. 351-364, 2020.

MOREIRA, Marco Antonio; RIZZATTI, Ivanise Maria. Pesquisa em ensino. *Revista Internacional de Pesquisa em Didática das Ciências e Matemática*, p. e020007-e020007, 2020.

NETO, F. As pessoas idosas são pessoas: aspectos psicossociais do envelhecimento. *Psicologia, Educação e Cultura*, v. 3, n. 2, p. 297-322, 1999.

NETO, F. *Psicologia social (Vol. II)*. Lisboa: Universidade Aberta, 2000. Nº 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/CD/article/viewFile/249557/37710>.



Consultado em 28 de novembro 2021.

NOGUEIRA, F. Como evitar o aumento do abandono e da evasão no ensino médio após a pandemia. Porvir, Inovação e Educação, 2020. Disponível em: <<https://porvir.org/como-evitar-o-aumento-do-abandono-e-da-evasao-no-ensino-medio-apos-a-pandemia/>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

NOVA ESCOLA. A situação dos professores no Brasil durante a pandemia. Nova escola. 2020. Disponível em: <<https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.co/>

NUNES, I. B. Noções de Educação a Distância. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/>>. Acesso em: jul. 2021.

OCHA R, F. M. etc. O uso de tecnologias digitais no processo educativo durante a pandemia de covid-19. Interações, [S. l.], vol. 16, n. 55, pp. 58-82, 2020. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/20703>. Consultado em 27 de novembro

OLIVEIRA, D. L.; DERING, R. O. BNCC e a língua inglesa: reflexões e implicações no processo de aprendizagem da leitura. Honno Mushi - Estudos Interdisciplinares Japoneses, Manaus, Vol. 3, No. 4, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/HonNoMushi/article/view/4601>. Consultado em 15 de novembro. 2021.



OLIVEIRA, Elida. Estados adotam plataformas online e aulas na TV aberta para levar conteúdo a estudantes em meio à pandemia de Coronavírus. G1 notícias. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/04/09/estados-adotam-plataformas-online-e-aulas-na-tv-aberta-para-levar-conteudo-a-estudantes-em-meio-a-pandemia-de-coronavirus.ghtml>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

OLIVEIRA, Fernanda Gerimani de. Psicologia da educação e da aprendizagem. Indaial: Uniasselvi, 2014.

OLIVEIRA, G. F.. Metodologia das humanidades do círculo de Bakhtinsky. Revista Dialógica, Cuiabá, v. 7, n. 3, out./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/6173#:~:text=Se%20ndo%20o%20object%20de%20pesquisa,e%20seu%20object%20de%20ppesquisa>. Consultado em 17 de novembro. O ano é 2021.

OLIVEIRA, João F. de. A educação superior no contexto atual e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas. In: DOURADO, L. F. (Org.). Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas. Goiânia: ed. UFG; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

OLIVEIRA, M. B. M.; MARTINS, A. C.; CARVALHO,



M. E. V. Recursos Digitais em Educação: Uma Visão Multidisciplinar. São Paulo: Blucher, 2020.

OLIVEIRA, R. M.; LAGO, N.A. White Papers e Inglês no Ensino Médio Brasileiro: Uma Breve História. Diálogo das Letras, Pau dos Ferros, v. 9, p. 1-18, e02017, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/44190560/Documentos_oficiais_e_o_ingl%C3%AAs_no_ensino_m%C3%A9dio_brasileiro_mmm_breve_hist%C3%B3rico. Consultado em 19 de novembro O ano é 2021.

OLIVEIRA, Valeska Crysleine Machado de. Aulas remotas em tempo de pandemia: desafios e percepções de professores e alunos. Disponivem em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA_ID5382_03092020142029.pdf

OLIVEIRA, Wanderson Kleber de. Como o Brasil pode deter a COVID-19. Epidemiol. Serv. Saude, Brasília, v. 29, n. 2, p. 1-8, 2020.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Coronavirus disease (COVID-19) pandemic. 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

OROFINO, Maria Isabel. Mídias e mediação escolar:



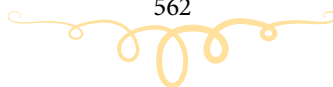
pedagogia dos meios, participação e visibilidade. Guia da escola cidadã. vol. 12. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

OTTO, Patrícia Aparecida. A Importância Do Uso Das Tecnologias Nas Salas De Aula Nas Series Iniciais Do Ensino Fundamental I. Trabalho de conclusão de curso – Pós-graduação- Educação na Cultura Digital. Florianópolis – SC. 2016.

PASINI, C. G. D.; CARVALHO, E.; ALMEIDA, I. H. C. A Educação Híbrida Em Tempos De Pandemia: Algumas Considerações. Observatório Socioeconômico da COVID-19, 2020. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discussao-09-Educacao-Hibrida-em-Tempos-de-Pandemia.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024

PEREIRA, Ives da Silva Duque. Uma experiência de Ensino Híbrido utilizando a plataforma Google sala de aula. SIED: EnPED-Simpósio Internacional de Educação a Distância e Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância, 2016, p. 2.

Perinni, S. T. (2018). Do direito à educação: educação especial na perspectiva da educação inclusiva. In M. P. M. Araújo & R. Drago (Orgs.), Educação especial e educação inclusiva: teoria, pesquisa e prática (pp. 47–69). Pedro &



João Editores.

PERLMAN D., PEPLAU, L. A. Lonelinessresearch: A survey of empirical findings. In: L. A. Peplau& S. Goldston (Eds.) Preventing the harmful consequences of severeand persistent loneliness. p. 13-46. U.S. Government Printing Office, 1984.

Perspectivas de uma professora de inglês acerca do ensino-aprendizagem em escola pública municipal; Disponível em: <https://monografias.brasile scola.uol.com.br/educacao/perspectivas-uma-professora-ingles-acerca-ensino-aprendizagem.htm>

Prieto, R. G. (2010). Políticas de inclusão escolar no Brasil: sobre novos/velhos significados para educação especial. In E. G. Mendes & M. A. Almeida (Orgs.), Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva (pp. 61–78). Junqueira & Marin.

PILOTO, Ricardo Weller et al.. Ensino remoto: corporeidade (des) conectada na formação inicial de professores. 2021.

PIMENTA, Selma Garrido Pimenta (org). Saberes Pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1999.

PIMENTEL, A. D. S. G.; SILVA, M. N. R. M. Psicic



health in times of corona vírus. Research, Society and Development, v. 9, n. 7, p. 1-13, 2020.

PINTO, M. G.; SOUTO, M. S. M. L. Arranjos produtivos locais como ferramenta de desenvolvimento econômico e inovação: um diagnóstico sobre a experiência nacional. In: SIMPEP - SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 16, 2007, Bauru, SP. Anais... Bauru: Simpep, 2007.

PISTORI, M. H. K. Retórica, argumentação e natalia teológica da fala. ALFA: Revista de Linguística, São Paulo, vol. 63, nº 2, pp. 265-293, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/11773>. Página visitada em November 20. O ano é 2021.

PORTAL DO CONSÓRCIO CEDERJ/FUNDAÇÃO CECIERJ. Institucional (histórico da Fundação CECIERJ) e graduação (metodologia e cursos). Disponível em: <http://www.cederj.edu.br/fundacaocecierj/exibe_artigo.php>. Acesso em: pp. 23-39, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ric/article/view/713>. Acesso em 10 Set. 2021.

PRADO CO., E., et al.. Ensino de idiomas durante a pandemia: experiência com tecnologia em ambientes virtuais. Revista Docência e Cibercultura, Rio de Janeiro,



vol. 4, nº 3, setembro/dezembro. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/53173>. Página visitada em November 21. O ano é 2021.

PRADO, Alcindo Ferreira et al.. Ser professor na contemporaneidade: desafios da profissão. Saber Revista Eletrônica. Londrina: INESUL, v. 21, n. 1, p. 1-13, 2013.

PRADO. F. Ensino de inglês durante a pandemia. Asas do Verbo, Belém, Pará, vol. 17, n. 2, Jul./Dez. 2020. Disponível em: <http://revistas.unama.br/index.php/asasdapalavra/article/view/2166>. Consultado em 22 de novembro O ano é 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SECRETARIA-GERAL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS; decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2017/decreto/d9057.htm

PRETI, O. Educação a Distância: uma prática educativa mediadora e mediatizada. Cuiabá: NEAD/ IE –UFMT. 1996.

PRICINOTE, Silvia Cristina Marques Nunes et al.. Verificação da aprendizagem por meio virtual no contexto



da pandemia covid-19. Anais do Seminário de Atualização de Práticas Docentes, v. 2, n. 1, 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

RAMÍREZ, J. et al.. Consecuencias de la pandemia COVID-19 en la Salud Mental, 2020.

RAMOS, Márcio Roberto Vieira. O Uso De Tecnologias Em Sala De Aula. Revista Eletrônica LENPES-PIBID de ciências sociais da UEL. Edição Nº. 2, Vol. 1. Londrina – PR. 2012.

REIS, Elenilda Santos Araujo dos; LIMA, Ereza Cristina Bastos Silva. O USO DO GOOGLE CLASSROOM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: APORTES PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA. 2019. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA17_ID13124_30092019170712.pdf. Acesso em: 13 abr. 2024.

RIBAS, F.C. Currículo Nacional Geral e Ensino da Língua



Inglesa: Reflexões sobre Cidadania, Diversidade e Críticidade à Luz da Alfabetização Crítica. domínios Lingu@gem, [S. l.], vol. 12, n. 13, julho/setembro de 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/40608>. Consultado em 25 de novembro. O ano é 2021.

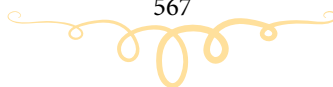
ROCHA, Bárbara Gonçalves da et al.. A formação do professor em contexto pandêmico: experiências no estágio supervisionado de língua inglesa. 2022.

ROCHA, C. F. A BNCC-EM: Aspectos culturais do ensino da língua inglesa. IN: SEMINÁRIO DE MESTRANDOS DO INSTITUTO DE LETRAS UFF - ESTUDO E LINGUAGEM, 9., 2020, Rio de Janeiro

ROCHA, Lucas. Como as escolas estão usando a tecnologia para enfrentar o distanciamento social. Infra Talk Show, 2020. Disponível em: <https://canaltech.com.br/carreira/como-as-escolas-estao-usando-tecnologia-para-enfrentar-o-coronavirus/>. Acesso em: 13 de abr. 2024.

ROJO, R. Muitas maneiras de aprender na escola. São Paulo: Ed. Parábola, 2012. 264 k.

RUBIN, K., MILLS, R. The many faces of social isolation in children. Journal of Consulting and Clinical Psychology. n. 56, p. 916-924, 1988.



RUFINO, L. F. et al.. Discussão dos conceitos de objetividade, habilidade e competência na BNCC do ensino médio. Revista de Educação e Formação, [S. l.], t. figura

SALAS, Paula. Ensino híbrido: como é e como acontece na prática? Nova Escola, 2021. Disponível em:< <https://novaescola.org.br/conteudo/20094/21-trilha-ensino-hibrido-o-que-e-como-acontece-na-pratica#:~:text=O%20ensino%20h%C3%ADbrido%20%C3%A9%20composto,objetivo%20de%20personalizar%20o%20ensino.>>. Acesso em: 25 de fev. 2024.

SANCHEZ, Fábio. (Coord.) Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância (ABRAEAD/2007). São Paulo: Instituto Cultural e Editorial Monitor, 2007.

SANTANA, M.M. et al.. Usando Novas Tecnologias em Aulas de Inglês: Um Relatório sobre Práticas de Estágio Supervisionado. Revista de Pesquisa Interdisciplinar, Cajazeiras, n. 2, aliás, p. 2. 204-215, setembro de 2017. Disponível em:<https://cfp.revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/pesquisainterdisciplinar/article/view/402>. Consultado em 28 de novembro O ano é 2021.

SANTOS A.V. Práticas de multiletramento à luz das tecnologias digitais no ensino de inglês: uma nova proposta



pedagógica. 2020. Cursos (especialização em línguas estrangeiras modernas) - Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia, Cabedelo, 2020.

SANTOS, Vanessa Sardinha dos. “Coronavírus: a família de vírus que causou a pandemia de COVID-19”. Matéria de Brasil Escola. 2020. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/doencas/coronavirus.htm>. Acesso em: 13 abr. 2024. São duas. Belo Horizonte: Athena, 2020. p. 126 e 131.

SAS. Plataforma educacional. Sobre o SAS, 2021. Disponível em: <https://saseducacao.com.br/#quem-somos>. Acesso em: 17 jul O ano é 2021.

Schley; Clara Aniele Licenciaturas em foco/ Clara Aniele Schley; Jean Carlos Morell; Patrícia Cesário Pereira Offial: UNIASSELVI, 2016.

SEGANTINI, Jésus Henrique. O Uso Das Tecnologias Na Sala De Aula, Como Ferramenta Pedagógica E Seus Reflexos No Campo. Monografia – Especialização em Educação. Universidade Federal do Paraná. Foz do Iguaçu – PR. 2014.

SENHORAS, E. Coronavírus e educação: análise dos impactos assimétricos. In: BOCA, Boa Vista, a. II, v. 2, n. 5, p. 128-136, 2020. Disponível em: <https://revista.ufr.br/>



boca/article/view/Covid-19Educacao. Acesso em: 13 abr. 2024.

SILVA, A. C.; ET AL.. O material como objeto de Aprendizagem - Interações em sala de aula: Um estudo de caso. Nuevas Ideas en Informática Educativa TISE. 2015. Disponível em: <<http://www.tise.cl/volumen11/TISE2015/672-677.pdf>>. Acesso em: 13 abr 2024.

SILVA, Ana Carolina Oliveira; DE ARAÚJO SOUSA, Shirliane; DE MENEZES, Jones Baroni Ferreira. O ensino remoto na percepção discente: desafios e benefícios. *Dialogia*, n. 36, p. 298-315, 2020.

SILVA, C.M.B. Tecnologia no contexto do ensino secundário integrado. IN: CONGRESO NACIONAL DE INVESTIGACIÓN Y DOCENCIA, 5., 2020,

SILVA, E.H.B., ET AL.. Pedagogia Pandémica: Reflexões sobre a Educação em Tempos de Exclusão Social. *Revista Latinoamericana de Investigación Científica*, Salvador, Vitória, Vol. 1, nº 4, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/31695#:~:text=Os%20resultados%20mostra ram%20que%20os ,had%20was%20used%20as%20main>. Acesso em 20 jul. O ano é 2021.

SILVA, F. M. da.; NUNES, C. A. Avaliação e seus aspectos



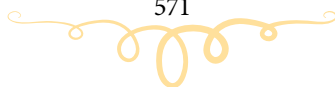
no processo educativo: dinâmicas pedagógicas do ponto de vista de Hoffmann, Libaneo, Lukesi, Mello e Souza e Sousa. Revista Multidisciplinar e Psicológica, Jaboaão dos Guararapes, c. Espanha 14, não. 53, págs. 95-107, dez. 2020. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2842>. Acesso em 20 jul. 2021.

SILVA, Ivanilda Maria Martins. Didática no contexto da Educação a Distância: quais os desafios. Recife, 2020. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2009/CD/trabalhos/2782009121959.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024

SILVA, R. R. O uso de metodologias ativas no ensino de inglês : um estudo de caso. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2020.

SILVA, R.K.; PACHECO, C.A. Currículo de ensino de inglês e tecnologias digitais na BNCC. Revista Eletrônica de Educação, São Carlos, v. 14, p. 1-17, e3046047, jan./dez. 2020. Disponível em: http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/para_reveduc/article/view/3046. Acesso em 20 jul. 2021.

SIQUEIRA, Caroline. Tecnologia assume papel ainda mais importante na educação durante a pandemia. Artigo de Iforchanel. 2020. Disponível em: <https://inforchannel.com.br/tecnologia-assume-papel-ainda-mais-importante-na->



educacao-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 13 abr. 2024

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SOARES, Magda. Como fica a alfabetização e o letramento durante a pandemia? Entrevista no canal Futura. 08/09/2020. Disponível em <https://www.futura.org.br/como-fica-a-alfabetizacao-e-o-letramento-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 13 abr. 2024.

SOUSA, K.. de. Aspectos da avaliação da educação. *Estudios de Evaluación Educativa*, São Paulo, n. 22, p. 101-118, 2000. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/2218>. Página visitada em 11 August. O ano é 2021.

SOUSA, K.H.A. et al.. Ensinar inglês e cultura digital em tempos de pandemia: o desafio de superar o curto espaço de tempo entre o que é dito e o que é vivido. *Revista Ensino e Ciberultura*, Rio de Janeiro, Vol. 4, nº 3, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/53901>. Acesso em 21 jul. O ano é 2021.

Sousa, L. M. de. (2020). Educação especial no Brasil: o que a história nos conta sobre a educação da pessoa com deficiência. *Revista Bibliomar*, 19(1), 159–173. <https://>



periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/13636

SOUSA, Robson Pequeno de; MOITA, Filomena da M. C da S. C.; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. (Organizadores). Tecnologias digitais na educação. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

SOUSA, Ronildo. A INSERÇÃO DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MEIO DIGITAL. 2020. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/computacao/a-insercao-dos-alunos-da-educacao-de-jovens-e-adultos-no-meio-digital.htm>. Acesso em: 13 abr. 2024

SOUSA, V. G.; BEZERRA, J. de J. Pandemia e relevância da tecnologia: reflexões sobre os desafios do ensino de português em tempos de exclusão social. Sign Ensino de uma língua para a comunicação, Santa Cruz do Sul, v. 46, n. 85, p. 2-14, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://online.unisc.br/se/index.php/sign/article/view/15626>. Acesso em 21 jul. 2021.

SOUSA, Y. H. Blended Learning: Uma oferta para o ensino-aprendizagem de Inglês para fins específicos. 2017. Dissertação (mestrado profissional em educação tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e



Tecnologia do Amazonas, Manaus, 2017.

SPINARDI, Janine Donato; BOTH, Ivo José. Blended learning: o ensino híbrido e a avaliação da aprendizagem no ensino superior. Boletim técnico do senac, v. 44, n. 1, 2018.

STROEBE, M.; SCHUT, H.; STROEBE, W. Health outcomes of bereavement. Lancet, v. 370, n. 9603, p. 1960–1973, 2020. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(07\)61816-9](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(07)61816-9)> Acesso em: 13 abr. 2024.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. Cortez editora, 2022.

TOKARNIA, Mariana. Um em cada 4 brasileiros não tem acesso à internet, mostra pesquisa. Agência IBGE de notícias. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

UEMA, Laura Virgínia Tinoco Farias. ENSINO REMOTO DE LÍNGUA INGLESA: TECNOLOGIAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM CURSOS DE IDIOMAS. Um mês depois, cerca de 40% dos alunos da rede pública de ensino continuam fora do sistema escolar online. GZH, Porto Alegre, 02 Jul 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/kf3IspB>.



Consultado em 04 de fevereiro de 2022.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. Cortez editora, 2022.

VALENTE, Geilsa Soraia Cavalcanti et al.. O ensino remoto frente às exigências do contexto de pandemia: Reflexões sobre a prática docente. Research, Society and Development, v. 9, n. 9, p. e843998153-e843998153, 2020.

VALENTE, J. A. Blended learning e as mudanças no ensino superior: a proposta da sala invertida. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 4/2014, p. 79-97. Editora UFPR.

VIDAL, A.S.; MIGUEL, H. R. Tecnologias digitais na educação moderna. Revista Multidisciplinar e Psicológica, Jaboaão dos Guararapes v. 14, n. 50, 2020. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/viewFile/2443/3877>. Acesso em 21 jul. 2021.

VIEGAS, Amanda. 02/07/2020 - 5 min. Disponível em: <https://www.englishstars.com.br/como-continuar-o-ensino-da-lingua-inglesa-para-a-educacao-infantil-no-cenario-atual/>

VILKEVIČIUS, B.D.S.; ALBINI, A. B. A visão dos



professores de inglês na escola primária I em sua educação primária. Revista X, Curitiba, vol. 15, nº 3, p. 3. 173-200, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/69485>. Acesso em 22 de julho. 2021.

Vygostky. A construção do pensamento e da linguagem. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

WANG, C. et al.. Um novo surto de coronavírus de preocupação com a saúde global. Lancet, [S. l.], vol. 395, nº 10223, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31986257/>. Acesso em 23 de julho. O ano é 2021.

WEB TERRA. Ferramentas digitais auxiliam professores nas aulas a distância. 2020. Disponível em: <<https://webterra.com.br/2020/04/09/ferramentas-digitais-auxiliam-professores-nas-aulas-a-distancia-veja-dicas/>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

WIDDOWSON, J. G.. Traduzido por José Carlos de Almeida Filho. 1ª ed. Campinas: Mosty, 1991.

Wilder-Smith A., & Freedman, D. O. (2020), Isolation, quarantine, social distancing and community containment: pivotal role for old-style public health measures in the novel coronavirus (2019-nCoV) outbreak. J Travel Med, 27, p. 1-4. doi: 10.1093/jtm/taaa020. [GS Search].



Da autora



Solange de Souza Duarte

Nasceu em 30 de novembro de 1982, na cidade de Riacho de Santana, Bahia. Viveu sua infância no povoado de Laguna, onde iniciou sua formação escolar no Colégio



Municipal Porphiro Castro. Posteriormente, concluiu o ensino médio no Colégio Estadual Monsenhor Turíbio Vilanova, em Bom Jesus da Lapa – BA.

Graduou-se em Letras com habilitação em Inglês pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus VI, em Caetité. Em sua trajetória acadêmica, aprofundou seus estudos na área da Educação, obtendo os títulos de Mestre e Doutora em Ciências da Educação pela FICS – Faculdade Interamericana de Ciências Sociais.

Atualmente, atua como professora de Língua Inglesa no Colégio Estadual São Vicente de Paulo, em Bom Jesus da Lapa – BA. Sua atuação é pautada pelo compromisso com a educação pública, pela valorização do ensino de línguas e pela formação crítica e humanizada dos estudantes.

Política e Escopo da Coleção de ebooks Humanas em Perspectiva



A Humanas em Perspectiva (HP) é uma coleção de livros publicados anualmente destinado a pesquisadores das áreas das ciências humanas. Nosso objetivo é servir de espaço para divulgação de produção acadêmica temática sobre essas áreas, permitindo o livre acesso e divulgação dos escritos dos autores. O nosso público-alvo para receber as produções são pós-doutores, doutores, mestres e estudantes de pós-graduação. Dessa maneira os autores devem possuir alguma titulação citada ou cursar algum curso de pós-graduação. Além disso, a Coleção aceitará a participação em coautoria.

A nossa política de submissão receberá artigos científicos com no mínimo de 5.000 e máximo de 8.000 palavras e resenhas críticas com no mínimo de 5 e máximo



de 8 páginas. A HP irá receber também resumos expandidos entre 2.500 a 3.000 caracteres, acompanhado de título em inglês, abstract e keywords.

O recebimento dos trabalhos se dará pelo fluxo contínuo, sendo publicado por ano 10 volumes dessa coleção. Os trabalhos podem ser escritos em português, inglês ou espanhol.

A nossa política de avaliação destina-se a seguir os critérios da novidade, discussão fundamentada e revestida de relevante valor teórico - prático, sempre dando preferência ao recebimento de artigos com pesquisas empíricas, não rejeitando as outras abordagens metodológicas.

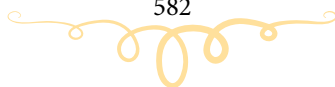
Dessa forma os artigos serão analisados através do mérito (em que se discutirá se o trabalho se adequa as propostas da coleção) e da formatação (que corresponde a uma avaliação do português e da língua estrangeira utilizada).

O tempo de análise de cada trabalho será em torno de dois meses após o depósito em nosso site. O processo de avaliação do artigo se dá inicialmente na submissão de



artigos sem a menção do(s) autor(es) e/ou coautor(es) em nenhum momento durante a fase de submissão eletrônica. A menção dos dados é feita apenas ao sistema que deixa em oculto o (s) nome(s) do(s) autor(es) ou coautor(es) aos avaliadores, com o objetivo de viabilizar a imparcialidade da avaliação. A escolha do avaliador(a) é feita pelo editor de acordo com a área de formação na graduação e pós-graduação do(a) professor(a) avaliador(a) com a temática a ser abordada pelo(s) autor(es) e/ou coautor(es) do artigo avaliado. Terminada a avaliação sem menção do(s) nome(s) do(s) autor(es) e/ou coautor(es) é enviado pelo(a) avaliador(a) uma carta de aceite, aceite com alteração ou rejeição do artigo enviado a depender do parecer do(a) avaliador(a). A etapa posterior é a elaboração da carta pelo editor com o respectivo parecer do(a) avaliador(a) para o(s) autor(es) e/ou coautor(es). Por fim, se o trabalho for aceito ou aceito com sugestões de modificações, o(s) autor(es) e/ou coautor(es) são comunicados dos respectivos prazos e acréscimo de seu(s) dados(s) bem como qualificação acadêmica.

A nossa coleção de livros também se dedica a



publicação de uma obra completa referente a monografias, dissertações ou teses de doutorado.

O público terá terãõ acesso livre imediato ao conteúdo das obras, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

Esse novo ebook produzido apresenta uma discussão essencial sobre como a pandemia do Covid-19 influenciou a dinâmica de ensino da língua inglesa no ensino a distância.

